



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE DOUTORADO**

**THIAGO COELHO SILVEIRA**

**NOS RASTROS DE GIL MARTINS:  
COMÉRCIO, POLÍTICA E INDUSTRIALIZAÇÃO NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)**

**SÃO LEOPOLDO – RS**

**2019**

**THIAGO COELHO SILVEIRA**

**NOS RASTROS DE GIL MARTINS:  
COMÉRCIO, POLÍTICA E INDUSTRIALIZAÇÃO NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)**

Tese de doutorado em História apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, junto ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

**SÃO LEOPOLDO – RS**

**2019**

S587r

Silveira, Thiago Coelho.

Nos rastros de Gil Martins: comércio, política e industrialização na Primeira República brasileira (1889-1930) / Thiago Coelho Silveira. – 2019.

341 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos.”

1. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 2. Comércio - História. 3. Industrialização. 4. Piauí. I. Título.

CDU 94(81).07

**THIAGO COELHO SILVEIRA**

**NOS RASTROS DE GIL MARTINS:  
COMÉRCIO, POLÍTICA E INDUSTRIALIZAÇÃO NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)**

Tese de doutorado em História apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História, junto ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovada em: 14/11/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr.<sup>a</sup> Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos – Presidente  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Dr.<sup>a</sup> Cláudia Cristina da Silva Fontineles – Avaliadora Externa  
Universidade Federal do Piauí

---

Dr. Marcelo de Sousa Neto – Avaliador Externo  
Universidade Estadual do Piauí

---

Dr.<sup>a</sup> Máira Ines Vendrame – Avaliadora Interna  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Dr. Marcos Antônio Witt – Avaliador Interno  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**SÃO LEOPOLDO – RS**

**2019**

*A Manoel de Almeida Silveira (in memorian).*

*A Maria Leice Coelho Silveira, mãe,  
professora, exemplo.*

*Ao povo piauiense, cuja fé no progresso  
inspirou um universo de transformações.*

## AGRADECIMENTOS

Terminar um curso de doutorado é uma tarefa que merece ser comemorada. Muitos são os obstáculos, mas também as alegrias que vivi ao longo deste percurso, de maneira que é chegada a hora de compartilhar este resultado com as pessoas que estiveram próximas, deram apoio e serviram de fonte de inspiração para que eu chegasse até aqui.

Maria Leice Coelho Silveira, minha mãe e Manoel de Almeida Silveira (*in memoriam*), meu pai, foram e são fontes inestimáveis de apoio e inspiração para que eu me tornasse a pessoa e o profissional que sou hoje. Com eles aprendi desde cedo, muito antes de frequentar a universidade, que a educação é o caminho justo e honesto para se ganhar a vida. Não posso, então, deixar de registrar aqui o quão importante esse momento é para mim e o quanto agradeço a minha mãe e a meu pai pelos esforços para que eu e meus irmãos tivéssemos oportunidades melhores.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, orientadora deste trabalho e pessoa com quem sempre pude contar ao longo desses anos de doutoramento. Nossas conversas, sempre regadas a muitas risadas, ajudaram a aliviar a tensão que a construção de um trabalho desse porte carrega. Agradeço pelo aprendizado, por compartilhar sua experiência como historiadora e, em especial, pelo exemplo de ser humano que és.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Cláudia Cristina da Silva Fontineles, com quem tive o prazer de dar os primeiros passos nos estudos históricos, desde a graduação em História na Universidade Estadual do Piauí. Agradeço pela amizade, pela confiança, pelo exemplo de historiadora e pela pronta disposição em colaborar com sua leitura atenta e suas considerações acerca dos meus escritos.

Ao Professor Dr. Marcelo de Sousa Neto, pelo exemplo de profissional, de pesquisador, pela atenção a mim despendida nos momentos em que precisei, em especial no exame de qualificação e defesa final deste trabalho.

À Professora Dr.<sup>a</sup> Maíra Ines Vendrame, pelas contribuições dadas no exame de qualificação, as quais permitiram que eu enxergasse caminhos para a melhoria deste trabalho, bem como pelo aceite em participar da banca examinadora.

Ao Professor Dr. Marcos Antônio Witt, pelos questionamentos levantados no exame de qualificação que permitiram o crescimento qualitativo desta tese. Agradeço também por aceitar participar da banca examinadora.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pela oportunidade de com vocês lançar um novo olhar sobre o ofício de historiador e de me tornar um profissional melhor.

À Saionara Brazil, em nome de quem agradeço aos demais membros da secretaria do Programa de Pós-graduação em História, pelo suporte e atenção dispendidos sempre que precisei.

Ao Senhor Nilberto Moreira e sua esposa, Valéria, que tão gentilmente me receberam em sua residência, no município de Landri Sales-PI, e que abriram as portas do Museu do Solidão para minhas pesquisas. Sua contribuição e seu entusiasmo com este trabalho foram valorosos para que eu desse passos importantes na escrita deste texto, ao qual agradeço imensamente.

Ao Senhor João Henrique Ferreira de Alencar Pires Rebelo, que abriu as portas da Fundação Valter Alencar, permitindo que eu tivesse acesso a uma documentação inestimável acerca de Gil Martins e seus empreendimentos. Sou profundamente grato ao pronto atendimento e pelo entusiasmo demonstrado com os frutos deste trabalho.

A Daniel Porto Campello, por ter acreditado nas minhas qualidades acadêmicas, pela amizade que construímos e por toda a ajuda necessária oferecida nestes anos. Em seu nome e de Emília Fernandes Pimenta, agradeço a todos os amigos de João Pessoa-PB.

À Flávia Regina Sousa Martins e Rosa Maria de Jesus Brito, em nome das quais agradeço a todos os amigos e amigas que conquistei quando residi em Floriano-PI e que acompanharam os primeiros passos dessa caminhada.

À Patrícia de Sousa Santos, pela amizade e companhia durante esses anos. Juntos compartilhamos a alegria da aprovação na seleção de ingresso no curso de doutorado, os desafios dos estudos longe de casa, bem como o ombro amigo nas horas difíceis. Muito Obrigado por ser a amiga que és!

Aos amigos e amigas que o curso de doutorado permitiu-me conhecer, Ana Elizabeth Araújo da Silva Félix (*in memoriam*), Andressa de Rodrigues Flores, Elizeu Arruda de Sousa, Francisca das Chagas Lopes Campos (Tina), Kleber Alberto Lopes de Sousa, Marinalva Aguiar Teixeira Rocha, Regina Célia Costa Lima, Rita Maria Gonçalves de Oliveira, Roza Maria Soares da Silva, Talita Alves de Messias e Valdênia Guimarães e Silva Menegon. Com vocês as viagens e as aulas foram mais aprazíveis e os dias mais leves.

Aos amigos José de Arimatéa Isaías Ferreira, Jayra Barros Medeiros, Josi de Sousa Oliveira, Miridan Rejane Soares Lima e Vicencia Rozilda Gomes Pinheiro, pela amizade, apoio e encorajamento para que eu me mantivesse nesta caminhada.

Aos companheiros de trabalho do Instituto Federal do Maranhão, *Campus* Presidente Dutra, os quais agradeço por compartilhar comigo as angústias e as alegrias da pesquisa nos últimos anos e os desafios de conciliar a escrita da tese com a jornada de trabalho. Muito Obrigado!

A Gil Derlan Silva Almeida, por compartilhar comigo as tensões e as alegrias do último ano de curso. Seu apoio e suporte foram muito importantes nestes dias. Obrigado por deixar os dias mais alegres e a vida mais leve, me inspirando a descortinar novos mundos.

*As riquezas do Piauí são tão grandes, as suas terras tão férteis, que, [...] dentro de poucos annos será elle um dos Estados mais prosperos do Norte.*

*1 de junho de 1920.*

*Gen. Martin Gomy Ass.*

SILVEIRA, Thiago Coelho. *Nos rastros de Gil Martins: comércio, política e industrialização na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa histórica sobre a Primeira República brasileira. A problematização da pesquisa gira em torno da atuação de Gil Martins Gomes Ferreira nos campos do comércio, da política e da industrialização no estado do Piauí. Desse modo, foi possível perceber como os discursos e as práticas em torno dos ideais de progresso que circularam no período se fizeram sentir e agir de forma diferente conforme a região do país. Assim, esta tese tem como objetivo geral analisar a trajetória de Gil Martins Gomes Ferreira como comerciante, político e industrial no contexto da Primeira República brasileira (1889-1930). Subsidiariamente, estabeleceu-se como objetivos específicos: discutir a atuação de Gil Martins como comerciante a partir de sua relação com a navegação e as relações de poder econômico estabelecidas; analisar a figura de Gil Martins no mundo político partidário do Piauí na Primeira República; analisar a trajetória de Gil Martins no processo de modernização e industrialização de Teresina e do Piauí. Para a sua construção, partimos dos pressupostos metodológicos da micro-história, a partir do que é proposto por Ginzburg (2007, 1989), Grendi (1977), Levi (2015, 2014, 2006), dentre outros, de forma que este trabalho contou com o uso de fontes de naturezas diversas, tais como: fotografias, jornais, atas, telegramas, cartas, mapas, inventários, almanaque e demais documentos consultados nos acervos do Arquivo Público do Piauí, do Museu do Solidão, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e da Fundação Valter Alencar. A narrativa está estruturada em três partes que refletem as categorias centrais de discussão: comércio, política e industrialização. A análise das fontes foi realizada a partir do diálogo com a teoria e historiografia, dentre as quais citamos as obras de Agulhon (2009), Berman (2007), Berstein (2003), Boehrer (2000), Brandão (1999, 1995), Graham (1997), Needell (2012), Nunes (2016), Queiroz (2008, 2006a, 2006b, 1994) e Rémond (2003), dentre outros. O trabalho se mostra como uma contribuição à história do Brasil e do Piauí, denotando como em um estado afastado do centro do poder e da economia nacional se fizeram sentir os discursos e realizações em torno do progresso, assumindo uma especificidade a partir de sua própria conjuntura histórica.

**Palavras-chave:** História. Comércio. Política. Industrialização.

SILVEIRA, Thiago Coelho. *In Gil Martins' traces: commerce, politics and industrialization in the First Brazilian Republic (1889-1930)*. Thesis (Doctorate Degree in History) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

## ABSTRACT

This thesis presents the results of a historical research about the First Brazilian Republic. The problematization of the research revolves around Gil Martins Gomes Ferreira's performance in the fields of commerce, politics and industrialization in the state of Piauí. So that it was possible to understand how the discourses and practices around the ideals of progress that circulated in the period felt and acted differently according to the region of the country. Thus, this thesis aims to analyze the trajectory of Gil Martins Gomes Ferreira as a trader, politician and industrialist in the context of the First Brazilian Republic (1889-1930). Subsequently, the following specific objectives were established: to discuss Gil Martins' performance as a trader from his relationship with navigation and the economic power relations established; analyze the figure of Gil Martins in the political party world of Piauí in the First Republic; to analyze Gil Martins' trajectory in the process of modernization and industrialization of Teresina and Piauí. For its construction, we start from the methodological presuppositions of microhistory, from what is proposed by Ginzburg (2007, 1989), Grendi (1977), Levi (2015, 2014, 2006), among others, so that this work counted on the usage of sources of several natures, such as: photographs, newspapers, minutes, telegrams, letters, maps, inventories, almanac and other documents consulted in the collections of Piauí Public Archive, Museu do Solidão, Digital Hemeroteca of National Library and Fundação Valter Alencar. The narrative is structured in three parts that reflect the central categories of discussion: commerce, politics, and industrialization. The analysis of the sources was made from the dialogue with theory and historiography, among which we mention the works of Agulhon (2009), Berman (2007), Berstein (2003), Boehrer (2000), Brandão (1999, 1995), Graham (1997), Needell (2012), Nunes (2016), Queiroz (2008, 2006a, 2006b, 1994) and Rémond (2003), among others. The work shows itself as a contribution to the history of Brazil and Piauí, denoting how in a state away from the center of power and the national economy the discourses and achievements around progress were felt, assuming a specificity from their own historical conjuncture.

**Keywords:** History. Commerce. Politics. Industrialization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Landri Sales – PI.....	31
Figura 02: Vale do Solidão, Landri Sales – PI.....	33
Figura 03: Árvore Genealógica de Gil Martins Gomes Ferreira.....	36
Figura 04: Ruínas da casa onde Gil Martins nasceu, Landri Sales – PI.....	39
Figura 05: José Martins Ferreira e família.....	47
Figura 06: Gil Martins, à direita.....	58
Figura 07: Gil Martins e sua esposa ao centro.....	60
Figura 08: Auristela, Gilda e Maria, Teresina-PI.....	62
Figura 09: Gil Martins.....	67
Figura 10: Gil Martins, ao centro.....	68
Figura 11: Maria Ferreira e Gil Martins.....	69
Figura 12: Hidrovia do Rio Parnaíba.....	76
Figura 13: Hidrovia do Rio Parnaíba, com destaque para o Rio Balsas.....	91
Figura 14: Navegação no Rio Balsas.....	93
Figura 15: Embarcação Manoel Thomaz, da Empresa Fluvial Piauiense.....	94
Figura 16: Associação Commercial do Piauihy (1910).....	122
Figura 17: Banquete realizado em homenagem a Anizio Auto de Abreu.....	172
Figura 18: Mercado Público de Teresina, início do século XX.....	175
Figura 19: Miniatura do Plano de Teresina (1852).....	233
Figura 20: Usina Elevatória das Águas (1910).....	236
Figura 21: Evolução do Perímetro Urbano de Teresina.....	238
Figura 22: Reprodução da ocupação de Teresina até a década de 1910.....	245
Figura 23: Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense (1918).....	247
Figura 24: Tabacaria Condor, início do século XX.....	250
Figura 25: Fábrica Estrella, início do século XX.....	251
Figura 26: Rua Paysandú (1910).....	252
Figura 27: Usina Electrica (1914).....	253
Figura 28: Theatro 4 de Setembro, início do século XX.....	254
Figura 29: Praça da Independência, atual Praça Pedro II (1925).....	255
Figura 30: Visão lateral da Igreja de São Benedito.....	257
Figura 31: Igreja de São Benedito, início do século XX.....	257

Figura 32: Praça Rio Branco (1925).....	259
Figura 33: Largo do Palácio, segunda metade do século XIX .....	260
Figura 34: Secretaria da Fazenda, início do século XX .....	261
Figura 35: Igreja de Nossa Senhora do Amparo .....	262

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Bens inventariados de Francelina Carolina da Fonseca .....	43
Tabela 02: Bens inventariados de Jesuíno Martins Gomes .....	46
Tabela 03: Bens inventariados de José Martins Ferreira .....	48
Tabela 04: Bens inventariados de Joaquim Martins Gomes .....	50
Tabela 05: Diretoria da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba.....	81
Tabela 06: Atuação de comercial Gil Martins & C. <sup>a</sup> na Primeira República .....	105
Tabela 07: Imposto sobre as casas comerciais de Teresina em 1896.....	110
Tabela 08: Imposto devido por Gil Martins (1911-1913) .....	113
Tabela 09: Administração da Associação Commercial do Piauhy (1925-1928).....	124
Tabela 10: Atuação de Gil Martins como criador de gado.....	125
Tabela 11: Resultado da eleição para governador do estado (1912).....	208
Tabela 12: Composição da Administração Municipal de Teresina (1925-1929).....	221
Tabela 13: Composição do quadro gestor da Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense..	243
Tabela 14: Uzina Sant'Anna, seus proprietários e itens produzidos .....	271

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: SEGUINDO OS PASSOS DE UMA TRAJETÓRIA.....</b>	<b>14</b>
<b>PARTE I – PELAS ESTRADAS FLUVIAIS: GIL MARTINS E O COMÉRCIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....</b>	<b>25</b>
<i>Preâmbulo.....</i>	26
<b>1 A FAMÍLIA MARTINS GOMES FERREIRA.....</b>	<b>28</b>
<b>2 A NAVEGAÇÃO FLUVIAL E O COMÉRCIO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>3 COMÉRCIO E RELAÇÕES DE PODER ECONÔMICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....</b>	<b>98</b>
<b>PARTE II – NAS TRAMAS DO PODER: GIL MARTINS E O CENÁRIO POLÍTICO PARTIDÁRIO NO PIAUÍ DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....</b>	<b>133</b>
<i>Preâmbulo.....</i>	134
<b>4 GIL MARTINS E A CRIAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LEGALISTA.....</b>	<b>137</b>
<b>5 ENTRE SOCIABILIDADES REPUBLICANAS E DISPUTAS DE PODER.....</b>	<b>157</b>
<b>6 ALIANÇAS E CONFLITOS NA POLÍTICA PIAUIENSE.....</b>	<b>177</b>
<b>PARTE III – POR UM PROGRESSO IMPORTADO: GIL MARTINS E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE TERESINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>227</b>
<i>Preâmbulo.....</i>	228
<b>7 A INDÚSTRIA E A MODERNIZAÇÃO DA URBE DE TERESINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>232</b>
<b>8 A UZINA SANT’ANNA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO AÇÚCAR NO PIAUÍ.....</b>	<b>266</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>308</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>316</b>

## INTRODUÇÃO: SEGUINDO OS PASSOS DE UMA TRAJETÓRIA

*[...] a História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida.<sup>1</sup>*

Acredito que a pesquisa histórica parte, na grande maioria das vezes, da inquietação de sujeitos que tem sede por elucidar fatos passados e/ou presentes, que parecem não ter sido percebidos pelos historiadores que se dedicaram anteriormente ao tema ou ao recorte temporal analisado. Pode ainda ser fruto da necessidade de lançar novos olhares, de fazer novas perguntas sob novos ângulos, acerca de fatos já tidos como esclarecidos, ou quem sabe, tal pesquisa tenha nascido do desejo de um pesquisador que tem anseio pelo desconhecido, pela originalidade ou pela contribuição que sua narrativa pode dar à história local, regional ou nacional.

Quando reflito acerca das inquietações acima – estou na verdade mirando minha própria produção, sobretudo esta que ora apresento. Gil Martins, o sujeito que trago no centro das minhas atenções, situa-se, no contexto desta escrita, como alguém transpassado por estas três dimensões: primeiro, a dimensão histórica, que tem sido invisibilizada pela historiografia e que precisa ser posta em cena; Segundo, porque me oportuniza rediscutir o cenário da Primeira República brasileira no Piauí, fazendo novas perguntas ao tema para complementá-lo ao apresentar novos aspectos; Terceiro, porque carrego o desejo de apresentar uma produção original, que ampliando os horizontes da narrativa histórica no recorte temporal e espaço analisados, me permitirão tratar de uma narrativa sobre o Piauí, o Nordeste, o Brasil.

É preciso esclarecer, primeiramente, que os motivos que levaram a Gil Martins são de ordem histórica e afetiva, pois minha primeira proposta de pesquisa com um recorte histórico já apontava para este personagem. Naquele momento eu residia no bairro Santana, nascido a partir do principal empreendimento industrial de Gil Martins – a *Uzina Sant'Anna*<sup>2</sup>, empresa para a qual meu pai havia trabalhado na década de 1960 quando esta já não mais pertencia aos seus donos originais. Esse cenário me conduziu a minha primeira participação em um projeto de pesquisa institucional, investigando a relação entre a usina e a formação do bairro que a

---

<sup>1</sup> LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-20, 2014.

<sup>2</sup> Optamos por manter a grafia original do nome das empresas, pessoas, organizações, assim como utilizaremos do mesmo recurso na transcrição das fontes realizadas ao longo do trabalho.

cercava no final do século XX. As investigações iniciais mostraram que aquela empresa era muito mais do que eu pensara inicialmente, despertando em mim o desejo de ir mais fundo no estudo sobre a economia do açúcar piauiense, principal produto da usina, embora esbarasse por vezes na escassez de fontes. A relação história e cidade foi o próximo passo, culminando com uma dissertação de mestrado concluída em 2013 que estudou o fenômeno da rurbanização<sup>3</sup> – tomando como *locus* de análise o bairro Santana em Teresina. Paralelamente, segui em busca de fontes sobre o açúcar no Piauí e acerca da atuação de Gil Martins, ao mesmo tempo em que percebia a necessidade de preencher esta lacuna historiográfica.

A busca de fontes mostrou que seguir os rastros de Gil Martins seria muito mais que discutir o processo que levou à industrialização do açúcar, o que me permitiu pensar como sua figura ocupou lugar de destaque também no comércio e na política local, bem como entender que um homem rico naquele momento, dada a realidade social brasileira, certamente teria construído laços políticos e econômicos que iriam muito além daquilo que parecia sua principal fonte de riqueza. Essa percepção mais ampla me permitiu ver Gil Martins sob novos ângulos, alargando meu olhar acerca dele e do contexto em que estava inserido, alçando assim esta pesquisa a novos patamares.

Foi assim que a tese que ora apresento tomou os contornos que possuí, assumindo a identidade de uma narrativa que tem como foco analisar a trajetória de Gil Martins no comércio, na política e na industrialização durante a Primeira República brasileira. Dito isto, é preciso esclarecer que este trabalho não se constitui em uma biografia, mas apresenta uma perspectiva de escrita que se aproxima dos moldes da micro-história italiana, assim penso, na medida em que acredito que a trajetória de Gil Martins me permite analisar mais que o próprio indivíduo em sua singularidade, tomando-o como sujeito representativo de uma classe social (não no sentido estatístico do termo) e suas vivências em um contexto histórico por mim delimitado. Tais mudanças também ocorreram a partir dos diálogos no decorrer das disciplinas do curso de doutorado, os quais descortinaram outras possibilidades para o trabalho e conduziram às sensíveis alterações na proposta de pesquisa inicialmente planejada.

Nesse sentido, é forçoso esclarecer a distinção que faço entre a biografia e a trajetória, acompanhando o ponto de vista de Karsburg<sup>4</sup> a esse respeito, entendendo que à biografia se

---

<sup>3</sup> SILVEIRA, T. C. *Desvelando os caminhos do Santana: história e memória de um processo de rurbanização em Teresina-PI*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>4</sup> KARSBURG, A. O. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 32-52.

costuma colocar o desafio de narrar uma vida em sua totalidade, do nascimento à morte, enquanto a intenção de construir uma trajetória delimita um recorte temporal, um período vivido, sobre o qual o historiador se debruça. Assim, ao me dar a tarefa de construir uma trajetória de Gil Martins delimitarei como recorte temporal desta pesquisa o período que vai da implantação da república no Brasil em 1889 até a Revolução de 1930, período historiograficamente conhecido como Primeira República brasileira.

Essa determinação implica em dizer que a constituição deste trabalho enquanto trajetória de um sujeito que viveu no Piauí no período compreendido pela Primeira República, parte do contínuo diálogo com o contexto histórico em que ele estava inserido, conforme ensina Levi<sup>5</sup> e com o qual concorda Karsburg<sup>6</sup>. Implica também em dizer que enfrentei a difícil tarefa de não singularizar Gil Martins ao extremo de vê-lo como um indivíduo excepcional, ao mesmo tempo em que não posso desconsiderar as singularidades que justificam a sua escolha como sujeito a ser alcançado. Esse é um sensível ponto de equilíbrio que historiadores como eu enfrentam nesse tipo de narrativa.

O ponto de partida inicial para a delimitação do período de análise foi o fato histórico da inauguração da *Uzina Sant'Anna* em 1906, pois minha trajetória pessoal enquanto pesquisador me pôs em contato com Gil Martins a partir desse empreendimento, reconhecendo que naquele ano este sujeito já havia alcançado a vida adulta e supondo que desfrutava de uma condição financeira confortável. Assim, ao recuar para o ano de 1889 como marco inicial, parto da ideia de que a instalação da usina se deu como ponto alto de uma trajetória de sucesso econômico que já vinha sendo construída, à medida que as dimensões políticas da atuação de Gil Martins permitem compreender a mudança do regime político de império para a república como um evento que teve ressonância na suas ações.

De fato, não posso negar que o interesse inicial para o desenvolvimento deste trabalho foi uma ávida vontade de escrever acerca desta empresa, o que me levou a tentar perceber os mecanismos pelos quais a industrialização do açúcar no Piauí foi levada a cabo, pondo-me invariavelmente em contato a figura de seu dono mais conhecido, Gil Martins. Críticos talvez digam que não houve no Piauí um processo de industrialização no início do século XX, como já tivemos a oportunidade de ouvir eventualmente em eventos acadêmicos na área de História no estado. Essa perspectiva parte de um princípio comparativo, colocando Teresina ao lado de cidades como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Se assim eu o fizesse, continuaria

---

<sup>5</sup> LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

<sup>6</sup> KARSBURG, 2015.

defendendo a ideia de que por essas terras reinava o atraso e desconsideraria os avanços trazidos pelo ímpeto progressista sentido no Piauí, ainda que não nas mesmas proporções vividas pelos grandes centros urbanos. Parto, portanto, da defesa que é preciso reconhecer a especificidade da capital Teresina, a primeira a surgir sob a insígnia do planejamento no Brasil, fundada em 1852, e do Piauí, cuja ocupação colonial se iniciou por volta de 1700, duzentos anos mais tarde que no restante do Nordeste e de grande parte do Brasil.

Refletir acerca das peculiaridades de Teresina, do Piauí e de Gil Martins fez-me estabelecer como ponto de chegada a Revolução de 1930. Uma vez que alcei o trabalho ao nível da trajetória do personagem, ampliei as categorias de análise, inicialmente delimitada apenas na industrialização da cidade, para abarcar também o fenômeno do comércio e da política. Assim, tendo sido Gil Martins um homem ativo na política partidária do estado, sobretudo enquanto coronel, cheguei ao entendimento de que a mudança de regime político se justificava enquanto marco final, assim como o fiz para a definição do ponto de partida.

Tudo isso me remete a um percurso metodológico que perpassa a busca de fontes em diferentes acervos, tais como o Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito, Museu do Solidão, Fundação Valter Alencar, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, além de informações em sítios eletrônicos especializados e de diferentes naturezas, onde pude ter acesso a mapas, imagens e outros dados relevantes para a pesquisa, resvalando em uma multiplicidade de fontes de diferentes espectros, como propõe Levi<sup>7</sup>. Assim, construí este trabalho na esteira de uma pesquisa documental que contribuiu para elucidar as questões da pesquisa e por vezes suscitar tantas outras. Jornais, almanaques, fotografias, cartas, livros-ata, mensagens governamentais, mapas e uma diversidade de fontes foram utilizadas para subsidiar a construção deste trabalho, ampliando o desafio de análise empreendido e o diálogo necessariamente suscitado entre esta documentação.

Para a análise do material apontado foram importantes os diálogos de cunho metodológico realizados a partir da produção de intelectuais que, por meios de suas experiências de pesquisa, ajudaram a elucidar os caminhos necessários para o empreendimento de historicização das fontes pertinentes a esta tese em suas múltiplas variações. Esses diálogos foram realizados com autores como Cardoso e Mauad<sup>8</sup>, Kossoy<sup>9</sup>,

---

<sup>7</sup> LEVI, 2014.

<sup>8</sup> CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-418.

<sup>9</sup> KOSSOY, B. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

Lima e Carvalho<sup>10</sup>, Luca<sup>11</sup>, Malatian<sup>12</sup> à medida em que a narrativa se desenrola e de forma articulada à documentação utilizada.

Não menos importante foi a pesquisa bibliográfica empreendida. Teoria e historiografia estão presentes ao longo desta tese, uma vez que são essenciais para a análise das fontes e construção da narrativa. Desse modo, mantive o foco de escrever a partir das fontes sem perder de vista que estas são construídas socialmente e que precisam ser contextualizadas. Por vezes, fui levado a concordar com o que a historiografia já vem apontando, mas também a discordar quando nos pareceu coerente com a pesquisa empreendida. Cada geração de historiadores produz a partir de seu próprio tempo presente e das acepções teóricas que lhes parecem pertinentes, de maneira que a revisão de determinados entendimentos no que diz respeito ao estudo do passado é uma expressão da dinamicidade da produção do conhecimento histórico. Assim, fiz a opção de discutir a teoria, em articulação com a historiografia e as fontes, quando isso se mostrou necessário e profícuo para a narrativa empreendida, a partir do processo de elucidação das questões levantadas na pesquisa.

Cabe, no entanto, que eu esclareça a aproximação com a micro-história italiana que apontei anteriormente. Sinto-me sensivelmente contemplado pela fala de Ginzburg<sup>13</sup> quando indica que busca os rastros para contar histórias verdadeiras, ainda que o objeto destas seja o falso. Longe de intentar alcançar uma verdade absoluta, Ginzburg<sup>14</sup> compreende que existe uma dimensão da produção do conhecimento histórico que perpassa um esforço feito pelo próprio historiador, muitas vezes lendo a fonte à contrapelo, para apontar nuances que ajudem a elucidar questões envolvendo o tema de pesquisa e o elemento humano, aquelas personagens que incansavelmente procura-se alcançar através do material de pesquisa coletado. Em certa dimensão, tenho levantado a premissa de que Gil Martins reúne os atributos do excepcional-normal proposto por Grendi<sup>15</sup>, em um texto que vem sendo considerado pela historiografia quase que um manifesto da micro-história.

Nesse sentido, quando vislumbro Gil Martins, coloco-me em posição semelhante ao buscar contar uma história verdadeira, mas ao mesmo tempo que compreendo as suas

---

<sup>10</sup> LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-60.

<sup>11</sup> LUCA, T. R. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, C. B. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>12</sup> MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-222.

<sup>13</sup> GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.; GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>14</sup> GINZBURG, 2007; GINZBURG, 1989.

<sup>15</sup> GRENDI, E. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, v. 12, n. 35, p. 506-520, maio/ago. 1977.

limitações, não sendo e nem pretendendo que este trabalho se constitua como uma verdade absoluta sobre esse homem, mas antes enxergo que os rastros por ele deixados ou por aqueles que estavam ao seu redor se mostram com extrema potencialidade para possibilitar a construção de uma narrativa que intente dar conta do universo deste sujeito. Não sem razão Levi<sup>16</sup> afirma categoricamente que a história conduz a verdades parciais, abrindo novas perspectivas a cada narrativa escrita, ao passo que os documentos precisam ser questionados pelo historiador a partir da compreensão de que eles são produzidos sob determinados interesses e, portanto, são parciais em si. Dessa maneira, a micro-história nos permite perceber que a variação de escalas é profícua para a análise proposta, na medida em que permite vislumbrar os sujeitos em outras formas e tramas, como diria Revel<sup>17</sup>.

Assim, a pesquisa empreendida seguiu os rastros de Gil Martins em busca de indícios que ajudassem a elucidar a problematização que construímos em torno dessa figura. Desse modo, pergunto: a trajetória de Gil Martins Gomes Ferreira como comerciante, político e industrial permite (re)discutir o contexto da Primeira República Brasileira (1889-1930)? Através de que elementos isto pode ser feito? Estas são as questões centrais a serem respondidas por esta tese. Este questionamento evidencia, portanto, a hipótese de trabalho de que através do estudo da trajetória deste personagem é possível mapear o contexto em que ele estava inserido, a fim de evidenciar a heterogeneidade do que representou as primeiras décadas de regime republicano no Brasil e a modernização de Teresina naquele momento.

Partindo destas premissas, vários outros questionamentos emergiram, tais como: Qual o contexto familiar de Gil Martins? Qual o papel desempenhado por Gil Martins no comércio desenvolvido através da navegação a vapor? Que lugar Gil Martins ocupava no contexto das relações de poder econômico nas quais esteve inserido a partir do comércio? Como se dava a presença de Gil Martins no mundo político partidário piauiense na Primeira República? Como as sociabilidades republicanas eram utilizadas nas disputas de poder? Que alianças e conflitos políticos fizeram parte de sua trajetória e como Gil Martins se portou nesses momentos? Como Gil Martins atuou no processo de modernização de Teresina e de implantação da indústria de fiação? Como Gil Martins atuou para a implantação da indústria do açúcar em Teresina?

---

<sup>16</sup> LEVI, 2014.; LEVI, G. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-261.

<sup>17</sup> REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, ago./set. 2010.

A partir da problematização levantada, indico como objetivo geral deste trabalho analisar a trajetória de Gil Martins Gomes Ferreira como comerciante, político e industrial no contexto da Primeira República brasileira (1889-1930). Como objetivos específicos estabeleci: Discutir a atuação de Gil Martins como comerciante a partir de sua relação com a navegação e as relações de poder econômico estabelecidas; Analisar a figura de Gil Martins no mundo político partidário do Piauí na Primeira República; Analisar a trajetória de Gil Martins no processo de modernização e industrialização de Teresina e do Piauí.

Para responder aos questionamentos que levantei e alcançar os objetivos que delinee, tomei como caminho o desafio de reduzir, como fica claro, a escala de análise para a trajetória de um sujeito, cuja singularidade reside justamente no fato de que a partir dele posso abordar aspectos da vida de uma parcela da elite brasileira, residente em uma das regiões mais afastadas da capital do Brasil naquele período, de forma que me coloco na constante intenção de conciliar o micro e o macro na construção deste trabalho. No intento de perseguir essa conciliação, como Ginzburg<sup>18</sup> também aponta, busquei centrar o foco da discussão no sujeito Gil Martins, servindo-me de fontes que tratam diretamente dele e de seus empreendimentos ao passo que contextualizo a sua atuação no cenário piauiense e brasileiro da Primeira República. Há, portanto, uma forte insistência no contexto, não se tratando de apego à vida de Gil Martins enquanto um fragmento isolado do passado que intentamos alcançar.

Dessa tentativa surgiu a inspiração para o título que escolhi para esta tese que, de início, não faz menção direta ao fato de Gil Martins ser piauiense. Minha intenção é evidenciar que o processo de industrialização pelo qual o Brasil passou naquele período não é homogêneo, tampouco circunscrito ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Outras regiões, como é o caso do Nordeste e do Piauí, viveram seu próprio processo, com suas especificidades, o qual ocorreu como parte do mesmo desejo de progresso e desenvolvimento propagado naqueles anos. Levando em consideração esses elementos, dividi o presente trabalho em três partes, os quais expressam as categorias narrativas centrais que giram ao redor de Gil Martins, a saber: comércio, política e industrialização, bem como respondem em conjunto à questão central do trabalho e, especificamente, às questões pormenorizadas surgidas a partir daquela. Ao fazer este movimento, parti de uma perspectiva levantada por Vendrame<sup>19</sup> quando aponta que a

---

<sup>18</sup> GINZBURG, 2007; GINZBURG, 1989.

<sup>19</sup> VENDRAME, M. I. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

microanálise permite perceber as relações entre aspectos sociais, culturais e econômicos que, no caso em questão, se consubstanciam nos três eixos elencados.

Assim, ao passo que analisei as fontes na intenção de construir a trajetória de Gil Martins, fiz o necessário diálogo com a historiografia piauiense e brasileira com o intuito de encontrar os elementos ou características que ao mesmo tempo permitem delinear este sujeito como um homem de seu tempo, mas não petrificado em esquemas rígidos de análise da realidade comercial, política e econômica que tirem dele seu potencial de agente individual capaz de ter tomado decisões sobre seu próprio destino.

A primeira parte desta narrativa toma como categoria o comércio, pois esta permite identificar o ponto de inserção de Gil Martins no cenário da elite piauiense, tendo em vista que partimos da perspectiva de Needell<sup>20</sup> em que a concepção de elite está ligada à riqueza e o *status* de alta sociedade que pessoas desse grupo carregam consigo. Ao fazer essa escolha, acabo por privilegiar uma perspectiva de cronologia da narrativa que parte de suas origens familiares. Isso não quer dizer que eu tenha seguido rigidamente uma linearidade ao longo do trabalho, mas que julguei importante localizar a figura de Gil Martins no cenário piauiense a partir de sua família e das relações comerciais que este herdara de seus antepassados. A produção historiográfica acerca do Piauí no contexto da Primeira República aponta para a permanência de estruturas de poder que partem da família e se fortalecem a partir de estratégias de preservação e aumento do patrimônio, inclusive a partir do casamento.

Assim, a formação familiar de Gil Martins é importante para que se compreenda a partir do que estamos nos referindo a ele como elite e a partir de onde advinham as riquezas que permitiram que passasse a ser conhecido como tal. Neste momento da escrita, abro ainda espaço para discutir a relação de Gil Martins com a navegação a vapor especialmente a partir de sua atuação como diretor da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba*, identificando as relações de poder que ele mantinha no contexto da elite local, inclusive apontando as interrelações do comércio do Piauí com o vizinho estado do Maranhão a partir das relações comerciais com a *Empresa Fluvial Piauiense*, cujas rotas comerciais ligavam os negócios do Piauí através do rio Parnaíba ao sul do Maranhão por meio do rio Balsas. A meu ver foi o *know how* como comerciante que leva Gil Martins a fortalecer suas articulações políticas. Para subsidiar a análise das fontes e a construção desta narrativa, partimos dos

---

<sup>20</sup> NEEDELL, J. D. Definir la élite. In: NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedad y cultura de élite em Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. p. 367-374.

estudos de Brandão<sup>21</sup>, Carvalho<sup>22</sup>, Gandara<sup>23</sup>, Lima<sup>24</sup>, Medeiros<sup>25</sup>, Nunes<sup>26</sup>, Queiroz<sup>27</sup>, Schmidt<sup>28</sup>, Souza e Lopes<sup>29</sup>, Vilhena<sup>30</sup>, além de outros autores que permitiram ampliar nosso olhar sobre o material coletado.

Dito isso, adentro no universo político da atuação de Gil Martins. A segunda parte deste trabalho de tese aborda o conjunto de práticas sociais no campo da política a que este esteve ligado, algumas marcadamente coronelistas, como denomina a historiografia nacional que trata do período de tempo que analiso, tais como as querelas em que ele esteve envolvido nas disputas eleitorais, com destaque para sua inserção na tentativa de golpe que visava impedir a posse de Miguel de Paiva Rosa, eleito para governar o Piauí de 1912 a 1916. Assim, discuto a sua participação na fundação do *Partido Republicano Legalista* em um movimento de ruptura entre os membros da elite e nas relações de poder na política partidária estabelecidas no seio da elite local, destacando a capacidade de Gil Martins e dos demais membros fundadores do partido de congregarem em torno de si outros importantes nomes do cenário da política piauiense.

A partir do conjunto de fontes utilizadas, em sua maioria de natureza hemerográfica, fica nítido que Gil Martins preferia ser um homem que estava por trás das eleições dos membros do executivo e legislativo, em muitos momentos como financiador, mas não menos importante por isso, construindo articulações que o mantinham muito próximo do centro do poder do estado e, em especial, da ala clerical da sociedade piauiense. Esse movimento é percebido com mais clareza no contexto das eleições em nível estadual ou federal, enquanto em nível municipal se dispôs a concorrer e ocupar assento no *Conselho Municipal de*

<sup>21</sup> BRANDÃO, T. M. P. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.; BRANDÃO, T. M. P. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: UFPI, 1999.

<sup>22</sup> CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>23</sup> GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

<sup>24</sup> LIMA, S. O. *Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)*. Teresina: EDUFPI, 2016.

<sup>25</sup> MEDEIROS, J. B. *Brisas do progresso: faces e contornos da Primeira República Unionense*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>26</sup> NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI: Fundação Monsenhor Chaves, 2007. v. 1.

<sup>27</sup> QUEIROZ, T. J. M. *As diversões civilizadas em Teresina: 1888-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.; QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>28</sup> SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jul. 2014.

<sup>29</sup> SOUZA, A. B. de.; LOPES, F. H. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da historiografia*, n. 9, p. 26-37, ago. 2012.

<sup>30</sup> VILHENA, G. H. R. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

*Therezina*. Essa elite se reunia em bailes festivos para comemorar as alianças forjadas, trazendo o jogo político para o plano das sociabilidades que o lazer propiciava. Esse complexo jogo de relações em que Gil Martins estava inserido constituiu o fio condutor das discussões, ao passo que não nos furtamos de subsidiar nossas análises em importantes obras de cunho teórico e historiográfico, desde clássicos a bibliografias mais recentes, dentre as quais destaco a produção intelectual de estudiosos como Agulhon<sup>31</sup>, Berstein<sup>32</sup>, Boehrer<sup>33</sup>, Costa<sup>34</sup>, Faoro<sup>35</sup>, Gomes<sup>36</sup>, Graham<sup>37</sup>, Leal<sup>38</sup>, Lima e Fontineles Filho<sup>39</sup>, Nunes<sup>40</sup>, Viscardi<sup>41</sup>, dentre outros citados e discutidos ao longo do texto.

O conjunto de relações estabelecidas por Gil Martins se manifestam claramente na sua atuação como industrial. Na terceira parte deste trabalho apresento as modificações que a urbe de Teresina passou na Primeira República e como Gil Martins se apresentava como um sujeito ativo no processo de modernização e industrialização, iniciando sua atuação como industrial junto à *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*. Assim, compreendo que a implantação de empresas de porte industrial em Teresina atende aos apelos tão propagados na imprensa, mas não apenas nesta, de que o estado precisava se desenvolver. De acordo com esse quadro, a escrita mantém em evidência ainda a *Uzina Sant'Anna* – primeira a produzir açúcar em escala industrial no estado, pois foi esta realização que permitiu a Gil Martins escrever seu nome na memória social piauiense como industrial.

Em ambos os empreendimentos Gil Martins possuía sócios, embora estes fossem de naturezas distintas a cada empreendimento. Na fábrica de tecidos havia uma ampla quantidade de membros que se reuniram em sociedade a fim de tornar possível a existência do empreendimento, mas sobretudo contando com a liderança da família Cruz que já tinha experiência no ramo, desenvolvida na cidade de Caxias, estado do Maranhão. Nesta, além de

---

<sup>31</sup> AGULHON, M. *El círculo burgués*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

<sup>32</sup> BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

<sup>33</sup> BOEHRER, G. C. A. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano no Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

<sup>34</sup> COSTA, E. V. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>35</sup> FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

<sup>36</sup> GOMES, A. C. O 15 de novembro. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

<sup>37</sup> GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>38</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>39</sup> LIMA, H. A. C.; FONTINELES FILHO, P. P. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010.

<sup>40</sup> NUNES, M. C. S. de. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

<sup>41</sup> VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Fino Traço, 2011.

sócio, Gil Martins também foi diretor, sendo este um dado importante para entender a posição que ocupava naquela organização. Por outro lado, a usina de açúcar era de sociedade familiar, tendo Gil Martins se posicionado como o grande financiador dessa indústria e exercendo liderança sobre os demais. Buscando no exterior, em especial na Inglaterra, a compra dos equipamentos para o aparelhamento das indústrias, Gil Martins importa o progresso, por assim dizer, a partir de uma nação reconhecida mundialmente pela sua contribuição para o desenvolvimento da indústria. No processo de elaboração desta última seção do trabalho, analisamos as fontes à luz dos estudos de Berman<sup>42</sup>, Chaves<sup>43</sup>, Fontineles Filho<sup>44</sup>, Mello<sup>45</sup>, Nascimento<sup>46</sup>, Pesavento<sup>47</sup>, Queiroz<sup>48</sup>, Rezende<sup>49</sup>, Schwarcz e Starling<sup>50</sup>, além de outros que se mostraram pertinentes para contribuir com a discussão proposta.

Uma vez que expliquei como a narrativa foi organizada, penso estar suficientemente claro as razões que me levaram a adotar esta estrutura. Precisei dela para mostrar que no processo que leva Gil Martins de comerciante a industrial, passando pelo seu envolvimento na política, é possível inferir a existência de uma certa astúcia e sagacidade na atuação desse homem. Longe de se prender às amarras e ao peso do título de coronel, mas utilizando-se dele sempre que necessário, Gil Martins mostrou claramente compreender as mudanças pelas quais o país e a sociedade piauiense passavam, assumindo uma perspectiva progressista ainda que não deixasse de pertencer aos grupos conservadores da sociedade, igualmente símbolo de prestígio, mas que o coloca nos rastros de seu próprio presente-futuro.

Nesse sentido, convido o leitor a descortinar Gil Martins em suas múltiplas dimensões, homem que habitou as terras piauienses por quase um século, do seu nascimento na década de 1860 ao seu falecimento na década de 1950. Por intermédio dele, conhecerás um pouco mais da história do Piauí, do Nordeste e do Brasil, vislumbrando um país que vai muito além da vida nos grandes centros urbanos.

---

<sup>42</sup> BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>43</sup> CHAVES, M. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

<sup>44</sup> FONTINELES FILHO, P. P. *Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

<sup>45</sup> MELLO, M. T. C. A modernidade republicana. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

<sup>46</sup> NASCIMENTO, F. A. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

<sup>47</sup> PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, Teresina, n. 53, v. 27, p. 11-23, 2007.

<sup>48</sup> QUEIROZ, T. J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

<sup>49</sup> REZENDE, A. P. de M. *(Des) Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

<sup>50</sup> SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

**PARTE I**  
**PELAS ESTRADAS FLUVIAIS:**  
**GIL MARTINS E O COMÉRCIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

## **Preâmbulo**

*[...] se tivesse que resumir em algumas palavras o que fiz nesses últimos anos, talvez dissesse que recolhi pensamentos para povoar o passado.<sup>1</sup>*

A produção historiográfica recente tem sentido um retorno cada vez mais forte da escrita de biografias, que ganharam maior fôlego teórico e apostam na reconstituição da trajetória de sujeitos como estratégia para conhecer um período histórico determinado e as teias sociais que os envolvem, para dar a conhecer muito do mundo do próprio indivíduo tomado como objeto de pesquisa. Inspirado nesse movimento é que este trabalho foi escrito, intentando contribuir com o alargamento do olhar historiográfico sobre o Piauí e as experiências de um personagem histórico cuja trajetória de vida se mostra embebida em redes de poder político e econômico.

Ao longo dos últimos anos, temos feito o exercício de repensar o cenário piauiense do final do século XIX e início do século XX, sobretudo no que diz respeito ao cenário de industrialização que ali se inicia, em especial a produção de açúcar. O amadurecimento que pudemos conceber neste interstício, fez com que percebêssemos que esta produção que tanto nos chamava atenção estava inserida em um quadro maior das ambições de seu idealizador, Gil Martins Gomes Ferreira. Este horizonte mais amplo que cada vez mais se descortinou aos nossos olhos também motivou a escrita deste trabalho, motivação semelhante àquela encontrada pelos escritores de biografias quando estão no decurso da pesquisa.

Esse contexto de renovação da escrita historiográfica tem animado a construção de narrativas mais fluidas que alcançam o grande público leitor, ávido por histórias da vida privada de pessoas conhecidas no cenário nacional e internacional, mas também tem fomentado todo um conjunto de pesquisas que, ao se dedicarem a personagens históricos inesperados – talvez Gil Martins seja um destes, dão a conhecer muito da vida de homens ordinários e mesmo de elite que permaneceram longe dos grandes holofotes historiográficos até então, mas que assumiram papel significativo na sociedade da qual fizeram parte.

A narrativa segue apresentando as origens familiares de Gil Martins, de modo a contextualizar sua atuação enquanto comerciante no bojo de um processo que sua família já vinha constituindo de maneira mais consistente desde o século XIX. Essa análise preliminar

---

<sup>1</sup> LORIGA, S. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 15.

nos leva à segunda questão levantada nesta parte da tese, ao tratar do papel exercido por Gil Martins no comércio fluvial a partir da navegação a vapor do rio Parnaíba e as relações constituídas a partir desse viés de sua atuação, como sua participação junto à *Associação Commercial do Piauí*, à *Junta Commercial do Piauí* e outras agremiações às quais pertenceu.

Defendemos, portanto, que o comércio foi o elemento inicial que levou Gil Martins a ser reconhecido como homem de poder na sociedade teresinense do fim do século XIX e início do século XX. Embora esta narrativa não se trate de uma biografia *stricto sensu*, entendemos que o levantamento de aspectos biográficos em torno do núcleo familiar desse homem é de grande valia para o entendimento de seu lugar na sociedade piauiense do período estudado. Assim como os biógrafos, acerca dos quais trata Loriga<sup>2</sup> e Schmidt<sup>3</sup>, nos colocamos a “atravessar corredores de arquivos, bibliotecas e residências; parar diante de processos, cartas, fotografias, diários, jornais e entrevistados; e espiar pelo buraco da fechadura para tentar vislumbrar, por meio desses vestígios, múltiplas facetas de seus biografados”<sup>4</sup>.

Seguimos, portanto, apresentando Gil Martins e o processo de formação da família Martins Gomes Ferreira, bem como sua presença no sul do Estado do Piauí, além de analisar um conjunto de informações acerca do comércio que ele empreendia naqueles anos inclusive por meio da navegação a vapor, tendo-o levado a ocupar um assento entre os homens de elite do Piauí.

---

<sup>2</sup> LORIGA, 2011.; SOUZA, A. B. de.; LOPES, F. H. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da historiografia*, n. 9, p. 26-37, ago. 2012. p. 33.

<sup>3</sup> SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jul. 2014.

<sup>4</sup> SCHMIDT, 2014, p. 125.

## 1 A FAMÍLIA MARTINS GOMES FERREIRA

Tradicionalmente, o Piauí foi e ainda é palco de disputas políticas entre elites regionais ligadas ao norte ou ao sul do Estado. Tendo sido povoado por duas principais rotas, uma no sentido litoral-interior e outra interior-litoral, o Piauí foi massivamente colonizado através da instalação de fazendas de gado como resultado da ação portuguesa que intentava a ocupação do litoral do nordeste com plantações de cana e engenhos de produção de açúcar<sup>1</sup>. A formação do Piauí, portanto, está diretamente relacionada ao desígnio das terras litorâneas para a produção açucareira, bem como à necessária ocupação do interior do continente como forma de manutenção do território<sup>2</sup>.

Disto decorre a importância das fazendas no Piauí, uma vez que estas representavam a base da riqueza material na Província. Como Lima<sup>3</sup> aponta, as grandes extensões de terra foram destinadas ao pastoreio, enquanto as fazendas de médio e pequeno porte destinaram-se predominantemente à lavoura. Pensar a fazenda no contexto da sociedade piauiense é importante, sobretudo porque tínhamos ali a figura das Fazendas da Nação, oriundas do confisco dos bens dos jesuítas. Um dos maiores colonizadores do território piauiense, Domingos Afonso, apelidado de Sertão, deixou seus bens aos jesuítas por ocasião de sua morte. De tal forma que, com o banimento dos jesuítas do território português, estas terras foram absorvidas pelo patrimônio público primeiro como Fazendas do Real Fisco, no Brasil Colônia, e depois como Fazendas da Nação, no Brasil Império.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX o Piauí viu a formação de elites ligadas por relações de parentesco, sobretudo como resultado de casamentos que tinham como fim último a manutenção e ampliação do patrimônio familiar, expresso em terras, dinheiro e bens, conforme foi apontado em estudo relevante desenvolvido por Brandão<sup>4</sup> acerca da configuração das famílias desse grupo social no Piauí. Em termos econômicos, podemos afirmar que a riqueza dessas famílias advinha em grande parte da produção de suas fazendas, em especial a partir do abastecimento de carne das zonas mais populosas, bem como a partir da ocupação de postos na administração colonial, em um primeiro momento, e imperial, à

---

<sup>1</sup> NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI: Fundação Monsenhor Chaves, 2007. v. 1.

<sup>2</sup> LIMA, S. O. *Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)*. Teresina: EDUFPI, 2016.

<sup>3</sup> LIMA, 2016.

<sup>4</sup> BRANDÃO, T. M. P. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

medida que o rompimento dos laços servis entre Brasil e Portugal abriu espaço para a ampliação do poder das elites locais.

Lévi<sup>5</sup>, analisando a relação de família e parentesco enquanto objeto de estudo dos historiadores que trataram da Itália, aponta para o complexo jogo de relações de poder que se instituiu a partir de mecanismos que visavam consolidar ou ampliar as alianças estabelecidas no contexto das comunidades analisadas. Essa perspectiva pode ser ampliada para outros tempos e espaços, sobretudo se reconhecermos a família como núcleo central de onde emana o poder em sociedades rurais. Parece-nos pertinente, portanto, que a historiografia piauiense venha discutindo sistematicamente que no Piauí do século XIX, com uma realidade onde a riqueza se originava dos latifúndios e o fazendeiro surgia como senhor de terras e homens, a formação das famílias tinha papel central na formação e ampliação do patrimônio.

Acompanhamos, nesse sentido, o entendimento de Sousa Neto<sup>6</sup> ao afirmar que no Piauí as relações familiares se estendiam à organização sócio-política da Província por meio de redes de solidariedade que, ao passo que serviam à manutenção, também corroboravam para a ampliação do poder político local. Esse cenário contribuiu para a formação de oligarquias que disputavam o poder, ainda que em certos períodos tenha-se conseguido manter certo nível de coesão e estabilidade evitando confrontos.

Para pensar a trajetória de Gil Martins nos é muito útil o conceito de elite adotado por Needell<sup>7</sup>. Em estudo sobre o Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX o autor pensa a elite “identificada a partir de uma definição mais ampla de poder: o poder que deriva da riqueza, ocupação e status social reconhecido, além da posição política e frequentemente o poder que deriva de uma combinação integral de todos esses fatores”<sup>8</sup>. Assim, identificamos Gil Martins como homem de elite à medida que vemos nele reunidas as características elencadas pelo autor para apontar quais pessoas pertencem ou não a este seletivo grupo da sociedade. Enfatizamos, portanto, que ao longo deste capítulo e desta tese como um todo, as

---

<sup>5</sup> LEVI, G. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-29.

<sup>6</sup> SOUSA NETO, M. Nos bastidores do poder: política e relações familiares no Piauí do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, ano VII, n. 13, p. 1-15, 2016.

<sup>7</sup> NEEDELL, J. D. Definir la élite. In: NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedad y cultura de élite em Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. p. 367-374.

<sup>8</sup> NEEDELL, 2012, p. 367, tradução nossa. Conforme original: “se identifica a partir de una definición más amplia del poder: el poder que deriva de la riqueza, la ocupación y el estatus social reconocido, además de la posición política, y con mayor frecuencia el poder que deriva de una combinación integral de todos estos factores”.

menções a nosso personagem e às pessoas as quais estavam próximas como integrantes da elite tomam como ponto de partida o conceito aqui discutido.

É nesse contexto que os antepassados de Gil Martins de origem paterna chegam às terras piauienses vindos de Pernambuco com o objetivo de casar-se com herdeiras de propriedades na região do hoje município de Landri Sales, localizado no sul do Estado, à época território do município de Jerumenha. Isto é indicado por Moreira<sup>9</sup> em estudo que aproxima a história da família Martins Gomes Ferreira da formação do município de Landri Sales a partir da produção agrícola outrora desenvolvida nas fazendas daquela região.

Na *Figura 01: Landri Sales-PI* reproduzida a seguir é possível visualizar a localização geográfica do município ao sul ao sul da capital, Teresina, mas também posicionado com certa proximidade do rio Parnaíba, cuja importância para a produção da região trataremos com maior profundidade à medida que avançemos na narrativa desta primeira parte do trabalho. Hoje, o trajeto rodoviário entre a cidade e o rio Parnaíba é de 76 km, passando pelos municípios de Marcos Parente-PI e chegando a Guadalupe-PI, cidade que margeia o rio. No recorte temporal analisado, no entanto, podemos considerar que as distâncias eram bem maiores sobretudo por conta da ausência de estradas de rodagem que ligassem a região ao rio, apontado por Moreira<sup>10</sup> como o principal modal utilizado para o escoamento da produção realizada ali.

---

<sup>9</sup> MOREIRA, N. B. *Landri Sales – Piauí: 200 anos de história 1810/2010*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

<sup>10</sup> MOREIRA, 2010.

Figura 01: Landri Sales – PI.



Fonte: IBGE, 2016<sup>11</sup>.

Foi nessa região que se estabeleceram os irmãos André e Mamede Martins Gomes Ferreira, pernambucanos de ascendência portuguesa, ao casarem-se com as irmãs Cândida Josefina da Fonseca e Clementina Diná da Fonseca por volta do ano de 1834. As irmãs eram filhas do casal formado por Joaquim José da Fonseca e Maria Magdalena de Sant'Anna, cujo casamento ocorreu em 1818<sup>12</sup>. Portanto, os Martins Gomes Ferreira se fizeram presentes no território piauiense a partir da união com duas mulheres da família Fonseca, detentora de terras na região do Vale do Solidão.

Joaquim José da Fonseca chega ao Brasil vindo de Portugal em 1802, junto com sua irmã Anna Gil Feliz Alvina, estabelecendo-se na região onde hoje se situa o município de São João dos Patos, estado do Maranhão, distando cerca de 97 km<sup>13</sup> da margem esquerda do rio Parnaíba, fronteira natural entre o Maranhão e o Piauí. Por influência de seu amigo e

<sup>11</sup> IBGE. *Mapa de Landri Sales*. 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=220560&search=||infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso em: 26 out. 2016.

<sup>12</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>13</sup> Distância aproximada tomando-se como referência a BR 230, que liga o município de São João dos Patos-MA a Floriano-PI. É provável que, no século XIX, essa distância fosse maior considerando-se a infraestrutura das estradas de rodagem daquele período.

conterrâneo, Carlos César Bularmaqui, então Presidente da Província do Piauí, assume o cargo de Juiz de Fora na cidade de Jerumenha (PI) em 1826, de onde em um futuro longínquo seria desmembrado o município de Landri Sales apontado no mapa anteriormente.

Para sua instalação, Joaquim José da Fonseca recebeu duas léguas de terras como sesmaria na região do Vale do Solidão<sup>14</sup>, hoje município de Landri Sales, que ocupou com escravos e animais bovinos e cavalares trazidos de sua antiga morada para constituição da Fazenda Conceição.<sup>15</sup> Foi, portanto, instalada ali a infraestrutura necessária para a manutenção da fazenda naquele local, seguindo os moldes do que era adotado na época nas terras vizinhas dos estados do Piauí e Maranhão.

Na *Figura 02: Vale do Solidão, Landri Sales – PI* é possível visualizar uma representação do Vale do Solidão, produzida sob encomenda para o Museu do Solidão<sup>16</sup> e estando atualmente em sua guarda:

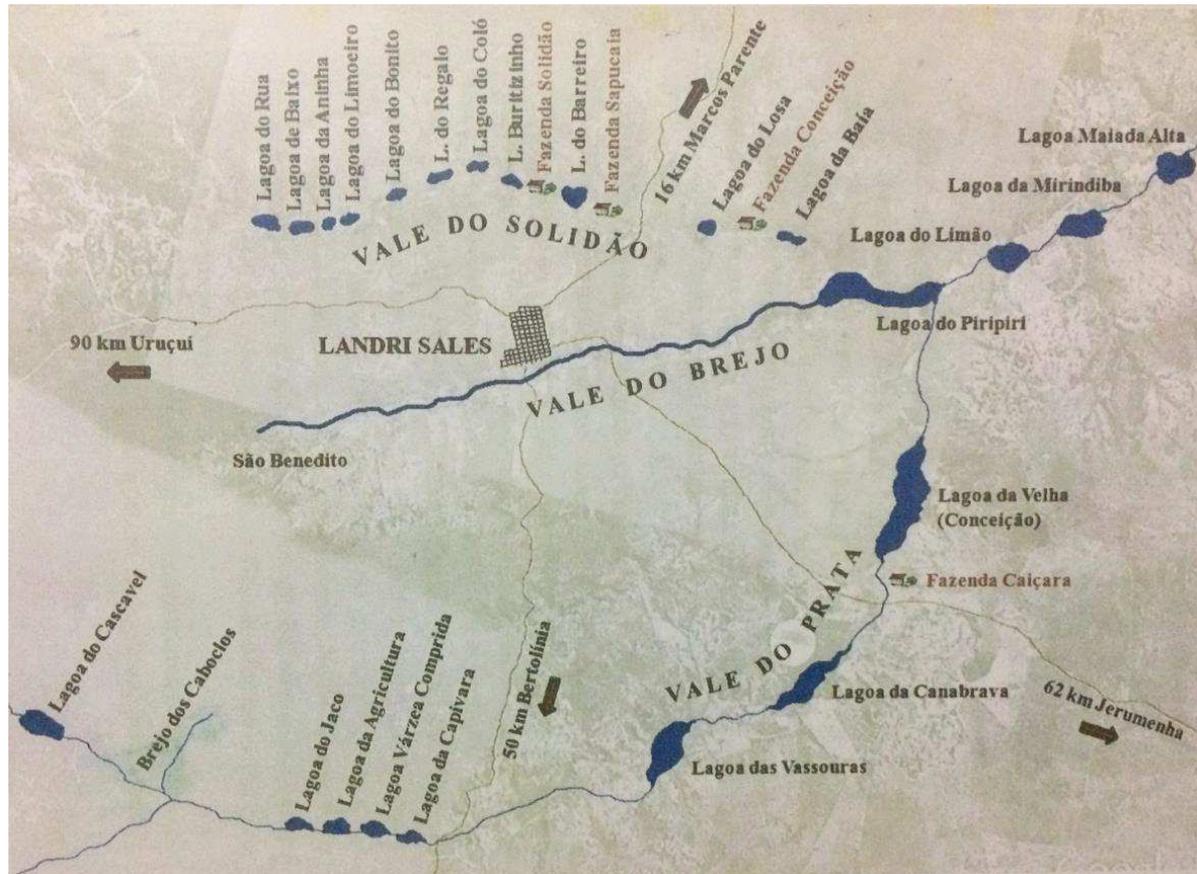
---

<sup>14</sup> Segundo Moreira (2010), possui 23 km de extensão e 12 lagoas, a saber: Lagoa do Rua, Lagoa de Baixo, Lagoa de Aninha, Lagoa do Limoeiro, Lagoa do Bonito, Lagoa do Regalo, Lagoa do Coló, Lagoa do Buritizinho, Lagoa do Barreiro, Lagoa do Losa, Lagoa da Baía e Lagoa do Piripiri.

<sup>15</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>16</sup> O Museu do Solidão localiza-se no centro da cidade de Landri Sales-PI, tendo à sua frente o Sr. Nilberto Moreira e Valéria Moreira. Dedicar-se à preservação da memória da cidade, possuindo rico material acerca da família Martins Ferreira, da família Fonseca e ramificações. A área do museu contém uma capela, uma biblioteca, além de desenvolver atividades de cunho social e promoção da geração de renda voltadas para o público feminino.

Figura 02: Vale do Solidão, Landri Sales – PI.



Fonte: Museu do Solidão<sup>17</sup>.

A partir da análise da *Figura 02: Vale do Solidão, Landri Sales – PI*, podemos compreender o porquê dos antepassados de Gil Martins terem ali se instalado. A região possui muitas lagoas, facilitando o acesso à água necessária não somente para a sobrevivência do ser humano, mas também essencial para o trato com os animais e a lavoura. Note-se que a Fazenda Conceição foi estrategicamente instalada entre duas lagoas, Lagoa do Loba e Lagoa da Baía, e ao mesmo tempo não muito distante de uma das maiores da região, a Lagoa Piripiri, que também recebe águas do Vale do Brejo. A existência de várias outras fontes de água ao longo dos Vale do Solidão, Vale do Brejo<sup>18</sup> e Vale do Prata<sup>19</sup> também indicam como a região mostrou-se propícia ao cultivo da cana de açúcar e, conseqüentemente, da produção

<sup>17</sup> Imagem disponibilizada pelo Museu do Solidão, localizado no município de Landri Sales, Estado do Piauí.

<sup>18</sup> Segundo Moreira (2010), o Vale do brejo tem extensão de 15 km, em área onde predomina a presença de buritizais e, em menor proporção, o coco babaçu.

<sup>19</sup> Segundo Moreira (2010), o Vale do Prata é o maior dos vales da região, dispondo de 110 km de extensão. Dispõe de 11 lagoas, a saber: Lagoa do Jaco, Lagoa da Agricultura, Lagoa Várzea Comprida, Lagoa da Capivara, Lagoa das Vassouras, Lagoa da Canabrava, Lagoa da Velha ou Lagoa da Conceição, Lagoa do Limão, Lagoa da Mirindiba e Lagoa da Maiada Alta.

de açúcar, uma vez que os solos aluviais se mostram extremamente propícios à cultura da cana.

Segundo Moreira<sup>20</sup>, os irmãos André e Mamede estavam na cidade de Oeiras, então capital do Piauí, quando souberam das irmãs Cândida e Clementina cujo pai tinha morrido, sendo herdeiras das terras. Consumado o casamento, montaram residência na Fazenda Sapucaia, próxima à Lagoa do Barreiro, também localizada no Vale do Solidão. As informações sobre esse casamento nos chegam de modo indireto, através das informações apontadas por Moreira<sup>21</sup>, mas considerando-se o contexto histórico e espacial é possível inferir que o casamento tenha se dado pela reconhecida ascendência portuguesa dos irmãos enquanto característica de uma origem familiar abastada e a necessidade de assegurar, via matrimônio, a honra e o patrimônio das irmãs órfãs.

Deve-se aos irmãos André Martins Gomes Ferreira e Mamede Martins Gomes Ferreira o início da produção de cana no Vale do Solidão, uma vez que estes foram os responsáveis por trazer mudas da planta oriundas da região do hoje município de Ouricuri, Estado do Pernambuco, onde residiam antes do casamento<sup>22</sup>. Da união matrimonial entre Clementina Dina da Fonseca (1820-03/07/1886)<sup>23</sup> e Mamede Martins Gomes Ferreira (1814-1900)<sup>24</sup> surgiu uma família composta por nove filhos<sup>25</sup>: Joaquim Martins Gomes<sup>26</sup> (1845-07/12/1902)<sup>27</sup>, Antonio João Martins Gomes Ferreira (24/11/1847-18/01/1930)<sup>28</sup>, José

---

<sup>20</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>21</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>22</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>23</sup> Não foram localizados os registros de nascimento, casamento e óbito que permitissem apontar o período de vida de Clementina Diná da Fonseca. A data de falecimento consta em nota obtuária publicada no jornal *A Imprensa* em 16 de julho de 1886, tendo falecido com a idade de 66 anos. A partir desta foi possível inferir o ano de 1820 como período provável de nascimento. Esse mesmo ano também foi indicado por Moreira (2010).

<sup>24</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e óbito. As datas indicadas foram obtidas a partir de fontes como Moreira (2010) e as árvores genealógicas da família Martins Gomes Ferreira presentes nos sítios eletrônicos: <https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile> e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>.

<sup>25</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>26</sup> O nome desse sujeito também aparece como Joaquim Gomes Ferreira. Optamos por manter a forma que se apresenta em seu inventário de morte.

<sup>27</sup> A grafia do nome deste sujeito aparece como Joaquim Martins Gomes Ferreira em Moreira (2010), mas optamos por adotar a forma que consta em seu inventário. A partir deste documento identificamos a data de morte e o possível ano de nascimento, também já referido por Moreira (2010).

<sup>28</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e óbito. As datas indicadas foram obtidas a partir de fontes como Moreira (2010) e as árvores genealógicas da família Martins Gomes Ferreira presentes nos sítios eletrônicos: <https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile> e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>.

Martins Ferreira (1852-13/12/1931)<sup>29</sup>, Jezuino Martins Gomes (1854-30/12/1890)<sup>30</sup>, Gil Martins Gomes Ferreira (11/05/1860-06/09/1955)<sup>31</sup>, João Martins Gomes Ferreira<sup>32</sup>, Gabriel Martins Gomes Ferreira (?)<sup>33</sup>, Umbelina Dias da Fonseca (1842-19/08/1934)<sup>34</sup> e Domitília Dina da Fonseca (?)<sup>35</sup>.

A seguir, apresentamos a *Figura 03: Árvore genealógica de Gil Martins Gomes Ferreira (1861-1955)*, construída<sup>36</sup> para que possamos visualizar a rede familiar de Gil Martins em sua ascendência e descendência, além de possibilitar apontar para as estratégias de casamento adotadas pela família em uniões sucessivas entre os Martins Gomes Ferreira e a família Fonseca.

<sup>29</sup> A data de falecimento foi identificada em seu inventário e a partir desta chegamos ao possível ano de seu nascimento. Em Moreira (2010), o ano de seu nascimento está registrado como 1850.

<sup>30</sup> A data de falecimento foi identificada em seu inventário e a partir desta chegamos ao possível ano de seu nascimento. Moreira (2010) registra o mesmo ano de nascimento.

<sup>31</sup> As fontes consultadas ao longo da pesquisa não apresentavam a data de nascimento de Gil Martins, limitando-se a informar que ele teria nascido em 1851 ou 1861. Assim, chegamos a essa data por meio do cruzamento de diferentes fontes, seguindo os percursos que descrevemos a seguir. Moreira (2010) apontava para o ano de 1861, mas não encontramos inicialmente documentação que assegurasse essa datação, enquanto que a árvore genealógica da família Martins Gomes Ferreira disponível em <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833> apontassem para o ano de 1851; em seguida, localizamos no Arquivo Público do Piauí o registro de casamento entre Gil Martins Gomes Ferreira e Maria da Fonseca Ferreira, em 6 de fevereiro de 1897, informando que ele se casou aos 36 anos de idade, mas próximo de completar 37 anos, permitindo confirmar que seu ano de nascimento era 1860. O dia e o mês de nascimento, por sua vez, foram identificados graças à menção de seu aniversário no jornal *O Apóstolo e A Imprensa*. A data de falecimento foi obtida em seu registro de óbito.

<sup>32</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e óbito. Não há indicação destas datas nas fontes consultadas, como Moreira (2010) e as árvores genealógicas da família Martins Gomes Ferreira presentes nos sítios eletrônicos: <https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile> e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>.

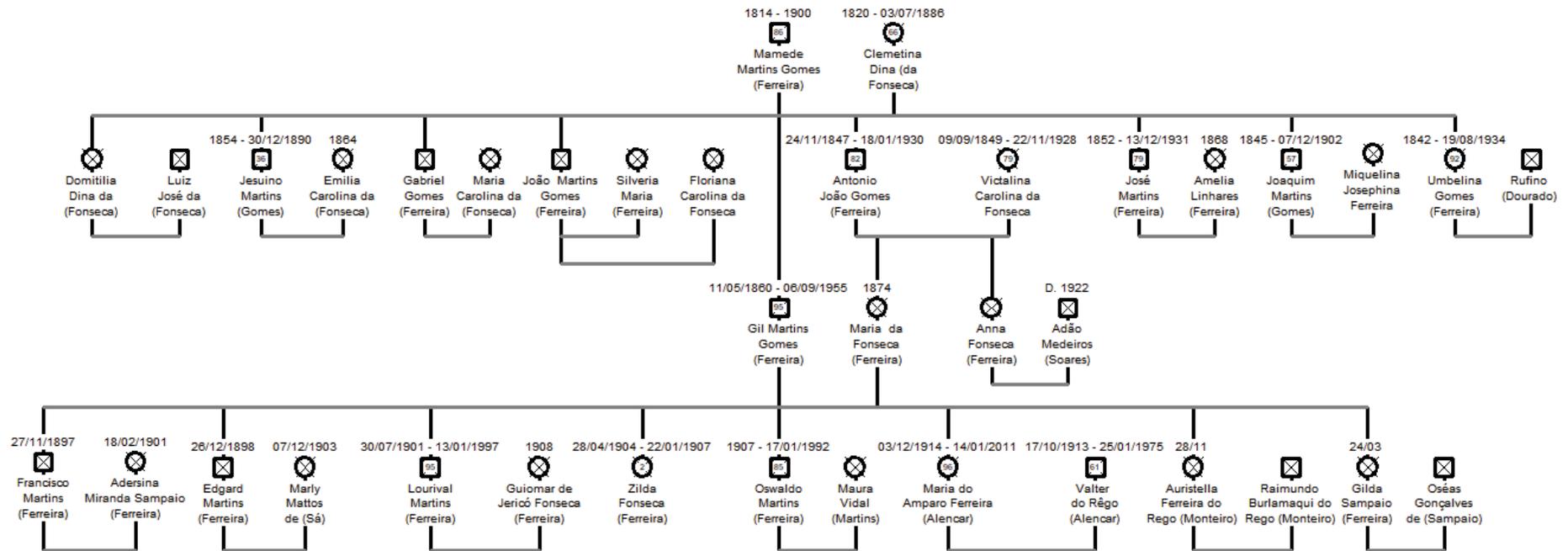
<sup>33</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e óbito. Não há indicação destas datas nas fontes consultadas, como Moreira (2010) e as árvores genealógicas da família Martins Gomes Ferreira presentes nos sítios eletrônicos: <https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile> e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>.

<sup>34</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e óbito. As datas indicadas foram obtidas a partir de fontes como Moreira (2010) e as árvores genealógicas da família Martins Gomes Ferreira presentes nos sítios eletrônicos: <https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile> e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>.

<sup>35</sup> Em Moreira (2010), esta filha do casal Clementina Dina da Fonseca e Mamede Martins Gomes Ferreira aparece está grafada no texto. No entanto, nos sítios eletrônicos <https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile> e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833> a mesma filha aparece com o nome de Domitília Josephina da Fonseca. Uma vez que a origem das informações dos sítios eletrônicos não está explicitada, optamos por manter a forma grafada por Moreira (2010).

<sup>36</sup> Na construção da árvore genealógica de Gil Martins Gomes Ferreira, optamos por definir como níveis limites a sua ascendência e descendência direta, além da ramificação horizontal da família composta por seus irmãos e irmãs, com seus respectivos casamentos. Foram ainda inseridas duas filhas de seu irmão Antonio João Gomes Ferreira, porque uma veio a se tornar sua esposa e outra foi esposa de um de seus sócios na Uzina Sant'Anna, Adão Medeiros Soares, assumindo especial relevância no contexto da discussão realizada neste trabalho de tese.

Figura 03: Árvore Genealógica de Gil Martins Gomes Ferreira (1860-1955)



Fonte: Moreira e outros<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> Além das informações apresentadas por Moreira (2010), também cruzamos dados a partir da árvore genealógica da família Martins Gomes Ferreira presentes nos sítios eletrônicos [www.myheritage.com.br](http://www.myheritage.com.br) e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>, como também os inventários de Jesuino Martins Gomes Ferreira (1894), Joaquim Gomes Ferreira (1903), José Martins Ferreira (1932), Francelina Carolina da Fonseca (1902), tendo sido todos encontrados no Arquivo Público do Piauí no acervo documental referente aos municípios de Floriano-PI e Jerumenha-PI. Não foi encontrado o inventário de Gil Martins Gomes Ferreira e dos demais familiares. Foi ainda consultado o acervo documental digitalizado e disponibilizado no sítio eletrônico [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org), constituindo-se dos registros de nascimento, casamento e óbito, permitindo identificar parte significativa da cronologia de vida dos familiares indicados, em especial, aquela referente aos filhos. A árvore genealógica foi construída pelo pesquisador utilizando o *software* GenoPro®.

Na *Figura 03: Árvore Genealógica de Gil Martins Gomes Ferreira (1860-1955)* foi possível identificar os familiares de Gil Martins, demonstrando que se trata de uma família extensa e de várias ramificações. Do casamento de Gil Martins com Maria da Fonseca Ferreira (1874-?)<sup>38</sup> nasceram oito filhos, todos em Teresina, que são: Francisco Martins da Fonseca<sup>39</sup> ou Francisco Martins Ferreira<sup>40</sup> (27/11/1897-?) casado com Adersina Miranda Sampaio Ferreira (18/02/1901-?)<sup>41</sup>; Edgar Martins Ferreira (26/12/1898-?)<sup>42</sup> casado com Marly Mattos de Sá (07/12/1903-?)<sup>43</sup>; Lourival Martins<sup>44</sup> ou Lourival Martins Ferreira<sup>45</sup> (30/07/1901-13/01/1997)<sup>46</sup>, casado com Guiomar de Jericó Fonseca Ferreira<sup>47</sup> (1908-?)<sup>48</sup>; Zilda Fonseca Ferreira<sup>49</sup> (28/04/1904-22/01/1907)<sup>50</sup>; Oswaldo Martins Ferreira<sup>51</sup> (1907-

<sup>38</sup> Não foram localizados os registros de nascimento e óbito de Maria da Fonseca Ferreira. Inferimos que tenha nascido no ano de 1874 a partir das informações contidas no registro de casamento com Gil Martins Gomes Ferreira e no registro de nascimento do filho do casal de nome Francisco Martins da Fonseca.

<sup>39</sup> TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Francisco Martins da Fonseca, em 27 de novembro de 1897*. Registro em: 30 nov. 1897. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LQK-DPF?i=49&cc=1582573>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>40</sup> Este sujeito aparece com o nome grafado de formas diferentes nos registros de nascimento e casamento. Para a construção da árvore genealógica, adotou-se o nome de casado, pois trata-se do registro mais recente.

<sup>41</sup> TERESINA (PI). *Certidão de casamento de Francisco Martins Ferreira e Adersina de Miranda Sampaio, em 18 de fevereiro de 1924*. Registro em: 18 fev. 1924. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89MQ-V83Y?i=787&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>42</sup> ALAGOA NOVA (PB). *Certidão de casamento de Edgard Martins e Marly Mattos de Sá, em 17 de julho de 1931*. Registro em: 13 jul. 1931. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-62F9-MY6?i=131&cc=2015754>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>43</sup> ALAGOA NOVA (PB). *Certidão de casamento de Edgard Martins e Marly Mattos de Sá, em 17 de julho de 1931*. Registro em: 13 jul. 1931. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-62F9-MY6?i=131&cc=2015754>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>44</sup> TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Lourival Martins, em 30 de julho de 1901*. Registro em: 3 ago. 1901. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89MQ-46PH?i=34&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>45</sup> Este sujeito aparece com o nome grafado de formas diferentes nos registros de nascimento e casamento. Para a construção da árvore genealógica, adotou-se o nome de casado, pois trata-se do registro mais recente.

<sup>46</sup> FLORIANO (PI). *Certidão de óbito de Lourival Martins Ferreira, em 13 de janeiro de 1997*. Registro em: 6. fev. 1997. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89MQ-1DHT?i=496&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>47</sup> TERESINA (PI). *Certidão de casamento de Lourival Martins Ferreira e Guiomar de Jericó Fonseca, em 30 de julho de 1927*. Registro em: 30 jul. 1927. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89MQ-ZV4M?i=104&wc=M5XJ-824%3A284768501%2C284764802%2C284775801&cc=2001150>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>48</sup> O ano de nascimento foi inferido a partir dos dados do registro de casamento.

<sup>49</sup> Esta filha de Gil Martins Gomes Ferreira não aparece nas fontes secundárias consultadas sobre a família, a exemplo de Moreira (2010). Acreditamos que a proximidade com o nome de Gilda Ferreira de Sampaio tenha feito que com o passar do tempo ela tenha sido esquecida e confundida com sua irmã, tendo em vista que viveu até perto de completar os 3 anos de idade. O registro de óbito indica que ela morreu de febre no sítio Sant'Anna.

<sup>50</sup> TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Zilda, em 28 de abril de 1904*. Registro em: 14 maio. 1904. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89MQ-46LB?i=167&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.; TERESINA (PI). *Certidão de óbito de Zilda, em 22 de janeiro de 1907*. Registro em: 22. jan. 1907. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q57-89MQ-DWWC?i=191&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>51</sup> O ano de nascimento deste sujeito foi inferido a partir do registro de óbito.

17/01/1992)<sup>52</sup> casado com Maura Vidal Martins<sup>53</sup>; Maria do Amparo Ferreira Alencar (03/12/1904-14/01/2011)<sup>54</sup> casada com Valter do Rêgo Alencar (17/10/1913-25/01/1975)<sup>55</sup>; Auristella Ferreira de Rego Monteiro (28/11/?-?)<sup>56</sup> casada com Raimundo Burlamaqui do Rêgo Monteiro<sup>57</sup>; Gilda Ferreira de Sampaio (24/03/?-?)<sup>58</sup> casada<sup>59</sup> com Oséas Gonçalves de Sampaio<sup>60</sup>.

Gil Martins viveu seus primeiros anos, não é possível afirmar ao certo quanto tempo, em Jerumenha-PI, nas terras do Vale do Solidão, assim como seus irmãos e irmãs. Em algum momento Gil Martins se mudou definitivamente para Teresina, o que deve ter ocorrido na passagem da década de 1870 para 1880, pois nesta última começam a aparecer traços de sua presença na capital. Alguns de seus irmãos permaneceram morando na região do vale, mesmo não sendo possível afirmar com certeza quantos lá se mantiveram. Pelo menos Antonio João Gomes Ferreira também fixou residência em Teresina, provavelmente pela atividade comercial que desenvolvera em sociedade com Gil Martins, como trataremos mais adiante, o que é possível confirmar a partir do conjunto da documentação utilizada na construção deste trabalho, tais como notas de jornal, registros de nascimento, casamento, morte e outros documentos referentes à família, os quais indicaram o local de residência deste sujeito.

---

<sup>52</sup> TERESINA (PI). *Certidão de óbito de Oswaldo Martins Ferreira, em 17 de janeiro de 1992*. Registro em: 18. jan. 1992. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99NP-RF5S?i=45&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>53</sup> Não foram encontrados dados referentes às datas de nascimento e morte de Maura Vidal Martins.

<sup>54</sup> TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Maria do Amparo Ferreira, em 6 de dezembro de 1904*. Registro em: 3 dez. 1904. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LKQ-DPF?i=49&cc=1582573>. Acesso em: 12 jul. 2019.; TERESINA (PI). *Certidão de óbito de Maria do Amparo Ferreira Alencar, em 14 de janeiro de 2011*. Registro em: 26. jan. 2011. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99NP-RF5S?i=45&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>55</sup> TERESINA (PI). *Certidão de casamento de Maria do Amparo Ferreira Alencar e Valter Alencar, em 7 de setembro de 1939*. Registro em: 7 set. 1939. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9MQ-T6LL?i=320&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>56</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e morte do casal ou outras fontes que permitissem identificar o período de vida. No entanto, a partir de matéria publicada no jornal *A Imprensa*, de 26 de novembro de 1925, foi possível identificar o dia e mês de aniversário de Auristella Ferreira de Rego Monteiro.

<sup>57</sup> Não foram encontrados registros que indiquem as datas de nascimento e morte.

<sup>58</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e morte do casal ou outras fontes que permitissem identificar o período de vida de ambos. No entanto, a partir de matéria publicada no jornal *A Imprensa*, de 22 de março de 1928, foi possível identificar o dia e mês de aniversário de Gilda Ferreira de Sampaio.

<sup>59</sup> TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Angelo Gil Ferreira de Sampaio, em 18 de janeiro de 1931*. Registro em: 23 jan. 1931. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LKQ-DPF?i=49&cc=1582573>. Acesso em: 12 jul. 2019.

<sup>60</sup> As fontes consultadas não permitem apontar o período de nascimento e morte deste sujeito. Sabe-se que foi médico em Teresina, tendo ocupado a presidência da Associação Piauiense de Medicina no ano de 1944, conforme jornal *Gazeta*, de 16 de dezembro de 1943.

Dentre os demais irmãos, é possível afirmar que Jesuíno Martins Gomes e José Martins Ferreira se mantiveram residentes em Jerumenha, conforme conseguimos constatar a partir dos inventários localizados<sup>61</sup>, enquanto que Joaquim Martins Gomes se fixou no município vizinho de Floriano-PI, o que foi verificado a partir de seu próprio inventário<sup>62</sup>. Quanto aos demais irmãos e irmãs não foram localizadas outras informações além daquelas já mencionadas até aqui.

Em visita ao Vale do Solidão foi possível encontrar as ruínas da casa onde Gil Martins e seus irmãos nasceram, como apresentamos na *Figura 04: Ruínas da casa onde Gil Martins nasceu, Landri Sales – PI*:

Figura 04: Ruínas da casa onde Gil Martins nasceu, Landri Sales – PI.



Fonte: Acervo do Pesquisador, 2017.

---

<sup>61</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Jesuíno Martins Gomes Ferreira, falecido em 30 de dezembro de 1890*. Registro em: 7 jun. 1894.; JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de José Martins Ferreira, falecido em 13 de dezembro de 1931*. Registro em: 12 jan. 1932.

<sup>62</sup> FLORIANO (PI). Comarca de Floriano. *Inventário de Joaquim Martins Gomes, falecido em 7 de dezembro de 1912*. Registro em: 14 ago. 1913.

A casa está situada em um grande latifúndio no Vale do Solidão, apresentando dimensões que indicam que fora pensada para comportar uma família grande, seja pela sua largura ou mesmo pelo comprimento. Aproximando-se da entrada da ruína, identificamos que a construção possuía cômodos grandes e paredes de larga espessura, o que é muito característico das construções de famílias de posse do interior do Piauí no século XIX, assim como também são muito encontradas residências desse tipo em outras regiões sertanejas do Brasil. A casa, ao lado da pecuária e da produção da fazenda no Piauí imperial, além de espaço da vida privada da família, era também um símbolo de poder, pois representava o conforto e o padrão de vida que o senhor podia prover a sua família e àqueles que viviam as suas expensas.

Dos registros encontrados, relata-se que a produção de cana no Vale do Solidão foi levada à frente pelos irmãos Antonio João Gomes Ferreira e Gil Martins Gomes Ferreira, gerando rapadura e açúcar mascavo para comercialização. Foi partindo desta produção inicial de açúcar que os irmãos intentaram elevá-la ao nível de escala industrial, fato que levou à fundação da primeira usina de açúcar do Estado, a *Usina Sant'Anna*, nome escolhido em homenagem a avó, Maria Magdalena de Sant'Anna. Segundo Moreira:

A lida com a cana e a produção exaustiva de açúcar mascavo, no **Vale do Solidão**, foi o embrião necessário para o grande salto de produção que inspirou **Antonio João** e **Gil Martins** na sociedade com o genro e cunhado **Adão Medeiros Soares**, que não entendia do assunto. O projeto foi coberto de sucesso e por muitos anos a **Usina Santana** reinou única nos arredores de Teresina. O nome **Santana** foi a forma que encontraram, **Antônio João** e **Gil Martins**, para homenagear sua querida avó, **Maria Magdalena de Sant'Anna**.<sup>63</sup>

Portanto, no Vale do Solidão encontramos o embrião do empreendimento que fez Gil Martins ser conhecido pelo título de industrial, a *Usina Sant'Anna*, muito embora tenha também atuado em outras fábricas e em outros ramos, a exemplo da indústria têxtil e da navegação do Rio Parnaíba, além dos cargos públicos que ocupou, inclusive eletivos. As fontes não permitiram indicar, precisamente, quando Gil Martins e seus sócios-parentes passaram a ter uma vida ativa na capital, mas acreditamos que isso tenha se dado no último quartel do século XIX, tendo em vista que é nesse período que Gil Martins aparece como sujeito protagonista no mundo comercial e político do Piauí. Tampouco as fontes indicam que

---

<sup>63</sup> MOREIRA, 2010, p. 39, grifos do autor.

tipo de formação escolar este sujeito obteve, se teve acesso ou não a curso superior, se estudou em Teresina ou em outro local, mas defendemos a perspectiva de que é provável que Gil Martins tenha tido acesso à aulas, possivelmente ministradas na própria fazenda onde residia, fato comum no período, de forma que pudesse prestar os exames que atestavam que o candidato detinha as aptidões e os conhecimentos necessários para ingressar no ensino superior, caso necessário.

Pensando o quadro da educação formal no período, Queiroz<sup>64</sup> analisa a precariedade das escolas e a incapacidade do estado de investir nessa área, fazendo surgir aulas particulares de primeira instrução e de disciplinas isoladas do curso secundário que “foram uma constante no panorama educacional do Piauí, desde a primeira metade do século XIX. Elas existiram na Capital, nas cidades e vilas do interior e nas próprias fazendas”<sup>65</sup>. Assim, acreditamos que o processo de escolarização de Gil Martins tenha acontecido nestes moldes, tendo iniciado ainda no interior do estado, na fazenda por nós já identificada anteriormente. Queiroz<sup>66</sup> afirma ainda que a formação em nível superior naquele período, referimo-nos ao espaço de tempo entre a segunda metade do século XIX e o fim da Primeira República, requeria uma etapa de estudos em outras províncias/estados. Embora tenhamos identificado muitas viagens de Gil Martins para fora do Piauí, estas se deram em espaços curtos de tempo não indicando que tenham sido para estudo, mas por motivos outros, tais como negociações comerciais e políticas ou ainda para descanso e lazer, como é o caso de viagem realizada para a Europa onde foi possível identificar sua chegada em Lisboa em 20 de junho de 1890<sup>67</sup>.

As relações familiares que possibilitaram o salto na produção de açúcar foram muito além dos laços fraternais dos irmãos. Como Brandão<sup>68</sup> afirma, no Piauí era comum desde o século XVIII a ocorrência de casamentos entre familiares próximos para a manutenção do patrimônio, bem como enquanto estratégia para reforçar laços políticos e a posição social do grupo. Este foi provavelmente o caso de Gil Martins, pois casou-se com Maria Emília Fonseca Ferreira, filha de seu irmão e sócio, Antonio João Gomes Ferreira em 07 de fevereiro de 1897<sup>69</sup>.

---

<sup>64</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>65</sup> QUEIROZ, 1994, p. 58.

<sup>66</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>67</sup> SECCÃO MARITIMA. *O Economista*, Lisboa, anno 9, n. 2636, p. 3, 20 jun. 1890.

<sup>68</sup> BRANDÃO, 1995.

<sup>69</sup> PIAUÍ. Arquivo Público do Piauí. *Registro de Casamento entre Gil Martins Gomes Ferreira e Maria da Fonseca Ferreira, em 6 de fevereiro de 1897*. 2. via, Teresina, 2019.

A prática de casamento entre integrantes da família não foi prerrogativa de Gil Martins. Moreira<sup>70</sup> nos informa ainda os seguintes casos: Josefa Fonseca Ferreira e Antonio Martins Gomes Ferreira (primos), Cristino Raymundo de Castro e Maria José Ferreira de Castro (primos), dentre outros<sup>71</sup>. A nosso ver, a união entre estas pessoas por meio do casamento indica um padrão adotado pelo grupo familiar como mecanismo de garantia da elitização de seus membros, no sentido de que se buscava garantir que os casamentos ocorressem entre pessoas do mesmo grupo social e da mesma região, mantendo a posse das terras do Vale do Solidão.

Assim, novamente nos voltando para as informações constantes na *Figura 03: Árvore Genealógica de Gil Martins Gomes Ferreira (1860-1955)*, percebemos que a família Martins Gomes Ferreira, desde o casamento entre os irmãos Mamede e André com as irmãs Clementina e Cândida, busca reforçar os laços de parentesco com a família Fonseca, que detinha a posse das terras na região do Vale do Solidão. Entre os irmãos de Gil Martins, identificamos 4 (quatro) casamentos que reforçam esse padrão: Jesuíno Martins Gomes casou-se com Emília Carolina da Fonseca (?-1864)<sup>72</sup>, Gabriel Gomes Ferreira casou-se com Maria Carolina da Fonseca<sup>73</sup>, João Martins Gomes Ferreira casou-se com Floriana Carolina da Fonseca (1857-?)<sup>74</sup> e Antonio João Gomes Ferreira casou-se com Victalina Carolina da Fonseca (09/09/1849-22/11/1928)<sup>75</sup>.

Estas uniões matrimoniais garantiam que as terras e demais bens permanecessem entre familiares pertencentes ao mesmo tronco familiar. De fato, a partir dos casamentos listados podemos dizer que desde o início do século XIX a família Fonseca e a família Martins Gomes Ferreira se constituíam em um único grupo familiar, tomando como ponto de partida a união dos pais de Gil Martins e seus tios André e Cândida. Os casamentos dos irmãos do nosso protagonista com mulheres de origem na família Fonseca se deram entre as herdeiras de

---

<sup>70</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>71</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>72</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Jesuíno Martins Gomes Ferreira, falecido em 30 de dezembro de 1890*. Registro em: 7 jun. 1894.

<sup>73</sup> Não foram encontrados registros que indiquem as datas de nascimento e morte.

<sup>74</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>75</sup> Não foram encontrados os registros de nascimento, casamento e óbito. As datas indicadas foram obtidas a partir de fontes como Moreira (2010) e as árvores genealógicas da família Martins Gomes Ferreira presentes nos [sítios eletrônicos: https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile](https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile) e <https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833>.

Francelina Carolina da Fonseca (?-14/05/1902)<sup>76</sup>, ou seja, 4 (quatro) irmãos Martins Gomes Ferreira casaram-se com 4 (quatro) irmãs Fonseca.

Em pesquisa ao acervo de inventários de bens de pessoas falecidas no município de Jerumenha, encontramos aquele referente a Francelina Carolina da Fonseca. A seguir, na *Tabela 01: Bens inventariados de Francelina Carolina da Fonseca*, apresentamos a relação de bens deixados por ela que, caso estivessem vivos teriam tido acesso os irmãos Jesuíno Martins Gomes, Gabriel Gomes Ferreira e João Martins Gomes Ferreira.

Tabela 01: Bens inventariados de Francelina Carolina da Fonseca<sup>77</sup>

<b>CATEGORIAS</b>	<b>BENS LISTADOS</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
<b>MÓVEIS</b> (Todos pertencentes à Fazenda Solidão)	1 Alambique velho inutilizado	10\$000
	1 Engenho velho inutilizado	10\$000
	1 Aviamento para mandioca	8\$000
	4 Panelas de Ferro velhas	2\$000
	2 enchadas	1\$000
	1 machado americano	2\$000
	1 taixo pequeno de cobre	4\$000
	1 mesa	2\$000
	1 banco	\$500
	4 cadeiras	2\$000
<b>SEMOVENTES</b>	150 cabeças de gado na Fazenda Solidão	3:000\$000
	125 cabeças de gado na Fazenda Serra	2:500\$000
	115 cabeças de gado na Fazenda Jaco	2:300\$000
<b>CAVALLOS</b>	4 cavallos na Fazenda Solidão	60\$000
	3 cavallos novos na Fazenda Solidão	60\$000
	2 cavallos velhos na Fazenda Jaco	30\$000
	1 cavallo novo na Fazenda Jaco	30\$000
	2 cavallos novos na Fazenda Serra	30\$000
	1 cavallo novos na Fazenda Serra	30\$000
	4 burros velhos na Fazenda Solidão	160\$000
	1 burro de 2 anos na Fazenda Solidão	50\$000
	10 éguas na Fazenda Retiro	120\$000
	4 éguas novas na Fazenda Retiro	80\$000
4 poldros de ano	48\$000	
2 cavallos pastores na Fazenda Retiro	50\$000	
<b>RAIZ</b>	1 posse de terra na Fazenda Serra, recebida na herança do marido Anacleto José da Fonseca	5\$000
	3 posses de terras na Fazenda Conceição recebida em herança	40\$000

<sup>76</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Francelina Carolina da Fonseca, falecida em 14 de maio 1902*. Registro em: 18 ago. 1902.

<sup>77</sup> Para a construção da tabela optou-se por utilizar as mesmas categorias de bens utilizadas no corpo do inventário, bem como a descrição de cada item, de forma que se possa identificar a origem do bem, quando este tiver sido oriundo de herança recebida por Francelina Carolina da Fonseca. Registre-se, ainda, que ao longo do documento as palavras sítio, localidade, lugar e fazenda são utilizadas como sinônimos. Assim, padronizamos o uso do termo “fazenda” nas descrições das terras, pois acreditamos que este é o que melhor se aplica.

CATEGORIAS	BENS LISTADOS	AVALIAÇÃO
	2 posses de terras na Fazenda Solidão recebida em herança	4\$000
	1 posse de terra na Fazenda Dezerto recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	16\$000
	1 posse de terra na Fazenda Almas recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	30\$000
	2 posses de terras a mais na Fazenda Solidão recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	3\$000
	2 posses de terras na Fazenda Bonito recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	2\$212
	1 posse de terra na Fazenda Conceição recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	2\$000
	1 posse de terra na Fazenda Solidão recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	13\$000
	1 posse de terra na Fazenda Conceição recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	40\$000
	1 posse de terra na Fazenda Curibundo, no Estado do Maranhão, recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	30\$000
	1 posse de terra na Fazenda Conceição recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	6\$820
	1 posse de terra na Fazenda Almas, no lugar Riacho do Matto, recebida em herança do marido Anacleto José da Fonseca	8\$580
	1 posse de terra na Fazenda Bonito recebida em herança de seu filho Antonio Ferreira da Fonseca	10\$000
	1 posse de terra na Fazenda Chapada recebida em herança do filho Antonio Ferreira da Fonseca	6\$000
	3 posses de terras na Fazenda Retiro recebida em herança do filho Antonio Ferreira da Fonseca	19\$130
	Metade da casa coberta de telha havida por herança do filho Antonio Ferreira da Fonseca	300:000
	Metade da casa, cercado e curral na Fazenda Boa Sorte havida por herança do filho Antonio Ferreira da Fonseca	100\$000
	1 casa de telha e 2 currais de madeira na Fazenda Solidão	200\$000
	2 roças com bananeiras, laranjeiras e cajazeiras na Fazenda Solidão	200\$000
	1 casa coberta de palha, com 2 currais de madeira na Fazenda Jaco	30\$000
	1 casa coberta de palha, com 2 currais de madeira na Fazenda Serra	30\$000
<b>DÍVIDA ACTIVA</b>	José Martins de Castro	943\$408

Fonte: JERUMENHA, 1902<sup>78</sup>.

Como pode ser notado a partir da leitura da *Tabela 01: Bens inventariados de Francelina Carolina da Fonseca*, a falecida sogra dos irmãos de Gil Martins mantinha um patrimônio significativo, contando com uma quantidade expressiva de cabeças de gado e de terras, inclusive no estado do Maranhão, como é o caso da Fazenda Curibundo. Dentre os

<sup>78</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Francelina Carolina da Fonseca, falecida em 4 de maio 1902*. Registro em: 18 ago. 1902.

irmãos de Gil Martins, apenas Antonio João Gomes Ferreira estava vivo, tendo representado sua esposa, Victalina Carolina da Fonseca, como seu procurador, durante o processo de partilha. Ao casal, coube a seguinte uma parcela dos bens correspondente a 927\$922 (novecentos e vinte e sete mil e novecentos e vinte dois réis), pago da seguinte forma: 740\$000 (setecentos e quarenta mil réis) pagos na quantidade de 37 (trinta e sete) cabeças de gado da Fazenda Jaco; 30\$000 (trinta mil réis) pagos com 1 (um) cavalo novo da Fazenda Jaco; 12\$000 (doze mil réis) pago com 1 (uma) égua velha da fazenda Retiro; 15\$000 (quinze mil réis) pagos com 1 (um) cavalo novo da Fazenda Jaco; 27\$272 (vinte e sete mil e duzentos e setenta e dois réis) como parte de um casa de telha; 2\$727 (dois mil e setecentos e vinte sete réis) como parte da posse de terra na Fazenda Curibundo; 5\$159 (cinco mil e cento e cinquenta e nove réis) como parte da posse de terra na Fazenda Conceição; 85\$764 (oitenta e cinco mil e setecentos e sessenta e quatro réis) como parte da dívida devida por José Martins de Castro).

Dessa forma, identificamos que o casal Antonio João Gomes Ferreira e Victalina Carolina da Fonseca puderam ampliar seu próprio patrimônio a partir dos bens herdados de Francelina Carolina da Fonseca, ao passo em que se garantia que as terras, em especial, continuassem em poder do mesmo grupo familiar. O testamento da falecida aponta uma preocupação especial com as filhas solteiras, Guilhermina Carolina da Fonseca (1868-?)<sup>79</sup> e Senhorinha Carolina da Fonseca (1870-?)<sup>80</sup>, com a viúva de Jesuíno Gomes Ferreira, Emília Carolina da Fonseca e com o filho Vicente José da Fonseca (1855-?)<sup>81</sup>, pois coube unicamente a este herdar a “casa de telhas, roças fructoras, terras e mais bemfeitorias, [...] na fazenda e sitio muito conhecido e denominado ‘Solidão’ deste districto de Jeromenha”<sup>82</sup>. Ao filho Vicente, coube uma espécie de recompensa, pois sua mãe deixa claro que seu quinhão a mais se dá por ter sido ele quem manteve os cuidados com a Fazenda Solidão após a morte de seu pai, Anacleto José da Fonseca. Quanto às filhas Guilhermina e Senhorinha, a falecida julgou que estavam em situação mais vulnerável, uma vez que não tinham marido, apontando para uma característica muito evidenciada no período que via o casamento como uma instância da vida que garantia certo grau de segurança, enquanto a ausência deste significava insegurança. Note-se que isso se manifestava mesmo quando a falta do marido se dava pela viuvez, como

---

<sup>79</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>80</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>81</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>82</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Francelina Carolina da Fonseca, falecida em 4 de maio 1902*. Registro em: 18 ago. 1902.

foi o caso de Emília, que já possuía bens herdados do marido e apresentados na *Tabela 02: Bens inventariados de Jesuíno Martins Gomes*, os quais apresentamos a seguir:

Tabela 02: Bens inventariados de Jesuíno Martins Gomes<sup>83</sup>

CATEGORIAS	BENS LISTADOS	AVALIAÇÃO
<b>MÓVEIS</b>	1 jogo de baús	25\$000
	20 cabeças de gado na Fazenda Rua	300\$000
<b>SEMOVENTES</b>	4 cavallos novos	120\$000
	1 burra nova	60\$000
	3 jumentos	60\$000
<b>RAIZ</b>	4 posses de terras na Fazenda Bonito	4\$000
	1 posse de terra na Fazenda Curibundo	3\$000

Fonte: JERUMENHA, 1894<sup>84</sup>.

Nota-se que Emília Carolina da Fonseca não havia herdado muitos bens do marido, os quais estavam repartidos com o único filho do casal, Jesuíno Gomes da Fonseca. No entanto, a análise dos bens do falecido Jesuíno nos permite perceber que a Fazenda Curibundo do Maranhão era uma propriedade comum aos Fonseca e aos Martins Gomes Ferreira, pois a mesma localidade parece também no inventário de Francelina Carolina da Fonseca. É possível que esta propriedade seja oriunda dos bens herdados pela família a partir de Joaquim José da Fonseca (pai de Clementina Diná da Fonseca e avô de Gil Martins e seus irmãos), que quando chegou de Portugal havia se instalado primeiramente no Maranhão, nas região do atual município de São João dos Patos, como apontara Moreira<sup>85</sup> e já discutimos anteriormente neste trabalho.

Além de Jesuíno, também permaneceu em Jerumenha o irmão de Gil Martins, José Martins Ferreira. A partir de seu inventário<sup>86</sup> e do que nos é apontado por Moreira<sup>87</sup>, este irmão de Gil Martins tanto permaneceu em Jerumenha, como continuou a se dedicar à vida no campo e, por isso, teria recebido o apelido de *Zé Sapucaia*, em referência ao nome da localidade onde residia. A seguir, apresento a *Figura 05: José Martins Ferreira e família*:

<sup>83</sup> Para a construção da tabela optou-se por utilizar as mesmas categorias de bens utilizadas no corpo do inventário, bem como a descrição de cada item. Neste inventário, todas as posses de terras são identificadas como pertencentes às fazendas identificadas no corpo da tabela, não tendo sido necessário proceder à padronização utilizada no caso do inventário de Francelina Carolina da Fonseca.

<sup>84</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Jesuíno Martins Gomes Ferreira, falecido em 30 de dezembro de 1890*. Registro em: 7 jun. 1894.

<sup>85</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>86</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de José Martins Ferreira, falecido em 13 de dezembro de 1931*. Registro em: 12 jan. 1932.

<sup>87</sup> MOREIRA, 2010.

Figura 05: José Martins Ferreira e família



Fonte: MOREIRA, 2010<sup>88</sup>.

A fotografia provavelmente foi produzida no final da década de 1920, possivelmente próximo à morte de José Martins Ferreira, estando ladeado pela esposa, Amélia Linhares Ferreira (1868-?)<sup>89</sup> a sua direita, a sua esquerda pela filha Rita Linhares Ferreira e, à direita de sua esposa, pela filha Aurora Linhares Ferreira e, por quem presumimos que sejam suas netas Doninha, Eumélia e Eronita<sup>90</sup>. A fotografia possivelmente foi tirada na propriedade em que residiu até seus últimos dias, estando ao fundo a casa de palha descrita em seu inventário e que veio a ser dividida entre a esposa e seus filhos. Apresentamos a seguir a *Tabela 03: Bens inventariados de José Martins Ferreira*, permitindo avaliar as condições de seu patrimônio.

---

<sup>88</sup> MOREIRA, 2010, p. 30.

<sup>89</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de José Martins Ferreira, falecido em 13 de dezembro de 1931*. Registro em: 12 jan. 1932.

<sup>90</sup> MOREIRA, 2010.

Tabela 03: Bens inventariados de José Martins Ferreira<sup>91</sup>

CATEGORIAS	BENS LISTADOS	AVALIAÇÃO
<b>MÓVEIS</b> (Todos os bens localizados na Fazenda Sapucaia)	2 mezas grandes	20\$000
	6 cadeiras	18\$000
	2 bancos grandes de madeira	6\$000
	1 jogo de baús	30\$000
	1 sella e seus pertences	25\$000
	1 corona	15\$000
	3 cangalhas	18\$000
	2 redes	20\$000
	3 panellas de ferro	9\$000
	3 cazaes de pratos	6\$000
	3 talheres	6\$000
	3 colheres de metal	6\$000
	4 cazaes de chicaras	4\$000
<b>SEMOVENTES</b>	60 cabeças de gado na Fazenda Bom Sucesso	1:800\$000
	4 cavallos na Fazenda Bom Sucesso	160\$000
	3 jumentos na Fazenda Sapucaia	120\$000
<b>RAIZ</b>	1 casa de palha na Fazenda Conceição	100\$000
	1 posse de terra na Fazenda Corrente por doação de Mamede Martins Gomes	7\$500
	2 posses de terra na Fazenda Bom Sucesso	9\$855
	1 posse de terra na Fazenda Bom Sucesso por doação de Mamede Martins Gomes	20\$000
	1 posse de terra na Fazenda Conceição recebida por doação de Mamede Martins Gomes	78\$500
	1 posse de terra na Fazenda Conceição recebida por doação de Mamede Martins Gomes	10\$000

Fonte: Jerumenha, 1932<sup>92</sup>.

Um elemento que se destaca no inventário de José Martins Ferreira são as terras que sua viúva apresentou na lista de bens, doados pelo pai do falecido, Mamede Martins Gomes Ferreira. Como já apontamos anteriormente, o inventário deste irmão de Gil Martins é 1 (um) dos 3 (três) localizados. No entanto, este é o único que indica que houve transferência de terras entre o patriarca da família e um dos herdeiros, não por herança, mas por doação. Considerando a morte prematura de Jesuíno Martins Gomes, seria de se esperar que ele não tivesse bens desse tipo de origem, mas o mesmo não se aplica a Joaquim Martins Gomes,

<sup>91</sup> Para a construção da tabela optou-se por utilizar as mesmas categorias de bens utilizadas no corpo do inventário, bem como a descrição de cada item. Neste inventário, todas as posses de terras são identificadas como pertencentes às fazendas identificadas no corpo da tabela, não tendo sido necessário proceder à padronização utilizada no caso do inventário de Francelina Carolina da Fonseca.

<sup>92</sup> JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de José Martins Ferreira, falecido em 13 de dezembro de 1931*. Registro em: 12 jan. 1932.

cujos bens inventariados<sup>93</sup> apontam propriedades em Jerumenha, mas não adquiridos por herança de seu pai ou sua mãe, mesmo tendo falecido em 07 de dezembro de 1902, o que corresponde a 2 (dois) anos após a data provável da morte de seu pai Mamede Martins Gomes Ferreira e 6 (seis) anos após a data da morte (03/07/1886) de sua mãe Clementina Diná da Fonseca.

A ausência de outras fontes não permite aprofundar as análises sobre a lógica utilizada na partilha dos bens herdados do patriarca da família, mas é possível inferir que José Martins Ferreira tenha sido beneficiado pelo pai quando este ainda estava em vida, possivelmente por ter permanecido na terra, cuidando da propriedade rural e da produção que ali se dava. Outra variável que não pode ser desprezada é a aparente pobreza deste membro da família se comparada sua situação financeira com a dos irmãos que viviam na capital, como Gil Martins e Antonio João Gomes Ferreira. As doações de terra podem ter sido um caminho adotado por Mamede Martins Gomes Ferreira com o intuito de minimizar este cenário. Diferente de Gil Martins ou Antonio João Gomes Ferreira, que eram chamados de coronéis, ou Joaquim Martins Gomes, referido como capitão em seu inventário de morte<sup>94</sup>, José Martins Ferreira parece não ter atuado para além das fronteiras da fazenda.

No caso de Joaquim Martins Gomes, seu inventário permitiu a construção da *Tabela 04: Bens inventariados de Joaquim Martins Gomes*, expressa da seguinte forma:

---

<sup>93</sup> FLORIANO (PI). Comarca de Floriano. *Inventário de Joaquim Martins Gomes, falecido em 7 de dezembro de 1902*. Registro em: 14 ago. 1903.

<sup>94</sup> FLORIANO (PI). Comarca de Floriano. *Inventário de Joaquim Martins Gomes, falecido em 7 de dezembro de 1902*. Registro em: 14 ago. 1903.

Tabela 04: Bens inventariados de Joaquim Martins Gomes<sup>95</sup>

CATEGORIAS	BENS LISTADOS	AVALIAÇÃO
MÓVEIS	1 mesa de jantar	5\$000
	1 banca da potes	4\$000
	8 cadeiras cobertas de sola	12\$000
	1 máquina de costura	40\$000
	1 mala de viagem	10\$000
SEMOVENTES	1 cavallo novo na Fazenda Manga	40\$000
	1 cavallo novo na Fazenda Sapucaia	40\$000
	1 cavallo velho na Fazenda Sapucaia	15\$000
	1 burro velho na Fazenda Sapucaia	40\$000
	1 burro velho na cidade de Floriano-PI	40\$000
	1 égua na Fazenda Muquem	35\$000
RAIZ	1 casa de telha na rua Conselheiro Saraiva, Floriano-PI	2:800\$000
	1 posse de terra na Fazenda Alegre	90\$000
	1 posse de terra na Fazenda Conceição	30\$000
	1 posse de terra na Fazenda Boa vista	40\$000

Fonte: FLORIANO, 1903<sup>96</sup>.

No caso deste irmão de Gil Martins, notamos que o mesmo não possuía cabeças de gado como fora apresentado nos demais inventários consultados, mas o mesmo possuía propriedades na região, além de cavalos e burros que ficavam na Fazenda Sapucaia, possivelmente sob os cuidados de José Martins Ferreira. É provável que as rendas de Joaquim Martins Gomes sejam oriundas do comércio, uma vez que identificamos que ele chegou a compor sociedade com Gil Martins e Antônio João Gomes Ferreira até o início da década de 1910<sup>97</sup>.

Se por um lado os casos apontados indicam o uso de estratégias de casamento dentro do mesmo grupo familiar, outro mecanismo adotado no período é a ampliação das redes de poder por meio da união matrimonial com alguém de fora do grupo, desde que fosse considerado um elemento que pudesse vir a fortalecê-lo. Parece ser este o caso da filha de Antonio João Gomes Ferreira, Anna Fonseca Ferreira, que veio a constituir matrimônio com Adão Medeiros Soares (?-1922)<sup>98</sup>. Dessa maneira, além de se tornar genro de Antonio João,

<sup>95</sup> Para a construção da tabela optou-se por utilizar as mesmas categorias de bens utilizadas no corpo do inventário, bem como a descrição de cada item. Nessa tabela, procedemos à mesma padronização utilizada no caso do inventário de Francelina Carolina da Fonseca, optando pela padronização do termo Fazenda.

<sup>96</sup> FLORIANO (PI). Comarca de Floriano. *Inventário de Joaquim Martins Gomes, falecido em 7 de dezembro de 1902*. Registro em: 14 ago. 1903.

<sup>97</sup> EDITAES. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 19, p. 3, 24 jan. 1912.

<sup>98</sup> Não foi possível identificar as datas de nascimento, casamento e morte deste sujeito. A partir de nota obtuária publicada pelo jornal *O Aviso*, de 30 de setembro de 1922, foi possível identificar que havia falecido naquele ano na cidade de São Paulo-SP, onde atuava como comerciante.

este sujeito se constituía enquanto cunhado de Gil Martins, visto que suas esposas eram irmãs, tendo sido sócio dos irmãos na fundação da *Uzina Sant'Anna*.

Acreditamos que Adão Medeiros Soares fosse homem de posses, uma vez que os casamentos no período levavam em consideração o poder aquisitivo das famílias, além do fato de que dificilmente ele seria aceito na sociedade dos irmãos se não pudesse contribuir ao menos com os investimentos necessários para a instalação da usina e demais empreendimentos que a *Gil Martins & C.<sup>a</sup>* detinha no Piauí. Tomando, portanto, a informação de Moreira como fidedigna, fica claro que a chegada de Adão Soares no grupo familiar não foge à regra, uma vez que casamentos entre grupos familiares diferentes se davam à medida que estes pudessem indicar benefícios para ambos os lados envolvidos.

Ao estudar a formação da elite piauiense, Brandão<sup>99</sup> caracterizou dois grandes grupos: um ao norte, liderado pela família Castelo Branco e outro no centro-sul liderada pelos Sousa Martins. A estas famílias tronco se conectavam outras famílias tendo em vista o lugar social, econômico e político ocupado por cada uma. A família de Gil Martins, portanto, estava inserida no contexto de formação da elite do Centro do Sul do Piauí, utilizando das estratégias já estabelecidas enquanto *práxis* social. Dessa forma, o enlace matrimonial entre Adão Medeiros Soares e Ana Fonseca Ferreira se enquadra nos padrões aqui discutidos.

Tradicionalmente, a historiografia piauiense tende a afirmar que o cultivo da cana de açúcar nas fazendas era bastante incipiente, uma vez que se tratava de uma produção para consumo interno de açúcar, rapadura e aguardente. Referências nesse sentido também são feitas em relação ao cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, de forma que estes produzidos no âmbito de uma agricultura de subsistência, sendo o algodão a exceção, uma vez que na segunda metade do século XIX alcançara patamares de exportação. Dessa maneira, Queiroz<sup>100</sup>, em estudo sobre a economia piauiense, refere que tanto a cultura da cana quanto do fumo era produzida em âmbito local, para atender ao consumo provincial, reafirmando a limitação dessa produção. Por outro lado, a própria autora afirma que o “número de pequenos engenhos de madeira ou engenhocas era relativamente grande em alguns municípios, principalmente no norte e sudoeste da Província”<sup>101</sup>.

Colocamo-nos contrários a esta tese, pois as fontes indicam que, muito embora essa produção fosse feita a partir de engenhos artesanais, alcançava patamares comerciais para além do consumo interno das fazendas onde o açúcar era produzido, como aconteceu no Vale

---

<sup>99</sup> BRANDÃO, 1995.

<sup>100</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006b.

<sup>101</sup> QUEIROZ, 2006b, p. 27.

do Solidão, a ponto de gerar renda para seus produtores. Assim, a atuação dos fazendeiros no caso em análise ia além da produção pecuarista, como era comum em outras regiões do estado.

Na mesma época em que se dava a produção de açúcar pelos irmãos Martins Gomes Ferreira, na segunda metade do século XIX, o Piauí registrava quantidade expressiva de engenhos artesanais em diferentes regiões do Estado, de norte a sul, como já referido por Queiroz<sup>102</sup>. A respeito desta produção, é importante analisar o que Bastos<sup>103</sup> deixa registrado no verbete açúcar em seu dicionário histórico:

Em 1860 era fabricado em Picos em um pequeno engenho de madeira. Em 1866 existiam 21 engenhos de madeira em Parnaguá, em que se empregavam 222 braços escravos, e 85 engenhocas, que utilizavam 75 escravos e 87 livres. Em 1867 havia um engenho na feitoria de São Máximo, do Departamento de Nossa Senhora de Nazaré, das fazendas nacionais. Nesse ano Campo Maior contava com 26 engenhos de madeira, mas somente para a fabricação de rapaduras, utilizando de 50 a 60 escravos e 80 braços livres.<sup>104</sup>

Nesse sentido, percebe-se que com o avançar dos anos o açúcar vai ganhando espaço no interesse dos fazendeiros locais, de norte a sul do estado. No século que transcorre entre as décadas de 1760 até 1860, progressivamente foram criados novos engenhos que empregavam desde mão de obra livre a escrava em números que, em alguns casos, chega à soma de mais de 200 escravos e mais de 80 trabalhadores livres, quantitativo que consideramos significativo, sobretudo quando o analisamos no contexto do Piauí naquele período. Ainda que esta produção estivesse dispersa geograficamente, nota-se que foram empreendidos esforços pelos produtores locais a fim de ampliar sua produção, tendo o açúcar sido considerado rentável e digno de merecer os investimentos necessários para ampliação desse ramo produtivo.

Desse modo, há de se rejeitar a tese outrora levantada por Brandão<sup>105</sup> de que a não produção de cana de açúcar em solo piauiense no período que a historiografia convencionou denominar de Brasil Colonial se deu pela inabilitação do solo. Como Bastos nos diz, o açúcar “já era fabricado, artesanalmente, desde 1760”<sup>106</sup>, indicação esta que aponta para a necessária

---

<sup>102</sup> QUEIROZ, 2006b.

<sup>103</sup> BASTOS, C. A. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>104</sup> BASTOS, 1994, p. 21.

<sup>105</sup> BRANDÃO, T. M. P. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: UFPI, 1999.

<sup>106</sup> BASTOS, 1994, p. 21.

formulação de outras explicações para a ausência da produção açucareira no Piauí em larga escala. Castro<sup>107</sup> afirma que, na passagem do século XVI ao XVII, os custos para a implantação de um engenho eram muito altos, colocando-se aí um obstáculo para eventuais cultivadores de cana de fato produzirem açúcar.

Desse modo, acreditamos que a falta de incremento na produção açucareira no Piauí durante séculos ocorreu, em parte, pela falta de recursos para tal tarefa. Registre-se, como o fez Lima<sup>108</sup>, que a ocupação do território piauiense se deu através da implantação de fazendas de gado que naquele momento se mostravam mais atraentes e acessíveis aos proprietários locais, haja vista que esta atendia ao mercado interno, seja do próprio Piauí ou de outras regiões do país, enquanto que a produção de açúcar visava atender o mercado exterior, demandando uma estrutura logística que o Piauí não dispunha naqueles anos. Teriam sido necessárias, portanto, grandes somas de capital para a implantação de uma produção industrial naquele período.

Segundo Brandão<sup>109</sup>, o colonizador tinha na pecuária o único caminho para produção de renda e constituição de riqueza no Piauí, pois os solos seriam bons para pasto, mas não para as plantações de cana. Assim, a autora defende:

A escolha da pecuária como atividade principal talvez tenha resultado da observação aos caracteres físicos regionais e ao fato de os currais já virem adentrando no sertão. Mas, é provável, ainda, que a capacidade da criação bovina de ocupar vasta área em tempo relativamente exíguo, com reduzido número de pessoas e pouco capital tenham influído na escolha.<sup>110</sup>

A autora, portanto, nos apresenta os motivos que julga terem sido levados em consideração pelo colonizador, acrescentando ainda que “a inexistência de solos agricultáveis e a distância a ser percorrida até os portos marítimos, inviabilizavam o cultivo da cana para a fabricação do açúcar”<sup>111</sup>. Nessa perspectiva, depreende-se que um dos obstáculos à produção de açúcar no Piauí foi a própria localização da capitania, uma vez que distante e isolada dos principais portos de exportação, teria dificultado o incremento de itens de exportação. Há de se considerar também que “eram inúmeros e vultosos os gastos para a constituição de uma

---

<sup>107</sup> CASTRO, A. B. de. *Ensaio sobre a economia brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

<sup>108</sup> LIMA, 2016.

<sup>109</sup> BRANDÃO, 1999.

<sup>110</sup> BRANDÃO, 1999, p. 47.

<sup>111</sup> BRANDÃO, 1999, p. 47.

unidade agroindustrial açucareira”<sup>112</sup>, bem como que a capitania não possuía estradas de qualidade que permitissem a operação logística necessária para o escoamento da produção.

Brandão enfatiza ainda a preferência do colonizador pela pecuária em detrimento da cultura da cana, dado que a produção bovina propiciava a ocupação rápida de grandes extensões de terra, condição essencial para garantir a posse das sesmarias recebidas. Desse modo, usando pouca mão de obra, independentemente se escrava ou livre, os colonizadores utilizavam-se da facilidade de locomoção do gado para acelerar o ritmo da ocupação. Além disso, cabe considerarmos que parte significativa da colonização piauiense se deu do interior para o litoral, através das entradas vindas da Bahia e de Pernambuco, onde o clima era diferente, podendo ter passado a impressão de que a cultura da cana era inviável.

Dessa forma, defendemos a tese de que o não cultivo da cana de açúcar para produção e exportação se deve às questões de ordem financeira e econômica e não à natureza dos solos. Há que se enfatizar ainda que durante muito tempo as sesmarias referentes às terras dos “sertões de dentro”<sup>113</sup> eram doadas tanto pela capitania da Bahia, como também pelas capitanias de Pernambuco e do Maranhão. Assim, os sesmeiros teriam que ocupar as terras o mais rápido possível, pois o risco de uma mesma terra ser doada mais de uma vez era muito alto. Logo, o mais razoável seria optar pela pecuária em detrimento da cultura da cana pelos motivos já expostos.

Apesar das questões levantadas, houve alguns poucos “homens corajosos” que se aventuraram, ainda que de forma artesanal, na produção de açúcar. Segundo Bastos<sup>114</sup>, o açúcar era um produto “[...] de qualidade inferior. Era refinado em tacho de cobre, misturando-o com água e levando ao fogo. Na fervura deitava-se clara de ovo batido. O refino era alvíssimo”<sup>115</sup>. Esta descrição é relativa ao açúcar produzido no Piauí na segunda metade do século XVIII, período em que o açúcar pernambucano já não era o centro dos interesses lusitanos, sobretudo pelo deslocamento de interesse para o eixo mineiro por causa da grande quantidade de jazidas de ouro lá encontradas. Muito provavelmente, a produção artesanal do açúcar piauiense tenha se desenvolvido como uma forma de suprir localmente uma necessidade já não suprida pela produção em decadência das províncias vizinhas ou ainda

---

<sup>112</sup> CASTRO, 1980, p. 15.

<sup>113</sup> Nome que as terras recebiam antes da fundação da Capitania de São José do Piauí. Dessa forma, as terras eram sem dono, sendo ocupadas por desbravadores que requeriam suas sesmarias à sua Capitania de origem. O mais famoso deles foi Domingos Afonso Mafrense, que recebeu sesmarias no Piauí doadas pela Casa da Torre na Bahia. Fixou moradia nessas terras por cerca de 25 anos. Ao morrer, deixou-as para os padres jesuítas.

<sup>114</sup> BASTOS, 1994.

<sup>115</sup> BASTOS, 1994, p. 21.

tenha se dado na perspectiva de oferecer um produto mais barato que aquele oriundo de outras regiões, dadas as condições logísticas que encareciam o preço dos produtos consumidos via importação.

Nesse cenário, a produção de açúcar da família Martins Gomes Ferreira na segunda metade do século XIX, no sul do Piauí, deve ser vista como o resultado de um movimento que desloca para a produção interna a demanda de consumo da população das fazendas e dos núcleos urbanos. Diante desse quadro, é razoável admitir e propor que a produção de açúcar da família Martins Gomes Ferreira tenha feito uso de mão de obra escrava associada à livre para manter a produção que, seguindo pelo rio Gurguéia e depois pelo Parnaíba, seria vendida nas casas comerciais em Teresina.

É partindo dessa reflexão que defendemos que a produção piauiense surge como uma maneira de suprir as necessidades de uma elite local, ávida por consumir artigos de luxo. Afinal, como Castro apontou, o cultivo da cana-de-açúcar e a instalação de um moinho, ainda que pequeno, gerava gastos vultuosos que certamente não estavam ao alcance das camadas sociais de menor poder aquisitivo. Esta produção, como já dito, utilizou-se de escravos, cuja propriedade era restrita aos fazendeiros, proprietários de terra e recursos financeiros. Possuir um escravo como mão de obra era provavelmente mais vantajoso que manter trabalhadores livres, mas isso não significa dizer que a produção fosse isenta de gastos. Além de retirar lucros da produção dos escravos, os seus senhores deveriam lhes dar o que vestir e o que comer, ainda que fosse de má qualidade, o que caracterizava um aumento nos custos gerados no processo de fabricação do açúcar.

A partir da segunda metade do século XIX, as autoridades políticas piauienses parecem abrir seus olhos para a necessidade de investimento em novas fontes de renda, incentivando outras formas de produção a partir do que se observa que é produzido nas províncias vizinhas. Nesse sentido, recomenda-se a produção de açúcar a partir do cultivo da cana. No ano de 1860, período apenas um pouco anterior àquele mencionado por Bastos – 1866 –, onde aparecem os números que comentamos há pouco, nos deparamos com uma mensagem provincial<sup>116</sup> que trata justamente da necessidade desses investimentos e de fazer despertar “as fontes de imensa riqueza existentes nesta Província, mas que ahi jazem

---

<sup>116</sup> PIAUÍ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauhy Dr. Diogo Velho Cavalcanti D'Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860*. Therezina: Typographia Constitucional de J. da S. Leite, 1860.

occultas, ou estagnadas à espera de braços, e capitães, que as façam brotar”<sup>117</sup>. O presidente da província assim indica o que devia ser feito:

[...] fundar para esse fim estabelecimentos próprios sob a protecção das autoridades locais, ao mesmo tempo comissionar fazendeiros da Província para irem estudar a cultura similar da canna, do algodão, e café nas Províncias mais adiantadas proporcionar-lhes ao depois meios de realizar nesses estabelecimentos os melhoramentos que estudassem, são medidas que, com um pouco de vontade, se levariam a effeito sem grande sacrificio, e com o maior proveito para a Província. – Ao menos salvar-se-hiam da miseria, da prostituição, e do crime esse grande numero de crianças de um e outro sexo, que, que por ahi vagam rotos, esfaimados e mendicantes!<sup>118</sup>

Dessa forma, o avanço que Bastos aponta na produção do açúcar a partir da segunda metade do século XIX, nos parece ser fruto de sentimentos e necessidades tais como os expressados pelo presidente da província na mensagem acima. Notemos que ele vê na agricultura uma possibilidade de mudança no quadro social, marcado pela grande miséria – impressão essa reproduzida em outros relatórios de presidentes da província no mesmo período. Muito embora se falasse da necessidade de novos investimentos na busca de soluções para o desenvolvimento da província, isso não parece acontecer na prática uma vez que a mesma não dispunha de recursos próprios para tal, ficando à mercê dos investimentos da iniciativa privada.

Assim, cremos ser emblemática a expressão utilizada pelo presidente para explicar o que faltava a esta Província: “um pouco de boa vontade”. Em outras palavras, os homens detentores do capital e do poder político precisavam querer fazer com que as mudanças acontecessem, utilizando para tal feito a sua própria renda. Neste contexto, vemos a produção de açúcar no Vale do Solidão, tendo Gil Martins como um dos principais apostadores, como parte dessas ações que abriram novos horizontes para o Piauí na segunda metade do século XIX, uma vez que esta iniciativa culminaria na instalação da Usina Sant’Anna em Teresina no ano de 1906, como discutiremos na terceira parte deste trabalho.

As ações de Gil Martins nos fazem lembrar do pequeno x, descrito por Loriga em entrevista a Souza e Lopes<sup>119</sup>, quando diz que este representa “uma realização histórica [que], embora infinitamente pequeno, [...] é fundamental, porque é o responsável por dar à história

---

<sup>117</sup> PIAUÍ, 1860, p. 9.

<sup>118</sup> PIAUI, 1860, p. 9-10.

<sup>119</sup> SOUZA, A. B. de.; LOPES, F. H. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da historiografia*, n. 9, p. 26-37, ago. 2012.

seu movimento”<sup>120</sup>. Para a autora, o pequeno x se refere à contribuição dos indivíduos para o desenvolvimento da história, no sentido de definir uma realização por eles engendradas e que dão dinamicidade, movimento à realidade. Para nós, o pequeno x de Gil Martins foi sua crença e suas ações visando o sucesso da industrialização no Piauí.

Partilhamos do posicionamento de Schmidt<sup>121</sup> quando afirma que “mesmo aqueles que se voltam para ‘os grandes homens’, [...], buscam apreendê-los, permitam-me dizer, em sua ‘humanidade’, ou seja, como agentes que estabelecem projetos em função de campos de possibilidades social e historicamente delimitados”.<sup>122</sup> Portanto, esta pesquisa buscou alcançar o Gil Martins “humano”, agente histórico que utilizou de sua posição social para o desenvolvimento de projetos que, de um lado trouxeram a si grande riqueza e prestígio, de outro também possibilitaram o crescimento do ramo industrial em seu estado natal, fazendo sentir as ressonâncias de suas ações direta e indiretamente a uma círculo bem mais amplo que o seu universo familiar.

Na busca desse humano pouco tivemos acesso a fontes históricas que dessem conta de sua vida no mundo privado, centrando-se esta construção da narrativa de sua trajetória no homem público, sobretudo a partir da hemerografia consultada. Na busca pela carne humana, como diria Bloch<sup>123</sup>, nos deparamos com uma fotografia que mostra o Gil Martins enquanto homem maduro, conforme *Figura 06: Gil Martins, à direita*, como segue:

---

<sup>120</sup> SOUZA; LOPES, 2012, p. 27.

<sup>121</sup> SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jul. 2014.

<sup>122</sup> SCHMIDT, 2014, p. 134.

<sup>123</sup> BLOCH, M. L. B. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Figura 06: Gil Martins, à direita.



Fonte: Acervo da Fundação Valter Alencar<sup>124</sup>.

Nessa fotografia temos a oportunidade de vislumbrar Gil Martins enquanto homem de elite, caracterização notada sobretudo a partir da vestimenta utilizada, além da própria fotografia em si já ser um indicativo de que ele se tratava de um homem de posses ou que pertencia a uma família de posses. Partimos, assim, daquilo que Cardoso e Mauad<sup>125</sup> trazem à tona quando afirmam que a fotografia é resultado de “uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo”<sup>126</sup>. Tal fala remete à intencionalidade do registro que, neste caso

<sup>124</sup> A Fundação Valter Alencar abriga o Palácio das Comunicações, contando com um acervo especializado a respeito da implantação da televisão no Piauí, tendo em vista que este sujeito foi o responsável por idealizar e implantar a Tv Rádio Clube, afiliada da rede Globo no início da década de 1970 (GONÇALVES, 2003). Durante a pesquisa, um familiar de Gil Martins residente em Landri Sales-PI, com quem tivemos contato no Museu do Solidão, nos relatou que o atual administrador da fundação guarda um parentesco com a família e que teria alguma documentação que pudéssemos utilizar na construção deste trabalho. Em visita a esta fundação nos foi permitido acesso a algumas fotografias, cartas, livro ata de visitantes da Uzina Sant’Anna quando de sua inauguração e a planta deste empreendimento industrial. Importante salientar que Valter Alencar, o homem que dá nome à fundação, foi casado com Maria do Amparo Ferreira Alencar, filha de Gil Martins.

<sup>125</sup> CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-418.

<sup>126</sup> CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406.

em específico, busca construir uma imagem de Gil Martins e dos demais fotografados como pertencentes à elite piauiense.

De tal forma que ao considerarmos o protagonismo desse homem no comércio, na política e na indústria local é perfeitamente possível afirmar que ele soube usar das redes estabelecidas (comerciais, políticas e familiares) a seu favor com o intuito de incrementar sua própria trajetória de vida no seio da elite local. A fotografia não contém nenhuma datação, mas observando a aparência de Gil Martins e dos dois outros senhores, sobretudo suas vestimentas, depreendemos que a mesma deve ter sido produzida no período que compreende os anos finais do império e a Primeira República Brasileira, assim como as demais imagens que apresentaremos a seguir. Queiroz<sup>127</sup> aponta que naquele momento havia “toda uma preocupação com a aparência física masculina e com a sua descrição, dado que a beleza, a elegância e os tratos masculinos eram valores socialmente aceitos e a figura social por excelência da elite é o [...] elegante”<sup>128</sup>.

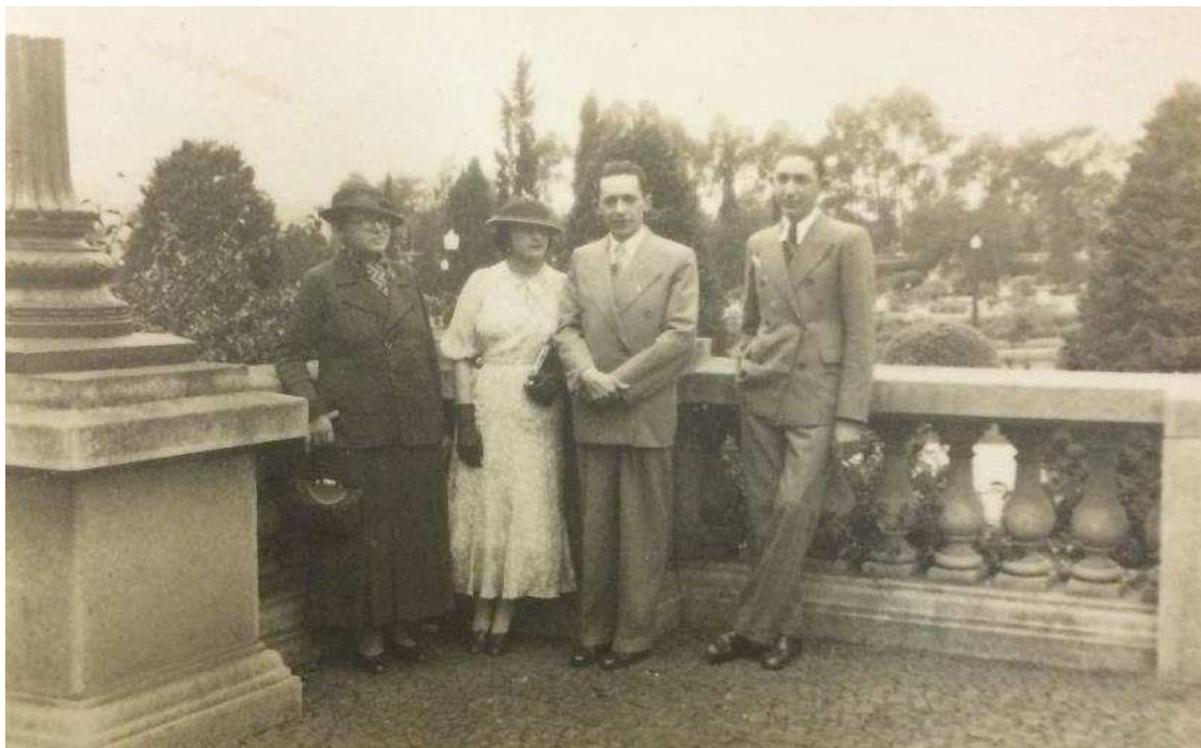
Assim, o registro de fotografias era uma prática comum para os membros da elite, simbolizando o poder aquisitivo do sujeito ou grupo de pessoas representadas na fotografia, sendo mais facilmente encontradas imagens que dão conta do mundo da elite do que das classes subalternas. Dessa maneira, o ato de se vestir, se arrumar para aquele momento era algo usual, uma vez que por meio desse registro as famílias ricas construía suas memórias elitistas. Vejamos a *Figura 07: Gil Martins e sua esposa, ao centro*:

---

<sup>127</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>128</sup> QUEIROZ, 1994, p. 128.

Figura 07: Gil Martins e sua esposa, ao centro.



Fonte: Acervo da Fundação Valter Alencar.

Nesse registro fotográfico novamente evidencia-se Gil Martins como homem de elite. Estando no centro da fotografia ao lado de sua esposa, Maria Emília Fonseca Ferreira, trajados com vestes de alfaiataria, claramente indicativas da posição social que ocupavam. Tais vestes e seu uso em locais públicos provavelmente era uma prática comum de diferenciação entre as elites e as classes pobres da cidade.

Cardoso e Mauad<sup>129</sup> referem que a fotografia é carregada de um sentido coletivo e outro individual, na medida em que é capaz de expressar o sujeito fotografado e sua época, bem como a escolha efetivamente realizada dos elementos da fotografia, os quais se expressam pelas pessoas registradas conjuntamente, o espaço em que estavam ou, como já destacamos, as vestes que usavam. Portanto, nos parece coerente com a época e com o grupo social a que Gil Martins fazia parte que esta fotografia tenha sido registrada nestes moldes, inclusive chamando atenção para o casal localizado no centro da imagem, como personagens principais da cena registrada.

O registro foi feito na Praça Pedro II, à época conhecida como Praça Aquidabã, que abriga até hoje o *Theatro 4 de Setembro*, local de sociabilidades tradicionalmente frequentado

---

<sup>129</sup> CARDOSO; MAUAD, 1997.

pelas pessoas de posses do Piauí que viviam na capital naquele período. O passeio da Praça Aquidabã já foi registrado pela historiografia piauiense como espaço privilegiado de lazer para um público economicamente mais abastado, sobretudo em uma contexto histórico em que Teresina apresentava poucas opções nesse sentido, indicativo do motivo da escolha desta parte da cidade para o registro fotográfico. Localizada no centro da cidade, a praça representava ponto de encontro e confluência da elite piauiense, estando próxima à sede do executivo estadual. Para Queiroz<sup>130</sup> e Castelo Branco<sup>131</sup>, a ida ao teatro e o consequente frequentar das praças representavam aspectos das novas diversões que chegavam a Teresina no contexto da Primeira República, sobretudo a partir da criação de cafés e do passeio público na Praça Rio Branco.

Lima e Carvalho<sup>132</sup> em sua análise sobre os usos da fotografia apontam para o uso da indumentária utilizada pelos fotografados e local escolhido para esta prática como uma estratégia de diferenciação entre estes e as classes menos favorecidas. É provável que esta tenha sido uma prática a ser considerada no contexto das imagens aqui apresentadas, as quais reiteram o lugar social de elite que Gil Martins e sua família ocupavam.

Kossoy<sup>133</sup> nos lembra que o ato de fazer um registro fotográfico está diretamente relacionado a um contexto histórico específico, imbuído de suas questões sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, dentre tantas outras possíveis. Dessa forma, o fotografar representa selecionar um fragmento do real enquanto ato provido de intencionalidade por parte de quem o faz, de quem o solicita, permitindo que daí se deem diferentes usos por parte dos sujeitos envolvidos e, ainda, por parte daqueles que venham a ter acesso ao material. Portanto, não podemos analisar a fotografia como um ato de registro desprovido de intencionalidade.

Outro indicativo do lugar de elite ocupado pela família Martins Gomes Ferreira é o acesso das jovens à escolarização. O acesso à formação era uma característica dos membros que compunham a elite naquele período, sobretudo por que o nível educacional e a etiqueta eram elementos que permitiam a diferenciação entre os membros da alta sociedade, como discute Needell<sup>134</sup>, e os integrantes de outros grupos sociais. Na *Figura 08: Auristela, Gilda e*

---

<sup>130</sup> QUEIROZ, T. J. M. *As diversões civilizadas em Teresina: 1888-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

<sup>131</sup> CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>132</sup> LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-60.

<sup>133</sup> KOSSOY, B. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

<sup>134</sup> NEEDELL, 2012.

*Maria, Teresina-PI*, podemos visualizar o registro de jovens moças identificadas como filhas de Gil Martins:

Figura 08: Auristella, Gilda e Maria, Teresina-PI.



Fonte: Acervo da Fundação Valter Alencar.

As moças apresentadas nas extremidades da fotografia datada de 3 de abril de 1918, Auristela e Maria, encontram-se trajadas de vestimentas escolares. Naquele ano existia apenas uma escola de educação feminina, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, de orientação católica vinculado à Congregação das Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena. As moças são filhas de Gil Martins e seu acesso à escolarização representa a ocupação de um lugar privilegiado na sociedade teresinense<sup>135</sup>. Conforme nos informa Castelo Branco<sup>136</sup>, a

<sup>135</sup> CSCJ. *Colégio Sagrado Coração de Jesus: Histórico*. Disponível em: <http://www.cscj-pi.com.br/cscj/historico.php>. Acesso em: 05 jan. 2019.

<sup>136</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

instalação do Colégio Sagrado Coração de Jesus se deu na Avenida Frei Serafim, onde funciona até os dias atuais, localizado nas proximidades de uma chácara de propriedade de Gil Martins e da chácara Paquetá, em 1906.

A criação da escola naquele ano é resultado da ação direta do clero que buscava fazer frente ao ensino laico, defendido pela ala anticlerical da sociedade. Pinheiro<sup>137</sup> aponta um intenso debate entre clericais e anticlericais no cenário piauiense durante a Primeira República, que se expressava pela defesa de diferentes pontos de vista acerca do papel da Igreja na sociedade piauiense. Para a ala anticlerical, formada por membros da Maçonaria e livres-pensadores, a Igreja não deveria intervir no mundo civil nem ditar os comportamentos das pessoas em diferentes esferas que iam além da própria religião. Pinheiro<sup>138</sup> esclarece, nesse ínterim, que o anticlericalismo não significa um repúdio à religião, mas a defesa que esta não ocupasse espaços do mundo secular, como a educação e a política, pois isto poderia se configurar em uma ameaça à liberdade religiosa.

Nesse sentido, Queiroz<sup>139</sup> indica que a criação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, administrada pela Irmãs Catarina e voltada para o atendimento de meninas, e do Colégio Diocesano São Francisco de Sales, para meninos, foram usados como estratégia do bispado recém instalado para demonstrar sua presença e atuação frente aos que defendiam a diminuição da atuação e do poder da Igreja nas questões seculares. Ligado ao Colégio Diocesano, foi criado ainda o Seminário Diocesano para tratar do processo de formação de novos membros do clero.

Pinheiro<sup>140</sup> destaca que a criação destas escolas é uma das primeiras medidas tomadas por D. Joaquim Antonio de Almeida<sup>141</sup>, primeiro Bispo do Piauí. Com a instalação do bispado em 1906, mesmo ano de fundação das escolas, a Igreja esperava fortalecer seu campo de atuação junto aos católicos partindo, desse modo, de uma ação pedagógica direcionada para a formação de novos quadros de sacerdotes e de moças submissas à moral religiosa. A autora ainda diz que se esperava que essas meninas se tornassem mulheres com condições para

---

<sup>137</sup> PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>138</sup> PINHEIRO, 2001.

<sup>139</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>140</sup> PINHEIRO, 2001.

<sup>141</sup> Nasceu em 1868 e faleceu em 1948. Foi consagrado Bispo do Piauí em 4 de fevereiro de 1906 na Catedral de Nossa Senhora das Neves, na Paraíba, chegando à Teresina no início de março de 1906. Sua posse na diocese se deu em 12 de março de 1906, permanecendo no cargo até 1911. Foi responsável pela criação do Colégio Diocesano São Francisco de Sales, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Seminário Menor São José. Foi transferido do Piauí como 1º Bispo de Natal, permanecendo neste posto até 1915. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

cumprir os papéis de mãe e professora. “Porém, o espaço reservado ao sexo feminino, na vida pública, limitava-se à sua postura de uma mulher educada e educadora de futuras gerações, não sendo permitido pretensões no que se referisse à vida política”<sup>142</sup>. Sob essa ótica, eram dirigidas tanto as escolas da Igreja como aquelas onde se pretendia um ensino laico, não diferindo muito os seus programas no tocante à educação feminina<sup>143</sup>.

A criação dessas escolas visava atender tanto o público da capital como do interior, uma vez que ambas contavam com a possibilidade do estudo na forma de internato. Castelo Branco<sup>144</sup> ressalta ainda que a criação dessas escolas particulares se dá sob a ótica da necessidade de incremento da vida urbana, que passa a demandar outras posturas do público feminino, ainda que se esperasse que as mulheres não deixassem de ocupar os papéis de mães e esposas. Assim, o autor refere que se “exigia das mulheres de elite que soubessem ler, escrever, que tivessem conhecimentos musicais, literários e artísticos. Era preciso também que falassem outras línguas como francês, inglês e alemão”<sup>145</sup>.

No que se refere ao Colégio Diocesano São Francisco de Sales, Queiroz<sup>146</sup> destaca ainda que o currículo utilizado abarcava as matérias necessárias para prover os alunos de conhecimentos necessários para o acesso ao ensino superior. Dessa forma, ao passo que a Igreja contrapunha o ensino católico ao ensino leigo, que como conta Queiroz<sup>147</sup> era o único até então existente no Piauí, a Igreja atraía para Teresina jovens que eventualmente seriam mandados estudar em outros estados. Dessa forma, o Piauí se insere em um quadro mais amplo, alcançando também outros estados brasileiros em que a educação passava a ser uma estratégia adotada pela Igreja Católica para fazer frente ao anticlericalismo.

Esse mecanismo foi também adotado em outros países, como no caso francês, conforme os apontamentos de Coutrot<sup>148</sup>. Segundo a autora, a “hierarquia católica condena fortemente a laicidade tanto em seu princípio com em suas aplicações”<sup>149</sup>, sendo a escola um espaço de disputa entre a Igreja Católica e os segmentos anticlericais pela formação das futuras gerações em um contexto de disputa filosófica, mas também política. Pinheiro<sup>150</sup> já apontou anteriormente que a Igreja Católica no Brasil empregou meios para manter seu

---

<sup>142</sup> PINHEIRO, 2001, p. 89.

<sup>143</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

<sup>144</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

<sup>145</sup> CASTELO BRANCO, 2005, p. 68.

<sup>146</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>147</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>148</sup> COUTROT, A. Religião e política. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-364.

<sup>149</sup> COUTROT, 2003, p. 354.

<sup>150</sup> PINHEIRO, 2001.

espaço político em meio à separação entre Igreja e Estado advinda com a república, não tendo o Piauí ficado à margem dessa questão.

Entendemos que o fato da família poder proporcionar uma educação católica para tais jovens é sinal das riquezas que detinha, assim como da preocupação de que o aprendizado fosse garantido sob a ótica da moral religiosa e conservadora que imperava naquele momento. Não podemos perder de vista que o conhecimento das letras era algo tido como elemento de distinção e valorização social<sup>151</sup>, ao passo que a educação feminina propiciava melhores chances de se conseguir um bom pretendente ao casamento<sup>152</sup>.

Queiroz<sup>153</sup> argumenta também que o ensino particular apresentava melhores resultados que o ensino público ao longo do século XIX, tendo sido esta uma permanência histórica no tocante à Primeira República. O quadro geral da educação no Piauí, especialmente no que se refere ao acesso à escola, não mudou de forma significativa ao longo dos anos. Destaca-se nesse cenário, além das escolas particulares já citadas, o Colégio de Nossa Senhora de Lourdes, o Instituto 21 de Abril, o Colégio Benjamin Constant, além das existências de muitas aulas particulares noticiadas nos jornais da capitais. Ressalta-se ainda a Escola Normal Livre criada em 1909 por intelectuais e políticos, alguns ligados à Maçonaria, que no ano seguinte se tornaria a Escola Normal Oficial administrada pelo poder público<sup>154</sup>.

Em parte, a emergência do ensino privado em sobreposição ao ensino público é atribuída à precariedade das escolas e à baixa formação dos professores, sobretudo nas escolas do interior, em que muitas cadeiras ficavam desocupadas diante da tentativa de preenchimento via concurso, restando o uso da influência da elite agrária e coronelista na indicação de pessoas de seu interesse para estes postos. Essa prática foi caracterizada por Leal<sup>155</sup>, em estudo clássico acerca do tema, demonstrando que a troca de favores e a indicação para a ocupação de cargos públicos era uma evidência do poder dos chefes locais, os quais congregavam em torno de si um grupo de correligionários dependentes desse apoio para ocuparem espaços junto ao poder público instituído.

Conforme evidenciaremos ao longo deste trabalho, a família Martins Gomes Ferreira e principalmente o sujeito histórico Gil Martins manteve-se, durante a Primeira República, no

---

<sup>151</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>152</sup> LIMA, M. R. S. *Aos encantos do lar: amor e companheirismo entre Amélia Beviláqua e Clóvis Beviláqua*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

<sup>153</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>154</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

<sup>155</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

centro do poder econômico e político piauiense. Assim, seu lugar social e de seus aparentados explicitam o acesso a determinados espaços de poder e seu alinhamento com o conservadorismo católico. Em muitos momentos de sua vida, Gil Martins se manteve próximo a pessoas ligadas à Igreja Católica no Piauí, a exemplo de Elias Firmino de Sousa Martins<sup>156</sup>, se mostrando politicamente articulado aos segmentos conservadores da elite da sociedade e do estado. Trataremos no segundo momento deste trabalho da imersão de Gil Martins no mundo político partidário, de forma que estas relações serão ali melhor discutidas. Importante ressaltar, nesse momento, que é possível enxergar na figura de Gil Martins, como homem de seu próprio tempo, traços típicos do coronelismo da Primeira República já destacado por inúmeros estudiosos, dentre os quais se destaca Leal<sup>157</sup>.

Para Leal<sup>158</sup>, o coronelismo tem suas bases nos coronéis da antiga Guarda Nacional, estabelecida ainda nos tempos do império, ainda na primeira metade do século XIX. Daí advém a construção da figura do coronel que, detentor do poder político local e da força pública de polícia, passava a atuar como responsável pela segurança da população, construindo a imagem de protetor. Assim, o uso do termo se popularizou no âmbito dos municípios passando a ser denominado de coronel todo e qualquer sujeito que representasse uma liderança política aliada à posse de terras. O autor caracteriza o coronelismo, nestes termos, como uma estrutura de mando ligada fortemente à terra, na medida em que estes coronéis eram fazendeiros, estabelecendo uma relação de dependência entre estes e aqueles que dele dependiam, desde a proteção aos ganhos de vida.

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante a Leal<sup>159</sup>, Janotti<sup>160</sup> argumenta que o coronelismo se constitui como uma relação de mando e obediência, ou seja, destaca o papel e a importância do “compromisso” no processo coronelístico, quer este seja entre os detentores do poder local e seus subordinados, quer entre os coronéis e as autoridades estaduais ou federais. Gil Martins, enquanto homem de elite na Primeira República não constitui exceção a esta estrutura de poder. A construção de sua trajetória tem nos permitido vislumbrar como funcionavam os mecanismos de poder na Primeira República no Piauí, com forte peso das relações de parentesco. Nesse sentido, cabe ainda apresentarmos três registros fotográficos

---

<sup>156</sup> Nasceu em Picos em 1869 e faleceu em Teresina em 1936. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Foi Procurador da República, político, escritor e jornalista. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994)

<sup>157</sup> LEAL, 1997.

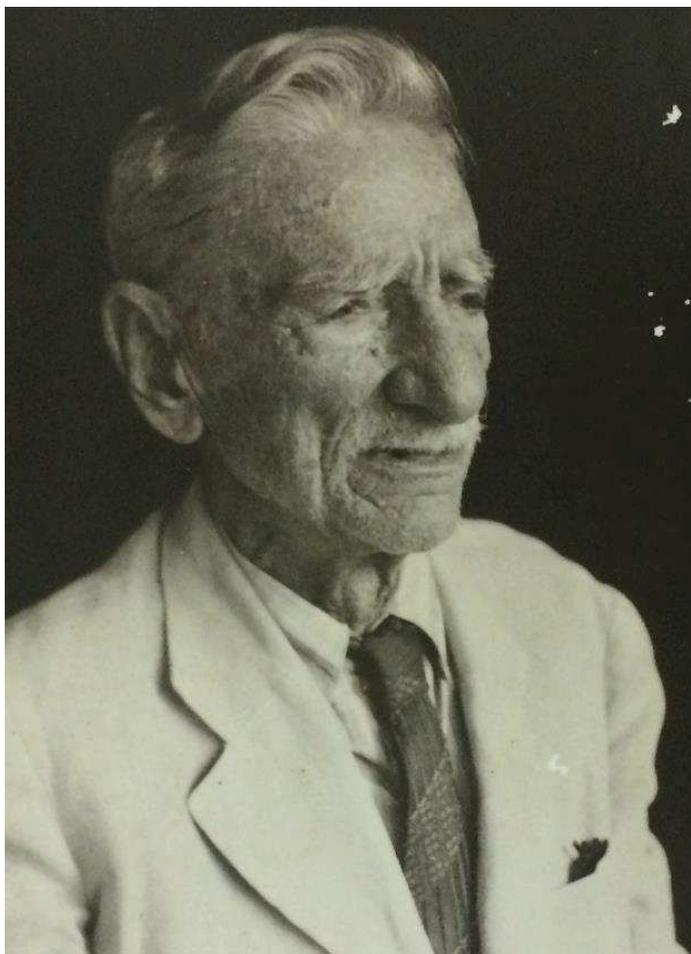
<sup>158</sup> LEAL, 1997.

<sup>159</sup> LEAL, 1997.

<sup>160</sup> JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

que parecem ter sido tirados no mesmo dia. A seguir apresentamos cada um deles, partindo da *Figura 09: Gil Martins*:

Figura 09: Gil Martins.



Fonte: Acervo da Fundação Valter Alencar.

Neste registro, assim como nos dois seguintes, vemos um Gil Martins já idoso, quando já se aproximava de seus últimos anos de vida. Uma marca desses registros que nos chama atenção é a representação de elegância presente em cada um. Assim, mesmo na velhice e afastado da vida pública, quando já não mais possuía as indústrias ou o comércio que outrora o levaram ao seu apogeu, Gil Martins não deixava de se reconhecer como o homem de elite que de fato era.

Lima e Carvalho<sup>161</sup> apontam que ao analisar as fotografias é preciso levar em consideração o contexto em que elas foram produzidas e circularam, pois o conhecimento

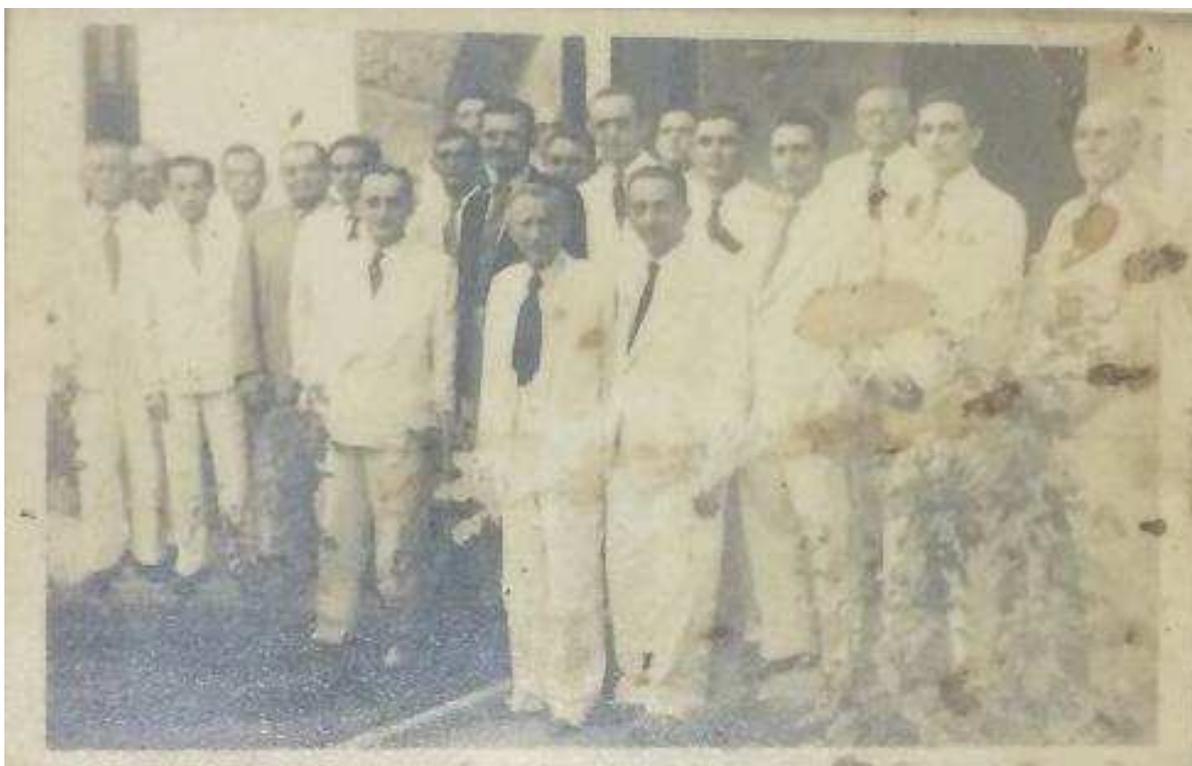
---

<sup>161</sup> LIMA; CARVALHO, 2013.

destes processos pode ser significativo para a análise a qual o historiador que trabalha com fotografias se propõe. Desse modo, ponderamos que o acervo fotográfico de Gil Martins a que tivemos acesso é um conjunto de imagens produzidas e salvaguardadas pela família, portanto, não possuem, ao menos até onde foi possível analisar, interesses de produção que estivessem relacionados a um objetivo que não fosse a construção de uma memória familiar.

Tal entendimento não descaracteriza a análise que estamos propondo no sentido de que estas fotografias são importantes mecanismos que permitem perceber como Gil Martins se projetava como um homem de elite, uma vez que é possível inferir que tais imagens pudessem ser de conhecimento de outros sujeitos alheios à família, mas que pertenciam ao mesmo círculo social. Sendo assim, é válida a afirmação das autoras quando se referem aos retratos familiares, ao indicarem que “por se tratar de uma forma simbólica de representação pública dos sujeitos, é importante que se considerem as expectativas sociais e individuais, ou seja, o olhar do espectador”<sup>162</sup>. Vejamos, a seguir, a *Figura 10: Gil Martins, ao centro* e a *Figura 11: Maria Ferreira e Gil Martins*.

Figura 10: Gil Martins, ao centro.



Fonte: Acervo da Fundação Valter Alencar.

---

<sup>162</sup> LIMA; CARVALHO, 2013, p. 49.

Figura 11: Maria Ferreira e Gil Martins.



Fonte: Acervo da Fundação Valter Alencar.

A julgar pela aparência de Gil Martins é provável que estas fotografias tenham sido tiradas pouco antes de sua morte, que se deu em 06 de setembro de 1955<sup>163</sup>. Um elemento comum a todas as imagens é o ideal de homem rico, bem vestido, em meio a pessoas igualmente bem vestidas e posicionadas socialmente. Nas mais diferentes sociedades a roupa serviu como elemento para destacar a posição social de determinados grupos. No século XIX, por exemplo, a roupa era uma moeda de certa forma, sendo listada entre bens herdados ou mesmo sendo colocada sob penhora, o que representa não apenas seu valor econômico, mas também o lugar social daqueles que a podiam possuir<sup>164</sup>.

A nosso ver os registros tratam-se de uma reafirmação da posição de destaque outrora ocupada por Gil Martins. De fato, Lima e Carvalho<sup>165</sup> afirmam que a fotografia se constituía símbolo de modernidade e urbanidade, o que nos parece se aplicar ao caso em análise uma vez que as fotografias que retratam Gil Martins possuem ênfase clara na sua representação como um sujeito de posses. Embora tais fotografias ultrapassem em décadas o recorte temporal de análise e construção da trajetória deste sujeito histórico, optamos por utilizá-las

<sup>163</sup> TERESINA. *Certidão de Óbito de Gil Martins Gomes Ferreira, falecido em 06 de setembro de 1955*. Cartório Joaquim Dias de Santana, Teresina, 29 jan. 1975.

<sup>164</sup> STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

<sup>165</sup> LIMA; CARVALHO, 2013.

no contexto dos traços biográficos da família por serem indicativas do ideal de riqueza que gira em torno do nome desse sujeito que, no fim da vida, já não mais era conhecido como coronel, mas sim como industrial.

Como explicitamos anteriormente, Gil Martins estava ligado a uma família importante pertencente à elite sulista do Piauí e, como tal, investiu no crescimento do patrimônio familiar, seja pelo incremento da produção, seja pela manutenção de práticas de formação do casamento para garantir que as riquezas adquiridas não se dispersassem pela sucessiva divisão de heranças entre membros de origem familiar distinta. Essa constatação parte, de certo modo, do que podemos perceber a partir da análise da estrutura familiar de Gil Martins apresentada em sua árvore genealógica, bem como das uniões matrimoniais percebidas a partir do acervo documental citado ao longo desta seção.

Reconstruímos, nesse ínterim, o quadro social da família deste sujeito, de modo que possamos construir as bases de entendimento para o seu reconhecimento, na primeira metade do século XX, como industrial. A instalação da *Uzina Sant'Anna* em 1906 ocorre em consequência do crescimento na produção de açúcar, fruto de um processo que há muito já vinha caminhando, mas também como fruto do processo de modernização que Teresina viveu naquele período, mas que também se insere em um processo mais amplo de modernização advinda com a própria implantação da república no Brasil. Assim, concordamos com a perspectiva de Mello<sup>166</sup>, para quem a ideia de república estava articulada aos ideais de “liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado”<sup>167</sup>.

Gil Martins, uma vez na capital piauiense, constituiu uma rede de relações sociais que o colocaram no centro do poder político e econômico estadual, sobretudo ligado aos setores conservadores e ao grupo político que contava com o apoio da Igreja Católica, assunto que discutiremos de maneira mais aprofundada à frente, ao passo que sua família expandiu-se e, como nos lembra Moreira, “passaram a integrar a casta dos grandes empreendedores do Piauí”<sup>168</sup>, sendo reconhecidos pela pujança comercial que impulsionaram no estado.

As muitas menções ao nome de Gil Martins na imprensa piauiense é uma mostra do reconhecimento de seu lugar social e político, além de ter possibilitado a construção da trajetória que nos propomos a realizar ao longo deste trabalho. Queiroz<sup>169</sup>, analisando a

---

<sup>166</sup> MELLO, M. T. C. A modernidade republicana. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

<sup>167</sup> MELLO, 2009, p. 16.

<sup>168</sup> MOREIRA, 2010, p. 51.

<sup>169</sup> QUEIROZ, 1994.

formação dos bacharéis em Direito oriundos do Piauí e que vão adquirir formação fora do estado, em especial em Recife, Pernambuco, aponta a pesquisa hemerográfica como um caminho para elucidação de muitas questões levantadas, afirmando que “vira notícia na imprensa quem está mais próximo dos centros de poder e dos veículos de informação. Dessa maneira, as referências pessoais são tanto mais frequentes quanto maior é a relevância dos cargos e funções ocupados”<sup>170</sup>. Essa lógica também pode ser utilizada quando pensamos na trajetória de Gil Martins, ao passo que a reverberação de seu nome nos jornais locais e na imprensa externa que publiciza fatos piauienses, nos parece evidência de sua proximidade com o centro do poder político e econômico da capital e do próprio estado.

Nas décadas iniciais do século XX, Gil Martins constrói as bases que o levaram a deixar de ser visto como Coronel, título que o remete à produção agropecuária e da cana desenvolvida pela família nas terras do sul, para ser visto como Industrial, título que diz respeito ao seu papel atuante no incremento da industrialização piauiense. A trajetória de Gil Martins vai muito além dos apontamentos biográficos aqui realizados. Além do açúcar, Gil Martins atuou também no ramo da indústria têxtil, além de ter sociedade na *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, empresa responsável pelo transporte de mercadorias do litoral ao sul do Estado através da navegação do rio e que constitui tema da discussão a seguir, dentre outros muitos empreendimentos.

É mister, portanto, que avancemos na trajetória de Gil Martins para descortinar a ligação entre o comércio que mantinha e a navegação fluvial do rio Parnaíba, bem como as ressonâncias dessas práticas na construção de uma rede comercial que chegou a alcançar o vizinho estado do Maranhão.

---

<sup>170</sup> QUEIROZ, 1994, p. 82-83.

## 2 A NAVEGAÇÃO FLUVIAL E O COMÉRCIO NOS ESTADOS DO PIAUÍ E MARANHÃO

A navegação do rio Parnaíba foi um dos principais meios utilizados para a comercialização no Piauí na segunda metade do século XIX, permitindo o transporte de mercadorias de norte a sul do Estado. Assim, além de servir de fronteira natural entre o Piauí e Maranhão, o Parnaíba foi o modal mais importante para os comerciantes em um período de tempo em que a precariedade das estradas encarecia o preço das mercadorias e dificultava a chegada de bens de consumo às diferentes regiões habitadas.

Este comércio navegante não apenas atendia ao Piauí, embora tenha sido muito utilizado pelos comerciantes piauienses, mas também as cidades, vilas e povoados maranhenses estabelecidos nas margens do rio Parnaíba. Assim, nas principais cidades piauienses, estabelecidas à beira do rio Parnaíba, foram construídos cais que funcionavam como entrepostos comerciais da navegação no Piauí além de servirem de ponte comercial com as cidades maranhenses.

Nesse contexto, a mudança da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, favoreceu as operações comerciais da região do Vale do Solidão, uma vez que o acesso à nova capital se daria pelo Rio Gurguéia e, em seguida, pelo rio Parnaíba. A mudança da capital trouxe implicações para toda a província, inclusive para o vizinho Maranhão. Vilhena<sup>1</sup> argumenta que a mudança da capital já vinha sendo discutida desde a década de 40 do século XIX, sobretudo a partir do argumento que a capital precisava estar nas margens do rio Parnaíba, de modo que sua navegação possibilitasse o desenvolvimento comercial da província, ao passo que abriria canais de comunicação com o resto do país e com o exterior a partir da ligação com o oceano Atlântico na desembocadura do rio. Gandara<sup>2</sup>, por sua vez, aponta que os primeiros rumores de mudança da capital remontam ao período colonial quando em 1793 o Capitão-Mor das capitanias do Maranhão e Piauí, Dom Fernando António Soares de Noronha<sup>3</sup>, propôs que sua localização deveria estar próxima das margens do rio Parnaíba.

---

<sup>1</sup> VILHENA, G. H. R. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

<sup>2</sup> GANDARA, G. S. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

<sup>3</sup> Dom Fernando António Soares de Noronha nasceu em 30 de julho de 1761, em Tavira, Faro, Portugal, e morreu em 1814, no Maranhão, Brasil. Exerceu o cargo de Capitão-Mor no período de 1792 a 1798. Na Angola, ocupou o cargo de Governador e Capitão-Geral de 1802 a 1806. (TORRES, 1825).

Oeiras por outro lado, acrescenta Vilhena<sup>4</sup>, tinha a vantagem de estar localizada na área central da província, mas não possuía estradas que a conectassem com o resto do território ou mesmo com as províncias vizinhas, ficando à mercê de apenas duas vias: uma que ligava o Piauí ao Maranhão e outra que o conectava à Bahia. As estradas eram de má qualidade e encareciam o preço dos produtos por ela transportados. Desse modo, a mudança da capital para as margens do Parnaíba viria a solucionar o problema da comunicação, encurtaria as distâncias entre o norte e o sul do território, bem como lançaria as bases para que o comércio do norte da província fosse dominado por mercadores piauienses e não maranhenses como até então acontecia. Esse intento foi claramente declarado por José Antonio Saraiva<sup>5</sup>, então presidente da Província do Piauí, em sua fala à Assembleia Legislativa Provincial<sup>6</sup> quando afirma que o meio para melhorar a situação da província é “a mudança da capital [...] para a margem do Parnahiba, e para um logar nessa margem que possa roubar a Caxias sua importancia commercial”<sup>7</sup>.

Dessa forma, concordamos com Gandara, ao se referir à mudança da capital, quando diz que a “justificativa básica para sua efetivação foi econômica, com a certeza de que a futura capital abriria espaço para a agricultura de exportação e promoveria a navegação a vapor”<sup>8</sup>. Na mesma comunicação, José Antonio Saraiva afirma entender que a mudança da capital impactaria a vida dos moradores da cidade de Oeiras, uma vez que deixasse de abrigar a sede do governo estadual, mas o presidente da província argumenta que ainda assim o sacrifício era necessário para que o progresso alcançasse o Piauí.

O discurso que se constrói para justificar a mudança usa como ideia chave a perspectiva de progresso, argumentando em torno da necessidade do Piauí alcançar patamares de desenvolvimento ao nível do restante do Brasil. José Antonio Saraiva chega mesmo a afirmar que os ganhos seriam compensatórios afirmando que, em pouco tempo, permitiria que

---

<sup>4</sup> VILHENA, 2016.

<sup>5</sup> Nasceu em Santo Amaro-BA em 10 de maio de 1823 e faleceu em Salvador-BA em 21 de julho de 1895. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1846. Dentre os muitos postos públicos que ocupou, destaca-se a presidência da Província do Piauí (07/12/1850 a 12/03/1853), Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Foi responsável pela mudança da capital da Província do Piauí da cidade de Oeiras-PI para Teresina-PI, fundada com o propósito de se tornar a sede do governo estadual.

<sup>6</sup> PIAUHY. *Falla que o presidente da Província do Piauí Dr. Joze Antonio Saraiva dirige a Assembleia Legislativa Provincial no acto de abertura de sua sessao ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Typographia Saquarema, 1851.

<sup>7</sup> PIAUHY, 1851, p. 36-37.

<sup>8</sup> GANDARA, 2011, p. 92.

o Piauí tivesse “uma capital mais rica, mais comoda, mais civilisada, e mais conveniente á direcção dos negocios publicos”<sup>9</sup>.

Segundo Moreira<sup>10</sup>, Teresina “foi, na realidade, o primeiro mercado que se abriu aos habitantes do Vale do Solidão, pois Oeiras era muito fora de mão”<sup>11</sup>. Em nossa análise, no entanto, não acreditamos que a nova capital tenha sido o primeiro mercado onde se comercializaram as produções dos Martins Gomes Ferreira, mas entendemos que a criação de Teresina impactou positivamente o processo produtivo e comercial já desenvolvido na região, uma vez que o acesso à capital da província ampliava significativamente o mercado consumidor. Certamente os comerciantes do Vale do Solidão já dispunham de outros entrepostos comerciais, a exemplo de Jerumenha, ainda que estes não alcançassem a amplitude dos negócios da capital.

É razoável, a nosso ver, a perspectiva de que a transferência da capital impulsionou a rede de alcance das produções do Vale do Solidão e dos vales do entorno para além da região circunvizinha, uma vez que se vislumbrou a possibilidade de inserção da família Martins Gomes Ferreira no eixo comercial regional e não mais apenas local. Esse entendimento coaduna com o posicionamento de Gandara quando afirma que “a mudança da capital provocou transformações socioespaciais no Estado como um todo, uma vez que mudou o eixo das relações sociais e econômicas situadas no interior e no sul do estado para o norte, à beira-rio Parnaíba”<sup>12</sup>. Assim, nota-se que a mudança empreendida permite o deslocamento do eixo econômico do estado, impactando também as relações sociais e de poder entre os membros da elite que viviam em diferentes regiões do Piauí.

Queiroz<sup>13</sup> aponta que no centro do projeto de mudança da capital estava o rio Parnaíba e as promessas de que sua navegação acarretaria a integração do Piauí a novos mercados, além de favorecer a expansão agrícola por meio dessa via navegável. O uso do rio era defendido como uma forma de propiciar o rompimento do isolamento do Piauí, facilitando o povoamento às suas margens e o incremento da produção do estado de modo a interligá-lo à economia nacional e até mesmo internacional. José Antonio Saraiva expressa esses ideais no

---

<sup>9</sup> PIAUHY, 1851, p. 43.

<sup>10</sup> MOREIRA, N. B. *Landri Sales – Piauí: 200 anos de história 1810/2010*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

<sup>11</sup> MOREIRA, 2010, p. 51.

<sup>12</sup> GANDARA, 2011, p. 94.

<sup>13</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006b.

relatório que enviou à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1852<sup>14</sup>, pouco antes de ser efetivada a mudança pretendida. Vejamos em suas palavras:

Quanto à mim a mudança da Capital para o Puty hade (*sic*) produzir a navegação em grande escala no rio Parnahiba; ha de dar à Provincia um importante ponto commercial; e ha de possuir uma civilização grande, porque há de ter riqueza, e ha de ficar ligada por aquella navegação á todos os municipios da Provincia, e a todos os grandes centros de civilização do Imperio<sup>15</sup>.

De fato, o presidente da Província do Piauí depositava grandes esperanças de que a mudança da capital para as margens do rio Parnaíba funcionasse como mecanismo propulsor da navegação e, conseqüentemente, do comércio, mas não apenas isso. A execução desse projeto teria ainda o potencial de integrar os municípios de norte a sul do estado, pois contariam com uma capital melhor localizada e com acesso a uma maior rapidez no envio e recebimento de comunicações por meio da navegação.

Queiroz<sup>16</sup> refere ainda que o Piauí buscava se inserir no projeto de economia nacional voltado para a busca de espaço no mercado internacional, sobretudo a partir da exportação de produtos do extrativismo como maniçoba, a cera de carnaúba e a amêndoa de babaçu. Nesse sentido, as primeiras décadas do século XX se mostraram como o momento em que o estado efetivamente conseguiu se integrar a esse projeto. Segundo suas palavras, esse projeto “só veio a mostrar resultados [...] durante a primeira metade do século XX, quando as cidades ribeirinhas do Parnaíba passaram a exercer de fato a função de centros concentradores de parte da produção gerada no âmbito do Estado e a absorver parte da produção maranhense”<sup>17</sup>.

Na *Figura 12: Hidrovia do Rio Parnaíba*, podemos visualizar o rio Parnaíba, dividindo os estados do Maranhão e Piauí, e o rio Gurguéia que servia de estrada fluvial para as mercadorias do Vale do Solidão, seguindo pelo rio Parnaíba até Teresina.

---

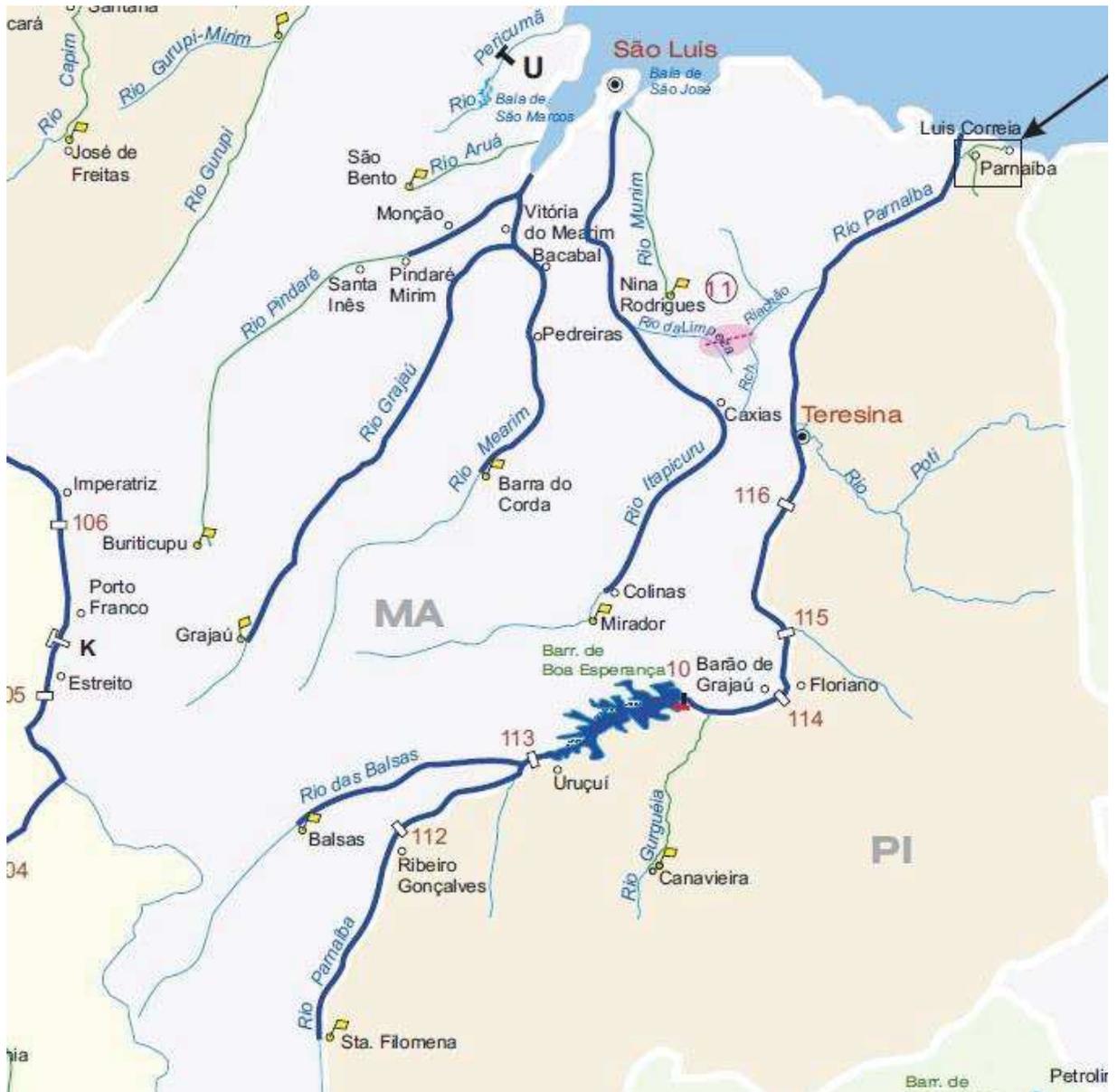
<sup>14</sup> PIAUHY. *Relatorio a Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Provincia José Antonio Saraiva na sessão aberta em 1 de julho de 1852*. Caxias: Typographia Independente de Filinto Elycio da Costa, 1852.

<sup>15</sup> PIAUHY, 1852, p. 35.

<sup>16</sup> QUEIROZ, 2006b.

<sup>17</sup> QUEIROZ, 2006b, p. 16.

Figura 12: Hidrovia do Rio Parnaíba



Fonte: Hidroviáveis, 2018<sup>18</sup>.

A localização das terras dos Martins Gomes Ferreira no Vale do Solidão e próximo aos Vale do Brejo e Vale do Prata, situadas entre o rio Parnaíba e o rio Gurgueia em destaque na *Figura 10: Hidrovia do Rio Parnaíba*, favoreceu a construção de embarcações que facilitaram o escoamento da produção. Moreira relata que “a existência dos buritizais no Vale do Brejo e Vale do Prata, possibilitaram a fabricação de balsas que transportavam

<sup>18</sup> HIDROVIÁVEIS. *Hidrovia do Rio Parnaíba*. Disponível em: <http://hidroviaveis.com.br/hidrovia/hidrovia-do-parnaiba/>. Acesso em: 03 jun. 2018.

mercadorias para a nova Capital em constante comércio”<sup>19</sup>. A criação desta rede comercial não foi tarefa fácil, uma vez que a mudança da capital abriu espaço não apenas para o comércio vindo do sul, mas também para aquele advindo da região norte da província. A escolha do local da nova capital se deu, em parte, pelo fato de que por ali se escoavam as riquezas piauienses do norte para o Maranhão e o restante do Brasil, sendo este também um dos motivos que foram utilizados como fundamento para defesa da mudança empreendida, como nos conta Gandara<sup>20</sup>.

Embora o berço natal de Gil Martins fique no sul do estado, tal como Oeiras, as rotas comerciais mais intensas estavam vinculadas ao Rio Parnaíba e não às estradas que, em geral, eram de péssima qualidade. Dessa forma, o comércio com Oeiras não favorecia a região da cidade de Jerumenha que tendia a se comunicar com outras regiões do estado, especialmente localizadas mais ao norte, por conta da rede fluvial então navegável, ainda que pouco aproveitada. Com a instalação da nova capital, o comércio ganha impulso, posto que sua localização geográfica era agora mais favorável e rompia com a hegemonia comercial em ascensão do município de Caxias, Maranhão, sobre as terras piauienses<sup>21</sup>.

Esse processo de construção da autonomia comercial de Teresina em relação a Caxias se deu ao longo da segunda metade do século XIX, sendo intensificado durante a Primeira República, sobretudo a partir do incremento da navegação a vapor no rio Parnaíba, possibilitando a comunicação entre o comércio da capital com as demais regiões do estado por meio desse modal. Dessa forma, discordamos de Nunes<sup>22</sup> quando afirma que Teresina naquele período possuía “[...] fraca atividade comercial e, sem vida própria, depende direta e indiretamente do Maranhão, via Caxias”<sup>23</sup>.

Não negamos, portanto, a importância que a cidade de Caxias-MA teve no cenário comercial do Piauí, mas acompanhamos o entendimento de Queiroz<sup>24</sup> de que essa hegemonia se fez presente no século XIX, inclusive apontando que esta cidade utilizava a navegação do rio Itapecuru para interligar as margens do Parnaíba à capital maranhense, São Luís. No entanto, o alvorecer da Primeira República aponta para a perda dessa posição já na primeira

---

<sup>19</sup> MOREIRA, 2010, p. 51.

<sup>20</sup> GANDARA, 2011.

<sup>21</sup> GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

<sup>22</sup> NUNES, M. C. S. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

<sup>23</sup> NUNES, 2016, p. 20.

<sup>24</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

década do século XX, quando o comércio piauiense já não mais se utiliza dos maranhenses como intermediadores.

Este momento da história piauiense é retratado por Queiroz<sup>25</sup>, a qual nos diz que a “mudança da capital de Oeiras para Teresina e o incremento da navegação a vapor eram condições tidas como fundamentais pelos homens públicos para o desenvolvimento da Província e para a independência do seu comércio em relação ao Maranhão”<sup>26</sup>. Concordamos com a autora nesse aspecto, visto que a nova capital possibilitou o rompimento do isolamento do Piauí naquele contexto. Além da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba* e da *Empresa Fluvial Piauiense*, que abordaremos de forma mais específica nesta seção, havia ainda a existência de empresas, tais como a “Empresa Salineira e Navegação Fluvial, a Empresa Industrial Salineira, de Parnaíba”<sup>27</sup>. Além destas, a autora aponta a existência da Empresa Fluvial do Alto Parnaíba, com sede em Teresina, que em nossas pesquisas pode ser constatado que se refere à *Empresa Fluvial Piauiense*.

Abordando o papel na navegação a vapor no rio Parnaíba, Medeiros<sup>28</sup> aponta que pelos “vapores e barcos de reboque, viajavam passageiros, gado ou animal de qualquer espécie, e mercadorias que serviriam para a exportação e importação. Os preços dos produtos eram marcados em tabelas organizadas anualmente firmadas em contrato”<sup>29</sup>. A autora conta ainda que tais contratos eram estabelecidos entre o executivo estadual e a diretoria da companhia de navegação que levava em consideração deste as distâncias percorridas ao preço do frete das mercadorias.

Portanto, a navegação a vapor representava a ampliação da rede comercial por todo o Piauí, ligando-o inclusive ao exterior pelo porto da cidade de Parnaíba. Gil Martins foi um dos impulsionadores desse tipo de navegação nos anos iniciais do século XX, quando inclusive compôs o quadro gestor da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba*<sup>30</sup>. Partimos da ideia de que sua atuação no corpo de dirigentes em diferentes anos, como apontaremos mais à frente, é fruto direto de sua forte atuação no comércio fluvial que o Piauí desenvolvia.

---

<sup>25</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>26</sup> QUEIROZ, 1994, p. 18.

<sup>27</sup> QUEIROZ, 1994, p. 19.

<sup>28</sup> MEDEIROS, J. B. *Brisas do progresso: faces e contornos da Primeira República Unionense*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>29</sup> MEDEIROS, 2013, p. 80.

<sup>30</sup> OS ESTADOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 121, p. 3, 01 maio 1902.

A emergência da navegação a vapor não apenas favoreceu o comércio de Gil Martins com outras regiões do Piauí, mas permitiu que ele alcançasse a outra margem do rio, o Maranhão, colocando-se competitivamente em concorrência com os comerciantes maranhenses do sul do estado. Acreditamos, a partir da análise das fontes, que foi esta concorrência que fez com que Gil Martins incrementasse o rol de produtos a serem comercializados a partir da navegação, podendo comercializar seus produtos a preços e condições mais favoráveis. No norte do estado, todavia, vimos aparecer a influência do Maranhão sobre o comércio do Piauí, sobretudo pela disputa de posse pelo porto de Tutóia, por onde chegavam muitas mercadorias vindas do exterior. Considerando esse cenário, Queiroz<sup>31</sup> indica ainda a interligação da navegação do Piauí com a navegação de cabotagem “diversificando as praças fornecedoras e permitindo relações diretas com os mercados europeu e americano”<sup>32</sup>.

A liderança comercial exercida por Gil Martins o coloca na condição de homem de destaque na região, possibilitando sua ascensão no mundo da política como discutiremos posteriormente, mas também nos quadros da própria *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*. O *Jornal do Brasil* nos conta:

A Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba elegeu o seguinte novo corpo gerente: Directoria. - Antonio Gonçalves Pedreira Portellado, José João dos Santos, Collecto Antonio da Fonseca, Gil Martins Gomes Ferreira, dr. Elias Firmino de Souza Martins. Assembleia Geral. – Dr. Raymundo de Areia Leão, presidente; Antonio Joaquim de Lima, 1º secretário; Joaquim Antonio de Noronha, 2º dito. Fiscoes. – João José de Oliveira Costa, João Mendes da Silva, Vicente Ferreira Barbosa.<sup>33</sup>

Note-se que não apenas Gil Martins esteve presente no quadro de dirigentes da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, como estava ao lado de outros homens, todos estes membros da elite piauiense e que gozavam de grande prestígio entre os habitantes da cidade de Teresina. Essa aproximação permite vislumbrar o espaço privilegiado que este sujeito ocupava na sociedade, fazendo-se reconhecido como grande comerciante da cidade e cujo poder se estendia ao mundo da política. A presença de Gil Martins nos quadros da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* ocupando posição de destaque vem de muito antes. Em 1884, nos anos finais do império, Gil Martins aparece sob a patente de 2º

---

<sup>31</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>32</sup> QUEIROZ, 1994, p. 20.

<sup>33</sup> OS ESTADOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 121, p. 3, 01 maio 1902.

Tenente sendo eleito secretário da Mesa de Assembleia Geral, com votação alcançando um número sete vezes maior que o candidato que ficou em posição posterior na eleição realizada.<sup>34</sup> Na prática, isso indica que sua posição nos quadros da companhia era importante, de forma que o grupo de acionistas o considerava digno de liderá-los, seja no momento das assembleias ou mesmo cuidando dos negócios da empresa na condição de diretor.

Essa indicação é a única fonte que se refere a Gil Martins como 2º Tenente e não como coronel, comerciante ou industrial, fazendo-nos questionar se isso seria um indicativo de que o título de Coronel utilizado por Gil Martins fosse de fato decorrente de sua atuação na Guarda Nacional em algum momento da vida e não apenas oriundo de sua posição como homem de riquezas. Partindo, portanto, do que aponta Fertig<sup>35</sup> a respeito do papel das milícias no período imperial e do lugar social ocupado por Gil Martins naquela sociedade, não vemos dificuldade em acreditar que ele tivesse recebido o título de coronel como resultado de sua atuação nos quadros da guarda, sobretudo se pensarmos o caráter clientelista inserido naquele meio. Fertig<sup>36</sup> aponta claramente que sua análise indica a emergência da “Guarda Nacional como um instrumento privilegiado da prática política clientelista”<sup>37</sup>.

Como nos lembra Graham<sup>38</sup>, o clientelismo era uma marca predominante nas relações políticas na época do império brasileiro ao longo do século XIX, não sendo um fato isolado de uma província ou outra, mas tendo caráter generalizado pelo território nacional, de forma que nos parece coerente, seja com o conjunto das fontes analisadas ao longo deste trabalho e mesmo com o contexto histórico que estamos tratando, pensar Gil Martins como um coronel que emergiu no bojo dessas relações. Temos em vista, assim, que ser coronel significava exercer um papel de liderança política e econômica da cidade, permitindo que este sujeito pudesse usar as redes de poder a seu favor.

Além do ano de 1884, Gil Martins aparece eleito como membro da Comissão Fiscal da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba* em 1885<sup>39</sup>, ocupando esse mesmo posto nos anos de 1886<sup>40</sup>, 1887<sup>41</sup> e 1888<sup>42</sup>. É possível que a experiência como membro dessa

<sup>34</sup> SESSÃO ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba. *A Imprensa*, Teresina, ano XIX, n. 814, p. 4, 22 mar. 1884.

<sup>35</sup> FERTIG, A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio do Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

<sup>36</sup> FERTIG, 2010.b

<sup>37</sup> FERTIG, 2010, p. 20.

<sup>38</sup> GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>39</sup> ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba, em 15 de março de 1885. *A Imprensa*, Teresina, ano XX, n. 861, p. 6, 28 mar. 1885.

<sup>40</sup> ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba, em 21 de março de 1886. *A Imprensa*, Teresina, ano XXI, n. 912, p. 4, 10 abr. 1886.

Comissão tenha permitido que nos anos seguintes este construísse um caminho para chegar aos cargos de diretoria na Companhia, demonstrando ao mesmo tempo sua capacidade de liderança e de construir relações que o pudessem favorecer.

A partir de consultas ao *Almanak Laemmert* foi possível identificar a presença de Gil Martins em diferentes cargos ou ramos de atuação, de forma que apresentaremos ao longo do trabalho diversas tabelas construídas a partir do material de pesquisa, em alguns momentos apresentando as ocorrências de Gil Martins enquanto pessoa física ou representado como pessoa jurídica. Na *Tabela 05: Diretoria da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, apontamos as menções de Gil Martins como integrante do corpo de diretores da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*.

Tabela 05: Diretoria da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba.

ANO	DIRETORES	GERENTE
1910	Antonio Gonçalves Pereira Portellada, Collect Antonio da Fonseca, Elias de Sousa Martins, Gil Martins Gomes Ferreira, José João dos Santos	Leocadio Alves dos Santos, coronel.
1911	Elias de Sousa Martins, Gil Martins Gomes Ferreira, José João dos Santos	Leocadio Alves dos Santos, coronel.
1913	Elias de Sousa Martins, Gil Martins Gomes Ferreira, José João dos Santos	Leocadio Alves dos Santos, coronel.
1914	Elias de Sousa Martins, Gil Martins Gomes Ferreira, José João dos Santos	Leocadio Alves dos Santos, coronel.

Fonte: Almanak Laemmert, 1910-1914.<sup>43</sup>

Ao lado de Gil Martins estavam homens que ocuparam lugar de destaque do cenário econômico, político e social do Piauí, tais como Antonio Gonçalves Pedreira Portellada<sup>44</sup>, Collect Antonio da Fonseca<sup>45</sup>, Elias de Sousa Martins, José João dos Santos<sup>46</sup> e Leocadio

<sup>41</sup> ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba. *A Imprensa*, Teresina, ano XXII, n. 964A, p. 1, 16 abr. 1887.

<sup>42</sup> ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba. *A Imprensa*, Teresina, ano XXIII, n. 1018, p. 4, 28 abr. 1888.

<sup>43</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 67, p. 7-8, 1910.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 68, p. 3668-3669, 1911.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 69, p. 3572-3573, 1913.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 70, p. 3856-3857, 1914.

<sup>44</sup> Nasceu em Alentejo, Portugal, em 1829 e faleceu em Teresina em 1910. Foi comerciante e político, tendo sido eleito intendente de Teresina para o quadriênio 1897-1900. (GONÇALVES, 2003)

<sup>45</sup> Farmacêutico, comerciante e político. Mantinha residência em uma das mansões mais ricas da cidade, a Lavinópolis, cujo nome foi dado em homenagem à sua esposa Lavinia (GONÇALVES, 2003). Era cunhado de Antonio João Gomes Ferreira, irmão de Gil Martins e sócio na Gil Martins & C.<sup>a</sup>.

Alves dos Santos<sup>47</sup>. Estar à frente da companhia, portanto, não significava apenas ocupar um lugar privilegiado naquilo que era o principal mecanismo de importação e exportação de mercadorias, mas representava manter relações com pessoas que tinham interesses comuns que iam além dos interesses comerciais.

A presença de Gil Martins no corpo de diretores da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* indica, a nosso ver, os motivos pelos quais o mesmo foi indicado, ao lado de outras pessoas ligadas à navegação para compor uma comissão para angariar fundos para a compra de um novo navio para a Liga Marítima Brasileira. Comissões semelhantes a essa foram montadas em todos os estados da federação, sendo sua composição indicada geralmente pelo governador, como foi o caso do Piauí. Assim, apresenta o jornal *O Seculo*:

PIAUHY. THEREZINA, 25. O governador do Estado telegraphou ao deputado Deoclecio do Campos indicando os drs. Flavio Mendes, Arlindo Nogueira, Abdias Neves, Francisco Corrêa, José Pires e os coroneis João Rosa, Manoel da Paz, Leocadio Santos e Gil Martins para comporem a comissão que deve neste Estado angariar donativos destinados á compra do novo *Riachuelo*.<sup>48</sup>

Ao lado de Gil Martins aparece Leocadio Santos que durante muitos anos se manteve como diretor da Companhia, mas também surgem outros nomes ligados ao cenário político e econômico da elite piauiense, tais como Abdias Neves<sup>49</sup> e Arlindo Nogueira<sup>50</sup> que, embora não pertencentes aos quadros da navegação, ocupavam espaço privilegiado no contexto da elite piauiense. Para se ter noção do espaço de poder a que nos referimos, Abdias Neves foi chefe de polícia, juiz e advogado da fazenda estadual, enquanto Arlindo Nogueira foi delegado de polícia durante o governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos<sup>51</sup> (1896-1900) e

<sup>46</sup> Foi Capitão da Guarda Nacional. Sua presença nos quadros diretores da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* remonta a 1884, conforme ata da assembleia geral da empresa publicada no jornal *A imprensa*.

<sup>47</sup> Sua presença na gerência da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* remonta a 1902 e segue até 1926. Também foi um dos diretores da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* e criador de gado.

<sup>48</sup> PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno IV, n. 1152, p. 2, 25 maio 1910.

<sup>49</sup> Nasceu em Teresina-PI em 19 de novembro de 1876 e faleceu nesta mesma cidade em 28 de agosto de 1928. Gonçalves (2003), define-o como jurista, político, jornalista, poeta, professor e historiador. Na política, destaca-se sua atuação como senador no período de 1915 a 1923. Como literato, sua obra mais famosa é o romance de costumes *Um manicaca*. Como jornalista fundou os periódicos *A Crisálida*, *A Idéia*, *A Notícia*, *O Dia*, além de ter colaborado em inúmeros outros.

<sup>50</sup> Nasceu em Valença-PI em 02 de dezembro de 1853 e faleceu em Teresina em 19 de outubro de 1917. Ocupou o cargo de promotor público nas cidades de Valença-PI, Parnaíba-PI e Amarante-PI. Foi juiz em Valença-PI, Picos-PI e Campo Maior-PI. Também ocupou o cargo de governador do Piauí no período de 1900 a 1904. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

<sup>51</sup> Nasceu em Barras-PI em 29 de março de 1866 e faleceu no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1922. Foi homem de destaque na política piauiense, tendo ocupado vários cargos no legislativo federal. Foi o primeiro

chegou a ser governador do estado no período de 1900 a 1904. Leal<sup>52</sup> nos lembra que a nomeação de delegados era algo importante na medida em que se estava entregando a força policial da cidade nas mãos de um sujeito a quem se esperava que pudesse contribuir para o fortalecimento dos arranjos de poder local, na medida em que eram capazes de “embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário”<sup>53</sup>.

Desse modo, percebemos certa tendência na decisão do governador de indicar pessoas que, considerando os objetivos da Comissão, poderiam acionar diferentes segmentos no processo de angariação de fundos. De fato, a indicação foi acatada como posteriormente noticiou o jornal *A Imprensa*, como apresentamos abaixo:

O Novo Riachuelo. Acha-se constituída pelo <<Comité>> Central a grande comissão do Estado do Piauí a cujo patriotismo será confiada nesse Estado a subscrição nacional para a aquisição do quarto <<dreadnought Riachuelo>>. Com séde na capital, incumbem lhe todos os trabalhos de propaganda, necessários para dar maior divulgação á nobre idéa da Liga Marítima Brasileira, devendo para methodizar esse serviço e dividir os encargos da difícil tarefa, instituir sub-comissões municipaes que se encarregarão de recolher as quotas de contribuição á subscrição nacional, proveniente dos auxilios das municipalidades e dos nossos patricios, habitantes da cidades, villas e povoações do interior. Os membros dessa grande comissão, em Therezina, são os srs. dr. Flavio de Souza Mendes, coroneis Leocadio Alves dos Santos, Manuel Raymundo da Paz, João Augusto Rosa e Gil Martins Gomes Ferreira, drs. José Peres Rebello, Francisco de Moraes Correia, Arlindo Nogueira e Abdias Neves.<sup>54</sup>

A partir do que noticia *A Imprensa* e outros jornais acerca da compra da nova embarcação, nota-se certa intencionalidade no sentido de motivar, a partir de argumentos patrióticos, as comissões a angariarem fundos para a aquisição pretendida. Ao mesmo tempo, a formação dessas comissões abre um espaço maior no campo das redes de poder econômico-político ampliando a visibilidade dessas personagens históricas. No caso do Piauí, nota-se certa heterogeneidade na composição da comissão, possuindo membros como Flavio de

---

governador do estado eleito pelo voto direto no regime republicano para o quadriênio de 1896 a 1900. Era bacharel em Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais. Foi General do Exército. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

<sup>52</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>53</sup> LEAL, 1997, p. 67.

<sup>54</sup> O NOVO RIACHUELO. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 889, p. 9, 29 maio 1910.

Souza Mendes<sup>55</sup> (médico e político), Gil Martins (coronel, comerciante, político, industrial), Leocadio Santos (coronel e comerciante), Abdias Neves (jurista, político, jornalista, literato), dentre outros, de forma a fazerem-se representar diferentes segmentos da elite.

Identifica-se, no episódio em questão, uma articulação para reunir um agrupamento de pessoas que tinham notoriedade na rede comercial fluvial, ao lado de outros sujeitos de expressividade política no estado. Para nós, trata-se de uma estratégia clara no sentido de potencializar as chances de arrecadação, à medida que estes sujeitos precisariam buscar recursos para além dos habitantes da capital. Era necessário buscar as alianças no interior, de onde era originário Gil Martins, por exemplo, ou Abdias Neves que trabalhou em comarcas distantes como juiz.

Essa ligação entre economia e política aparece com evidência nesta análise. Na transcrição a seguir, podemos visualizar como o trabalho foi dividido entre os membros da comissão do Piauí que tinha como objetivo apoiar a Liga Marítima Brasileira na aquisição da nova embarcação. O *Jornal do Brasil* relata:

PIAUHY. O NOVO “RIACHUELO”. Therezina, 13 (A). – A comissão encarregada de angariar donativos para a subscrição patrocinada pela Liga Marítima Brasileira e destinada a obter os meios pecuniarios precisos para aquisição do novo “dreadnought” “Riachuelo”, distribuiu assim, por eleição e para mais methodico trabalho, os diversos cargos: Presidente, Coronel Manuel da Paz; Vice-Presidente, Coronel Leocadio dos Santos; 1º Secretario, Dr. Flavio Mendes; 2º Secretario, Dr. Francisco Corrêa; 1º Thesoureiro, Coronel João Roza; 2º Thesoureiro, Coronel Gil Martins. A sub-comissão encarregada da propaganda pela imprensa ficou constituída pelos Srs. Drs. Arlindo Nogueira, Abdias Neves e José Pires.<sup>56</sup>

Percebe-se aí como os coronéis, outros membros da Companhia e outros segmentos da elite se organizaram para dividir o trabalho de angariar fundos para a compra do navio de guerra *dreadought*. Gil Martins ficou na condição de segundo tesoureiro, portanto atuou diretamente na contabilização do dinheiro apurado. Essa força tarefa é ainda uma mostra do alinhamento entre os membros da elite comercial e política de Teresina com o governo

<sup>55</sup> Foi médico, deputado provincial (1888 a 1889) e deputado estadual (1904 a 1908), tendo ocupado a presidência da Assembleia Estadual. Proprietário de terras na cidade de Campo Maior-PI. (BASTOS, 1994).

<sup>56</sup> PIAUHY. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XX, n. 165, p. 6, 14 jun. 1910.

central, naquele momento dirigido por Nilo Peçanha<sup>57</sup> e que logo seria substituído por Hermes Rodrigues da Fonseca<sup>58</sup>, que ficaria conhecido pela política das salvaçãoes<sup>59</sup>.

Portanto, longe de ser apenas um ato de solidariedade, o levantamento de dinheiro realizado nesta campanha constitui, a nosso ver, uma forma de demonstrar o alinhamento entre os dirigentes da navegação a vapor no rio Parnaíba e as forças armadas marítimas do Brasil através da Liga Marítima Brasileira. Acerca da incumbência recebida, Gil Martins responde em telegrama, conforme registramos abaixo:

O NOVO “RIACHUELO”. Ao Sr. Deputado Deocleio de Campos, secretario geral da Liga Maritima Brasileira e o “Comité Central”, para aquisição do quarto “dreadnought” “Riachuelo” foram endereçadas as seguintes communicações: [...] Do coronel Gil Martins Gomes Ferreira, membro da grande comissão do Estado do Piauí. “Resposta vosso telegramma de 26 do corrente tenho agradecer honrosa confiança despensouse “comité central” e empregarei meus esforços cooperar com exito patriotica tentativa. Saudações cordeaes – Gil Martins Gomes Ferreira.”<sup>60</sup>

A resposta de Gil Martins aparece reproduzida também no jornal *A Imprensa*<sup>61</sup>, do Rio de Janeiro, prática que se constituía como um fato comum a inúmeros outros telegramas enviados dos estados a membros do governo central. Considerando que as correspondências são endereçadas a pessoas em particular, acreditamos que a sua publicização se mostra como estratégia para reforçar as alianças estabelecidas, sejam estas de ordem política ou econômica. Queiroz<sup>62</sup> lembra ainda que muitos jornais publicados fora do Piauí como no Maranhão, Rio de Janeiro e até no exterior, a exemplo de Paris e Lisboa, circularam em Teresina, de forma que o caminho adotado pode indicar também a tentativa de demonstrar junto aos políticos locais como os acontecimentos ocorridos no Piauí estavam reverberando em outras regiões do país, amalgamando as representações construídas em torno do prestígio social e político que se tinha.

<sup>57</sup> Nasceu em 2 de outubro de 1897 e faleceu em 31 de março de 1924. Foi presidente do Brasil de 1909 a 1910. Foi responsável pelo incentivo ao ensino técnico-profissional, pela reorganização do Ministério da Agricultura e pela criação do Serviço de Proteção ao Índio. (BRASIL, 2019).

<sup>58</sup> Nasceu em 12 de maio de 1855 e faleceu em 9 de setembro de 1923. Foi presidente do Brasil de 1910 a 1914. Em 1910, teve atuação como um dos fundadores do Partido Republicano Conservador. (BRASIL, 2019).

<sup>59</sup> NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

<sup>60</sup> O NOVO “RIACHUELO”. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVI, n. 152, p. 5, 1 jun. 1910.

<sup>61</sup> O NOVO RIACHUELO. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 891, p. 2, 31 maio 1910.

<sup>62</sup> QUEIROZ, 1994.

Nota-se que Gil Martins retoma o patriotismo como motivação para o trabalho a ser desempenhado, buscando assim evidenciar seu comprometimento com a nação como um todo, sobretudo pelos ares desenvolvimentistas que pairavam nos anos iniciais da república no Brasil. Tanto Queiroz<sup>63</sup> como Carvalho<sup>64</sup> apontam que esse período da história brasileira é marcado pelas expectativas de mudança, sendo o patriotismo frequentemente trazido como motivação para o que se realizava coletivamente. A evocação de Gil Martins, portanto, se mostra inserida como uma prática muito utilizada naqueles anos.

O desenvolvimento da navegação no Piauí está imbuído desse ideal de desenvolvimento e progresso que o estado almejava, de forma que desde os tempos do império ao período da Primeira República, a *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba* teve papel primordial na construção e fortalecimento de redes comerciais ligando diversas regiões do estado e, ainda, conectando o comércio piauiense a determinados pontos do território maranhense. Sendo Gil Martins um comerciante fortemente ligado a esse processo, não é de admirar que tenha alçado notoriedade em outros assuntos ou áreas ligadas à navegação.

O comércio da navegação a vapor era um desses elementos usados para fazer ecoar o discurso de que o progresso chegava ao Piauí e sua capital. A Inglaterra, símbolo de desenvolvimento industrial no mundo, parece ter sido eleita como fonte de progresso. Em nota sobre a expansão da navegação no rio Parnaíba, o *Jornal do Brasil* nos conta que “Por todo este mez [maio de 1911] devem chegar aqui [Teresina] os vapores encomendados na Inglaterra e destinados a navegação do Alto Parnaíba”<sup>65</sup>. A referência a este país estrangeiro não é inocente, despreziosa, mas objetivava vender a ideia de que o melhor chegara ao Piauí e, justamente por isso, o progresso se aproximava.

A implantação da navegação a vapor no Piauí foi também um movimento político, sobretudo a partir da mudança da capital de Oeiras para Teresina, de modo que somos levados a concordar com Gandara<sup>66</sup> quando afirma:

[...] grupos que pleiteavam o melhoramento das estradas e a implantação da navegação a vapor no rio Parnaíba e outros que defendiam a mudança da capital como meio para levar aquela Província à prosperidade. Estes acreditavam que só a transferência da capital viabilizaria a prosperidade da

---

<sup>63</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>64</sup> CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>65</sup> INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 129, p. 8, 9 maio 1911.

<sup>66</sup> GANDARA, 2010.

Província, inclusive produziria, por sua conseqüência, a navegação a vapor no rio Parnaíba, enquanto que aqueles, muitas vezes, alegavam inexequibilidade e/ou dispêndios em relação à mudança da capital.<sup>67</sup>

O enunciado retrata uma realidade comum ao Brasil do período, e até mesmo ao de hoje, em que política e economia andam de mãos dadas. Ao passo que a mudança da capital poderia representar crescimento econômico para o Piauí, também impunha uma mudança no eixo político, sobretudo pelas forças da elite nortista, desejosa que a capital fosse transferida para a cidade de Parnaíba, no litoral do Estado. Ainda que esta demanda não tenha sido atendida, a mudança da capital para sua atual localização possibilitou melhor comunicação entre o litoral e o interior, bem como resultou no melhor aproveitamento das vias comerciais disponíveis à época.

A criação da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* em 1858<sup>68</sup> representou um marco para a integração do Piauí e para o crescimento das relações comerciais de norte a sul. Gil Martins teve papel importante nesse processo, uma vez que sua experiência com a navegabilidade do rio Parnaíba abriu espaço para sua atuação junto a esta Companhia, fortalecendo os laços políticos e econômicos já construídos.

Realizando viagens com diversos itinerários, a *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* serviu para o fortalecimento do comércio interno do Piauí, ao passo que aumentou a concorrência com os comerciantes maranhenses, sobretudo aportando em cidades como Araioses, Grajaú e Tutóia a fim do estabelecimento de laços comerciais. Entre 1910 e 1912, a Companhia percorreu os seguintes itinerários:

#### COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR DO RIO PARNAHYBA

1 - Linha do Norte:

a) 8 viagens mensais entre Teresina e Parnaíba.

2 - Linha do Sul:

a) 2 viagens mensais entre Teresina e Floriano, com escalas por União, Curralinho, Boqueirão, Repartição, Santa Quitéria, Porto Alegre, Parnaíba, Araioses, Amarante, Belém, Castelhanos, Miguel Alves, Marruás, Barra do Souza, São Francisco e Grajaú.

3 - Linha de Parnaíba a Tutoia:

a) Viagens regulares de modo a haver sempre um vapor em correspondência no porto de Tutoia com os do Lloyd Brasileiro que escalarem esse porto.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> GANDARA, 2010, p. 116.

<sup>68</sup> BASTOS, C. A. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>69</sup> LINHAS de navegação – 1910 a 1912. *Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnahyba*. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/web/index.php/historia/88-historia-da-marinha-mercante-brazileira/262-linhas-de-navegacao-1910-a-1912>. Acesso em: 9 jun. 2018.

Como pode ser analisado na transcrição acima, a *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* não apenas serviu de mecanismo de manutenção e aprimoramento de relações comerciais para o estado do Piauí, mas contribuiu para abastecer com produtos, via navegação fluvial, algumas regiões não atendidas pela *Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão* que no mesmo período atendia as seguintes rotas:

#### COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO A VAPOR DO MARANHÃO

##### 1 - Linha do Sul:

a) 1 viagem redonda mensal entre São Luís e Recife, com escalas por Tutoia, Camocim, Aracaju, Fortaleza, Aracati, Mossoró, Macau, Natal e Cabedelo.

##### 2 - Linha do Norte:

a) 1 viagem redonda mensal entre São Luís e Belém, com escalas por Guimarães (entrando no porto de Jacumã, Cururupu, Turiaçu, Carutapera, Viseu e Bragança.

##### 3 - Linha do Centro:

a) 2 viagens redondas mensais de São Luís a Tutoia;

b) 2 viagens redondas mensais de São Luís a Miritiba, com escalas por São José e Icatu;

c) 2 viagens redondas mensais de São Luís a São Bento, com escalas por Alcântara;

d) 1 viagem redonda mensal de São Luís a Pinheiro;

e) 1 viagem redonda mensal entre São Luís e Turiaçu, com escalas por Guimarães e Cururupu.<sup>70</sup>

Aos compararmos os itinerários das duas companhias, percebe-se que apenas Tutóia, estado do Maranhão, era atendida por ambas as empresas, abrindo espaço para que a *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* avançasse pelo interior do Maranhão com produtos a preços mais competitivos em relação àqueles que lá chegavam pelas vias terrestres. Ainda proveniente do Piauí, viria a atuar no Maranhão a *Empreza Fluvial Piauihyense* levando mercadorias para a região do sul do estado. Em edição do *Diário do Maranhão* de 1911 um grupo de senhores de posses provenientes do município de Loreto-MA solicitam ajuda do governador do estado, Luiz Antonio Domingues da Silva<sup>71</sup>, para subvencionar a atuação da empresa, como nos conta:

<sup>70</sup> LINHAS de navegação – 1910 a 1912. *Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão*. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/web/index.php/historia/88-historia-da-marinha-mercante-brazileira/262-linhas-de-navegacao-1910-a-1912>. Acesso em: 9 jun. 2018.

<sup>71</sup> Nasceu em 11 de junho de 1862 e faleceu em 11 de julho de 1922. Foi presidente do Estado do Maranhão de 1910 a 1914. No legislativo, foi deputado geral de 1886 a 1889, deputado federal pelo Maranhão de 1892 a 1910 e de 1915 a 1922. (CPDOC, 2019).

Os abaixo assignados, representantes e moradores do município de Loreto, vêm pela presente representação, rogar a V. Exc. que os auxilieis, subvencionando a Empreza Fluvial Piauihyense, de propriedade dos Srs. Oliveira, Pearce & C. do Piauihy, visto como a dita firma, uma vez subvencionada, fará a navegação com barcos a vapor no rio Balsas até a villa de Santo Antonio de Balsas; o que feito se reerguerão a força e vida commercial deste município, tão decahido pela falta de meios de transporte, que, além de prejudicar os abaixo assignados nos seus interesses particulares, concorre para que as rendas e vida commercial do alto sertão do nosso Estado sejam absorvidos pelos Estados visinhos. Conscios de que V. Exc. muito contribuirá para que no próximo anno os abaixo assignados oiçam o silvar dos vapores sulcando o rio Balsas, com o que tereis feito o melhor dos donativos ao sul do Maranhão, esperançosos ficam aguardando a vossa decisão. Loreto, 21 de setembro de 1910.<sup>72</sup>

Notamos que o auxílio solicitado trata de dar condições para que a *Empreza Fluvial Piauihyense* passasse a navegar pelo rio Balsas, no sul do Maranhão. Tendo em vista que o estado possuía sua própria companhia de navegação, questionamos os motivos que levaram a estes sujeitos a pedirem auxílio ao governador para subvencionar uma empresa do Piauí. Acreditamos, tendo em vista a localização geográfica de Loreto e as rotas comerciais da *Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão*, que a busca pela empresa piauiense estava relacionada ao fato de que já havia navegação no sul do Piauí por esta empresa em localidade próxima a Loreto atendendo aos municípios de Floriano e Uruçuí, provavelmente indicando menores custos para investimento da navegação naquela região.

Desde o início da segunda metade do século XIX, o Piauí já desenvolvia a navegação do rio Parnaíba em trecho que acompanha a fronteira com o estado do Maranhão de norte a sul, através da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*. Embora se trate de outra empresa, inferimos que foi esta experiência construída ao longo das décadas anteriores que favoreceu a criação e atuação da *Empreza Fluvial Piauihyense* na região sul dos estados do Maranhão e Piauí. Acreditamos ainda que a criação da empresa vai ao encontro dos interesses dos comerciantes, diante do aumento da demanda dos moradores da região sul de ambos os estados por produtos que, não sendo através da navegação, chegariam até a região com valores encarecidos.

A solicitação dos habitantes de Loreto foi atendida, o que favoreceu também outras localidades do sul do Maranhão que se constituíram ao longo do rio, inclusive Santo Antonio

---

<sup>72</sup> EXM. Sr. Dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, M. D. Governador do Estado do Maranhão. *Diário do Maranhão*, anno XLII, n. 11281, p. 2, 31 jan. 1911.

de Balsas, aparecendo como ponto final de parada naquele percurso. Entre 1910 e 1912, a *Empresa Fluvial Piauihyense* percorria os seguintes itinerários:

#### EMPRESA FLUVIAL PIAUHYENSE

##### 1 - Linha 1:

a) 2 viagens mensais, de ida e volta, no rio Parnaíba, entre Floriano e Uruçuí, com escalas por Manga, Barão de Grajaú, São João dos Patos, Nova Iorque, Porto Alegre e Foz do Balsas.

##### 2 - Linha 2:

a) 1 viagem mensal, de ida e volta, no mesmo rio, entre Uruçuí e Vitória, com escalas por Remanso, Santo Estevam e Santa Filomena.

##### 3 - Linha 3:

a) 1 viagem mensal entre Uruçuí e Santo Antonio do Balsas, no rio das Balsas, com escalas pelos portos de Foz do Balsas, Félix e Loreto.<sup>73</sup>

Dessa forma, o comércio da navegação realizado pela *Empresa Fluvial Piauihyense* permitia uma integração entre várias cidades e localidades do Piauí (Floriano, Uruçuí, Porto Alegre e Santa Filomena), do Maranhão (Manga, Barão de Grajaú, São João dos Patos, Nova Iorque, Foz do Balsas, Vitória, Santo Antonio das Balsas, Félix e Loreto) e da Bahia (Remando e Santo Estevam), formando uma rede de comércio fluvial interestadual. Na *Figura 13: Hidrovia do Rio Parnaíba, com destaque para o Rio Balsas*, podemos verificar o trajeto percorrido pela empresa no percurso de Uruçuí a Balsas, bem como visualizar o caminho percorrido pelas mercadorias que chegavam através de Parnaíba:

---

<sup>73</sup> LINHAS de navegação – 1910 a 1912. *Empresa Fluvial Piauihyense*. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/web/index.php/historia/88-historia-da-marinha-mercante-brazileira/262-linhas-de-navegacao-1910-a-1912>. Acesso em: 9 jun. 2018.

Figura 13: Hidrovia do Rio Parnaíba, com destaque para o Rio Balsas.



Fonte: ProParnaiba.com<sup>74</sup>

É possível ainda inferir que houve uma relação comercial com a *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, cuja direção Gil Martins atuou. Uma vez que seus itinerários eram complementares é muito provável que muitas mercadorias trazidas do porto

<sup>74</sup> MARQUES, P. *Hidrovia do Rio Parnaíba*. Disponível em: <http://www.proparnaiba.com/redacao/2012/03/18/hidrovia-do-rio-parna-ba-ser-licitada-o-final-deste-m-s.html>. Acesso em: 05 jan. 2019.

de Parnaíba, localizado no litoral piauiense, fossem comercializadas no sul do Piauí e do Maranhão por meio da *Empresa Fluvial Piauhyense*. Em sentido semelhante, acreditamos que as cidades do sul do Maranhão atendidas pela referida empresa também recebiam produtos comercializados desde Teresina.

Essa via de integração através da navegação a vapor promoveu mudanças nestas localidades, uma vez que pelas embarcações chegavam muito mais que mercadorias, mas também pessoas, dotadas de seus ideais, ideologias, discursos e visões de mundo que viriam a suscitar a formação de novas sociabilidades. Configura-se, dessa maneira, um intercâmbio de ideias e práticas entre sujeitos de diferentes regiões do estado. Assim, concordamos com Queiroz<sup>75</sup> quando afirma que a Primeira República no Piauí é marcada por “valores modernos [...] vivenciados pela sociedade como um todo”<sup>76</sup>, sendo a navegação, para nós, um símbolo desses valores.

No sul interior do estado do Maranhão, cuja navegação integrava as cidades desse estado e do Piauí por meio do rio Balsas e do rio Parnaíba, os valores discutidos também foram sentidos e testemunhados. Na *Figura 14: Navegação no Rio Balsas* é possível observar a captura de um momento da navegação no rio Balsas:

---

<sup>75</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>76</sup> QUEIROZ, 1994, p. 125.

Figura 14: Navegação no Rio Balsas.



Fonte: Acervo Digital Nova Ideia.<sup>77</sup>

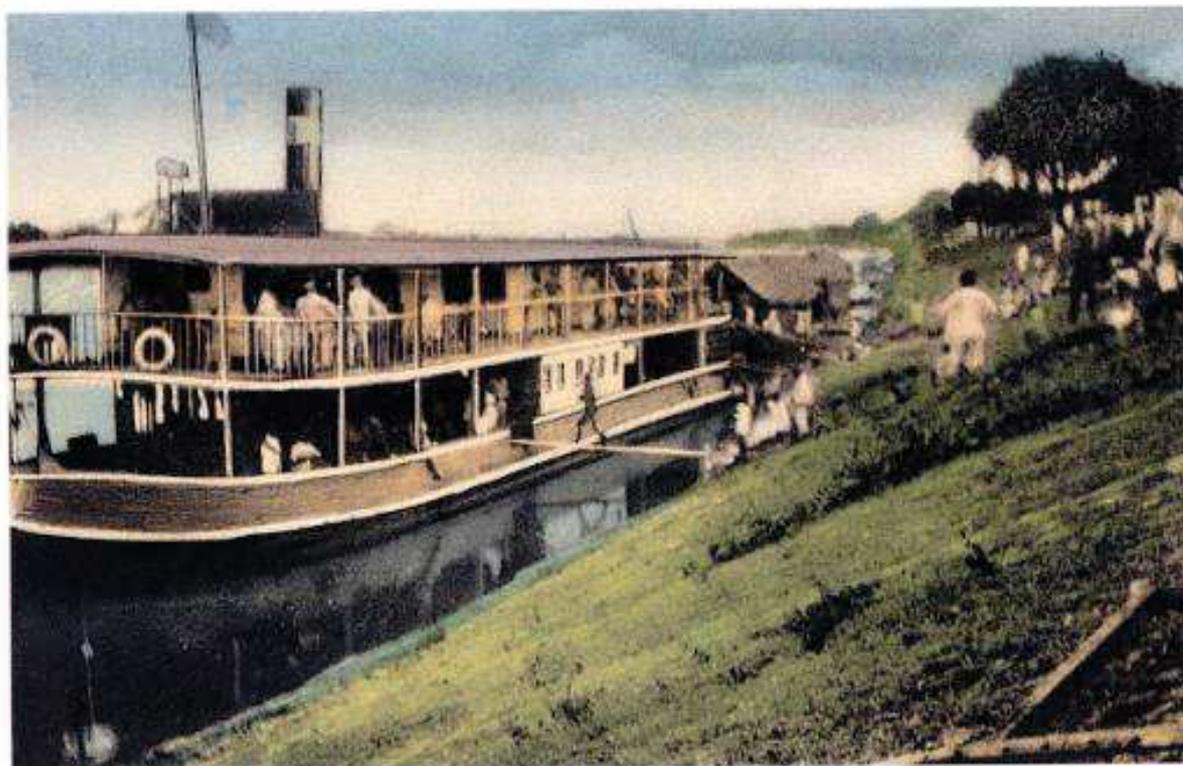
A fotografia data do início do século XX, se mostrando emblemática da importância que a navegação do rio Balsas teve para aquela região, sendo digna de um registro que apenas a parcela mais abastada da sociedade tinha acesso. A nosso ver, a embarcação navegando no rio, funcionando como fundo para a moça que posa para a fotografia, reflete e constrói um cenário de progresso, desenvolvimento e riqueza que se intencionava propagar tendo a navegação como símbolo. É possível inferir, assim, que a navegação fluvial a vapor insurgia-se como princípio da modernização nos fins do século XIX e início do século XX, de modo a se constituir um elemento representativo não apenas para os moradores de cidades capitais como Teresina no Piauí ou São Luís no Maranhão, mas alcançava as cidades mais interioranas e distantes dos centros urbanos de seu próprio estado. Portanto, para além da integração econômica, temos que levar em consideração a ampla rede de integrações que esse modal permitia para aquelas populações.

---

<sup>77</sup> NOVA IDEIA. *História de Balsas-MA*: Arquivo Cultural do Município de Balsas. Disponível em: <http://www.novaideia.eco.br/artigos-e-publicacoes/balsas-a-princesinha-do-maranhao>. Acesso em: 05 jan. 2019.

Para Mello<sup>78</sup>, a própria maquinaria simbolizava os avanços que se esperava de um futuro de progresso e que parecia estar cada vez mais presente, de formas que as ilustrações eram utilizadas pela imprensa como uma forma de fazer emergir a dicotomia atraso X progresso, como sinônimo de monarquia X república. Dessa maneira, os registros imagéticos da navegação que apresentamos apontam para uma necessidade de representar que o progresso chegava às regiões mais afastadas do centro político e econômico do país. Na *Figura 15: Embarcação Manoel Thomaz* apresentamos uma das embarcações que era utilizada pela *Empreza Fluvial Piauihyense*:

Figura 15: Embarcação Manoel Thomaz.



Fonte: GERODETTI; CORNEJO, 2004<sup>79</sup>.

Esta imagem da embarcação foi reproduzida a partir de uma publicação que retrata o cenário das capitais brasileiras a partir de cartões postais. Tal exposição ratifica o lugar importante que essa empresa teve ao lado da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* que, no caso do Piauí, e mais especificamente da cidade de Teresina, também era

<sup>78</sup> MELLO, M. T. C. A modernidade republicana. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

<sup>79</sup> GERODETTI, J. M.; CORNEJO, C. *Greetings from Brazil: Brazilian state capitals in postcards and souvenir albums*. São Paulo: Solaris Cultural, 2004. p. 209.

utilizada para fornecimento de mercadorias aos comerciantes locais que atenderiam, por sua vez, o consumidor final. A seguir, apresentamos um anúncio de uma loja comercial que atuava no centro da capital piauiense:

VENHAM! E' admiravel o optimo sortimento de GIL MARTINS & COMPANHIA, recebido, ha poucos dias, pelo ultimo vapor. Entre a incomputivel quantidade de MAGNIFICAS E BARATAS mercadorias, despachadas, especialmente para o nosso estabelecimento, notamos as seguintes: PONGÉE ESTAMPADO, ultima palavra da moda pariziense; FANTAZIAS de todos os gostos e para todos os preços; CHAPÉUS de feltro, tamanhos e feitos sortidos, DITOS de palha, idem, idem; COLLARINHOS e PUNHOS, alta novidade; GRAVATAS variadissimo sortimento; CINTOS; ROUPAS FEITAS para criança sem a menor competencia na praça; LOUÇAS, para presentes, e os meus afannados EXTRACTOS.<sup>80</sup>

O anúncio destacado permite perceber que a atuação comercial de Gil Martins se dava para além do comércio de açúcar ou mesmo dos bens produzidos no Vale do Solidão. Uma vez que a navegação a vapor no rio Parnaíba ocorria através da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, de cuja sociedade ele fazia parte, esta empresa foi utilizada por ele para aferição de lucros sobre o transporte de mercadorias de outros gêneros.

Houve, nesse sentido, uma preocupação de Gil Martins em diversificar o alcance do seu comércio, incorporando artigos outros que a navegação a vapor o permitia fazer. Uma vez que a *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba* era o principal meio de transporte das mercadorias entre o litoral e o norte, bem como entre a capital e o centro-sul do Estado, não nos parece estranho que Gil Martins tenha se utilizado desse mecanismo como forma de ampliar sua atuação junto a outros comerciantes e não necessariamente com o consumidor final. De fato, as fontes indicam que o comércio realizado por Gil Martins se dava muito na condição de fornecedor a outros comerciantes, além de vender diretamente ao consumidor final.

A *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, por sua vez, não estava imune às querelas políticas do estado. Em resposta a um possível atraso existente na entrega das mercadorias, encontramos a seguinte notícia:

---

<sup>80</sup> ANNUNCIOS. *O Commercio*, Teresina, ano II, n. 77, p. 3, 8 dez. 1907.

AVULSOS. THEREZINA, 27. Os directores e socios da Associação Commercial e commerciantes desta capital protestam contra as accusações feitas á Companhia de Vapores do Rio Parnahyba, empreza que ha quasi sessenta annos presta altos serviços ao progresso do Estado. É falso que exista *stock* de volumes de seis mezes em Parnahyba; a estiagem das aguas é a unica causa da demora das mercadorias ali; a companhia envia esforços para servir o commercio. Essa guerra serve interesses da politicagem. Pedimos publicidade. – Directoria da Fiação Piauhense – Gil Martins & C. – Anotnio Ferraz – Leocadio Santos Irmão & C. – Joaquim Gomes Ferreira – Edmundo Geunino & Irmão – Octavio Odilon – Moura Falcão – Domingos J. dos Santos – João M. Broxado – Benjamin Martins & C. – A. Campos & C. – Collect A. Fonseca – José Antonio Sant’Anna Oliveira – Pearce & C. – R. Ferraz & Martins – Segio M. Taira – João Elias Luirche – Carreira & C. – Manoel Feitosa & C. – Jeremias de Areia – Leão Clistack & Irmão – Leonidas Nogueira – Nogueira & Avelino – Theodorico Hollanda – Moura Irmão & C. – Manoel da Silva Velloso – Juvencio Carvalho & C. – Abib Salim Tajra & C.<sup>81</sup>

A *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, por meio de seus representantes que assinam a resposta publicada, se defende alegando que qualquer atraso na entrega dos produtos era devido apenas às condições de navegabilidade do rio. O ano de 1911, como discutiremos com maior profundidade mais adiante, foi marcado por querelas políticas em que Gil Martins e outros membros da Companhia, como Leocadio Santos, estavam inteiramente envolvidos enquanto facção de oposição ao governo estadual estabelecido. Assim, de um lado é possível que as condições do rio de fato tivessem dificultado algum abastecimento levando aos atrasos nas entregas, mas não podemos descartar que as condições políticas do estado tenham tido também interferência considerando o cenário da época.

Através do comércio, Gil Martins alcançou postos políticos importantes seja na administração pública como foi o caso da *Junta Commercial do Estado do Piauhy*, seja em associações privadas como a *Associação Commercial do Piauí*. Dessa maneira, estes espaços constituíram-se como lugar de sociabilidades e construção de redes de poder econômico e político entre os membros da elite piauiense. Destarte, não seria estranho que a ruptura de certas relações interferissem no abastecimento de determinados estabelecimentos comerciais na medida em que isso pudesse ser utilizado como uma forma de represália contra o grupo que se tinha como rival.

Conforme discutiremos mais à frente, o Piauí estava organizado politicamente em torno de oligarquias que em alguns períodos estavam em aparente conciliação ou

---

<sup>81</sup> AVULSOS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9853, p. 5, 28 set. 1911.

congraçamento<sup>82</sup> para utilizar o termo que ficou comum para se referir a esses períodos, mas em outros momentos apresentam rupturas que podiam culminar no uso da violência e na tentativa de impedir que o candidato eleito assumisse o posto para o qual tinha concorrido nas eleições.

No próximo capítulo discutiremos de forma mais direcionada a atuação de Gil Martins na construção de redes de poder econômico a partir do comércio por ele empreendido, sobretudo a partir de sua participação na *Junta Commercial do Piauhy*, na *Associação Commercial do Piauhy*, na *Sociedade de Agricultura do Piauhy* e suas relações com o poder público a partir do pagamento e cobrança dos impostos devidos.

---

<sup>82</sup> QUEIROZ, 1994; NUNES, 2016.

### 3 COMÉRCIO E RELAÇÕES DE PODER ECONÔMICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A presença marcante de Gil Martins no cenário comercial permitiu que ele criasse uma rede de relações de poder econômico, seja no setor privado ou mesmo com o setor público. Isso fica evidente, sobretudo a partir do uso de sua posição para interferir na política local. Por ora, é preciso que consideremos que sua posição social permitiu que ele ocupasse postos junto a importantes organizações ligadas ao comércio.

Gil Martins, enquanto membro da classe comercial piauiense, estava inserido no contexto de ascensão desta, que se podia sentir naquele momento. Esse entendimento foi anteriormente levantado por Queiroz<sup>1</sup>, apontando para o fato de que os “comerciantes mais abastados eram muitas vezes os próprios fazendeiros, e que estes, além do comércio, também exerciam atividades industriais relacionadas ao processamento de produtos agrícolas, como a fabricação de açúcar, rapadura e cachaça”<sup>2</sup>.

Assim, a autora faz referência de forma genérica a algo que vimos acontecer no caso de Gil Martins, uma vez que este sujeito se enquadrava no perfil de um comerciante, mas também de fazendeiro e industrial, como discutiremos de forma mais aprofundada a seguir. Especificamente no tocante à questão da industrialização, a autora possivelmente está fazendo referência aos engenhos artesanais de açúcar, rapadura e cachaça presentes ao longo do estado em diversas fazendas. Por outro lado, Gil Martins extrapola esse perfil uma vez que elevou a produção do açúcar a patamares muito além dos padrões artesanais, como discutiremos na última seção deste trabalho.

No contexto de crescimento comercial de Gil Martins e de maior interlocução entre a produção do Vale do Solidão e a capital, os registros apontam que data do ano de 1894 o registro de Gil Martins Gomes Ferreira como comerciante em Teresina, conforme consta a seguir:

ASSUNTO: Ofício da Junta Commercial do Estado do Piauhy comunicando que Gil Martins se torna comerciante registrado na junta comercial do Piauhy.

CITAÇÃO: Da junta commercial Estado do Piauhy, de 1 do mez passado, communicando não só a nomeação que fizera do cidadão Nabor Alves Maia

---

<sup>1</sup> QUEIROZ, T. J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a.

<sup>2</sup> QUEIROZ, 2006a, p. 57.

Pinto para corrector de fundos publicos e mercadorias, como tambem que expedira cartas commerciantes aos cidadãos Joaquim Dias de Sant'Anna, Gil Martins Gomes Ferreira e José Antonio de Sant'Anna.<sup>3</sup>

A ascensão comercial de Gil Martins se fizera notar cedo na capital piauiense, uma vez que este era responsável por abastecer a cidade e outras regiões com a produção de açúcar oriunda dos engenhos artesanais de Jerumenha<sup>4</sup>, utilizando para isso as vias da navegação através dos rios Gurguéia e Parnaíba. O registro ter sido realizado apenas em 1894 não quer dizer que antes não houvesse relações comerciais entre os Martins Gomes Ferreira e a cidade de Teresina, mas se explica pelo fato de apenas neste ano a junta ter entrado em funcionamento, tendo sido criada no ano de 1892. O *Jornal de Recife* assim nos informa:

Junta Commercial do Recife. [...] Officios: Da junta commercial do Piauihy, do mez passado, communicando haver-se instalado, n'esse dia, a mesma junta, creada pela Lei. n. 10 de 21 de Julho de 1892 e Regulamento de 28 de Julho ultimo. – Responda-se e archive-se.<sup>5</sup>

A demora na instalação da junta deu-se, entre outros motivos possíveis, pela falta de regulamentação de suas atividades. A lei que cria a junta deixava ao governador a incumbência de criar seu regulamento, fato que só ocorreu em 28 de julho de 1894 como apontado acima. A partir de então todas as casas comerciais tiveram que se registrar, fato que correntemente era dado a saber às demais juntas de outros estados via ofício, atendendo à determinação legal de publicização<sup>6</sup> estabelecida durante o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca<sup>7</sup>. O registro de Gil Martins na praça de Teresina indica ainda a reafirmação de seu perfil como comerciante da capital e não apenas um fornecedor vindo do interior.

<sup>3</sup> JUNTA COMMERCIAL DE RECIFE. *Diário de Pernambuco*, Recife, anno LXX, n. 249, p. 3, 31 out. 1894.

<sup>4</sup> MOREIRA, N. B. *Landri Sales – Piauí: 200 anos de história 1810/2010*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

<sup>5</sup> JUNTA COMMERCIAL DO RECIFE. *Jornal de Recife*, Recife, anno XXXVII, n. 227, p. 3, 5 out. 1894.

<sup>6</sup> BRASIL. *Decreto n.º 596, de 19 de julho de 1890*. Reorganiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e dá-lhes novo regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-596-19-julho-1890-505086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>7</sup> Nasceu em 5 de dezembro de 1827 e faleceu em 23 de agosto de 1892. Como militar teve participação na Guerra do Paraguai, na Revolta Praieira. Foi presidente da província do Rio Grande do Sul de 1885 a 1888. Com a proclamação da república, assumiu a chefia do governo provisório de 15 de novembro de 1889. Foi eleito presidente da república de 25 de fevereiro de 1891 a 23 de novembro de 1891. (BRASIL, 2019)

A reorganização das juntas e inspetorias comerciais no contexto da Primeira República foi regulamentada pelo Decreto n.º 596, de 19 de julho de 1890<sup>8</sup>, estabelecendo uma organização por distritos até que os estados criassem suas próprias juntas com seus respectivos regulamentos. Esse processo está diretamente relacionado ao fato de que com a instalação da república no Brasil, era necessário que se organizassem instituições no âmbito do poder público para atender às novas demandas impostas, como também criar um ordenamento que deixasse cada vez mais no passado a estrutura imperial.

Assim, o Piauí e o Maranhão formavam o distrito de São Luís sob a responsabilidade da *Junta Commercial do Maranhão*, como estabelece o art. 2º §3º do referido decreto. Esta junta, portanto, era responsável pelo registro dos comerciantes de ambos os estados, com sede na cidade de São Luís, capital do Maranhão. Ao Piauí restava instalada uma Inspeção Commercial com sede na cidade de Parnaíba, uma vez que o decreto estabelecia previamente que nos estados onde não houvesse sede da junta seria instalada uma organização desse tipo, sendo esta localizada nas capitais ou cidades onde existissem portos marítimos. A inspeção de Parnaíba, nesse aspecto, atendia ao que fora fixado no art. 63 do decreto.

No breve período de dois anos foi regulamentada a *Junta Commercial do Piauí* através da lei n.º 10, de 21 de julho de 1892<sup>9</sup>. No Maranhão, no entanto, embora com a criação da junta piauiense, o estado permaneceu com a *Junta Commercial de São Luiz* até o ano de 1913, quando foi criada a *Junta Commercial do Maranhão* pela lei n.º 649, de 31 de março de 1913.<sup>10</sup> Não foi identificado nenhum registro comercial de Gil Martins no estado do Maranhão a partir de 1913, possivelmente pelo fato de que, sendo ele piauiense e comerciante através da navegação, não deve ter se mostrado necessário registrar-se na junta comercial do estado vizinho, embora tenhamos encontrado indícios de que o comércio praticado por ele alcançava localidades maranhenses situadas à beira do rio Parnaíba. É possível que ele tenha usado os cais da margem do Piauí para manter estas relações comerciais e, assim, se desobrigar de um registro e o conseqüente recolhimento de impostos em uma praça comercial do Maranhão. Embora sejamos mais tendentes a essa posição, não descartamos a

---

<sup>8</sup> BRASIL. *Decreto n.º 596, de 19 de julho de 1890*. Reorganiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e dá-lhes novo regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-596-19-julho-1890-505086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>9</sup> PIAUHY. *Lei n.º 10, de 21 de julho de 1892*. Cria no Estado uma Junta Commercial, com sede na capital. *O Piauí*, Teresina, anno II, n. 66, p. 2, 13 ago. 1892.

<sup>10</sup> MARANHÃO. *Lei n.º 649, de 31 de março de 1913*. Cria a Junta Commercial do Maranhão. Disponível em: <http://www.jucema.ma.gov.br/pagina/?/114/Hist%C3%B3rico>. Acesso em: 06 jan. 2019.

possibilidade desse registro ter ocorrido, mas não ter sido publicado nos jornais de circulação do período por algum motivo que foge ao limites do que poderíamos inferir.

Durante o período imperial, registramos a criação de um *Tribunal do Commercio do Maranhão* através do Decreto Imperial n.º 1597, de 1 de maio de 1855<sup>11</sup>, estando os assuntos do Piauí a cargo deste tribunal. Posteriormente, com a extinção dos tribunais do comércio foram criadas as juntas comerciais organizadas por distritos. Através do Decreto Imperial n.º 6.384, de 30 de novembro de 1876<sup>12</sup>, foi criada a Junta Commercial de São Luiz cuja abrangência limitava-se às províncias do Maranhão e Piauí. Assim, quando o Marechal Deodoro da Fonseca estabeleceu o Decreto n.º 596/1890<sup>13</sup>, o mesmo manteve a organização das juntas conforme já definido no Império, mas delegou a responsabilidade de manutenção das mesmas aos estados, permanecendo a abrangência distrital apenas até que os estados criassem suas respectivas juntas.

Durante o período imperial encontramos a primeira ocorrência de operações comerciais de Gil Martins, quando o mesmo passa a integrar uma firma registrada, conforme segue:

Ao commercio. Domingos Rodrigues d’Azevedo, faz publico que no dia 1.º de junho de 1886 admittio para socio de seu estabelecimento ao seu empregado Gil Martins Gomes Ferreira; ficando assim afirma social sob a rasão de Domingos Rodrigues d’Azevedo & C.<sup>a</sup> de que ambos uzarão e a cargo da qual fica o activo e passivo da antiga casa.<sup>14</sup>

Fica evidente, portanto, que antes de Gil Martins se registrar como comerciante o mesmo buscou inserção compondo primeiramente uma sociedade com Domingos Rodrigues d’Azevedo<sup>15</sup>. Posteriormente, com o advento da república e a criação da *Junta Commercial do Piauí*, este sujeito se projeta de forma mais evidente através da firma *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*

---

<sup>11</sup> BRASIL. Decreto Imperial n.º 1.598, de 1 de maio de 1855. Dá regulamento para os Tribunaes do Commercio. *Collecção das Leis do Império do Brasil*, tomo XVIII, parte II, seção 32, p. 349, 1856.

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto Imperial n.º 6.384, de 30 de novembro de 1876. Organiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e regula o exercício das respectivas funções. *Collecção das Leis do Império do Brasil*, tomo XXXIX, parte II, v. I, p. 1159, 1876.

<sup>13</sup> BRASIL. *Decreto n.º 596, de 19 de julho de 1890*. Reorganiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e dá-lhes novo regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-596-19-julho-1890-505086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>14</sup> ANNUNCIOS. *A Imprensa*, ano XXII, n. 959, p. 4, 5. mar. 1887.

<sup>15</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

registrada em 1894<sup>16</sup>, conforme já apontamos, demarcando seu espaço e de sua família de forma autônoma dali por diante.

A organização das juntas comerciais, conforme o regulamento estabelecido por Marechal Deodoro da Fonseca durante o governo provisório, previa a existência de 1 presidente, 1 secretário, 4 deputados comerciantes e 2 suplentes, eleitos pelos colégios comerciais para mandato de 4 anos. No caso do Piauí, quando da instalação de sua junta e publicação de seu regulamento, percebemos sensíveis mudanças em relação ao regulamento federal. Tal inferência se dá a partir dos resultados das eleições consultados nas fontes hemerográficas que indicam a existência de 1 presidente, 4 deputados e 2 suplentes, no entanto, os mesmos eram eleitos para mandatos anuais e não consta a existência de secretário eleito, mas aparece a existência do cargo. Embora não tenhamos tido acesso ao regulamento da junta piauiense, acreditamos que o governador optou por adequar o formato de organização da mesma adequando-o às especificidades locais, tomando a decisão de admitir alguém para o cargo de secretário utilizando de outro mecanismo que não fosse a eleição.

A mudança no ordenamento da junta no Piauí não nos parece estranha, uma vez que o regulamento emanado por meio de decreto pelo governo provisório da república previa sua validade até que os estados criassem suas próprias juntas, de forma que o documento mantinha a mesma estrutura distrital adotada no período imperial, ao mesmo tempo em que regulamentava o funcionamento daquelas instituições durante o processo de adequação dos estados. Dessa forma, o governo provisório agiu no sentido de dar tempo para que os estados se organizassem, ao passo que dava legalidade para a continuidade do funcionamento das juntas naquela estrutura.

Gil Martins aparece como deputado eleito para compor a *Junta Commercial do Piauhy* em atas publicadas no jornal *O Piauhy* para o ano de 1895<sup>17</sup>, bem como em ofícios direcionados à Junta Commercial do Recife para os anos de 1896<sup>18</sup> e 1897<sup>19</sup>. Em ambos os anos Gil Martins aparece como terceiro deputado mais votado, fato que nos leva a crer que naqueles anos a sua atuação como comerciante já permitia que ele mantivesse significativa rede de relações de poder junto aos demais comerciantes. Há que se destacar ainda que sua atuação como deputado comerciante se deu nos três primeiros anos de funcionamento da junta, denotando que os demais comerciantes o viam como sujeito capaz de atender às

---

<sup>16</sup> JUNTA COMMERCIAL DE RECIFE. *Diário de Pernambuco*, Recife, anno LXX, n. 249, p. 3, 31 out. 1894.

<sup>17</sup> JUNTA COMMERCIAL. *O Piauhy*, Teresina, anno V, n. 221, p. 3, 22 ago. 1895.

<sup>18</sup> JUNTA COMMERCIAL DO RECIFE. *Jornal de Recife*, Recife, anno XXXIX, n. 48, p. 4, 28 fev. 1896.

<sup>19</sup> JUNTA COMMERCIAL DO RECIFE. *Jornal de Recife*, Recife, anno XL, n. 42, p. 3, 21 fev. 1897.

necessidades daquele serviço. Durante este período a junta foi presidida por Joaquim Dias de Sant'Anna<sup>20</sup> e, ao lado de Gil Martins, atuaram como deputados Manoel Raymundo da Paz<sup>21</sup>, Francisco Alves de Paiva<sup>22</sup>, Manoel Thomaz de Oliveira<sup>23</sup>. Para suplentes foram eleitos os senhores Ricardo José Teixeira<sup>24</sup> e Antonio Gonçalves Portellada Sobrinho<sup>25</sup>, sendo o primeiro substituído em 1897 por Manoel José Moreira Leão<sup>26</sup>.

Ser um deputado comerciante significava estar a serviço da junta e dos designios de seu presidente a fim de colaborar com a organização do comércio sob a jurisdição do órgão, inclusive tomando parte nos processos de matrícula de comerciantes, corretores, agentes de leilões, trapicheiros, administradores de armazéns, bem como rubricar livros dos comerciantes, das companhias e escritórios, conforme fosse solicitado pelo presidente da junta. As atribuições dos deputados, nos termos do artigo 17 do decreto 596, de 19 de julho de 1890<sup>27</sup>, ficavam estritamente ligadas àquilo que fosse designado pelo presidente, ficando assegurado o direito de emitir opinião, verbalmente ou por escrito, sobre os negócios da junta e votar conforme fosse o caso.

Entendemos, portanto, que a atuação comercial de Gil Martins possuiu reverberações políticas, já inicialmente demonstradas nos processos eleitorais da junta. Nesse contexto, defendemos que foi o poder econômico deste sujeito que o conduziu ao mundo da política partidária e não o inverso. Nunes<sup>28</sup> enfatiza que no período da Primeira República o Piauí viu a interferência da classe comerciante na construção de um discurso que defendia o progresso, a modernização das cidades e da produção agrícola, de forma que isso pudesse lhe proporcionar maior espaço político. Por outro lado, segundo a autora, “suas reivindicações [foram] abafadas pelo prestígio dos grandes proprietários”<sup>29</sup>. No bojo dessa análise está a ideia de que fazendeiros e comerciantes constituíam grupos separados no contexto

<sup>20</sup> Foi comerciante e político. Além de atuar na junta, foi vice-governador do estado do Piauí de 1896 a 1900, período em que também ocupou o cargo de secretário de estado. (GONÇAVES, 2003).

<sup>21</sup> Nasceu em 2 de janeiro de 1838 e faleceu em 15 de dezembro de 1923. Teve atuação como comerciante e político. Foi conselheiro municipal de Teresina em 1872 e nas legislaturas de 1897-1900, 1905-1908, 1908-1912. Foi intendente municipal de 1893 a 1896. Foi vice-governador do Piauí na gestão de Antonino Freire (1910-1912). (GONÇALVES, 2003).

<sup>22</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>23</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>24</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>25</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>26</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>27</sup> BRASIL. *Decreto n.º 596, de 19 de julho de 1890*. Reorganiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e dá-lhes novo regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-596-19-julho-1890-505086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>28</sup> NUNES, M. C. S. de. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

<sup>29</sup> NUNES, 2016, p. 32.

econômico, mas isso não acontece no caso de Gil Martins ao passo que ele acumulava tanto a prerrogativa de grande latifundiário, como podemos inferir a partir das projeções de seu patrimônio, como de forte comerciante. Não seria de admirar, portanto, que outros comerciantes também fossem donos de extensas propriedades de terra, inclusive contendo criação de gado, como se dava no caso em questão.

Sua atuação como fazendeiro reforça ainda seu lugar social de coronel, na medida em que Leal<sup>30</sup> aponta para a propriedade rural como fator importante na construção da figura dos chefes locais como coronéis. No caso do Piauí, onde as fazendas e o latifúndio tiveram papel relevante na povoação do território, ser fazendeiro era muito mais do que ser dono de terras, representando, de fato, a ocupação de um lugar social privilegiado que possibilitava a troca de benesses com o poder público e a criação de fortes laços de dependência com o eleitorado.

Nesse sentido, não podemos afirmar que os comerciantes tiveram sua atuação política suprimida, mas que estes souberam jogar com as relações de poder estabelecidas de forma a tentar interferir nos rumos políticos do estado, à medida que esse espaço foi sendo conquistado. A realidade brasileira mostra uma íntima relação entre poder econômico e poder político, sobretudo quando pensamos nas oligarquias na Primeira República e, nesse caso especificamente, a análise das fontes nos encaminha para o entendimento de que a atuação política de Gil Martins, sobre a qual trataremos mais adiante neste trabalho, se deu como instrumento de manutenção do espaço já ocupado, ao passo em que se construíram novas relações e redes de dependência junto aos membros da elite local.

No contexto dessas relações podemos citar os laços com certas camadas da intelectualidade piauiense, tendo Nunes<sup>31</sup> se referido ao uso da imprensa como mecanismo utilizado para se fazer uma defesa da posição dos comerciantes, especialmente nas cidades de Teresina e Parnaíba. A autora indica a criação de uma espécie de “ideologia regionalista”<sup>32</sup>, que consistiria na reivindicação de maior apoio do governo central às regiões mais afastadas do centro do poder nacional, tal como era a situação do nordeste brasileiro. No caso de Gil Martins, frequentemente encontramos seu nome associado ao de Elias Martins, que teve notória participação na imprensa piauiense por meio de sua atuação como editor dos jornais *O Apostolo* e *A legalidade*, defendendo interesses ligados a setores da Igreja Católica e de nomes importantes da política e do comércio naqueles anos.

---

<sup>30</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>31</sup> NUNES, 2016.

<sup>32</sup> NUNES, 2016, p. 35.

Dessa forma, se o registro comercial de Gil Martins indica por um lado a necessidade de manter os laços econômicos e políticos, por outro, também denota o atendimento a uma exigência legal haja vista que data do mesmo período suas tratativas no intento de investir na industrialização do Piauí, em especial na cidade de Teresina. Na *Tabela 06: Atuação comercial de Gil Martins & C.<sup>a</sup> na Primeira República*, mapeamos as áreas em que a empresa *Gil Martins & C.<sup>a</sup>* atuou nas três primeiras décadas do século XX, permitindo que se perceba uma gradativo aumento nos ramos de atuação.

Tabela 06: Atuação comercial de Gil Martins & C.<sup>a</sup> na Primeira República.

ANO	PESSOA JURÍDICA	PARTICIPAÇÕES
1902	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações
1903	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações
1904	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações
1905	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações; Importadores
1906	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores
1907	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores
1908	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores
1909	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores
1910	Gil Martins & C.	Escretores de Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Máquinas de descaroçar algodão
1911	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1913	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1914	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1915	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1916	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1917	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1918	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1919	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1921	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1922	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1924	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1925	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1926	Gil Martins & C.	Comissões e Consignações; Importadores e Exportadores; Algodão (Máquinas de descaroçar)
1930	Fonseca & Cia. Succ. De Gil Martins & Cia.	Compradores de couro de gado, algodão, cera, babassú, pelles, etc. (escritório de comissões e consignações)
1931	Fonseca & Cia. de Gil Martins & Cia; Fonseca & Cia.	Comissões e consignações; Exportadores

Fonte: Almanak Laemmert, 1902-1931.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 59, p. 1381, 1902.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 60, p. 1455, 1903.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e

O levantamento acima apresentado foi feito a partir de informações coletadas no *Almanak Laemmert*, permitindo que se perceba um progressivo aumento nas atividades produtivas nas quais a empresa de Gil Martins estava envolvida. Tal ampliação pode ser percebida ao longo das duas primeiras décadas do século XX, em um momento que o estado aumentava suas receitas a partir dos impostos sobre a maniçoba, segundo Queiroz<sup>34</sup>, e os produtores aumentavam seus ganhos por meio do crescimento do consumo deste produto pelo mercado internacional. Nesse contexto, acredita-se que Gil Martins pode ampliar seus capitais, tanto por ser ele próprio produtor de maniçoba como por ser a sua casa comercial uma das únicas da capital a fazer a exportação do produto, lucrando assim sobre a maniçoba de outros produtores.

A partir de 1905, portanto, a empresa passa a figurar no ramo de importadores e, em seguida, a partir de 1906, no ramo de importadores e exportadores. Acredita-se que essa ampliação do ramo inicial da *Gil Martins & C.<sup>a</sup>* se deva, em parte, pelo incremento da industrialização do açúcar, cuja produção se inicia com a inauguração da *Uzina Sant'Anna* em 1906<sup>35</sup>. Outro motivo seria o envolvimento com o mercado da maniçoba, como vimos

---

Industrial do Rio de Janeiro, n. 61, p. 1350, 1904.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 62, p. 1910, 1905.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 63, p. 1713, 1906.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 64, p. 2067, 1907.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 65, p. 613-614, 1908.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 66, p. 6, 1909.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 67, p. 7, 1910.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 68, p. 3667, 1911.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 69, p. 3571-3572, 1913.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 70, p. 3855-3856, 1914.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 71, p. 3734-3735, 1915.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 72, p. 3738-3739, 1916.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 73, p. 3524-3526, 1917.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 74, p. 3524-3525, 1918.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 76, p. 3524-3525, 1919.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 77-78, p. 3893, 3895, 1921.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 78-79, p. 3893, 3895, 1922.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 80, p. 3988, 3990, 1924.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 81, p. 1212, 1214, 1925.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 82, p. 1217-1218, 1926.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 86, p. 913, 1930.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 87, p. 937, 1931.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 87, p. 937, 1931.

<sup>34</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>35</sup> UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

apontando, pois como Queiroz<sup>36</sup> afirma, o extrativismo da maniçoba para a produção de borracha ocupou papel importante no contexto do Piauí na Primeira República.

A maniçoba piauiense, de nome científico *Manihot piauhyensis*, teve grande espaço na produção de borracha, pois era considerada de maior produtividade que as outras espécies de maniçobeiras encontradas nos estados vizinhos, como no Ceará, Maranhão e Bahia, o que fez com que suas sementes fossem exportadas para estes estados. Queiroz<sup>37</sup> apresenta uma lista de casas comerciais que exportavam a borracha de maniçoba no ano de 1913, dentre as quais se encontra, em Teresina, as empresa “Castro Silva & Cia; Oliveira Pearce & Cia; Ferraz & Cia; Gil Martins & Cia; Leocádio Santos Irmãos & Cia”<sup>38</sup>, fato também trazido à tona por Medeiros<sup>39</sup>. Dessa forma, percebemos que a exportação da borracha de maniçoba a partir das casas comerciais da capital estava ligada às empresas e coronéis que atuavam no comércio via navegação a vapor, ao passo que alguns destes estavam diretamente ligados ao próprio cultivo da maniçoba, como é o caso de Gil Martins que usava as terras da *Uzina Sant’Anna* também para este cultivo<sup>40</sup>.

Em decorrência do crescimento da produção e comercialização da borracha de maniçoba naqueles anos, Queiroz<sup>41</sup> aponta que a classe comerciante passa a pedir que fossem estabelecidas casas de crédito em Teresina, de forma que a pecuária e a agricultura pudessem ser incentivadas. Dessa maneira, a autora ainda afirma que tanto o governo como os comerciantes ecoaram esses discursos em seus pronunciamentos.

Importante destacar que em 1906, quando *Gil Martins & C.<sup>a</sup>* passa a ser apresentado como importador e exportador, a exportação da borracha de maniçoba representava 55,1% das receitas do estado oriundas das exportações e 25,6% nas receitas totais do estado. Em 1911, os dados representava 62,6% e 25,9%, respectivamente. Já em 1913, representava 30,1% e 10,0%, respectivamente. Assim, entendemos que a participação de Gil Martins na navegação a vapor do rio Parnaíba possibilitou também sua inserção no mercado internacional, sobretudo porque a partir do rio a capital se conectava ao porto de Tutóia, um importante entreposto localizado no delta do rio Parnaíba que importava e exportava mercadorias para os estados do Maranhão e Piauí.

---

<sup>36</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>37</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>38</sup> QUEIROZ, 2006a, p. 138.

<sup>39</sup> MEDEIROS, J. B. *Brisas do progresso: faces e contornos da Primeira República Unionense*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

<sup>40</sup> FERNANDES E SILVA, R. A indústria assucareira no Estado do Piauí. *Diário do Piauí*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913.

<sup>41</sup> QUEIROZ, 2006a.

A partir de 1910, passa a atuar no campo da produção de algodão, vendendo maquinário a ser utilizado para descaroçar o produto, permanecendo atuante até 1926, sendo este um forte indicativo de que Gil Martins mantinha-se atento às mudanças do mercado de modo que atingiu um grau elevado de diversificação, considerando-se os padrões da época, no tocante às áreas de atuação de sua empresa.

A partir de 1930 registramos também a ocorrência da empresa Fonseca & C.<sup>a</sup>, que parece também ter sido de propriedade de Gil Martins. Partindo do contexto daquele momento de mudanças no ordenamento político brasileiro, problematizamos o porquê de Gil Martins ter criado esta outra organização, mas as fontes não responderam satisfatoriamente nesse sentido. Certo é que Fonseca é um dos sobrenomes marcantes da genealogia dos Martins Gomes Ferreira, elemento que indica a continuidade da estratégia de manutenção de empresas familiares.

A ampliação dos ramos de atuação da *Gil Martins & C.<sup>a</sup>* nos parece indicativo da pujança da força comercial que ele mantinha durante a Primeira República. Força essa já sentida desde o final do século XIX, claramente expressa, inclusive, a partir do volume de impostos sobre as casas comerciais do estado que Gil Martins pagava ao poder público. Para compreendermos melhor essa questão, reproduzimos na *Tabela 07: Imposto sobre as casas comerciais de Teresina em 1896* o lançamento tributado sobre as casas comerciais estabelecidas na cidade de Teresina, para o ano de 1896.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *O Piauí*, Teresina, anno VI, n. 250, p. 1, 14 mar. 1896.

Tabela 07: Imposto sobre as casas comerciais de Teresina em 1896.

Números	Ruas	Ordem	Classe	Nomes dos Contribuintes	Valor do giro comercial	Imposto anual	Vencível em Abril	Vencível em Setembro	Observações
1	Firmino Pires	2.ª	1.ª	Antonio Gonçalves Pedreira Portellada	80:000\$000	2:500\$000	1:250\$000	1:250\$000	
2	Pavzandú	3.ª	1.ª	Antonio Alves da Costa	40:000\$000	1:100\$000	550\$000	550\$000	
3	Senador Pacheco	4.ª	2.ª	Antonio Gonçalves Portellada Sobrinho	14:000\$000	260\$000	130\$000	130\$000	
4	C. Rodrigues	5.ª	1.ª	Antonio Coelho Furtado Albuquerque	7:500\$000	140\$000	70\$000	70\$000	
5	Firmino Pires	4.ª	4.ª	Antonio Piahyino de Hollanda Campos	8:500\$000	160\$000	80\$000	80\$000	
6	Dez. Freitas	4.ª	3.ª	Alfredo Gonçalves Teixeira	11:500\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
7	S. José	5.ª	1.ª	Arcenio Gonçalves Mineo	7:500\$000	140\$000	70\$000	70\$000	
8	Amparo	4.ª	3.ª	Arlindo Correia Lima	11:500\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
9	C. Rodrigues	4.ª	4.ª	Alipio Dias Rubeiro	8:500\$000	160\$000	80\$000	80\$000	
10	Pavzandú	4.ª	3.ª	Antonio Martins de Oliveira	11:000\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
11	Firmino Pires	5.ª	2.ª	Arias de Moura Rios	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000	
12	Puty Velho	5.ª	3.ª	Alberto Francisco da Luz	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
13	Senador Pacheco	5.ª	3.ª	Acrizio Antonio dos Santos	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
14	C. Rodrigues	5.ª	3.ª	Antonio de Padua Reis	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
15	Caitati	5.ª	2.ª	Antonio Geraldo Dias	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000	
16	Cesario Alvim	5.ª	3.ª	Antonio Zururt & C.ª	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
17	Gloria	3.ª	3.ª	Benjamin Martins & C.ª	26:000\$000	600\$000	300\$000	300\$000	
18	Pavzandú	4.ª	3.ª	Benjamin Filho & C.ª	11:000\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
19	Q. Bocayuva	5.ª	2.ª	Bertholde Correia das Neves	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000	
20	Senador Pacheco	4.ª	4.ª	Candido Gil Castello Branco	9:500\$000	160\$000	80\$000	80\$000	
21	"	4.ª	3.ª	Carvalho & Rabello	11:000\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
22	Pavzandú	4.ª	4.ª	Custodio Reverdoza & Irmão	9:500\$000	160\$000	80\$000	80\$000	
23	S. José	5.ª	3.ª	Clarindo de Deus Pires de Carvalho	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
24	Firmino Pires	5.ª	3.ª	Cicero Jose Vianna	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
25	P. Uruguayana	5.ª	1.ª	Carolina Maria Freire da Silva	7:500\$000	140\$000	70\$000	70\$000	
26	Pavzandú	5.ª	3.ª	Campello & C.ª	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
27	S. José	5.ª	3.ª	Clemente Fortes	4:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
28	Pavzandú	5.ª	3.ª	Eugenio d'Oliveira Costa	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000	
29	Gloria	4.ª	3.ª	Francisco Alves de Paiva & C.ª	11:000\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
30	"	4.ª	3.ª	Elvas & Irmão	10:500\$000	200\$000	100\$000	100\$000	
31	C. Rodrigues	5.ª	1.ª	Feliabella da Silva Rabello	8:000\$000	140\$000	70\$000	70\$000	
32	S. Antonio	5.ª	4.ª	Franklin Leite da Silva	2:500\$000	40\$000	40\$000	40\$000	

33	Firmino Pires	<b>Gil Martins &amp; C.<sup>a</sup></b>	1. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	106:000\$000	3:600\$000	1:800\$000	1:800\$000
34	Paysandu	Horacio Narcizo Couto	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000
35	Senador Pacheco	João da Cruz & Irmão	2. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	70:000\$000	2:000\$000	1:000\$000	1:000\$000
36	S. José	Joaquim Dias de Sant'Anna	1. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	90:000\$000	3:000\$000	1:500\$000	1:500\$000
37	Barrozo	José Furtado Belleza	3. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	40:000\$000	1:100\$000	550\$000	550\$000
38	Senador Pacheco	José Martins Teixeira	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	23:000\$000	420\$000	210\$000	210\$000
39	Paysandú	Joaquim José da Cunha	4. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	12:500\$000	260\$000	130\$000	130\$000
40	"	Joaquim Ferreira Castello Branco	5. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	7:500\$000	140\$000	70\$000	70\$000
41	"	Justino Antonio de Galliza	5. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	7:500\$000	140\$000	70\$000	70\$000
42	P. Uruguayana	João Freitas	4. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	11:000\$000	200\$000	100\$000	100\$000
43	Senador Pacheco	Jayme Jesse de Assumpção	4. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	8:500\$000	160\$000	80\$000	80\$000
44	Firmino Pires	José Simão Pedreira	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000
45	Estrada-nova	José Rodrigues de Souza	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000
46	Firmino Pires	Justino Souza	5. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	7:500\$000	140\$000	70\$000	70\$000
47	Gloria	José Carvalho & C. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000
48	Paysandú	Luiz Manoel Soares	4. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	14:500\$000	260\$000	130\$000	130\$000
49	Praça Saraiva	Manoel Thomaz Irmão & C. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	70:000\$000	2:000\$000	1:000\$000	1:000\$000
50	Paysandú	Manoel da Paz & Monteiro	3. <sup>a</sup>	1. <sup>a</sup>	40:000\$000	1:100\$000	550\$000	550\$000
51	Barrozo	Martinho da Cunha Machado	4. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	14:000\$000	260\$000	130\$000	130\$000
52	Praça Saraiva	Manoel Feitoza & C. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	10:500\$000	200\$000	100\$000	100\$000
53	Barroço	Manoel Gomes Vieira	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000
54	C. Rodrigues	Maria Florencia de Assumpção	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000
55	Paysandú	Miguel de Castro Lima	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000
56	S. Pacheco	Nicolao & C. <sup>a</sup>	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000
57	"	Pedro de Alcantara Bezerra	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000
58	C. Rodrigues	Pedro Valeriano de Moraes	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	3:500\$000	60\$000	30\$000	30\$000
59	Paysandú	Raimundo Antonio Marques	4. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	8:000\$000	160\$000	80\$000	80\$000
60	C. Rodrigues	Raimundo Gomes de Souza	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	5:000\$000	100\$000	50\$000	50\$000
61	Senador Pacheco	Raimundo Nonnato da Cunha	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	6:000\$000	100\$000	50\$000	50\$000
62	Barroço	Raimundo Canuto Gomes	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000
63	Senador Pacheco	Raimundo José da Silva	5. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	5:500\$000	100\$000	50\$000	50\$000
64	P. Uruguayana	Santos, Irmão & C. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	10:500\$000	200\$000	100\$000	100\$000
65	S. Pedro	Umbellina Alves de Sá	5. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4:000\$000	60\$000	30\$000	30\$000

Fonte: O Piauí, 1896<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *O Piauí*, Teresina, anno VI, n. 250, p. 1, 14 mar. 1896.

Na tabela acima notamos que Gil Martins era o comerciante que mais pagava imposto ao poder público, dado o volume de movimentações da sua empresa. No ano de 1896, este sujeito estava obrigado a pagar a importância de 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), tendo o capital de giro estimado em 106:000\$000 (cem e seis contos de réis), sendo o único a ultrapassar a cifra dos cem mil contos. Se comparado à menor casa comercial dentre as 65 registradas, de propriedade de Franklin Leite da Silva<sup>44</sup>, a sua apresenta um capital cerca de 42 vezes maior.

Fica, portanto, evidenciado que Gil Martins exercia a liderança comercial dentre os membros da elite local. Partindo do valor do capital de giro apresentado na tabela cima, percebe-se que dentre os cinco maiores comerciantes da cidade estavam: Gil Martins, com 106:000\$000 (cem e seis contos de réis); Joaquim Dias de Sant'Anna, com 90:000\$000 (noventa contos de réis); Antonio Gonçalves Pedreira Portellada, com 80:000\$000 (oitenta contos de réis); João da Cruz & Irmão, com 70:000\$000 (setenta contos de réis); e Manoel Thomaz Irmão & C.<sup>a</sup>, com 70:000\$000 (setenta contos de réis). Notamos, então, que os principais comerciantes da cidade eram pessoas do círculo de relações mais próximas de Gil Martins, pois frequentemente seus nomes aparecem nas fontes analisadas indicando participações conjuntas em diferentes frentes, quer seja econômica ou politicamente falando, como está evidenciado ao longo deste trabalho. Joaquim Dias de Sant'Anna, por exemplo, presidiu a *Junta Commercial do Piauí* nos primeiros anos de seu funcionamento, tendo Gil Martins ocupado o cargo de deputado comercial no mesmo período.

O volume financeiro acionado por Gil Martins em seus negócios indica que o mesmo era detentor de grandes riquezas no Piauí naquele período. Certamente, tal poderio econômico permitiu que o mesmo alcançasse o lugar de homem de elite e influente na política local. Está aí estabelecida uma relação de poder com o setor público, uma vez que o estado depende diretamente dos impostos arrecadados, mas também se constituía como cliente de *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, assunto ao qual voltaremos. Antes, vejamos na *Tabela 08: Imposto devido por Gil Martins (1911-1913)*, os lançamentos para os anos de 1911, 1912 e 1913, os quais permitem uma análise diferente dado o detalhamento da cobrança por ramo produtivo.

---

<sup>44</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

Tabela 08: Imposto devido por Gil Martins (1911-1913).

EXERCÍCIO	CONTRIBUINTE	CLASSIFICAÇÃO	OBJETO DO IMPOSTO	IMPORTÂNCIA
1911	Gil Martins Gomes Ferreira	Indústria e Profissão	Directores da Companhia de Fiação	20\$000
	Gil Martins Gomes Ferreira	Indústria e Profissão	Vapores	20\$000
	Gil Martins & Companhia	Indústria e Profissão	Engenho de Ferro a Vapor – Sant’Anna	400\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Maquinas de Descaroçar algodão e pilar arroz	50\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Imposto Predial	Imóvel à Rua A. Mendes	52\$500
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Imposto Predial	Imóvel à Rua Maranhão	52\$500
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Imposto Predial	Imóvel à Rua D. Freitas	48\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Imposto Predial	Imóvel à Rua Sant’anna	12\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Lançamento Municipal	Deposito de assucar	40\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Lançamento Municipal	Lojas – 1. <sup>a</sup> classe	80\$000
	Gil Martins Gomes Ferreira	Lançamento Municipal	Directores da companhia de N. a vapor	15\$000
	Gil Martins Gomes Ferreira	Gado Cabrum e Ovelhum	Localidade S. Sebastião	2\$400
	Gil Martins Gomes Ferreira	Gado Cabrum e Ovelhum	Localidade Sangrador	2\$100
	<b><i>SUBTOTAL ANUAL – 1911</i></b>			
1912	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Lançamento Municipal	Lojas – 1. <sup>a</sup> classe	100\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Lançamento Municipal	Bebidas – 1. <sup>a</sup> classe	15\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Lançamento Municipal	Engenho de ferro a vapor – Sant’Anna	100\$000
	Gil Martins Gomes Ferreira	Lançamento Municipal	Directores da companhia de vapores	15\$000
	Gil Martins Gomes Ferreira	Lançamento Municipal	Directores da fabrica de fiação	15\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Lojas	800\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Depositos de sal	30\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Depósitos de assucar de produção do Estado	30\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Engenhos de ferro a vapor, com distillação	450\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Escritorios de compras e vendas de mercadorias de exportação	400\$000
	Gil Martins Gomes Ferreira	Gado Cabrum e Ovelhum	Localidade S. Sebastião	2\$400
Gil Martins Gomes Ferreira	Gado Cabrum e Ovelhum	Localidade Sangrador	2\$100	
<b><i>SUBTOTAL ANUAL – 1912</i></b>				1.959\$500

EXERCÍCIO	CONTRIBUINTE	CLASSIFICAÇÃO	OBJETO DO IMPOSTO	IMPORTÂNCIA
1913	Gil Martins G. Ferreira	Indústria e Profissão	Directores da Companhia de Fiação	50\$000
	Gil M. Gomes Ferreira	Indústria e Profissão	Directores da Companhia de Vapores	50\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Escritorio de Comissão e Consignação	30\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Engenho de ferro a vapor com distillação	800\$000
	Gil Martins & C. <sup>a</sup>	Indústria e Profissão	Escritorio de Comissão e Consignação	200\$000
<b>SUBTOTAL ANUAL – 1913</b>				1.130\$000
<b>TOTAL DO TRIÊNIO</b>				3.884\$000

Fonte: Diario do Piauh, 1911-1913.<sup>45</sup>

As somas de impostos devidos e pagos por Gil Martins, assim considerados pela ausência de cobranças, tiveram um aumento significativo entre no período 1911/1912 e uma queda no período 1912/1913, mas ainda assim alcançando patamares altíssimos dada a multiplicidade de ramos de atividade e setores pelos quais este, como pessoa física ou jurídica, respondia. Nota-se que na documentação consultada não aparece, nos dois últimos anos, o imposto predial podendo este ter sido ou não cobrado para o referido período, mas ainda que tenha sido pago é provável que não interfira sobremaneira nos valores acima apresentados.

Notamos ainda uma diversidade na origem dos impostos devidos por Gil Martins, o que se mostra um reflexo de sua atuação em muitos ramos diferentes. Por um lado, essa característica dos seus investimentos denota uma preocupação em não concentrar seus capitais em um único negócio, sendo esta uma medida de segurança contra eventuais mudanças no mercado. Ainda que um negócio fosse mal, isso não significaria a sua falência já que poderia recorrer a outras fontes de renda. Por outro, a relação dos impostos cobrados nos ajuda a reforçar o entendimento de que a *Uzina Sant'Anna* e comércio do açúcar industrializado eram, de fato, seu grande negócio. O imposto devido por este ramo era muito superior aos demais,

<sup>45</sup> LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *Diario do Piauh*, Teresina, anno I, n. 7, p. 2, 3 mar. 1911.; IMPOSTO PREDIAL. *Diario do Piauh*, Teresina, anno I, n. 10, p. 2, 7 mar. 1911.; EDITAES. *Diario do Piauh*, Teresina, anno I, n. 11, p. 3, 8 mar. 1911.; EDITAES. *Diario do Piauh*, Teresina, anno I, n. 15, p. 3, 13 mar. 1911.; CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Diario do Piauh*, Teresina, anno I, n. 108, p. 2, 9 jul. 1911.; CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Diario do Piauh*, Teresina, anno II, n. 24, p. 2-3, 1 fev. 1912.; CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Diario do Piauh*, Teresina, anno II, n. 26, p. 2, 3 fev. 1912.; LANÇAMENTO DE IMPOSTO. *Diario do Piauh*, Teresina, anno II, n. 36, p. 2, 16 fev. 1912.; LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *Diario do Piauh*, Teresina, anno II, n. 110, p. 3, 29 maio 1912.; LANÇAMENTO DE IMPOSTO. *Diario do Piauh*, Teresina, anno III, n. 31, p. 2, 7 fev. 1913.; LANÇAMENTO DE IMPOSTO. *Diario do Piauh*, Teresina, anno III, n. 32, p. 2, 8 fev. 1913.

permitindo afirmar que a produção e o comércio do açúcar veio a se tornar seu negócio mais importante.

Chama-nos especial atenção os valores pagos referentes à *Uzina Sant'Anna* passando de 400\$000 (quatrocentos mil réis) em 1911, 450\$000 (quatrocentos e cinquenta mil réis) em 1912 para 800\$000 (oitocentos mil réis) em 1913, representando um aumento de cem por cento se comparados ao primeiro ano. Este incremento pode ser resultado, em parte, de correções da inflação no período, mas tendemos a crer que se deva mais ao aumento da produção e comercialização do açúcar produzido na usina, além de cachaça e rapadura. Dadas estas somas é que afirmamos haver uma relação de poder entre Gil Martins e o poder público, bem como deduzimos que esta era uma via de mão dupla. Assim como Gil Martins colaborava com a manutenção das contas estaduais pelo pagamento de seus impostos, o mesmo se beneficiava de contratos estabelecidos com o estado para fornecimento de mercadorias de diferentes naturezas, conforme nos mostra o documento abaixo:

ADMINISTRAÇÃO DO EXM. SR. DR. CORIOLANO DE CARVALHO E SILVA, GOVERNADOR DO ESTADO. EXPEDIENTE. MEZ DE JUNHO DE 1896. Dia 11. Officios. [...] Ao mesmo – Aos negociantes Gil Martins & comp., mandar pagar em termos, a quantia de 101\$000 rs., importancia da conta junta, proveniente de objectos de expediente e serventia que venderam para a secretaria do governo neste mez.<sup>46</sup>

A ordem de pagamento acima transcrita data de 1896, ano em que Gil Martins aparece como maior comerciante da cidade de Teresina, seja em volume de impostos pagos, seja pela quantificação do capital de giro de seus empreendimentos. Não encontramos regularidade na publicação de ordens de pagamento como estas. Em 1911, foi possível identificar a ocorrência de duas ordens de pagamento, sendo na primeira autorizada a liberação de 88\$100 (oitenta e oito mil e cem reis) para “pagamento de objectos comprados aos srs. Castro Silva & C.<sup>a</sup>, Gil Martins & C.<sup>a</sup>, Affonso Albuquerque & C.<sup>a</sup> e José Cabral de Arnaud”<sup>47</sup> a fim de cobrir despesas com material de expediente da câmara legislativa do estado; e outra autorizando o pagamento da quantia de 18\$000 (dezoito mil-réis) referente a material de expediente vendido à Secretaria de Polícia<sup>48</sup>. Em 1913, destaca-se o recebimento por parte do Tribunal de Contas

<sup>46</sup> ADMINISTRAÇÃO. *O Piauí*, Teresina, anno VI, n. 264, p. 2, 26 jun. 1896.

<sup>47</sup> GOVERNO DO ESTADO. *Diario do Piauí*, Teresina, anno I, n. 48, p. 2, 25 abr. 1911.

<sup>48</sup> GOVERNO DO ESTADO. *Diario do Piauí*, Teresina, anno I, n. 116, p. 2, 22 jul. 1911.

da quantia de 185\$000 (cento e oitenta e cinco mil-réis) para pagamento do fornecimento de trinta e sete dúzias de meias para os homens do corpo militar da polícia.<sup>49</sup>

Acredita-se, nesse ínterim, que Gil Martins tenha mantido regularidade no fornecimento de bens de consumo para os órgãos da administração pública ao longo dos anos da Primeira República. Entre 1911 e 1913 o Piauí viveu uma onda de agitação política, tendo Gil Martins integrado um grupo de oposição, conforme abordaremos com maior profundidade nos capítulos seguintes desta tese, mas ainda assim aparecem os registros de venda de produtos. Parece-nos razoável, portanto, que a relação comercial com o poder público tenha sido mantida ao longo do período, podendo ter sido até mais intensa nos anos de apaziguamento político.

Embora não tenham sido encontrados relatos de dívidas por parte de Gil Martins ou sua companhia no tocante ao pagamento de impostos, foram publicadas duas notas de cobrança quanto ao serviço de abastecimento de água da cidade. Na primeira, datada de 1912, cobra-se a quantia de 43\$200 (quarenta e três mil e duzentos réis)<sup>50</sup> e, na segunda, de 1913, exige-se o pagamento da importância de 12\$000 (doze mil-réis)<sup>51</sup>. O nome de Gil Martins aparece ao lado de outras pessoas que também estariam com dívidas quanto ao abastecimento, possivelmente indicando que a publicação da cobrança em jornal fosse uma estratégia para forçar o pagamento, uma vez que tal publicização colocaria em xeque a imagem de bons pagadores que homens como Gil Martins provavelmente ostentavam, ainda que na prática pudessem até mesmo se utilizar dos laços clientelistas com o poder público para protelar tais obrigações. Acreditamos que o pagamento tenha sido efetuado, sobretudo por que não houve registro de novas cobranças, tendo a segunda sido cancelada mediante ofício do governador Miguel de Paiva Rosa<sup>52</sup>, conforme segue:

GOVERNO DO ESTADO. SECRETARIA DO GOVERNO. DIA 9. OFFICIOS DO GOVERNADOR. – [...] Ao director interino da agricultura, terras, viação e obras publicas, juntando por copia um officio do sr. intendente municipal desta capital, reclamando sobre o imposto do consumo d'agua em que se acham contemplados aquellas intendencia e o sr. coronel

<sup>49</sup> TRIBUNAL DE CONTAS. *Diario do Piauí*, Teresina, anno III, n. 114, p. 3, 21 maio 1913.

<sup>50</sup> RELAÇÃO DOS DEVEDORES. *Diario do Piauí*, Teresina, anno III, n. 32, p. 2, 8 fev. 1913.

<sup>51</sup> RELAÇÃO DOS DEVEDORES. *Diario do Piauí*, Teresina, anno III, n. 60, p. 4, 13 mar. 1913.

<sup>52</sup> Nasceu em 15 de dezembro de 1876 e faleceu em 1929. Foi governador do Piauí de 1912 a 1916. Atuou como jornalista em vários periódicos do estado. Em 1908 ocupou o cargo de diretor da Instrução Pública. Sua gestão como governador foi marcada pela implantação da iluminação elétrica em Teresina, pelo massacre de ciganos na região do hoje município de Nossa Senhora dos Remédios e pelo combate ao banditismo no sul do estado. (GONÇALVES, 2003).

Gil Martins Gomes Ferreira, autorizando de cancelar o lançamento a que se refere o mesmo intendente em o dito officio.<sup>53</sup>

Ao que nos parece ficou reconhecida que a cobrança referente a 1913 era infundada, tendo o próprio governador dado autorização para seu cancelamento. Registre-se que, no ano anterior – 1912, Gil Martins e Miguel de Paiva Rosa eram oposição política, sobretudo por conta das contendas que envolveram a posse de Miguel de Paiva Rosa como governador após eleição disputada com o Tenente-coronel Coriolano de Carvalho e Silva<sup>54</sup>, cujo apoio Gil Martins concedeu. No seção seguinte trataremos desta querela com a profundidade requerida, mas cabe aqui fazer este apontamento para que se perceba que o cancelamento do pagamento não deve ter sido por benesse do governo estadual, mas provavelmente pelo reconhecimento de que sua cobrança era indevida.

Embora as relações com Miguel de Paiva Rosa possivelmente estivessem menos tensas em 1913, dado o apaziguamento da querela em torno da posse do governador, é preciso levar em consideração, ainda, que Gil Martins permanecesse como oposição. Este era um lugar a ser respeitado não sendo ele um opositor qualquer. Ao longo de sua trajetória como comerciante, homem rico, homem de elite, este sujeito galgou espaço e respeito no seio daquela casta, tendo sido digno, em muitos momentos, do reconhecimento de sua honra como sujeito apto a manter boas relações com o poder público estadual e até federal. O jornal *O Paiz* nos remete às tratativas de negociação entre Gil Martins e o Ministério da Fazenda para a aquisição de um terreno que era de propriedade do poder público. Abaixo transcrevemos o trecho do periódico com o devido relato:

Pelo Sr. ministro da fazenda foi aceita a proposta de 2:055\$, firmada por Gil Martins Gomes Ferreira, para a venda de um terreno, proprio nacional, sito á rua Alvaro Mendes, antiga rua Grande, em Therezina, no Piauhy. Á directoria do patrimonio deverá ser enviada uma cópia authentica da respectiva escriptura, que será assignada pelo procurador fiscal da delegacia fiscal do Thesouro Nacional no Piauhy.<sup>55</sup>

Não perdemos de vista, no contexto do Piauí Republicano, que Gil Martins ocupava um lugar de prestígio e respeitabilidade como homem de negócios. Sua atuação como

<sup>53</sup> GOVERNO DO ESTADO. *Diario do Piauhy*, Teresina, anno III, n. 204, p. 2, 10 set. 1913.

<sup>54</sup> Nasceu em 23 de maio de 1858 e faleceu em 09 de março de 1921. Alcançou o posto de general na carreira militar. Teve participação na proclamação da república, tendo integrado a tropa de militares que a proclamaram no Largo da Aclamação. Em Manaus, ocupou o posto de intendente. Foi governador do Piauí de 1892 a 1896. (GONÇALVES, 2003).

<sup>55</sup> PELO SR. MINISTRO. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9829, p. 1, 4 set. 1911.

comerciante, como já vimos apontando, tornou-o famoso como homem de posses permitindo, naquele momento, que comprasse um terreno no centro da cidade de Teresina em logradouro onde o mesmo já possuía propriedade. Quando anteriormente apresentamos os impostos de Gil Martins referentes a 1911, percebemos que logo no início do exercício daquele ano o mesmo foi cobrado pelo imposto predial referente a um imóvel localizado na Rua Álvaro Mendes, no valor de 52\$500 (cinquenta e dois mil e quinhentos réis). Não se trata pois do mesmo imóvel, uma vez que as tratativas com o Ministro da Fazenda são do final do ano de 1911.

O valor da nova aquisição foi calculado em 2:055\$000 (dois contos e cinquenta e cinco mil-réis) e o excerto não faz menção a qualquer tipo de parcelamento, indicando que a compra deve ter sido realizada à vista. O interesse de Gil Martins no imóvel deve ter se dado por conta de sua localização, uma vez que a rua Grande era onde estavam localizadas as principais casas comerciais da cidade. Teixeira e Correia<sup>56</sup> apontam que a região localizada entre a rua Grande e o rio Parnaíba se constituía o centro comercial da cidade, de modo que muitas vezes os comerciantes, fossem donos ou gerentes, ocupavam os prédios mantendo suas residências conjugadas a estes, constituindo-se em exceção a esse padrão as casas comerciais localizadas nas esquinas.

O ano de 1911 foi marcado ainda pela perda de aquisições realizadas na capital nacional, Rio de Janeiro, como nos conta o jornal *O Paiz*, ao informar que “Os negociantes Gil Martins & C., [...], perderam, no incendio da barca *Canavieira*, todo o sortimento que haviam adquirido no Rio, á excepção de um automovel-caminhao”<sup>57</sup>. Este automóvel foi entregue cerca de um mês depois do incêndio, em 25 de julho de 1911, que, segundo relatos era “o segundo vehiculo desse genero existente nesta cidade”.<sup>58</sup> Logo, a perda no incêndio das aquisições feitas não pareceram afetar de forma incisiva o volume de capital detido por Gil Martins, por que continuou sendo proprietário de uma das duas únicas unidades de automóvel-caminhão em Teresina e, ao mesmo tempo, comprador do imóvel acima referido.

Lembremos que a atuação comercial de Gil Martins não se remetia apenas à capital do estado, mas se expandia pelo interior, ampliando o alcance de seu poder econômico e amplificando a quantidade de pessoas com quem mantinha negócios. Um pouco antes da aquisição acima referida, em 1908, encontra-se registro da seguinte operação:

---

<sup>56</sup> TEIXEIRA, M. L. G.; CORREIA, T. B. Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920). *Labor & Engenho*, v. 12, n. 3, p. 359-377, jul./set. 2018. p. 373.

<sup>57</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9740, p. 4, 7 jun. 1911.

<sup>58</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9789, p. 5, 26 jul. 1911.

Prevenção. O abaixo assignado previne o sr. collector da villa de Belém deste Estado que vendeu aos srs. Gil Martins & C.<sup>a</sup>, Castro Freire, Joaquim Antonio dos Santos e Edmundo Genuino de Oliveira, todos os gados que possuía nas fazendas Castelhana e Santa Maria, todas as criações de bodes e carneiros que possuía na primeira destas fazendas, bem como o deposito de lenha para vapores que mantinha no porto de Castelhana. Outro sim, previne ao mesmo sr. collector e demais autoridades competentes que liquida a sua casa commercial estabelecida no logar Castelhana, vendendo o activo aos supra citados srs., pelo que não deverá ser mais lançado nos impostos de dizimos e commerciaes. Torna esta comunicação extensiva ao sr. agente arrecadador das rendas federaes da cidade de Amarante e ao publico em geral para os devidos fins. Castelhana, [...] dezembro de 1908. C[...] Francisco de Oliveira.<sup>59</sup>

Na operação acima descrita, *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, ao lado de outros homens de posses, adquiriram gado, bodes, carneiros, depósito de lenha e uma casa comercial na localidade Castellano na antiga vila de Belém, posteriormente extinta com a transferência de sua sede para a vila de São Pedro, distante 180 km (cento e oitenta quilômetros) da capital do estado e 60 km (sessenta quilômetros) da sede anterior<sup>60</sup>, que pertencia à comarca de Amarante. Gil Martins, então, vinha mantendo continuidade na manutenção e ampliação da sua rede de relações com o interior sul do estado. Cabe ressaltar que a antiga vila de Belém se localizava no trajeto entre a capital e o Vale do Solidão, de onde ele mesmo provinha.

Neste mesmo ano, 1908, Gil Martins foi agraciado com uma medalha de ouro<sup>61</sup> na categoria de produção de açúcar na Exposição Nacional que acontecia no Rio de Janeiro. Este fato indicava a qualidade do produto comercializado pela *Uzina Sant'Anna*, ao mesmo tempo que lhe servia também de plataforma política. Notícias como essa corroboravam para a construção de sua imagem como homem que acreditava e investia nas potencialidades do Piauí, reforçando sua imagem de pioneiro e de incentivador do tão almejado progresso.

O lugar de honra entre os membros da elite piauiense se construía também a partir de sua atuação junto à *Associação Commercial do Piauí*. Durante coleta de subvenções entre os membros da associação para a construção de uma estátua em homenagem ao Barão do Rio Branco, Gil Martins foi um dos comerciantes que doou o maior montante. No *Diário do Piauí* consta a seguinte listagem: “Dr. Antonino Freire 50\$000. Ferraz & Comp. 50\$000. Gil Martins Comp. 20\$000. Octavio Soares 20\$000. Edmundo Geunino & Irmão 20\$000. [...]”

<sup>59</sup> PREVENÇÃO. *O Piauí*, Teresina, anno XVIII, n. 987, p. 5, 19 dez. 1908.

<sup>60</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 70, p. 3879, 1914

<sup>61</sup> TELEGRAMMAS. *O Piauí*, Teresina, anno XVIII, n. 987, p. 6, 19 dez. 1908.

Antonio Jorge 2\$000”.<sup>62</sup> Portanto, Gil Martins está entre os seis comerciantes que mais contribuíram, estando atrás apenas do governador Antonino Freire da Silva<sup>63</sup> e de Ferraz & Comp.

O ano de 1912 foi marcado ainda por mudanças na estrutura societária da *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, como nos informa o *Diário do Piauí*:

EDITAES. Os abaixo assignados declaram que nesta data, de commum accordo, se desligaram de sua firma commercial os seus amigos Joaquim Gomes Ferreira e Antonio Martins Gomes Ferreira, indo pagos de todo o seu capital e lucros, continuando aquella a girar nesta praça sob a mesma rasão social. Therezina, 1 de janeiro de 1912. Gil Martins & C.<sup>a64</sup>

Os membros que deixam a sociedade, embora sejam chamados de amigos, são dois irmãos de Gil Martins. A fonte não indica quais dos demais sócios continuaram a compor a *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, mas acreditamos que tenha restado apenas Adão Medeiros Soares, seu cunhado, e envolvido na administração da *Uzina Sant’Anna* e nas questões políticas em que Gil Martins também se envolveu. Desse modo, embora tenha havido alteração na composição da companhia, a mesma não perde o seu caráter de empresa familiar.

O lugar de destaque como comerciante logrou a Gil Martins espaço em três importantes agremiações da cidade de Teresina: a *Associação Commercial do Piauí*, a *Sociedade de Agricultura do Piauí* e o *Sindicato Agrícola de Therezina*. A primeira, seguramente, possuía maior projeção na cidade que as demais, sobretudo por remeter ao mundo urbano e possivelmente envolver um número maior de associados. Vemos estes espaços como um local de construção de sociabilidades que serviram para favorecer a manutenção de seu espaço como sujeito de elite. Fazer parte destas agremiações significava, dentre muitos aspectos, o reconhecimento pelos pares locais, os demais membros daquela classe social, do espaço de poder que cada um ocupava.

No tocante à *Associação Commercial Piauíense*, percebemos que a mesma se organiza nos primeiros anos do século XX, em 1903, como expressão do otimismo que se

<sup>62</sup> LISTA DOS SUBSCRITORES. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 121, p. 3, 11 jun. 1912.

<sup>63</sup> Nasceu em 10 de maio de 1876 e faleceu em 15 de setembro de 1934. Foi eleito para o cargo de vice-governador na chapa encabeçada por Anízio Auto de Abreu para o período de 1908 a 1912. Após o falecimento do governador em 6 de dezembro de 1909, foi realizada uma eleição indireta pelo poder legislativo estadual que o elegeu Antonio Freire da Silva como governador para cumprir um mandato de 1910 a 1912. Além de político, também atuou como jornalista, escritor, engenheiro e professor. (GONÇALVES, 2003).

<sup>64</sup> EDITAES. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 19, p. 3, 24 jan. 1912.

fazia sentir diante do crescimento comercial de Teresina, sobretudo a partir da navegação<sup>65</sup>. No *Almanak Laemmert* nos deparamos com a seguinte nota acerca da associação: “Fundada a 23 de Agosto de 1903. Considerada de utilidade publica pelo decreto n. 3.429, de 27 de Dezembro de 1917, do Governo Federal. Sede propria – Rua Senador Pacheco, 30, sobr.”.<sup>66</sup> Assim, a organização foi instalada em espaço privilegiado da cidade de Teresina, em rua localizada no centro urbano da cidade, além de possuir sede própria do tipo sobrado, o que ressaltava o poder econômico que ali estava representado. Segundo Gonçalves<sup>67</sup>, Gil Martins foi um dos membros fundadores da associação, informação que não foi possível confrontar com outras fontes, mas acreditamos que de fato ele tenha tido esta participação considerando sua constituição desde o final do século XIX como o maior comerciante da capital piauiense, de acordo com a documentação que vimos discutindo ao longo deste trabalho.

Na imagem a seguir, *Figura 16: Associação Comercial do Piauí (1910)*, podemos ver o prédio desta Associação:

---

<sup>65</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>66</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 86, p. 910, 1930.

<sup>67</sup> GONÇALVES, W. C. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: Halley S. A., 2003. p. 165.

Figura 16: Associação Commercial do Piauhy (1910).



Fonte: FOLGUEIRA, 1910.<sup>68</sup>

A imagem acima nos levar a refletir acerca da imponência do prédio da *Associação Commercial do Piauhy*. Localizado exatamente no centro da fotografia, indicando ser o prédio o principal elemento destacado pelo fotógrafo. Destoando das edificações ao redor, possui um andar superior, caracterizando-se como um sobrado, claramente se destacando na paisagem urbana de Teresina. A grandiosidade das instalações, para nós, está diretamente relacionada ao fato de que a associação representava um grupo seletivo de pessoas, detentores de grande poder econômico e político. Além disso, Lima e Carvalho<sup>69</sup> referem que era prática comum, a partir da segunda metade do século XIX e sobretudo por conta do advento da maior urbanização das cidades, o registro fotográfico evidenciando as edificações arquitetônicas ou o interior dos ambientes, como forma de destacar o caráter burguês, moderno, daqueles sujeitos e espaços. Nesse sentido, inferimos que esta representação da *Associação Commercial do Piauhy* se deu seguindo os moldes dessa prática relatada pelas autoras.

<sup>68</sup> FOLGUEIRA, M. R. *Album Artístico Commercial do Estado do Piauhy*. Teresina: [s. n.], 1910.

<sup>69</sup> LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-60.

Ao eleger como centro da imagem a ser representada o prédio da associação, o fotógrafo direciona o olhar do espectador para aquilo que se queria tornar relevante, assim como isso também acontece com as pessoas apresentadas no registro. A fotografia foi tirada por ocasião da montagem do *Album Artístico Commercial do Estado do Piauí*, que mais tarde seria veiculado na cidade, de forma que sua circulação serviria para propagar a imagem da associação e seus associados. Não é de se admirar, portanto, que tenha ocorrido uma certa preocupação com o ideal de imponência que se esperava que a associação demonstrasse na fotografia.

As pessoas na imagem também parecem ser alvo do fotógrafo, uma vez que parte delas estão posando. Embora ocupem pouco espaço na cena, é possível perceber que os homens ali presentes se vestem com roupas de alfaiataria, elemento característico do grupo social a que pertenciam. Sua pequenez no conjunto da fotografia não nos leva a crer que o fotógrafo subestimasse sua posição social, mas o intuito era muito provavelmente de mostrar como aquelas pessoas detinham os direitos de uso daquela edificação, espaço privilegiado e frequentado por um grupo abastado economicamente.

Por outro lado, o prédio contrasta com as ruas sem pavimentação que a fotografia nos mostra na parte inferior da imagem capturada. Tendo Teresina sido fundada na segunda metade do século XIX, como capital planejada e em local antes não habitado, suas ruas demoraram um tempo significativo para ganhar maiores ares de urbanidade. Essa problemática é frequentemente abordada na documentação oficial a qual tivemos acesso, de modo que a aprofundaremos em momento oportuno deste trabalho. Por ora, queremos enfatizar como essa elite comerciante, ao mesmo tempo em que vivia sob as brisas do progresso e do discurso desenvolvimentista, parece ter dificuldades em promover a urbanização de forma mais acelerada e no compasso de outros centros brasileiros.

Dessa maneira, acreditamos que a *Associação Commercial do Piauí* teve importância maior no sentido de congregar os comerciantes em uma agremiação que lhes permitisse construir sociabilidades aos moldes do que se via nos grandes centros. O discurso desenvolvimentista e progressista remete às experiências que estes sujeitos viviam na capital federal, o próprio Gil Martins a visitou inúmeras vezes, de modo que se buscava reproduzir em Teresina hábitos propagados deste outros lugares do país. Não entendemos que essa característica a relegue ao plano do atraso, sobretudo porque acreditamos que Teresina estava em uma lógica própria, enquanto uma cidade que chega na primeira década do período republicano com não mais do que cinquenta anos de existência.

Assim como exerceu a liderança em outras organizações em que teve participação, Gil Martins teve a oportunidade de participar do quadro de dirigentes da associação. Partindo de diferentes fontes, construímos a *Tabela 09: Administração da Associação Commercial do Piauí (1925-1928)*, reproduzida a seguir:

Tabela 09: Administração da Associação Commercial do Piauí (1925-1928).

PERÍODO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL
1925-1926	Joaquim Antonio de Noronha, presidente; João de Castro Lima, vice-presidente; Joel de Oliveira, 1º secretário; Aarão Parentes, 2º secretário; Aphrodízio Tomaz de Oliveira, tesoureiro; José Cabral Arnaud; Jeremias de Arêa Leão	José R. Pereira de Carvalho; Gil Martins Gomes Ferreira; José Leonílio Guedes
1926-1927	Joaquim Antonio de Noronha, presidente; João de Castro Lima, vice-presidente; Joel de Oliveira, 1º secretário; Aarão Parentes, 2º secretário; Aphrodízio Tomaz de Oliveira, tesoureiro; José Pereira de Carvalho; Jeremias de Arêa Leão	Humberto Pinheiro da Fonseca; Gil Martins Gomes Ferreira; Juvencio Alves de Carvalho
1927-1928	Joaquim Antonio de Noronha, presidente; João de Castro Lima, vice-presidente; Joel de Oliveira, 1º secretário; Aphrodízio Tomaz de Oliveira, tesoureiro; José Pereira de Carvalho; Jeremias de Arêa Leão	Humberto Pinheiro da Fonseca; Gil Martins Gomes Ferreira; Juvencio Alves de Carvalho

Fonte: Jornais Pacotilha (MA), Folha do Povo (MA), Jornal do Commercio (AM), 1925-1927.<sup>70</sup>

A participação de Gil Martins como membro do Conselho Fiscal da associação nos anos finais da primeira república mostra, como apesar da idade, ele se mantinha reconhecido como importante comerciante na cidade. Tendo nascido em 1860, ele já passava dos 60 anos de idade quando assumiu o compromisso com a administração da associação. É bem provável que, àquela altura, a sua posição fosse muito mais simbólica do que, de fato, um trabalho cotidiano. Notamos que não houve alteração significativa no quadro dirigente da associação, o que poderia ser explicado pela influência destes comerciantes dentre os demais agremiados. Ressalta-se, nesse sentido, que Gil Martins era um dos mais experientes comerciantes a compor a gestão da associação naquele período, o que dava um certo ar de tradicionalidade à

<sup>70</sup> AS ASSOCIAÇÕES. *Pacotilha*, São Luis, ano XLIV, n. 23, p. 4, 28 jan. 1925.; ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL PIAUHYENSE. *Folha do Povo*, São Luis, anno IV, n. 28, p. 2, 3 fev., 1927.; OS ESTADOS. PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Manaus, anno XXIV, n. 8125, p. 1, 4 mar. 1927.

agremiação e que, por si só, já era uma característica do próprio grupo de comerciantes enquanto elite tradicional.

A experiência de Gil Martins ia muito além do comércio lojista ou da navegação, como já apontamos. Tendo diversificado o investimento do seu capital, atuou em diferentes frentes, inclusive na criação de animais. Se de um lado era preciso cultivar cana de açúcar para a produção industrial, de outro, a criação de gado também se mostrara um mercado promissor. Mapeamos, com a ajuda do *Almanak Laemmert*, as ocorrências de sua ação como criador organizadas na *Tabela 10: Atuação de Gil Martins como criador de gado*.

Tabela 10: Atuação de Gil Martins como criador de gado.

<b>ANO</b>	<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>PARTICIPAÇÕES</b>
1910	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores de gado vaccum, cavallar e muar (Sangrador, Santa Izabel, S. Sebastião)
1911	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores de gado vaccum, cavallar e muar (Sangrador, Santa Izabel, S. Sebastião)
1913	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores de gado vaccum, cavallar e muar (Sangrador, Santa Izabel, S. Sebastião)
1914	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores de gado vaccum, cavallar e muar (Sangrador, Santa Izabel, S. Sebastião)
1915	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores de gado vaccum, cavallar e muar
1916	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1917	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1918	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1919	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1921	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1922	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1924	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1925	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1926	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1927	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1929	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores
1930	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores, 320 cabeças
1931	Gil Martins Gomes Ferreira	Criadores, 320 cabeças

Fonte: Almanak Laemmert, 1910-1931.<sup>71</sup>

<sup>71</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 67, p. 7-8, 1910.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 68, p. 3668-3669, 1911.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 69, p. 3572-3573, 1913.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 70, p. 3856-3857, 1914.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 71, p. 3735-, 1915.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 72, p. 3739, 1916.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 73, p. 3527, 1917.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 74, p. 3526, 1918.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*:

A criação de gado de Gil Martins parece ter se concentrado nas proximidades da *Uzina Sant'Anna*, dado que de 1910 a 1914 o *Almanak Laemmert* indica as localidades Sangrador, Santa Izabel e São Sebastião, todas no entorno da empresa. Por meio da criação, Gil Martins se colocava em posição estratégica no cenário comercial da cidade, levando-o a participar de agremiações como a *Associação Commercial Piauihyense*, que tendia a congregar elementos da elite urbana da cidade, como também da *Sociedade de Agricultura do Piauihy* e do *Sindicato Agrícola de Therezina*, alargando as relações de poder no estado. Não descartamos que outros comerciantes também fossem criadores ou vice-versa, mas destacamos o potencial de liderança de Gil Martins e seu envolvimento nestas diferentes organizações. Isso não quer dizer que o idealizamos como um sujeito cuja vida tenha se constituído apenas de sucessos, mas quando analisamos as fontes que remetem ao plano econômico, enquanto comerciante e industrial, as referências apontam para um quadro de crescimento do seu patrimônio.

Do período que esteve na administração da *Sociedade de Agricultura do Piauihy*, encontramos o seguinte telegrama:

O dr. Candido Rodrigues recebeu, hontem, o seguinte telegramma de Therezina: <<Tenho a honra de apresentar-vos, em nome da Sociedade de Agricultura do Piauihy, respeitosos cumprimentos pelo patriotico decreto que criou o ministerio da Agricultura e pela merecida indicação o vosso glorioso nome para dirigir o referido ministerio. Respeitosas saudações. – Gil Martins, vice-presidente.<sup>72</sup>

O fragmento destaca os cumprimentos da *Sociedade de Agricultura do Piauihy*, representada por Gil Martins como vice-presidente, a Cândido Rodrigues<sup>73</sup> que passaria a ocupar o cargo de Ministro da Agricultura do recém criado ministério no ano 1909. As congratulações, longe de serem inocentes, representam o alinhamento que a elite agrária

---

Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 76, p. 3526, 1919.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 77-78, p. 3894, 1921.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 78-79, p. 3894, 1922.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 80, p. 3989, 1924.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 81, p. 1213, 1925.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 82, p. 1218, 1926.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 83, p. 1045, 1927.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 85, p. 972, 1929.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 86, p. 914, 1930.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 87, p. 937, 1931.

<sup>72</sup> NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 16496, p. 1, 11 jul. 1909.

<sup>73</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

piauiense mantinha com o governo central, ao passo que o estreitar das relações poderia significar subsídios provenientes da União. A *Sociedade de Agricultura do Piauí* era responsável pela *Escola Prática de Agricultura* fundada em 1908, a qual tinha como objetivo promover experiências práticas de ensino no campo da agricultura, tendo mais tarde em 1913 incrementado sua área de atuação com a implantação de um campo experimental para a borracha de maniçoba, conforme apontam Teixeira e Correia<sup>74</sup>.

Queiroz<sup>75</sup>, em estudo anterior, já apontava a criação dessas estações experimentais no bojo das ações governamentais que tinham como objetivo a defesa da produção de borracha a partir do extrativismo da maniçoba, em clima de otimismo em relação ao futuro da produção em face da atuação da *Superintendência em Defesa da Borracha*. A autora acrescenta que estas estações deveriam “fornecer, gratuitamente, aos interessados, sementes escolhidas e instruções sobre a cultura dessas plantas”<sup>76</sup>, incluída também a mangabeira, como forma de incentivar a produção. No entanto, os resultados práticos foram pequenos, sobretudo quando em 1914 é encerrada a atuação da referida superintendência.

Gil Martins ocupou o cargo de vice-presidente da sociedade no fim da primeira década do século XX, em um ano em que ele não ocupava outras direções. No ano seguinte passa a fazer parte do corpo diretor da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, como já apontamos, indicando sua participação ativa e constante, ao longo da Primeira República, em diferentes agremiações. Em 1911, concomitante à sua atuação como parte do corpo diretor da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, Gil Martins cooperou também com a administração do *Sindicato Agrícola de Therezina*, como segue:

VARIAS NOTICIAS. Pelo sr. 1.º secretario do Sindicato Agrícola de Therezina, o agronomo José Fonseca Ferreira, nos foram comunicadas as eleições da directoria e conselho administrativo desta sociedade, cujo resultado foi o seguinte: Directoria: - dr. Thersandro Paz, presidente; dr. Octavio de Moura Falcão, vice-presidente; agrônomo José Fonseca Ferreira, 1.º secretário; Joaquim Campos Veras, 2.º dito; João de Castro Lima, tesoureiro. Conselho administrativo: – coronel Gil Martins Ferreira, dr. Daniel Paz, Enéas Carvalho, dr. Mathias Olympio, coronel José Rosa, Adolpho Sant’Anna e dr. Evandro Rocha. Agradecemos a gentileza da comunicação, bem como um exemplar dos estatutos da referida associação, que nos foi enviado.<sup>77</sup>

<sup>74</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

<sup>75</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>76</sup> QUEIROZ, 2006a, p. 176.

<sup>77</sup> VARIAS NOTICIAS. *Diario do Piauí*, Teresina, anno I, n. 122, p. 1, 29 jul. 1911.

Dessa forma, vislumbramos uma grande capacidade de articulação de Gil Martins, se colocando como membro de diferentes organizações, de diversas naturezas, mas que tinham em comum a reunião dos membros da elite econômica e política do estado. Nesse sentido, ele se mantinha ligado a pessoas que ocupavam postos estratégicos em diferentes setores produtivos no âmbito da economia estadual, o que poderia vir facilitar eventuais negociações políticas.

Acreditamos que a ascensão comercial de Gil Martins também está relacionada ao apoio que ele recebia por parte do segmento da elite alinhada à Igreja Católica. O periódico *O Apostolo*, órgão oficial da Igreja no Piauí, em diversos momentos tece comentários elogiosos a respeito de sua atuação, corroborando para a construção da imagem de homem honesto e de bom comerciante, indicativo das relações que mantinha com aquela ala da sociedade, em especial, pelos laços com Elias Martins. Ao lado destes, Gil Martins encampou embates políticos nas disputas eleitorais.

Sobre o açúcar produzido pela sua usina, encontramos uma matéria no jornal *O Apostolo*, datada de 1907, recomendando o consumo do produto e destacando a sua qualidade. Assim diz:

Uzina Sant'Anna. Os senhores Gil Martins & Ci.<sup>a</sup>, activos negociantes de nossa praça, nos enviaram, a amostra do assucar desse importante estabelecimento agrícola. A amostra do optimo producto que temos presente, é de 1.<sup>a</sup> qualidade, nada deixando a desejar de melhor no seu genero. Os operosos industriaes podem, sem temer competencia, satisfazer ás mais finas exigencias dos consumidores do assucar nacional, com o que produz a Uzina Sant'Anna. Agradecendo os senhores Gil Martins & Ci.<sup>a</sup>, recommendamos o producto de sua bem montada uzina, posto que já se ache recommendado pela sua fina perfeição<sup>78</sup>.

Tal dado nos remete, mais uma vez, ao lugar de destaque que Gil Martins e seus associados tinham na sociedade teresinense. Sendo o órgão oficial de comunicação da Igreja Católica, o periódico servia para a construção de discursos e representações acerca dos membros integrantes desta sociedade, recomendando ou não, o apoio e respeito a estes sujeitos. A recomendação de que seus produtos, nesse caso em específico o açúcar, deveriam ser consumidos, assume importância real em uma sociedade conservadora como aquela encontrada ali. A imagem e a honra de um comerciante naquele período significava muito, não podendo o mesmo se descuidar do modo como seus consumidores o viam. Uma aceção

---

<sup>78</sup> UZINA SANT'ANNA. *O Apostolo*, Teresina, ano I, n. 2, p. 2, 26 maio 1907.

negativa poderia comprometer o negócio, bem como as demais alianças a serem construídas com outros sujeitos do comércio local ou do meio político. É pensando de forma semelhante que Queiroz<sup>79</sup> afirma que as “sociedades tradicionais são sociedades de honra”<sup>80</sup>, de forma que esta é muito relevante no contexto das relações construídas.

O mesmo periódico em outra oportunidade assim se pronuncia a respeito de Gil Martins:

Vio passar seu aniversário natalício, sendo bastante felicitado pelos seus inúmeros amigos, o Coronel Gil Martins, conceituado commerciante em nossa praça. Aqui vai também nossa saudação a esse honrado, operoso e distinto lutador pelo progresso do Piauí, e nosso particular amigo.<sup>81</sup>

Duas coisas chamam atenção nesse fragmento. A primeira delas diz respeito às felicitações pelo aniversário de Gil Martins. Embora essa fosse uma prática comum nos jornais do período, onde encontramos diversas mensagens semelhantes dirigidas a outros indivíduos, esse tipo de publicação indica o nível de prestígio do cidadão felicitado na comunidade eclesiástica. Sendo o editor do jornal, Elias Martins, aliado político de Gil Martins, as felicitações nos parecem também resultado de relações que iam além do mundo clerical. Talvez por isso a matéria enfatize o posto de coronel ocupado por Gil Martins, enquanto uma expressão de poder. Estas congratulações, inclusive, viriam a se repetir em outros anos durante o período em que o periódico circulou<sup>82</sup>.

O segundo elemento que consideramos relevante é o adjetivo “conceituado commerciante”<sup>83</sup>, mostrando uma intencionalidade do editor, que se diz amigo particular de Gil Martins, em reforçar a imagem de homem forte da economia local. Ao longo deste capítulo demonstramos a pujança da atuação deste sujeito no cenário local e além dele, sobretudo a partir do alcance dos seus produtos de norte a sul do Piauí quer através da navegação, quer na interlocução com o mercado maranhense.

Vê-se aqui, também, uma estratégia eclesiástica de manter os laços cordiais com os sujeitos que tinham influência política no estado do Piauí. Considerando que o jornal se apresentava como órgão oficial de comunicação da Igreja, não podemos reduzir as menções de Gil Martins aos laços políticos e cordiais com o editor Elias Martins, mas antes

<sup>79</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>80</sup> QUEIROZ, 1994, p. 143.

<sup>81</sup> SEM TÍTULO. *O Apostolo*, Teresina, ano II, n. 51, p. 3, 19 maio 1908.

<sup>82</sup> SEM TÍTULO. *O Apostolo*, Teresina, ano II, n. 100, p. 2, 9 maio 1909.

<sup>83</sup> SEM TÍTULO. *O Apostolo*, Teresina, ano II, n. 51, p. 3, 19 maio 1908.

acreditamos que sua figura era benquista entre os membros eclesiásticos que dirigiam a instituição no estado. Em outras instâncias de sua atuação, política inclusive, a Igreja parece se posicionar a favor de Gil Martins e outros nomes, fato que não pode ser atribuído apenas a Elias Martins.

Gil Martins era um destes homens cujo nome frequentemente aparecia nos jornais como um sujeito querido. O *Jornal do Brasil* reproduz matéria publicada no estado que busca construir essa imagem quando informa que “procedendo dessa capital [Rio de Janeiro], chegou hoje aqui o Coronel Gil Martins, tendo uma recepção muito carinhosa”.<sup>84</sup> Desse modo, há um esforço por parte do jornalismo local, seja o católico ou não, de atribuir adjetivações positivas a este sujeito.

Lepera<sup>85</sup>, analisando as disputas pelo poder local travadas entre a Igreja e a comunidade eclesiástica em Tucumán, Argentina, argumenta em torno das influências políticas que se fazem presentes no universo religioso. Embora seja de conhecimento público que existem diferenças significativas entre a Igreja Católica no Brasil e na Argentina, sobretudo pela realidade diversa dos dois países, é preciso reconhecer que há práticas que são comuns à instituição e que passam por adaptações e reapropriações no meio local.

Nesse sentido, vemos em Teresina uma prática comum a outras regiões que é ação da Igreja no sentido de se manter próxima aos grupos que detêm o poder político e econômico. Publicizar a figura de Gil Martins e de seus empreendimentos foi um mecanismo encontrado pela instituição para demonstrar que respeitava o lugar de destaque ocupado por ele, ao mesmo tempo em que mantinha atados os laços de solidariedade e reciprocidade com este membro da elite local que era também membro da Igreja.

Estratégia também utilizada pela Igreja era a de inserir sujeitos como Gil Martins nas atividades religiosas. Por ocasião da Festa de Nossa Senhora das Dores, o periódico relata:

No proximo mez de Setembro será celebrada, na Cathedral, com a maior pompa possível, a festa das Dôres, cujo novenario começará no dia 10, encerrando-se os festejos no dia 19. No intuito de dar o maior brilhantismo a festa da nossa Padroeira, resolvi distribuir as novenas por classes, designando Juizes e Juizas, como protectores da nossa grande festividade, esperando que todos aceitarão o meu convite, concorrendo, assim, cada um, na medida das suas forças, para que o culto á Virgem Santissima tome ainda maior incremento. JUIZES: - Dr. Collect Antonio da Fonseca, Coroneis Antonio Campos, Leocadio Alves dos Santos, Domingos Santos, Gil

<sup>84</sup> INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 129, p. 8, 9 maio 1911.

<sup>85</sup> LEPERA, L. C. Entre la autoridad eclesiástica y el liderazgo local: los curas párrocos de la diócesis de Tucumán durante el primer peronismo. *Quinto Sol*, v. 19, n. 3, p. 1-21, 2015.

Martins. JUIZAS: - Exmas. D. D. Maria Emilia da Silva Martins, Lydia Christina da Silva Santos, Joanna Portellada de Areia Leão, Rosa de Hollanda Carvalho, Maria Coêlho Broxado.<sup>86</sup>

Pinheiro<sup>87</sup> afirma que os espaços de lazer e sociabilidades em Teresina nas primeiras décadas do século XX não eram muito diversificados, de forma que os festejos religiosos se constituíam em um importante momento de aglomeração de pessoas, destacando-se o festejos de Nossa Senhora das Dores e de Nossa Senhora do Amparo, bem como os novenários como o que Gil Martins participou, que se não podem ser considerados como momentos estritamente de lazer, não deixam de ser espaços para construção e fortalecimento de laços de fraternidade entre os membros da elite. Ser juiz nessas festividades significava reforçar sua imagem como católico e, portanto, como um homem honrado na sociedade em que estava inserido, mas também de um homem financiador dessas atividades.

Além disso, como aponta Castelo Branco<sup>88</sup>, as sociabilidades religiosas serviam para reforçar o caráter tradicional da sociedade teresinense da Primeira República ao passo que indicavam o poder que a Igreja Católica exercia sobre a vida das pessoas. Considerando, assim, que o público letrado em Teresina era limitado, com predomínio de analfabetos<sup>89</sup>, a publicação de matérias pela Igreja em seu veículo oficial tinha como alvo os membros da elite abastada de Teresina, os quais possuíam acesso a níveis mais altos de instrução. Essa realidade não é diferente daquela encontrada em outras regiões do Brasil, como é destacado por Mota e Lopez<sup>90</sup>, que chegam a afirmar que a maioria da população brasileira era composta de pessoas analfabetas. Ao mesmo tempo, a publicação de convites como o expresso na transcrição acima era símbolo de prestígio entre aqueles que tiveram seus nomes lembrados. Neste aspecto, Gil Martins se destaca como nome constantemente citado, o que pra nós se mostra como reflexo da importância que ele assumiu no comércio e na política local, bem como na industrialização, por meio de sua atuação junto à *Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense* e com o início das atividades da *Uzina Sant'Anna* que se encontrava em funcionamento desde 1906.

---

<sup>86</sup> FESTA de Nossa Senhora das Dores. *O Apostolo*, Teresina, ano III, n. 115, p. 2, 22 ago. 1909.

<sup>87</sup> PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>88</sup> CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>89</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>90</sup> MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História do Brasil: uma interpretação*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

Gil Martins Gomes Ferreira, ou Gil Martins como ficou conhecido possivelmente por conta da marca imprimida por meio da *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, foi um destes brasileiros que acreditavam que o progresso e a modernização também poderia alcançar as terras mais distantes da capital nacional, o Rio de Janeiro, possibilitando o avanço da urbanização e o desenvolvimento econômico de sua região. A cidade de Teresina, capital do Piauí, teve muito a ganhar com os investimentos deste homem, cujas relações sociais o colocavam no centro do poder político e econômico estadual.

Nesse sentido, a primeira parte da tese abordou um aspecto da trajetória de Gil Martins que aparece aos nossos olhos como o ponto de partida que o levou a ocupar o espaço de poder político e econômico que desfrutou: o comércio. Assim, buscamos pensar este sujeito inserido em seu contexto, atentando para as orientações de Levi<sup>91</sup> no que diz respeito a pensar o indivíduo em suas relações com o grupo em que estava inserido. Conforme discorreremos ao longo da narrativa, as raízes comerciais de Gil Martins o alçaram para o centro da política estadual e da economia industrial que nascia timidamente na capital piauiense, utilizando da sua experiência com a navegação fluvial e com o comércio como pontos fortes na construção de relações comerciais competitivas naquele momento.

Também acreditamos que a participação de Gil Martins nas diferentes agremiações a que esteve ligado possibilitou-o desfrutar de sociabilidades, ao lado de outros grandes comerciantes da capital, as quais possibilitaram, por seu turno, fortalecer as alianças políticas das quais fazia parte. Na seção seguinte vamos aprofundar a análise da participação política de Gil Martins, de forma que será possível compreender os mecanismos de interação e relações de poder diretamente relacionados à política partidária e às eleições no Piauí durante a Primeira República. Gil Martins se mostra um sujeito que teve muitas faces, sendo o comerciante apenas uma destas. O desvelar do seu eu político nos ajuda a compreender ainda mais a singularidade e a importância desse indivíduo para a sociedade do período.

---

<sup>91</sup> LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

**PARTE II**  
**NAS TRAMAS DO PODER:**  
**GIL MARTINS E O CENÁRIO POLÍTICO PARTIDÁRIO NO**  
**PIAUÍ DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

## **Preâmbulo**

*Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada<sup>1</sup>.*

O fim do império brasileiro e a implantação do regime republicano se fez sentir em todas as partes do país sob diferentes aspectos, sendo esta uma temática recorrente quando se intenta o estudo das décadas iniciais do século XX. Tais mudanças não deixaram de ressoar no estado do Piauí, sobretudo em seu caráter político, mas também do ponto de vista econômico, social e cultural, interferindo em diversas instâncias da vida pública e privada do país.

O cenário da Primeira República brasileira é marcado por eleições conturbadas, manutenção de grupos no poder, rearranjos locais na estruturação e conformação de velhas e novas oligarquias, além do forte desejo de dar uma nova face para uma sociedade que se via no contexto de mudanças na estrutura do estado brasileiro com a implantação do regime republicano, o qual buscava sobreviver desenvolvendo, como aponta Carvalho<sup>2</sup>, uma “base qualquer de legitimidade” entre os cidadãos. Tais elementos apontados pelo autor não se restringem à capital do país, o Rio de Janeiro, mas alcança o Brasil em sua vastidão, confrontando os desejos de mudança com a perpetuação no novo governo instaurado de práticas já há muito conhecidas na política do país.

Pensando na realidade do Piauí, então estigmatizado como uma das regiões mais pobres do país, via-se a necessidade de dar novos rumos à economia do Estado. Nesse cenário, o extrativismo vegetal ganhou importância significativa no desenvolvimento econômico, pois este permitiu que sua produção alcançasse o mercado internacional, sobretudo por meio da produção de borracha de maniçoba como vem sendo discutido na historiografia<sup>3</sup>. Por outro lado, percebemos que Gil Martins, o homem sobre o qual estudamos

<sup>1</sup> RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 442.

<sup>2</sup> CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>3</sup> QUEIROZ, T. J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a.; QUEIROZ, T. J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006b.; QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e

a trajetória, viu a industrialização como algo possível de ser realizado, tal como em outras regiões já vinha acontecendo. É nesse contexto que este sujeito se projeta ainda mais na elite piauiense, constituindo-se como um sujeito ativo no processo de modernização da cidade de Teresina e do próprio Piauí a partir do seu investimento na instalação ou ampliação de indústrias na capital.

A despeito do título de coronel e, posteriormente, de industrial que a ele foi conferido, Gil Martins ocupou espaço no seio da política partidária seja como ocupante de cargo eletivo, seja como financiador e apoiador de grupos e pessoas ligadas à administração municipal da capital e do próprio estado. Desse modo, vemos a sua inserção na elite enquanto agente político, na medida em que buscou ocupar postos eletivos e interferir na ocupação destes por pessoas a ele ligadas, revelando muito dos espaços de poder onde se matinha ou desejava se inserir. Este olhar que direcionamos para a atuação política de Gil Martins encontra suas bases nas palavras de Rémond<sup>4</sup>, para quem “a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”<sup>5</sup>. Poderíamos afirmar, de fato, que a perspectiva de política adotada nesta tese, em especial nesta seção, é tributária da renovação nos estudos no campo da história política que sentimos nas últimas décadas<sup>6</sup>, pensando o político para além da sua acepção tradicional ao mesmo tempo em que buscamos compreender Gil Martins em meio às relações de poder político-partidárias em que esteve envolvido.

No que tange especificamente ao campo da política partidária, o Piauí viveu um momento de agitação no que diz respeito às disputas eleitorais instauradas por ocasião da sucessões do governo estadual e dos postos do legislativo. Sendo Gil Martins um membro ativo no seio da elite local, ele se posicionou claramente nestes momentos, mostrando que compreendia a importância e o lugar privilegiado daqueles que ocupavam os assentos da administração pública naquele contexto e a eles buscando se aproximar ou, ainda, levar à vitória nas eleições aqueles que se colocavam ao seu lado.

---

as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.; SANTANA, R. N. M. de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.

<sup>4</sup> RÉMOND, 2003.

<sup>5</sup> RÉMOND, 2003, p. 444.

<sup>6</sup> FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-90.

Ganha importância nesse cenário piauiense o papel da imprensa, sendo o principal veículo da propaganda republicana no estado, conforme aponta Nunes<sup>7</sup>, de modo que vemos ser adotada no Piauí uma estratégia semelhante àquela utilizada também no Rio de Janeiro. Portanto, ancorada nas pesquisas realizadas, sobretudo a partir da hemerografia e de subsídios encontrados na historiografia, a narrativa que segue dá sentido a um conjunto de fontes documentais organizadas e analisadas com o objetivo de reconstituir, no que for possível, a trajetória política traçada por Gil Martins. Nesta, destacamos os espaços de poder que ocupou e as relações com os membros da elite tradicional piauiense de postura clerical, assim como relacionamos sua vida político-partidária ao seu sucesso financeiro, em meio às transformações pelas quais o Brasil e o Piauí passaram nos anos iniciais da Primeira República. A partir desses elementos, pensamos na trajetória de Gil Martins, seguindo Del Priore<sup>8</sup>, como a história não “de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo”<sup>9</sup>, ou seja, sem perder de vista o contexto<sup>10</sup> a que ele pertencia.

Nesse sentido, iniciamos o próximo capítulo tratando da criação do *Partido Republicano Legalista*, que surgiu em 1892, apenas poucos anos depois da proclamação da república no Brasil. O envolvimento de Gil Martins nesse processo de ruptura partidária que leva ao surgimento de um novo partido é um exemplo de como ele se posicionava politicamente no contexto local, ao passo que permite que vislumbremos o grupo a que ele se filiava e quais ideais defendia. Posteriormente, seguimos apresentando as relações de poder estabelecidas em torno de Gil Martins, a partir da análise da formação das alianças, das sociabilidades e dos conflitos que foram noticiados nos jornais da época e nos demais documentos que puderam ser consultados.

---

<sup>7</sup> NUNES, M. C. S. de. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

<sup>8</sup> DEL PRIORE, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 9, p. 7-16, jul./dez. 2009.

<sup>9</sup> DEL PRIORE, 2009, p. 9.

<sup>10</sup> LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.; KARSBURG, A. O. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 32-52.

#### 4 GIL MARTINS E A CRIAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO LEGALISTA

Durante as últimas décadas de sobrevivência do regime imperial no Brasil, vimos uma proliferação de agremiações que defendiam ideias republicanas com pouco ou nenhum sucesso alcançado quanto ao objetivo de unir a população em torno de um projeto político que levasse a mudanças na estrutura do estado brasileiro. Boehrer<sup>1</sup>, ao intentar a produção de uma história do Partido Republicano no Brasil, acaba por nos mostrar como inúmeras agremiações utilizaram do desígnio “Partido Republicano”, em diversas províncias ao longo do território nacional, mas que estavam longe de compor um partido único com tamanha abrangência. Essa unidade não era encontrada entre agremiações de uma mesma província, sendo cada uma comandada por grupos políticos com interesses próprios, que levantavam apoio a bandeiras diferentes dentro de um mesmo espaço. De fato, os partidos republicanos criados no último quartel do século XIX, a partir de 1870, tinham abrangência regional, ou seja, se limitavam ao espaço das províncias e depois estados.

Dessa maneira, a proclamação da República acontece orquestrada nos termos colocados por Boehrer<sup>2</sup> como golpe de estado, na medida em que a mudança de regime ocorreu pela uso da força, com a liderança do exército, atendendo a interesses de grupos de elite que não se viam mais representados pela família real. A propaganda contra a princesa Isabel, em parte pelo forte apego ao catolicismo, e ao Conde D’Eu, a quem não se dava credibilidade para atuar no governo do país, aliada ao quadro de saúde instável do imperador D. Pedro II, são elementos apontados por Gomes<sup>3</sup> como agravantes da situação de crise política que a corte enfrentava.

Uma particularidade daquele momento, enfatizada por Gomes<sup>4</sup>, é que a mesma imprensa que atacava o regime imperial, a princesa Isabel e seu esposo, era a mesma que parecia poupar D. Pedro II das críticas levantadas. Sua imagem de homem culto e amante dos avanços tecnológicos eram, por outro lado, ressaltados. Isso evidencia, portanto, que a crise política enfrentada pela família real, além de questões mais profundas como a abolição da escravidão, o conflito com a Igreja Católica e com os militares já discutidas com profundidade pela historiografia acerca do tema, além da emergência de uma camada urbana que também

---

<sup>1</sup> BOEHRER, G. C. A. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano no Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

<sup>2</sup> BOEHRER, 2000.

<sup>3</sup> GOMES, A. C. O 15 de novembro. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

<sup>4</sup> GOMES, 2002.

queria mudanças<sup>5</sup>, se dava também em razão da insegurança do futuro brasileiro em meio à possibilidade de sucessão do trono. É válida, portanto, a afirmação outrora realizada por Napolitano<sup>6</sup> quando afirma que a “Monarquia estava em crise havia muito tempo, desprestigiada entre as elites civis e militares mais importantes, apesar de, paradoxalmente, contar com certo apoio popular”<sup>7</sup>.

Todo esse contexto influenciou a formação de partidos que levantavam a bandeira republicana, ainda que em províncias como o Piauí isso tenha se dado com menor ênfase. Boehrer<sup>8</sup> destaca a presença de partidos republicanos em todo o Brasil, estado a estado, detectando no Piauí apenas a presença de David Moreira Caldas<sup>9</sup> como expoente mais significativo de ideais republicanos nos anos anteriores à proclamação da república. A historiografia reitera o isolamento de David Caldas como expoente das ideias republicanas, como afirmou Queiroz<sup>10</sup>, de forma a “esvaziar seu conteúdo coletivo”<sup>11</sup>. A autora concorda que não houve um movimento republicano formalmente organizado em torno de David Caldas no Piauí, mas um público leitor interessado em suas ideias, podendo o jornal *Oitenta e Nove* ter atingido uma tiragem maior que 200 exemplares, além das 66 assinaturas que Queiroz<sup>12</sup> pode identificar.

Nunes<sup>13</sup> acrescenta que David Caldas se utilizou da imprensa também para a defesa de ideais abolicionistas, a partir do lugar que ocupava em veículos de oposição como *Liga e Progresso* e *A Imprensa* a partir de 1863, tendo mais tarde fundado por conta própria o jornal *O Amigo do Povo* em 1868, o qual posteriormente se transformou no *Oitenta e Nove*. A partir de 1871 *O Amigo do Povo* assumiu o subtítulo de órgão republicano da Província do Piauí, indicando seu alinhamento com o manifesto do Partido Republicano de 1870.

---

<sup>5</sup> COSTA, E. V. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>6</sup> NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

<sup>7</sup> NAPOLITANO, 2016, p. 15.

<sup>8</sup> BOEHRER, 2000.

<sup>9</sup> Nasceu em 22 de maio de 1836 e faleceu em 3 de janeiro de 1879. Ficou conhecido como profeta da república. Foi professor primário em Barras-PI, professor concursado de Geografia do Liceu Provincial até 1870. Foi deputado provincial de 1866 a 1869. Atou também como jornalista e escritor. Colaborou nos jornais *O Arrebol*, *Liga e Progresso*, *A Imprensa*. Fundou os jornais *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, *O Papiro*, *O Ferro em Brasa*.

<sup>10</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>11</sup> QUEIROZ, 1994, p. 219.

<sup>12</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>13</sup> NUNES, M. C. S. de. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

A mudança do nome do jornal para *Oitenta e Nove* fez com que o intelectual ganhasse a fama de profeta da república, antecedendo que o fim da monarquia se daria em 1889. Apesar dos esforços de David Caldas, as fontes e a historiografia acerca do período indicam que suas ações não foram capazes de criar no Piauí um movimento republicano, tendo sido fadado ao ostracismo. Nunes<sup>14</sup> acrescenta que após a morte de David Caldas em 1879 a propaganda republicana só ressurgiria por volta de 1883 nos periódicos *O Telephone* e *A Reforma*, posição também compartilhada por Pinheiro Filho<sup>15</sup>. Assim, o cenário local piauiense indica que o estado seguiu uma tendência, também sentida de forma mais ampla a nível nacional, de acolher o movimento republicano na medida em que este não representou risco à manutenção das estruturas de poder já estabelecidas.

Os anos iniciais da república no Piauí são ainda marcados por forte instabilidade política, com alta rotatividade na liderança do poder executivo estadual, dificultando assim a emergência de ações por parte do poder público estadual que viessem a impactar, a curto prazo, um certo grau de desenvolvimento econômico. Não é sem razão, portanto, que Coriolano de Carvalho e Silva chega a afirmar, após o primeiro ano de seu governo, que “a república atravessa nesse momento o período mais delicado e ao mesmo tempo mais difícil de sua organização.”<sup>16</sup>

Lima e Fontineles Filho<sup>17</sup> indicam que essa instabilidade se deu pelo forte embate entre membros da elite local, favorecendo a emergência de juntas governativas e de governadores nomeados pela presidência da República e retardando a escolha de um governador pelo voto direto, o que só veio a correr em 1896. No caso particular do Piauí, a instabilidade aqui retratada pareceu se intensificar com a emergência da república a partir da disputa pelo governo do estado pelos membros da elite local, sobretudo entre os membros do *Partido Republicano Federal* e do *Partido Democrata*<sup>18</sup>, mas é importante lembrar que a rotatividade de governantes era uma característica que já se fazia presente na época do império, como destaca Vilhena<sup>19</sup>. Nesse sentido, as questões relacionadas à dificuldade de implementação de políticas mais duradouras em prol do desenvolvimento local não é uma

---

<sup>14</sup> NUNES, 2016.

<sup>15</sup> PINHEIRO FILHO, C. *História da Imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodiaco, 1997.

<sup>16</sup> PIAUHY. *Mensagem apresentada à Camara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador do mesmo estado Dr. Coriolano de Carvalho e Silva em 8 de junho de 1893*. Teresina: Typografia do Piauí, 1893.

<sup>17</sup> LIMA, H. A. C.; FONTINELES FILHO, P. P. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010.

<sup>18</sup> NUNES, 2016.

<sup>19</sup> VILHENA, M. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Edição do Autor, 2006.

especificidade dos anos iniciais da república, mas uma permanência histórica identificada nas duas formas de governo.

Queiroz<sup>20</sup> aponta que na década de 1890 as oligarquias locais já estavam claramente articuladas nos grupos que irão dominar a cena político-partidária no Piauí durante toda a Primeira República. A autora, assim, identifica os seguintes grupos: a) os Mendes-Nogueira, que representam o centro-sudeste do estado; b) os Pires, do norte do estado, também identificados por Nunes<sup>21</sup> como Pires-Ferreira; c) os Abreu, localizados em Teresina; d) os Castelo Branco, também ao norte do estado; e) os Correia, hegemônicos na cidade de Parnaíba, também ao norte. Para a autora, estes dois últimos grupos orbitavam em torno dos demais, conforme as alianças eram forjadas ao longo dos processos eleitorais, perspectiva também percebida por Nunes<sup>22</sup> e com a qual concordamos.

As oligarquias são aqui identificadas conforme o sobrenome da família que representava a liderança do grupo, pois estes eram formados a partir de relações de parentesco, casamento e compadrio, as quais se mostraram um elemento amalgamador dessas estruturas. Isso não quer dizer que não houvessem dissidências, como é o caso da oligarquia Pires-Ferreira onde Nunes<sup>23</sup> identifica uma oposição entre dois membros importantes do cenário político pertencentes à mesma família, mas demonstra que o poder familiar tinha aspecto relevante no contexto das relações ali estabelecidas.

É justamente nesse momento que vimos Gil Martins surgir como membro fundador do *Partido Republicano Legalista* em 09 de janeiro de 1892, fato que denota seu entrosamento na política estadual e nacional, à medida que dentre os governadores e juntas provisórias encontravam-se aliados políticos de longa data e que terão seus laços fortalecidos ao longo da Primeira República, embora alternando momentos de apoio e oposição. Este é o caso do Coronel Coriolano de Carvalho e Silva que governou o Piauí de 11 de janeiro de 1892 a 01 de julho de 1896<sup>24</sup>, naquele momento contando com a oposição de Gil Martins e seus correligionários do *Partido Republicano Legalista*, os quais utilizaram as páginas do jornal *A Legalidade* para veiculação de suas crítica, como aborda Lima e Fontineles Filho<sup>25</sup>, e que posteriormente serão aliados na querela com Miguel de Paiva Rosa na disputa pelo governo estadual.

---

<sup>20</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>21</sup> NUNES, 2016.

<sup>22</sup> NUNES, 2016.

<sup>23</sup> NUNES, 2016.

<sup>24</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

<sup>25</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

De acordo com Berstein<sup>26</sup>, os partidos políticos são espaços de socialização na medida em que operam uma “socialização política, isto é, pelo viés da cultura de que são portadores, eles estruturam o eleitorado, dão-lhes uma identidade política, organizando de algum modo a sociedade segundo novas clivagens”<sup>27</sup>. Desse modo, a organização de Gil Martins e os membros da elite política que estavam articulados a ele em um partido político denota a construção de um processo de socialização que imprimia ao grupo uma identidade política a fim de dissociá-los de outros membros desta mesma elite que passam a ser vistos com desconfiança diante do quadro político que se delineara naquele momento.

Esse movimento de aproximação e afastamento entre os membros das oligarquias, em jogos complexos de formação e rupturas das alianças estabelecidas, não é exclusividade do Piauí, mas um fenômeno que perpassou o Brasil como afirma Napolitano<sup>28</sup>. Passando à análise da política nos estados, o autor levanta um argumento que, a nosso ver, se aplica também às relações de poder no Piauí, ao afirmar que “essas divisões não tinham relação com questões ideológicas ou partidárias mais significativas, sendo expressão, no máximo, de um estilo diferente de administrar a vida pública”<sup>29</sup>. De fato, não vemos no contexto da formação dos partidos no Piauí durante a Primeira República a defesa de posições de caráter ideológico que oponha os membros da elite, mas rearranjos conjunturais que exprimiam a luta pela ocupação dos espaços de poder, ao passo que os diferentes grupos utilizam de plataformas muito semelhantes no que diz respeito ao futuro que deslumbravam para o Piauí e os usos que fariam destes espaços uma vez que os ocupassem.

Partimos dos pressupostos de Berstein<sup>30</sup>, entendendo o partido político como um lugar de mediação política, ou seja, um espaço em que as necessidades e aspirações do sujeito passam “à esfera do discurso e das representações especulativas”<sup>31</sup>. O autor aponta que as forças políticas tem o potencial de articular as aspirações da população por meio do processo de mediação política, sendo o partido um espaço privilegiado em que operam os discursos em torno dos problemas que o partido julga conseguir conduzir às soluções. Portanto, o *Partido Republicano Legalista* aparece aos nossos olhos como um espaço em que Gil Martins atuou como mediador para a manutenção das relações de poder político estabelecidas e que, ao lado

---

<sup>26</sup> BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

<sup>27</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>28</sup> NAPOLITANO, 2016.

<sup>29</sup> NUNES, 2016, p. 22.

<sup>30</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>31</sup> BERSTEIN, 2003, p. 60.

do seu poder econômico, garantiriam sua permanência entre aqueles que estavam no centro dos espaços decisórios.

Berstein<sup>32</sup> nos conta ainda que, ao nascer, o partido político cria seus órgãos, que com o passar do tempo desenvolvem tamanha autonomia, que podem se distanciar dos princípios que o levaram ao nascimento da organização. Sua existência institucional, no entanto, está condicionada à manutenção de uma identidade com a sociedade, sendo bastante usual que o partido funde uma imprensa própria ou se utilize de outros mecanismos midiáticos para manter contato com seus interlocutores. Berstein<sup>33</sup> ainda aponta alguns elementos que comungam para a conservação do partido político, quais sejam:

[...] De fato, uma vez nascido, o partido político torna-se um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar. Se ele é mais que fogo de palha (o poujadismo, por exemplo), torna-se depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações. Dota-se de uma rede de representantes eleitos, da comuna ao Parlamento, que criam situações sólidas, constituem clientelas e asseguram sua comum perenidade graça a uma solidariedade obrigada e fecunda. Dispõe de uma imprensa (ou, em nossa época, de outros meios de informação) que lhe permite introduzir aos poucos na opinião pública as idéias que defende e que, para determinada parcela da população, se tornam, se são duradouras, verdades estabelecidas.<sup>34</sup>

No Piauí da Primeira República e da época imperial era muito comum que os partidos políticos publicassem um jornal para servir como órgão oficial<sup>35</sup>. Nessas páginas, encontramos desde a defesa dos princípios partidários até as disputas pela opinião pública em torno dos eventos políticos do estado. Diferentes interpretações para o mesmo evento, ou respostas às matérias de outros jornais são frequentemente encontradas possibilitando uma ampla problematização em torno do movimento político do Piauí, se inserindo nesse contexto o jornal *A Legalidade* publicado pelo *Partido Republicano Legalista*.

A emergência de um novo partido na capital republicana ressoou na imprensa do vizinho estado do Maranhão, com o qual o Piauí mantém laços históricos, políticos, econômicos e culturais, tendo sido publicada a seguinte nota pelo *Diário do Maranhão*:

---

<sup>32</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>33</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>34</sup> BERSTEIN, 2003, p. 69.

<sup>35</sup> NUNES, 2016.

Na Therezina foi publicado um nova jornal (*sic*) – A legalidade – órgão do partido legalista. O directório é composto dos seguintes cidadãos: João da Cruz e Santos, conego Honorio Saraiva José Pereira Lopes, dr. Francisco de Souza Martins, dr. Raimundo Arês (*sic*) Leão, João de Castro Lima e Almeida, Gil Martins Gomes Ferreira<sup>36</sup>.

Dessa forma, ao passo que nasce o *Partido Republicano Legalista* surge também o jornal *A Legalidade* como seu órgão oficial de comunicação. Os membros do diretório citados na fonte hemerográfica acima são os mesmos que assinam a publicação do primeiro número do periódico que discutiremos adiante, os quais, ao lado de Gil Martins, eram sujeitos de elite, com poderio econômico e capital político no estado, o que conferia um ar de legitimidade à empreitada de fundação desse novo partido e seu jornal.

Berstein<sup>37</sup> apresenta quatro critérios que caracterizam e diferenciam as agremiações que se veem enquanto partido político, quais sejam: a duração no tempo, definida pela duração maior que a vida de seus fundadores; a extensão no espaço, entendida como a necessidade do partido ter abrangência nacional e ramificação nas diferentes regiões do país; a aspiração ao exercício do poder, materializada na existência de projeto amplo para a nação; e a vontade de buscar o apoio da população, no que se refere à mobilização dos eleitores. O próprio autor reconhece a limitação desses critérios e não intenta que eles tenham caráter universalizante. De fato, não é possível aplicar esta perspectiva à realidade do Brasil na Primeira República, pois como Boehrer<sup>38</sup> aponta, nem mesmo o Partido Republicano que se projetou a partir do Rio de Janeiro e São Paulo conseguiu alcançar capilaridade nacional, muito embora nos diferentes estados da federação tenha existido partidos republicanos, caindo por terra o critério inicial levantado por Berstein<sup>39</sup>.

Assim, reconhecemos o *Partido Republicano Legalista* enquanto partido na medida em que flexibilizamos os critérios propostos pelo autor para a necessária adequação à realidade brasileira. Ganha relevo nessa perspectiva a aspiração dos correligionários de Gil Martins e dele próprio ao exercício do poder ao passo que deslocamos a ideia da existência projeto nacional defendido por Berstein<sup>40</sup> para uma visão partidária dirigida aos interesses locais. Isso reverbera na quarto critério elencado pelo autor, referente à busca de apoio da população, o qual se dirige à população eleitoral piauiense sobretudo a partir da imprensa por

---

<sup>36</sup> NOTICIARIO. *Diario do Maranhão*, ano XXIII, n. 5525, p. 2, 5 fev. 1892.

<sup>37</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>38</sup> BOEHRER, 2000.

<sup>39</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>40</sup> BERSTEIN, 2003.

meio do jornal *A Legalidade*, buscando alcançar o público letrado do sexo masculino que se constituía em eleitores potenciais.

No tocante à questão da extensão territorial este partido se limitava às fronteiras do Piauí, assim como em muitos outros estados haviam aqueles de alcance apenas local, o que por si só não os descaracterizavam enquanto tal, embora os argumentos de Berstein<sup>41</sup> exijam uma amplitude maior. Charlot<sup>42</sup>, por outro lado, parte dos estudos de Joseph Lapalombara e Myron Weiner publicados na década de 1960 para pensar os partidos como organizações que surgem a partir de uma unidade local, que recebem suporte de um público eleitoral e que visam assumir ou manter o poder. Assim, podemos dizer que se adaptarmos o conceito proposto por Berstein<sup>43</sup> de forma a reduzir a escala para uma dimensão menos ampla e mais próxima da proposição de Charlot<sup>44</sup>, encontramos elementos suficientes que permitem afirmar que o *Partido Republicano Legalista* se constituía enquanto tal.

Ao longo da Primeira República notamos um certo rearranjo de alianças, conforme os anos se passam, algumas mais efêmeras e outras mais duradouras. Nesse ínterim, enfatizamos que Gil Martins e seus correligionários tendiam a se manter em postos importantes no cenário da política local, embora em muitos momentos tenham mantido firme posição como oposicionistas. A criação do partido e seu órgão de comunicação retratam um destes momentos de cisão e reorganização dos grupos políticos no âmbito do Piauí enquanto um movimento da elite.

A criação do *Partido Republicano Legalista* e do jornal *A Legalidade* teve repercussão também na capital do país, Rio de Janeiro, de forma que o *Jornal do Brazil* se encarregou de publicar a transcrição de parte do primeiro número do periódico piauiense, conforme apresentamos a seguir. Embora longa, a transcrição é necessária para a discussão que propomos. Vejamos:

Datas até 20 de Janeiro: Aparecera o primeiro numero do jornal A Legalidade, órgão do partido republicano legalista. Nelle vem publicada a circular que transcrevemos:

<< Illms. Sr. – A nova orientação politica que surgio nos horizontes da pátria brasileira depois da renuncia do generalissimo Deodoro da Fonseca e da ascensão do marechal Floriano Peixoto ao alto posto de presidente da Republica, veio lançar no seio dos nossos partidos uma corrente de idéias novas e regeneradoras, destacando e unificando os verdadeiros elementos

---

<sup>41</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>42</sup> CHARLOT, J. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

<sup>43</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>44</sup> CHARLOT, 1982.

republicanos do estado: aquelles que, enérgica e gloriosamente, repellirão o criminoso golpe de estado de 3 de Novembro. Esta grande convulsão, que fez vacilar todas as instituições [do] paiz, produziu entre nós o 21 de Dezembro, dia memoravel, em que o povo piauihyense registrou na sua historia a deposição de um governador que havia arrastado o estado ás bordas de temeroso abysmo.

<< A consecuencia logica desse grande movimento, no qual tomárão parte as forças reactoras congregadas no momento de acção, foi reunir em torno de uma só bandeira – a bandeira da LEGALIDADE – os verdadeiros patriotas, que lutárão pela liberdade e autonomia da terra que lhes servio de berço.

<< No mais acceso de combate, quando uma densa nuvem de duvidas e incertezas pairava no horizonte da patria, uma pequena parcela de lutadores, dissidentes da ultima hora, abandonou os postos perigosos, fez apregoar a sua neutralidade, recolhendo-se a um campo muito próximo do adversario que teria novamente empolgado o poder se diante de seus arraiaes, já vencidos, não se houvesse erguido o pavilhão da LEGALIDADE levantado pelos chefes dos partido federal e catholico.

<< Comprehendemos o movimento, tivemos coragem para arrostar com as dificuldades possiveis e coligados resolvemos organizar o partido – REPUBLICANO LEGALISTA – cujo nome por si indica o nosso grandioso programma.

<< Animados d’estes sentimentos fizerão os dois primeiros signatarios convite aos amigos políticos desta capital para uma reunião que se realizou no dia 9 do corrente, na qual foi acclamando o directorio composto dos abaixo-assignados.

<< Na mesma occasião, resolveu-se que o partido teria por órgão na imprensa o jornal A Legalidade – cujos redactores são os Drs. Firmino de Souza Martins, Raymundo de Arêa Leão, Elias Firmino de Souza Martins, José Euzebio de Carvalho e Oliveira e pharmaceutico José Pereira Lopes.

<< Tanto o directorio como a redacção do jornal merecem do eleitorado thesesinense plena confiança, e esperao que todos os amigos do interior, solidários com o seu proceder, correspondao á confiança que depositao nos seus merecimentos sancionando a nova agremiação politica e a ella aderindo.

<< Aguardamos a formação dos respectivos sub-directores do interior do estad, que podem contar com a nossa dedicação e esforços na defesa dos direitos e liberdade do povo piauihyense.

<< Concluindo, temos a satisfação de garantir ás juntas locaes que lhes deixamos plena liberdade na gestão dos negocios públicos, reservando-nos simplesmente a honrosa missão de interpretes das suas deliberações.

<< Com a maior estima e consideração subscrevemos-nos – De V. S.<sup>as</sup> amigos Att.<sup>os</sup> Cr.<sup>os</sup> e Obr.<sup>os</sup>, João da Cruz e Santos – Conego Honorio José Saraiva – José Pereira Lopes – Firmino de Souza Martins – Dr. Raymundo de Arêa Leão – Gil Martins Gomes Ferreira – João de Castro Lima e Almeida.>>

O partido legalista fundou-se a 9 de Janeiro.

– O ex-governador do estado, Dr. Gabriel Luiz Ferreira, publicou no jornal *O Piauihy* um extenso manifesto político.<sup>45</sup>

<sup>45</sup> OS ESTADOS. PIAUHY. *Jornal do Brazil*, Rio de Janeiro, anno II, n. 44, p. 2, 13 fev. 1892.

Pela leitura acima nota-se que Gil Martins estava no centro da cena política piauiense nos anos iniciais da República, inclusive como membro cofundador do *Partido Republicano Legalista*, que congregou nomes de pessoas consideradas importantes naquele contexto tanto ligadas aos setores da Igreja Católica, cuja influência se fazia fortemente sentir na sociedade teresinense, quanto à Maçonaria que tinha muitos adeptos entre os homens das elites. Conforme Pinheiro<sup>46</sup>, a Primeira República no Piauí foi permeada por tensões entre membros clericais e anticlericais ligados às elites. Elas estavam inseridas no contexto de rearranjo da Igreja Católica a partir da separação entre Igreja e Estado promovida pela Proclamação da República. Quanto a Gil Martins, identificamos neste episódio e noutras fontes uma posição firme ao lado dos defensores da legalidade constitucional e prontos a agir na administração do Estado. A reivindicação de maiores espaços nos postos políticos tinha todo o sentido, dado o golpe perpetrado pelo Marechal Deodoro e possivelmente consentido pelo governador do Estado.

Este partido surge encabeçado pelos líderes do *Partido Federal* (1891-1898)<sup>47</sup> e do *Partido Católico* (1890-1892)<sup>48</sup> que se unem, em meio à pretensa neutralidade de parte de seus membros, para organizar um nova agremiação política. A própria existência do *Partido Católico* evidencia como a Igreja Católica no Brasil, apesar da reforma empreendida no século XIX que buscava “afastar os clérigos da vida política para que se dedicassem exclusivamente à missão pastoral”<sup>49</sup>, não distanciou a instituição das questões político-partidárias do período. Dessa forma, seja em âmbito nacional ou local, a organização da Igreja ainda guardava muitos elos com o Estado, inclusive recorrendo ao poder dos coronéis para disputar postos de mando no cenário local.

O acontecimento de ruptura política consubstanciado na criação do *Partido Republicano Legalista*, ao mesmo tempo que busca congregar diferentes forças políticas do estado para operar a deposição de Gabriel Luís Ferreira<sup>50</sup> do cargo de governador, também expõe a suposta neutralidade de alguns integrantes como estratégia velada de se aliar ao lado

---

<sup>46</sup> PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>47</sup> BASTOS, C. A. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>48</sup> BASTOS, 1994.

<sup>49</sup> PINHEIRO, 2001, p. 43.

<sup>50</sup> Nasceu em 18 de março de 1848 e faleceu em 15 de fevereiro de 1905. Atou como jornalista, colaborando nos jornais *Fiat Lux* e *A Pátria* publicados em Teresina e no *Jornal do Comércio* publicado no Rio de Janeiro sob o pseudônimo de Prevos Paradel. Foi subprocurador da República e juiz no distrito federal. Foi deputado provincial de 1876 a 1879, deputado federal de 1894 a 1895 e primeiro governador constitucional do Piauí em 1891. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

dos correligionários do Marechal Deodoro da Fonseca durante a crise política que levou a sua renúncia. Assim, vemos na criação desse partido de oposição uma característica levantada por Berstein<sup>51</sup> que aponta para a formação dessas agremiações como resultado de crises históricas, ainda que estas sejam de natureza local e mais específicas a uma região, nesse caso, um estado federado. O autor aponta para o fato de que estas crises funcionam como amálgama que justificam a criação do partido, ao passo que este busca responder ao problema levantado, aqui especificamente representado pela questão em torno da deposição do governador.

Lima e Fontineles Filho<sup>52</sup> discutem como a formação do *Partido Republicano Federal* no Piauí busca um alinhamento nacional, enquanto sofre influência direta das forças das oligarquias locais. Este partido foi fundado em 20 de março de 1890<sup>53</sup>, de modo que a ruptura que leva à fundação do *Partido Republicano Legalista* aponta para a instabilidade do cenário político do estado, bem como para o contínuo processo de rearranjo das forças políticas nos momentos de crise. Ao longo da Primeira República podemos notar que esse movimento é uma constante no processo de disputa pelo poder, seja para a ocupação dos cargos políticos em esfera local, seja para a representação do estado em âmbito federal, inclusive com participação ativa dos membros da elite ligados à Igreja Católica.

Nota-se, assim, que embora a emergência da república no Brasil tenha se dado em meio a um conflito com a Igreja Católica, percebemos que esta instituição jogou com as redes de poder estabelecidas para fortalecer laços que lhe garantissem certo espaço. Santos<sup>54</sup> aponta que a Igreja se utilizou de jornais, como *A Cruz*, para atacar os atos do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, de forma que a aliança encontrada no Piauí que levou à criação do *Partido Republicano Legalista* nos parece coerente com a postura que a Igreja já vinha mantendo. Trata-se, assim, de uma estratégia para ocupar postos na estrutura de poder político do estado.

Além do jornal *A Cruz*, fundado em 1890 sob a direção do Cônego Honório Saraiva<sup>55</sup>, a Igreja contou a partir de 1907 com a publicação do jornal *O Apóstolo*, já referido por nós em alguns momentos deste texto, como estratégia de expandir a fé católica, mas também de expressar o posicionamento tomado conforme a conjuntura política, especialmente a partir de

---

<sup>51</sup> BERSTEIN, 2003.

<sup>52</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

<sup>53</sup> ACTA. *A Democracia*, Teresina, anno I, n. 1, p. 2, 03. abr. 1890.

<sup>54</sup> SANTOS, P. S. Pela Santa República: política e religião na Primeira República no Estado do Piauí (1891-1924). Simpósio Nacional de História, 29, *Anais*, Universidade de Brasília, 2017.

<sup>55</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

1909 quando o periódico passa a circular como órgão oficial do *Partido Católico União Popular* e não mais como órgão da Diocese, conforme aponta Pinheiro<sup>56</sup>.

Embora assumindo um formato mais político conforme os anos se passavam, Pinheiro<sup>57</sup> destaca que a propaganda católica não foi deixada de lado. Seu redator, Elias Martins, era um firme defensor das posturas da Igreja e continuou a manter o jornal como o principal veículo de comunicação a combater a propaganda anticlerical, expressa de maneira significativa pelos jornais *O Monitor*, *O Comércio* e *O Piauí*.

A deposição de Gabriel Luís Ferreira do cargo de governador, abre espaço para a emergência de uma Junta de Governo Provisória<sup>58</sup> composta por membros ligados ao *Partido Democrata* que governou por apenas 9 (nove) dias. Com o ato do 21 de Dezembro referido pelo jornal, instalou-se no Piauí a junta composta pelo tenente-coronel João Domingos de Ramos<sup>59</sup>, Clodoaldo Severo Conrado Freitas<sup>60</sup>, José Euzébio de Carvalho Oliveira<sup>61</sup>, Elias Firmino de Souza Martins e José Pereira Lopes<sup>62</sup>. Em 29 de dezembro de 1891 a junta foi dissolvida<sup>63</sup> por Floriano Peixoto<sup>64</sup>, mas mantendo João Domingos Ramos como governador do estado até 11 de fevereiro de 1892, quando assume o capitão Coriolano de Carvalho e Silva na condição de interventor. Sua escolha, segundo Nunes<sup>65</sup>, se justifica pela sua origem

---

<sup>56</sup> PINHEIRO, 2001.

<sup>57</sup> PINHEIRO, 2001.

<sup>58</sup> LIMA; FONTINELES FIHO, 2010.

<sup>59</sup> Foi tenente coronel do 35º Batalhão de Infantaria do Exército. Permaneceu na junta governativa do Piauí de 21 de dezembro de 1891 a 11 de fevereiro de 1892. (BASTOS, 1994).

<sup>60</sup> Nasceu em 7 de setembro de 1855 e faleceu em 30 de junho de 1924. Foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1880. Atuou como juiz e promotor público em Teresina no ano de 1883, juiz em Valença do Piauí em 1882, juiz em Santa Filomena entre 1889 e 1890. Foi chefe de polícia de 1896 e desembargador de 1916 a 1924. Foi membro da junta governativa de 21 a 29 de dezembro de 1891 no Piauí. Foi deputado estadual pelo Pará, chefe de polícia e procurador geral do estado no Maranhão, chefe de polícia no Mato Grosso, entre outros cargos que ocupou. Publicou inúmeras obras, sendo considerado biógrafo, contista, crítico, ensaísta, filósofo, historiador, jurista, novelista, poeta, dentre outros títulos. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

<sup>61</sup> Nasceu em 1869 e faleceu em 1925. Foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife em 1891. Foi membro da junta governativa de 21 a 29 de dezembro de 1891 no Piauí. Foi deputado federal pelo Piauí de 1900 a 1909, senador pelo Maranhão de 1909 a 1913. Também atuou como jornalista nos periódicos *O Estado*, *A Legalidade*, *A República*.

<sup>62</sup> Nasceu em 1858 e faleceu em 1899. Foi farmacêutico, tendo fundado a Botica do Povo em 1886. Atuou como professor de história e biologia no Liceu Piauiense. Foi membro da junta governativa de 21 a 29 de dezembro de 1891 no Piauí. Como jornalista atuou nos jornais *A Vanguarda Liberal*, *O Trabalho*, *O Estado*, *A Legalidade* e *A República*. Foi fundador do jornal *A Cruz*. Foi fundador do Partido Católico. (BASTOS, 1994).

<sup>63</sup> NUNES, 2016.

<sup>64</sup> Nasceu em 30 de abril de 1839 e faleceu em 26 de junho de 1895. Tinha formação em Engenharia. Atuou na Guerra do Paraguai. Ocupou o cargo de presidente da província do Mato Grosso. Foi vice-presidente do Brasil durante o governo do Marechal Deodoro da Fonseca. Após a renúncia deste, governou como presidente de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894. (BRASIL, 2019)

<sup>65</sup> NUNES, 2016.

piauiense, natural da cidade de Barras, bem como pela sua participação enquanto “militar da tropa que, no Largo da Aclamação, proclamou a República, em 15 de novembro de 1889”<sup>66</sup>.

Os meses que se seguiram são de grande agitação política, segundo Nunes<sup>67</sup>, pois Coriolano de Carvalho e Silva agiu no sentido de diminuir a força política daqueles que foram responsáveis pela deposição de Gabriel Luiz Ferreira. Para tanto, o legislativo foi dissolvido e novas eleições foram convocadas. Na avaliação da autora, essa dissolução foi uma resposta aos dissidentes do *Partido Republicano Federal*, ao passo que as eleições foram marcadas pelo uso da máquina administrativa do estado com o intuito de garantir a vitória dos membros do *Partido Republicano Federal*, tendo sido eleito todo o legislativo com membros deste partido. Os deputados eleitos, sendo todos correligionários de Coriolano de Carvalho e Silva o elegem para governar o estado no período de 1892 a 1896, permanecendo nesta posição até 01 de julho de 1896, quando passa o cargo a Raymundo Arthur de Vasconcelos, governador eleito na primeira eleição que contou com a participação popular no período republicano no Piauí.<sup>68</sup>

Marco importante na criação do partido é o uso do adjetivo “legalista” no nome da agremiação. Considerando o contexto em que o Marechal Deodoro da Fonseca havia dissolvido o congresso, ato que o jornal chama de golpe, e a deposição de Gabriel Luiz Ferreira, acreditamos que a intenção ali foi justamente a de demonstrar que a obediência à lei era algo a ser defendido pelo partido e que eles mesmos, ao defenderem a deposição do governador, não se viam como golpistas, mas como defensores do futuro do estado.

Lembremos ainda que no caso do Piauí tínhamos um alto índice de população analfabeta, calculado em cerca de 80% (oitenta por cento) conforme Lima e Fontineles Filho<sup>69</sup> e 83% no caso da capital, conforme afirma Castelo Branco<sup>70</sup>. Portanto, o jogo simbólico utilizado visava alcançar e convencer mais diretamente os membros de elite. Queiroz<sup>71</sup>, em sentido semelhante, aponta que embora o poder público tenha manifestado preocupação em relação às condições de instrução no Piauí, a criação de escolas e oportunidades de educação formal não acompanharam o crescimento da população. A autora chega a afirmar,

---

<sup>66</sup> NUNES, 2016, p. 56.

<sup>67</sup> NUNES, 2016.

<sup>68</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

<sup>69</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

<sup>70</sup> CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>71</sup> QUEIROZ, 1994.

categoricamente, que com o “Império analfabeto, República idem, esse universo social está polarizado entre analfabetos e doutores”<sup>72</sup>.

A grande massa da população, portanto, incluídos aí os grupos não letrados, estava sujeita às redes coronelistas de poder e, portanto, com participação limitada ou mesmo negada nestes processos. Partindo de um entendimento próximo deste, Napolitano<sup>73</sup> chega a afirmar que “os analfabetos, quase sempre trabalhadores rurais pobres, não podiam votar e estavam sujeitos aos desmandos dos coronéis, ‘donos de gado e de gente’”.<sup>74</sup> Dessa forma, o Piauí se insere em um quadro onde as estruturas de poder no país estavam diretamente ligadas aos coronéis-fazendeiros, como Nunes<sup>75</sup> descreve, o que também se revela acontecer em outros estados da federação. Isso não significa negar que a população letrada também estivesse inserida nas redes coronelistas e clientelistas dos líderes políticos, mas essa inserção se dava de outras formas, inclusive com o próprio voto em troca do suporte dos coronéis.

Três dos integrantes da Junta de Governo instalada naquele momento – José Euzébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Souza Martins e José Pereira Lopes – estavam entre os quadros daqueles que fundaram o *Partido Republicano Legalista* ao lado de Gil Martins. A dissolução da junta representou uma tentativa de enfraquecimento dos demais na cena política, mas também uma estratégia de Floriano Peixoto de centralizar o poder nas mãos de alguém que ocupasse o cargo e que fosse diretamente ligado às forças armadas e, como esperado, seu apoiador.

Nosso argumento é reforçado tendo em vista que no mesmo ano registrou-se uma mudança nos quadros do Conselho Fiscal da Caixa Econômica do Estado. O *Jornal do Commercio*, publicado no Rio de Janeiro, nos conta:

Estão exonerados Jeremias José da Silva Maia, João Augusto Rosa, Joaquim Dias de Sant’Anna e Raymundo Antonio de Faria, do cargo de membros do conselho fiscal da Caixa Econômica do Estado do Piauí, e nomeados para os referidos cargos Raymundo de Areia Leão, José João dos Santos, Honorio Parentes e Gil Martins Gomes Ferreira. Também foi exonerado Manoel Felipe Lemos do lugar de oficial da Caixa Econômica do mesmo Estado e nomeado para este lugar José Luiz Baptista.<sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> QUEIROZ, 1994, p. 57.

<sup>73</sup> NAPOLITANO, 2016.

<sup>74</sup> NAPOLITANO, 2016, p. 56.

<sup>75</sup> NUNES, 2016.

<sup>76</sup> VÁRIAS notícias. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 76, n. 352, p. 2, 17 out. 1896.

Ao lado de Gil Martins, os demais membros nomeados para o Conselho Fiscal do referido órgão, em especial, Raimundo de Arêa Leão<sup>77</sup>, defendiam a mesma posição no que diz respeito à querela política que levou à deposição de Gabriel Luís Ferreira do posto de governador do Piauí. Este fato, a nosso ver, indica o alinhamento político entre Gil Martins, o *Partido Republicano Legalista* e a setores ligados ao governo do estado. Ao ocupar este espaço, percebemos que estes sujeitos não apenas detinham poder político, mas também poder econômico, passando a ocupar um dos postos de prestígio no que tange os cargos públicos no estado. Essa posição dialoga com a visão de Nunes<sup>78</sup>, para a qual “as relações políticas no Piauí acontecem muito mais no plano pessoal que no nível partidário”<sup>79</sup>, reforçando a atuação personalista destes sujeitos no cenário das estruturas de poder político no Piauí.

Dessa maneira, acreditamos que a nomeação de Gil Martins para este cargo decorreu ao mesmo tempo de seu prestígio econômico e político, uma vez que se encontrava no cargo de deputado da *Junta Commercial do Piauhy*, eleito em 25 de janeiro de 1896, como conta o *Jornal do Brazil*:

SESSÃO EM 25 DE JANEIRO DE 1896 – Presidente, coronel Goulart – Secretario, dr. Cesar de Oliveira. Compareceram os deputados Amarante, Freitas e Cabral, faltando com participação os deputados Souza Ribeiro, Guimarães e Torres. EXPEDIENTE. Offício de 23 de janeiro ultimo, do secretario da Junta Commercial do Estado do Piauhy, communicando terem sido eleitos deputados os cidadãos Joaquim Dias de Sant’Anna, Manuel Raymundo da Paz, Gil Martins Gomes Ferreira, Francisco Alves de Paiva e Manuel Thomaz de Oliveira, e supplentes os cidadãos Ricardo José Teixeira e Antonio Gonçalves Portellada Sobrinho, e nomeado presidente o primeiro dos ditos deparados. – Inteirada.<sup>80</sup>

A notícia da eleição de Gil Martins como deputado da *Junta Commercial do Piauhy* reitera um quadro comum aos anos finais do século XIX e início do século XX, remetendo à figura do homem que ao mesmo tempo detém o poder econômico e o poder político. Embora sua presença como deputado da junta comercial fale mais de sua atuação econômica, não podemos desconsiderar que ali há também uma relação política que reverbera em outros espaços da vida pública piauiense. Como afirma Boehr<sup>81</sup>, a cena republicana no Piauí era

<sup>77</sup> Nasceu em 7 de maio de 1846 e faleceu em 10 de janeiro de 1904. Atou como médico, jornalista, poeta e político. Foi conselheiro municipal de Teresina, deputado provincial de 1874 a 1879, vice-presidente da Província do Piauí. Teve atuação como redator no jornal *A Época*. (GONÇALVES, 2003).

<sup>78</sup> NUNES, 2016.

<sup>79</sup> NUNES, 2016, p. 61.

<sup>80</sup> NOTÍCIAS avulsas. Junta Commercial. *Jornal do Brazil*, Rio de Janeiro, anno VI, n. 79, p. 2, 19 mar. 1896.

<sup>81</sup> BOEHRER, 2000.

tímida, uma vez que nos anos finais do Império houve pouca mobilização em torno deste ideário. Nas palavras do autor,

A atividade republicana na província do Piauí foi mais pronunciada do que no Ceará, não atingindo porém um grau notável. A atividade que existiu durante os primeiros anos, era resultado dos esforços de David Caldas, [...]. Apesar do trabalho de Caldas, a atividade republicana foi diminuindo, até os anos finais do império.<sup>82</sup>

A atuação de David Caldas em prol do republicanismo foi notável, sendo considerado por Pinheiro Filho<sup>83</sup> como o único republicano assumido na imprensa piauiense nos anos finais do Império. No entanto, a defesa da causa republicana levou-o a uma vida sem apoio dos grupos políticos da capital, vivendo com recursos financeiros limitados, ou mesmo em miséria, como apontar o autor. Apesar de Boehrer<sup>84</sup> afirmar que houve uma redução da atividade republicana no Piauí nos anos finais do Império, Pinheiro Filho aponta a existência de um jornal vinculado ao *Partido Liberal* que foi considerado de tendência republicana. O autor refere:

[...] Finalmente, nesta mesma ordem, tivemos ainda *A Reforma*, surgida em 24-03-1887, propriedade de Mariano Castelo Branco, depois Barão de Castelo Branco. Foram seus redatores Clodoaldo Freitas e Antônio Rubim. Defendia idéias abolicionistas, com tendências republicanas também, as quais receberam censura do chefe do Partido Liberal, tornando-se o jornal mais moderado.<sup>85</sup>

Dessa forma, o cenário político em que Gil Martins se insere após a Proclamação da República não se mostra resultado de um movimento pré-proclamação em prol da causa republicana, mas como resultado do alinhamento estadual à nação como um todo. Além de *A Reforma*, Nunes<sup>86</sup> indica ainda a existência dos jornais *O Telephone* e *Ferro em Brasa* como exemplos de periódicos, além daqueles já citados anteriormente como veículos de defesa das questões que giravam em torno do republicanismo e da abolição da escravatura. A criação de publicações com esse perfil vai ao encontro de uma característica do processo que leva à Proclamação da República, expressa pelo surgimento de segmentos sociais, inclusive no

---

<sup>82</sup> BOEHRER, 2000, 177-178.

<sup>83</sup> PINHEIRO FILHO, 1997.

<sup>84</sup> BOEHRER, 2000.

<sup>85</sup> PINHEIRO FILHO, 1997, p. 89.

<sup>86</sup> NUNES, 2016

corpo da própria elite, defensores das liberdades individuais<sup>87</sup>, porém, no Piauí, esse movimento teve pouca expressão como já apontado pela historiografia.

Dessa forma, a chegada da República ao Piauí não trouxe grandes modificações no cenário político, pois os grupos políticos que se alternavam no poder permaneceram os mesmos. Nunes aponta que “se verifica no Piauí, [...] um quadro político dominado por monarquistas obedientes às orientações de João Lustosa Nogueira Paranaguá [...] e de Antônio Coelho Rodrigues, [...] ambos conselheiros do Império e amigos particulares de d. Pedro II”<sup>88</sup>. Este dois líderes eram, respectivamente, o presidente do *Partido Liberal* no Piauí e o presidente do *Partido Conservador*. Esta posição também é referida por Queiroz<sup>89</sup>, para quem o arranjo político da Primeira República se mostra como uma permanência dos laços políticos forjados na década de 1880, com alterações progressivas ao longo da década de 1890 em diante.

Ao longo deste capítulo buscamos trazer à luz elementos que permitem reconstituir, ao menos em parte, a trajetória política de Gil Martins ao passo que identificamos sua presença como membro fundador do *Partido Republicano Legalista*. Fato que merece destaque na medida que permite compreendermos um pouco mais a respeito das agitações políticas que permearam o Piauí nos anos iniciais da Primeira República. Não foi possível identificar o tempo de vida exato do *Partido Republicano Legalista* e do jornal *A Legalidade*, mas acreditamos que não durou muito. Nos arquivos consultados, encontramos apenas um ano de publicação deste periódico. Não se sabe se houve mais números publicados. A respeito dessa questão, Bastos<sup>90</sup> afirma que *A Legalidade*, de fato, foi publicado por um curto período de tempo, tendo se fundido com o periódico *A Democracia* em dezembro de 1892. No entanto, não foram encontradas outras fontes que corroborem essa afirmação.

Por volta de 1896, com a aproximação do pleito eleitoral, identificamos um novo arranjo político em torno do *Partido Republicano Federal*, contando com os membros do *Partido Republicano Legalista*, indicando que a sobrevivência deste não alcançou meia década. Após vários anos de governo do Coronel Coriolano de Carvalho, as estruturas de poder parecem não mais se conformar com um governante que foi posto e não eleito para governar.

---

<sup>87</sup> NAPOLITANO, 2016.

<sup>88</sup> NUNES, 2016, p. 44.

<sup>89</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>90</sup> BASTOS, 1994, p. 281.

Assim, com a aproximação do pleito eleitoral de 1896, as forças políticas do estado se reorganizaram para garantir que fossem eleitos homens que pudessem representar seus interesses. Há, portanto, o interesse de colocar pessoas nos cargos do executivo e do legislativo a quem se pudesse cobrar o apoio outrora dado. A matéria a seguir nos conta um pouco sobre esse momento da política piauiense:

Na Theresina devia ter havido, em 30 do pp. uma reunião política dos membros do Partido Republicano Federal. O convite era para a casa do coneho Honorio Saraiva, e era firmado pelos Srs.: Leocadio Alves dos Santos, Dr. Areolino Auto de Abreu, Conego Honório José Saraiva, Manoel Raimundo da Paz, Firmino de Souza Martins, dr. Marcos Pereira de Araújo, José Pereira Lopes, Gil Martins Gomes Ferreira, Dr. Raimundo de Arêa Leão, Manoel Thomaz de Oliveira, Raimundo Nogueira, Elias F. de Souza Martins. Nesse convite diziam elles, que estava determinada a união fraternal dos representantes do Estado, senadores Firmino Pires Ferreira, Joaquim Antonio da Cruz e deputados Anizio Auto de Abreu e Joaquim Nogueira Paranaguá. Todos são contrários ao ex-governador dr. Coriolano, e pretendem reconstruir o <<Partido Federal Histórico>>, guerreando a candidatura d'aquelle no logar de senador.<sup>91</sup>

A nota publicada em jornal de circulação no estado do Maranhão é muito clara quanto a posição dos homens ali citados: oposição a Coriolano de Carvalho e Silva. Acreditamos que houve um desgaste na imagem do coronel à medida que seus anos de governo se passaram, sobretudo a partir da eleição de Prudente de Moraes em 1894 para o cargo de presidente do Brasil. Sabe-se que o coronel Coriolano de Carvalho e Silva assumiu o governo do Piauí em meio à ascensão de Floriano Peixoto, também militar, de forma que a oposição constituída no Piauí acompanha um movimento nacional que busca trazer os civis para os postos de comando na política, ao passo que a eventual eleição de militares tendia a ocorrer entre aqueles que não compunham a ala florianista.

A matéria acima é datada de outubro de 1896, portanto naquele momento o Piauí já estava sendo governado por Raymundo Arthur de Vasconcelos, primeiro governador civil eleito pelo voto da população após a proclamação da república. O que se discute naquele momento é a ocupação e postos no legislativo federal, tendo o grupo político julgado ser necessário garantir a eleição de deputados e senadores alinhados com a visão política do governador. Em estudo analisando a ocupação de cargos políticos no centro do poder imperial

---

<sup>91</sup> NOTICIÁRIO. *Diário do Maranhão*, São Luís, ano XXVII, n. 6935, p. 2, 12 out. 1896.

a partir da elite sul riograndense, Vargas<sup>92</sup> remete a “um arranjo estratégico de famílias de elite, num projeto que envolvia a busca por riqueza, status social e poder político, além da diversificação da atuação de seus membros tanto em postos de mando locais quanto nacionais”<sup>93</sup>. Tais estratégias foram mantidas ao longo da Primeira República não apenas no Rio Grande do Sul, mas em diferentes estados da federação, de forma que encontramos no Piauí indícios que indicam um comportamento semelhante no tocante aos mecanismos utilizados pelas diferentes facções da elite para ocuparem cargos eletivos em âmbito federal, mas também nos postos do mando local.

Segundo Lima e Fontineles Filho<sup>94</sup>, Raymundo Arthur de Vasconcelos foi eleito em um contexto em que se construía a sua imagem de grande defensor da república, tendo ele mesmo participado do golpe que depôs D. Pedro II. As defesas de sua candidatura como governador também rememoravam seus feitos como representante do estado no legislativo nacional, de modo que os autores apontam que a sua eleição congregou políticos ligados a diferentes segmentos do estado, garantindo uma eleição tranquila.

Rémond<sup>95</sup> nos ajuda a pensar as eleições como um processo que evidencia a emergência da opinião pública, pois o voto é um momento de expressão do eleitorado em si. No caso do Brasil, assim como do Piauí, não acreditamos que seja possível ir tão longe no entendimento das eleições como expressão popular, uma vez que os índices de analfabetismo eram grandes e o próprio caráter fraudulento das eleições, o cerceamento do voto por meio das ações dos coronéis, dificulta compreender seu resultado como uma representação da opinião do povo. Por outro lado, não podemos desconsiderar que os processos eleitorais evidenciam, no mínimo, a expressão dos desejos da elite e sua capacidade de mobilizar um contingente de eleitores para garantir resultados satisfatórios. Ao aplicarmos esse entendimento para a eleição de Raymundo Arthur de Vasconcelos para chefiar o executivo estadual ou as eleições em que Gil Martins ocupou um assento no Conselho Municipal na década de 1920, nos parece coerente afirmar que estes sujeitos foram eficientes nas estratégias adotadas.

Tal como já vimos apresentando desde o capítulo anterior, o estado do Piauí vivenciou o grande desafio de romper com o pretenso isolacionismo, por meio da construção de

---

<sup>92</sup> VARGAS, J. M. “Um negócio entre famílias”: a elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, F. M. (Org.). *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 28-55.

<sup>93</sup> VARGAS, 2011, p. 28.

<sup>94</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

<sup>95</sup> RÉMOND, R. As eleições. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 37-56.

mecanismos que levassem a um caminho autônomo de desenvolvimento em relação às províncias vizinhas desde o século XIX. Assim, operou-se a mudança da capital de Oeiras para Teresina, fato que beneficiou a produção açucareira de Jerumenha mediante a abertura de novos horizontes comerciais. Quando Gil Martins assume a liderança desse comércio, ainda na segunda metade do século XIX, abriu-se para si um universo de relações as quais lhe permitiram construir as bases de sua atuação política. É nesse contexto que Gil Martins participa da fundação do *Partido Republicano Legalista*, o qual embora tenha tido uma curta existência<sup>96</sup>, apresentou-se como expressão da união de ideais de um agrupamento de homens políticos em torno da deposição de Gabriel Luís Ferreira.

Sendo reconhecido como um dos grandes homens da cidade de Teresina, Gil Martins manteve-se como parte integrante da elite estadual, ocupando posições privilegiadas, seja através de nomeações ou mesmo através da ocupação de cargos eletivos, tendo sido membro do Conselho Municipal de Teresina, conforme será discutido na seção seguinte. Este conselho em outros estados assumiu a denominação de Intendência ou Câmara, conforme aponta Leal<sup>97</sup>, na medida em que a Constituição de 1891 não propôs uma unificação na denominação desta instância deliberativa da administração municipal, ficando a cargo das constituições estaduais realizarem esta definição. Por conta disso, o autor identifica a ocorrência de uma variação significativa nas formas adotadas inclusive no tocante às capitais, de maneira que alguns estados buscaram lhes dar um regime diferenciado dos demais municípios.

Considerando esse contexto, faz-se necessário aprofundar os estudos acerca da atuação desse personagem histórico no contexto da Primeira República no Estado do Piauí. A discussão que segue discute as relações de poder estabelecidas por Gil Martins por meio das sociabilidades vivenciadas naquele momento. Para tanto, tomamos como ponto de partida um conjunto de fontes que apontam a sua presença em meio a jantares e reuniões políticas, pois estas ajudam a perceber as estratégias utilizadas por meio das sociabilidades.

---

<sup>96</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>97</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

## 5 ENTRE SOCIABILIDADES REPUBLICANAS E DISPUTAS DE PODER

A atuação dos homens de elite na Primeira República, para além daqueles que desejavam ocupar mandatos eletivos, se dava expressivamente por meio do apoio à candidaturas e à construção de um ideal de que a tomada de partido por determinados candidatos ocorria, sobretudo, pela defesa da jovem república. Essa postura era manifestada em diversas ocasiões pelos sujeitos que buscavam se manter alinhados ao novo regime que há pouco havia sido instalado no país.

Gil Martins, enquanto membro da elite piauiense, utilizava do próprio espaço da sua casa para forjar uma imagem, no sentido de construir uma representação sobre si mesmo, como amante dos ideais republicanos. De certa maneira, encontramos aqui uma aproximação com os estudos desenvolvidos por Ramos<sup>1</sup>, apontando que a elite naquele momento espaços variados de atuação e representação, como o foi no caso do personagem histórico que tratamos. Em Recife, no ano 1900, foi reproduzida a seguinte matéria, que corrobora com os argumentos aqui levantados:

Armas da Republica – Lê-se no Republica, que se publica em Therezina, as seguintes linhas, que muito honram o genial artista piauiense Miguel Archangelo de Deus e Silva: <<Em uma das nossas passadas edicções, dissemos quanto nos admiráva o trabalho de um artista residente em Campo-maior, florescente cidade deste Estado, em vista de duas pedras mortuarias preparadas pelo mesmo. Então suggerimos a idéa de mandar o Governo do Estado preparar um serviço qualquer por este genial artista, enviando-o ao Rio, para que fossem conhecidas, fora das nossas fronteiras, a qualidade da marmore que possuímos e a espontaneidade desse genio piauiense, que nunca sahiu de Campo-maior, nunca teve mestre e os instrumentos de que se serve são por elle mesmo inventados e feitos. Antes que o governador do Estado prestasse ouvido ás nossas palavras, o Sr. Miguel Archangelo de Deus e Silva (é este o nome do artista) preparou as armas da republica, em uma das pedras de que se serve e offereceu-as a S. Exc. É um trabalho digno de admiração. Tem estado em exposição em casa dos Srs. Gil Martins & C.<sup>a</sup>, onde todos que alli o têm visto não se cançam de louvar o capricho dos alto-ralevos, a delicadeza dos bordados e ramagens, a perfeição das inscripções e dizeres, a fidelidade das estrellas e emblemas. Consta-nos que o Sr. Dr. Arlindo Nogueira, governador do Estado, pretende remetter para o Rio o trabalho do artista piauiense. Quando o fizer, deve S. Exc. acompanhá-lo de uma historia da vida do seu autor.>><sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> RAMOS, E. H. C. L. *O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.*

<sup>2</sup> ARMAS da Republica. *Jornal de Recife*, Recife, anno XLIII, n. 287, p. 2, 18 dez. 1900.

A matéria do jornal faz menção à obra artística “Armas da República” produzida por Miguel Archangelo de Deus e Silva, a qual permaneceu exposta e aberta à visitação na casa de Gil Martins. Essa exposição, a nosso ver, cumpria um duplo papel junto à sociedade piauiense. Primeiro, servia ao propósito de demonstrar como Gil Martins era um homem culto e, portanto, amante da arte; segundo, sendo esta obra de temática republicana, a exposição em sua casa reiterava sua imagem de sujeito comprometido com a regime recentemente instalado no Brasil. É preciso problematizar também quem seria o público a quem essa exposição se destinava, dificilmente sendo composto pela parcela menos abastada da população. Sendo Gil Martins um homem de elite, é coerente afirmar que era para este grupo social que sua casa estava com as portas abertas.

Nesse contexto, faz-se importante lembrar as palavras de Carvalho<sup>3</sup> quando aponta que a “manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudanç a política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”<sup>4</sup>. Partindo dessa consideração e de que a fonte trata de matéria publicada logo nos anos iniciais da república, mais precisamente em 1900, percebemos que Gil Martins via a construção de sua imagem enquanto republicano como algo necessário e oportuno para aquele momento, a fim de legitimar o espaço político que buscava ocupar e manter na nova ordem estabelecida a partir de 1889.

Ao longo da pesquisa nos deparamos com fontes que indicam para a construção de sociabilidades por meio de festas, banquetes e reuniões que se mostravam como oportunidades de lazer e fortalecimento dos laços políticos. Com as eleições de julho de 1908 ascende ao governo do estado a figura de Anizio Auto de Abreu<sup>5</sup>, tendo este sido agraciado com grande banquete oferecido pelo vice-governador, Antonino Freire da Silva, conforme apresentamos a seguir:

SERVICO PARTICULAR. THEREZINA, 5. – Embarca amanhã para a Capital Federal o governador do Estado, dr. Anysio de Abreu. *Foi-lhe hontem offerecido um grande banquete de despedida, promovido por todos os chefes politicos desta capital. Assignaram o convite, além de outros, os drs. Antonino Freire, vice-governador; José Lourenço, presidente do Tribunal de Justiça; dr. Alvaro Teixeira, coronel Gervasio Passos,*

<sup>3</sup> CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

<sup>4</sup> CARVALHO, 2017, p. 11.

<sup>5</sup> Nasceu em 1862 e faleceu em 6 de dezembro de 1909. Foi governador do estado do Piauí de 1908 a 1909. Atuou também como promotor, juiz, chefe de política, deputado estadual (1892 a 1896), deputado federal (1894 a 1904), senador (1906 a 1908), escritor e jornalista. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

*presidente da assembléa; dr. Pires de Castro, procurador geral do Estado; coronel Benjamin Martins, presidente do Conselho Municipal; dr. Domingos Monteiro, prefeito municipal; barão de Castello Branco, coroneis Leocadio Santos, Manoel da Paz, Gil Martins, Benedicto do Rego, Manoel Lopes e dr. Abdias Neves. Offereceu o banquete o vice-governador, dr. Antonino Freire, que proclamou mais uma vez o senador Anysio Abreu chefe supremo do partido situacionista na politica do Estado, affirmando apoio incondicional á sua orientação politica. Declarou que, ocupando o governo, na ausencia do senador Anysio de Abreu, a politica e a administração não soffreriam a mínima solução de continuidade. O senador Anysio de Abreu, em longo e elonquetissimo discurso, traçou o programma politico da sua administração, affirmando que, eleito pela unanimidade dos elementos politicos do Estado, saberia corresponder á confiança de todos, fazendo politica e governo com absoluta autonomia e isenção. Distinguirá e premiará os dignos e os capazes, sem indagar de sua procedencia politica, visando somente os interesses communs do Estado. Terminou o dr. Anysio saudando o benemerito presidente da Republica, com cuja politica e administração afirmou manter completa solidariedade. Não ha memoria nesta terra de uma festa tão grandiosa e significativa. Os applausos e as affirmações de solidariedade ao senador Anysio de Abreu são unanimes. – Redacção do Piauhy, Republica, Monitor e Commercio.<sup>6</sup>*

As notícias de tão grandioso banquete foram reproduzidas em vários jornais do Rio de Janeiro<sup>7</sup>, fato que reforça a intencionalidade de se promover a ideia de que a eleição do governador colocava fim, definitivamente, a eventuais embrolhos no estado, além de dar visão a representações de que sua eleição era símbolo de poder entre os membros da elite local. A ênfase na grandiosidade do jantar, permite inferir sobre o lugar de homens de elite e abastados que os sujeitos citados no jornal ocupavam, partindo, assim, do entendimento de Codato<sup>8</sup>, o qual entende que definir a elite implica “circunscrever ‘quem manda’ ou quem faz parte do círculo íntimo do poder e consegue influenciar em decisões chave”<sup>9</sup>.

Nota-se que, embora o jantar tenha sido oferecido por Antonino Freire da Silva, várias outras personalidades assinavam o convite, dentre elas Gil Martins. Esse elemento tanto pode representar que estes sujeitos financiaram o banquete, como pode indicar que estes tiveram papel importante na eleição de Anizio Auto de Abreu. A nosso ver, ambas as hipóteses provavelmente se confirmam, dada a conjuntura piauiense naquele momento. Há, portanto, uma clara intencionalidade de construir uma ideia de que a eleição de Anizio Auto de Abreu

<sup>6</sup> SERVICIO PARTICULAR. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno II, n. 596, p. 1, 6. ago. 1908, grifo nosso.

<sup>7</sup> AVULSOS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXIV, n. 8710, p. 4, 8 ago. 1908.; AVULSOS. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno V, n. 241, p. 2, 7 ago. 1908.; AVULSOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 2580, p. 3, 7 ago. 1908.

<sup>8</sup> CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTO, R.; CODATO, A. (org.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 15-32.

<sup>9</sup> CODATO, 2015, p. 16.

congregou o apoio de diferentes grupos políticos, sobretudo no sentido de mostrar que a situação da política estadual estava pacificada após o incidente com a posse de Areolino Antônio de Abreu<sup>10</sup> em 1907. Ademais, jantares como esse remetem à identificação desses sujeitos de elite como pertencentes à alta sociedade piauiense, característica que também foi analisada por Needell<sup>11</sup> que vê nessas práticas o aspecto qualitativo da definição de elite, ultrapassando o caráter quantitativo, mais facilmente perceptível a partir da riqueza que estas pessoas construíram enquanto patrimônio pessoal.

Esse cenário é característico das alianças por vezes estabelecidas pelos chefes locais, como destacou Leal<sup>12</sup>, indicando que a permanência ou as rupturas destas muitas vezes não se estendiam ao pleito eleitoral seguinte. Assim, a aliança mantida por Gil Martins e os demais membros da elite política certamente representava um negócio vantajoso naquele momento, de forma que o cenário de consensualidade sobre o qual tratamos foi reforçado pelos jornais nos meses seguintes, tal como apresentamos nas linhas abaixo:

Política do Estado. [...] Aqui, os nossos mais salientes, Leocadio Santos, Manoel Lopes, Marcos de Araujo, Gil Martins, Adão Soares, Collect Fonseca, Elias Martins, os dois deputados que temos na Camara legislativa, os nossos representantes no Conselho municipal, a nossa imprensa, a Companhia de vapores que è dirigida por amigos nossos, o eleitorado do interior em manifestos francos e expressivos –, todos havemos dito, sem ambajes, sem subterfujios, que é sincera a nossa identificação com a orientação política do dr. Anizio de Abreo e que ao mando do mesmo obedecemos como soldados leaes e disciplinados.<sup>13</sup>

A leitura atenta deste fragmento de jornal publicado em Teresina aponta para a construção de um ideal de unanimidade em torno da figura do governador Anizio Auto de Abreu, indicando o nome de pessoas importantes da elite piauiense, dentre elas Gil Martins e outros políticos e instituições como apoiadores do governo. A demarcação desse espaço político era uma prática importante no contexto da Primeira República, em que práticas

<sup>10</sup> Nasceu em 8 de agosto de 1866 e faleceu em 31 de maio de 1908. Foi médico, deputado provincial (1888 a 1889, presidente do Conselho Municipal de Teresina e do Tribunal de Contas do Estado (1899 a 1904). Assumiu o cargo de vice-governador em 1904, tendo atuado interinamente como governador de 1905 a 1906 e, com a morte do titular, assumiu o governo em definitivo de 1907 a 1908. (GONÇAVES, 2003; BASTOS, 1994).

<sup>11</sup> NEEDELL, J. D. Definir la élite. In: NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedad y cultura de élite em Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. p. 367-374.

<sup>12</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

<sup>13</sup> POLITICA DO ESTADO. *Republica*, Teresina, anno XIV, n. 565, p. 1, 23 out. 1908.

coronelistas e clientelistas imperavam, a fim de manter arregimentadas as forças que sustentavam a escolha dos eleitos e, nesse caso, do governador do Estado.

Note-se que a fonte aponta para a importância na imprensa naquele cenário, para a companhia de navegação e o eleitorado do interior. Conforme discutimos no segundo capítulo deste trabalho, a navegação não apenas servia para fins comerciais, mas também permitia o intercâmbio de ideias através dos fluxos de pessoas que dela faziam uso para se locomover entre diferentes regiões. Através desta mesma navegação, os jornais ganhavam uma maior circulação, encurtando as distâncias entre os líderes políticos residentes na capital e os eleitores do interior, podendo a imprensa ser usada como importante ferramenta de manipulação do imaginário social junto àqueles grupos.

Dado importante apresentado na fonte transcrita é a menção de homens que embora estivessem ligados à política, não ocupassem cargos naquele momento, eletivos ou não, como é o caso de Gil Martins. Isso demonstra o forte peso do apoio financeiro que esses processos eleitorais recebiam de homens como este que, conforme apresentamos na primeira parte do trabalho, foi um dos maiores comerciantes da capital naqueles anos. Tal lugar de destaque ocupado na sociedade piauiense era reiterado por vezes na imprensa local, como nos conta a edição do jornal *O Piauí*, publicado em Teresina nos fins de 1908:

Em breve viagem de interesse particular, seguiu para a capital do Ceará o nosso prezadissimo e distinto amigo coronel Gil Martins Gomes Ferreira, um dos mais operosos e conceituados commerciantes desta praça, e politico notável – pela força seu prestigio e pelas sympathias de que muito merecidamente gosa no seio dos partidos e do nosso meio social. Fazemos os melhores votos para que seja bem succedido e volte vigoroso e forte, para continuar o encorajamento que sabe dar aos palpitantes negocios de nossa terra<sup>14</sup>

Chama-nos a atenção a menção a Gil Martins como “político notável”, elemento que expressa sua participação efetiva nos processos decisórios que levavam à escolha daqueles que ocupavam postos eletivos. Não é à toa, portanto, que o nome deste sujeito aparece constantemente nas páginas da imprensa em meio aos fatos que estavam diretamente relacionados com o cenário político partidário do Piauí na Primeira República. Por outro lado, antes da menção de sua posição no meio social e político, o jornal enfatizou a figura de Gil Martins como comerciante de sucesso. Essa construção nos permite reforçar o argumento que

---

<sup>14</sup> GAZETILHA. *O Piauí*, Teresina, anno XVIII, n. 984, p. 6, 28 nov 1908.

já levantamos em outro momento deste trabalho de que foi o lugar de destaque deste sujeito histórico como comerciante e, portanto, como homem rico, que permitiu que ele adentrasse cada vez mais nas questões políticas do estado, bem como se destacasse como impulsionador do processo de industrialização.

Quando a operação historiográfica se lança sobre as fontes hemerográficas, temos em mente que as construções narrativas ali presentes são carregadas de intencionalidades ou ainda podem refletir representações, no caso de um sujeito singular, que costumeiramente foram construídas a seu respeito. O periódico é, desse ponto de vista, um receptáculo de informações que carrega consigo as marcas de um tempo, mas que precisa ser problematizado, para lembrar aqui dos apontamento de Luca<sup>15</sup> quando discute o uso desse tipo de fontes por historiadores, inclusive aqueles que tomam a política por objeto. Assim, pensamos que a menção primeira de Gil Martins como comerciante e depois como político remete à própria conjuntura de sua atuação naqueles anos, bem como a intencionalidade daquele que fez o registro de que seu campo de ação transitava entre esferas diferentes da sociedade.

Com o avançar do ano de 1908 e a completude dos primeiros seis meses de governo de Anizio Auto de Abreu, as elites políticas do estado parecem manter a união congregada pelo governador com a aproximação do pleito eleitoral que escolheria deputados e senadores para representarem o estado no congresso nacional. Houve naquele momento um reforço da posição tomada anteriormente pelos membros da oposição de se manterem alinhados com o governador. A partir de notícia reproduzida no jornal *A Imprensa*, do Rio de Janeiro, tomamos conhecimento do seguinte:

*A POLITICA. A opposição do Estado do Piauhy deliberou apoiar o governo do sr. Anisio de Abreu em manifesto publicado no Republica, seu orgão, assegura estar – <<feita, leal e sinceramente a alliança com o partido que obedece á superior direcção do exm. dr. Anisio de Abreu e do qual haviam dissentido. A simples declaração do Republica, dirigido pelo major Manuel Lopes Corrêa Lima que, hoje como hontem, mereceu sempre a nossa mais plena confiança, pelos seus grandes e abnegados serviços, era o sufficiente para que não houvesse duvidas de que esse jornal fala em nome de todos nós e com elle, em tudo, somos solidarios. Fique, pois, assentado, de vez, esse ponto>>. E acrescenta: << O Republica é o orgam da solidariedade de todos nós, que continuamos a mantel-o, porque assim julgou conveniente o chefe supremo do partido – dr. Anisio de Abreu. Nós apoiamos e prestigiamos o governo e a acção politica desse chefe, falando pelo orgão*

---

<sup>15</sup> LUCA, T. R. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, C. B. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

*do Republica, cuja direcção applaudimos, cuja orientação louvamos.>>*  
Assignam esse documento politico os srs. Leocadio Alves dos Santos, José João dos Santos, Elias Martins, João Santos, Antonio Gonçalves P. Portellada, Gil Martins Gomes Ferreira, Marcos de Araujo e Adão Medeiros dos Santos.<sup>16</sup>

Apesar do jornal deixar entrever que havia ocorrido um certo desentendimento ao afirmar que membros “havia dissentido” do apoio outrora manifestado, este fato parece ter sido muito efêmero dada a proximidade entre as publicações de apoio e a dissidência indicada. Não vemos motivo, portanto, para crer que tenha ocorrido uma ruptura nos apoios construídos em torno de Anizio Auto de Abreu, mas que com o aproximar do novo pleito é provável que os políticos não muito próximos do governador tenham se interessado em concorrer de forma independente nas futuras eleições.

Destacamos, ainda, o fato do jornal intitular de oposição as pessoas que estavam, desde o último pleito, compondo o governo de Anizio Auto de Abreu, se não ocupando cargos, mas ao menos demonstrando publicamente que acreditavam na sua administração. Isso denota como as alianças construídas politicamente nos primeiros anos da república eram frágeis, sobretudo se pensarmos nos múltiplos interesses individuais dos homens de poder daquela sociedade. Oposição e situação eram, a nosso ver, posições ocupadas com certo grau de instabilidade na medida em que, rapidamente, os coronéis poderiam se colocar em posição diferente daquela anteriormente ocupada com o intuito de atender seus próprios interesses. Os acontecimentos políticos que vimos relatando e analisando ao longo deste capítulo parecem corroborar com esse entendimento.

Reforçando a união propalada na nota anterior, diferentes jornais<sup>17</sup> publicizaram as decisões tomadas em torno das candidaturas dos deputados federais e da vaga de senador que se encontrava aberta. O *Jornal do Brasil* assim relata acerca daquele momento da história política do Piauí:

AVULSOS. THEREZINA, 19. – Depois de grande reunião hontem realizada em palacio, sob presidencia do Governador do Estado, foram assentadas as candidaturas para Deputado federal e pleito livre quanto a eleição senatorial, com apoio unanime das influencias politicas. *O Governando expediu a seguinte circular a todos os chefes politicos e autoridades judiarias: “Em reunião hontem realizada no palacio do Governo, presidida pelo Governador, ficou assentada a seguinte chapa: Deputados federaes, Drs.*

<sup>16</sup> A POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno V, n. 366, p. 2, 10 dez. 1908, grifo nosso.

<sup>17</sup> AVULSOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIX, n. 20, p. 6, 20 jan. 1909.; POLITICA DO PIAUHY. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXV, n. 20, p. 3, 21 jan. 1909.

*João Henrique Gayoso Almendra; Alvaro Teixeira de Souza Mendes; Joaquim Antonio da Cruz e Joaquim Ribeiro Gonçalves. Foi também resolvido para eleição senatorial, pleito livre”. Dizendo-se amigos do Governador leaes e dedicados os candidatos Drs. Coelho Rodrigues; Joaquim Cruz Ribeiro e Gonçalves Raymundo Arthur por motivo de votação em qualquer destes nomes o Governo, mantendo absoluta neutralidade, não tem como adversarios amigos que entendam usar liberdade de voto deste ou daquelle como lhes aprouver; garantida plena liberdade de votos o Governador do Estado tem como desligado do partido e decahido da sua confiança o amigo ou correligionario que por qualquer forma concorra para viciar o processo eleitoral por fraude ou por violência. Ainda mais quem quer que seja depositario de uma parcella de autoridade publica que concorrer para o viciamento do pleito por qualquer processo de fraude ou violencia pode considerar-se demitido. O Governo espera que os amigos saibam cumprir o seu dever e lealmente corresponder as suas vistas na observancia rigorosa dessas instrucções. Além de todos os Deputados Estadoaes e chefes políticos locaes presentes nesta Capital compareceram a reunião no Palacio approved a solução politica e casos sobre as eleições para Deputados e Senadores os Srs. Coronel Leocadio Santos, Barão de Castello Branco, Dr. Marcos de Araujo, Coronel Gil Martins, Drs. Antonio, Vice-Governador, Abdias Neves e outros. A imprensa é unanime em aplaudir a solução. “Piauhy”, “Republica”, “Commercio”, “Monitor”, “Gazeta do Norte”.<sup>18</sup>*

O relato acima nos faz pensar acerca da capacidade de articulação de uma elite política para se manter no poder, inclusive deixando de lado eventuais questões que colocassem esses grupos em posições rivais nos pleitos eleitorais. A matéria destaca que o apoio buscado por Anizio Auto de Abreu foi alcançado, na medida em que as alianças com a oposição outrora anunciada se confirmaram em torno dos nomes dos candidatos a deputados federais. O mesmo não parecer ter ocorrido no caso da eleição para senador, uma vez que não houve candidato oficial do governo do estado concorrendo. Esse aspecto nos remete às possíveis dissidências que foram contidas no processo de formação das alianças, podendo muito provavelmente significar que a não indicação de candidato para o senado tenha sido uma contrapartida oferecida para apaziguar os ânimos divisionistas, uma vez que houve espaço para candidaturas autônomas.

Tal autonomia é relativa, entretanto, pois não podemos perder de vista os laços clientelistas que marcavam as disputas políticas. A neutralidade então propalada por Anizio Auto de Abreu no tocante à vaga de senador possivelmente remetia ao não uso da máquina pública para fazer eleger um dos candidatos, mas abre espaço para que cada um buscasse uma rede própria de apoio para garantir a vitória. O resultado da eleição, por outro lado, faz

---

<sup>18</sup> AVULSOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIX, n. 20, p. 6, 20 jan. 1909, grifo nosso.

aparecer críticas que indicam a insatisfação com a postura adotada pelo governador, tendo a liderança de Elias Martins, o qual começa intensa campanha contra o executivo estadual<sup>19</sup>. Pinheiro<sup>20</sup> corrobora com esse entendimento, apontando que o jornal *O Apóstolo* passa a acusar Anizio Auto de Abreu de perseguir a comunidade católica, postura que seria resultado do fato de este ser membro da Maçonaria no estado.

Outra marca das disputas políticas era a fraude das eleições, como característica da estrutura de poder coronelista, como analisa Leal<sup>21</sup>. Nesse sentido, entendemos que a fala de Anizio Auto de Abreu no tocante a possíveis vícios que os candidatos causassem nas eleições indica que a fraude era uma realidade do cenário piauiense, pelo menos enquanto ameaça, o que não significa que não existisse. De fato, a conjuntura política do Piauí nos faz acreditar que o apoio dos coronéis ali indicados possibilitava a garantia de resultado positivo nas eleições.

Nesse cenário, Nunes<sup>22</sup> afirma que “o poder local é realmente bastante forte. Mesmo que a situação tenha a favor todo um aparelho repressivo, quem ganha as eleições são aqueles que manipulam com vantagens os mecanismos utilizados nas operações de fraude eleitoral”<sup>23</sup>. Assim, notamos que nessa publicação em específico, Gil Martins não é referido nem como comerciante, nem como político, mas como coronel. O peso deste título no cenário eleitoral parecia ser mais interessante para uso pela imprensa do que os demais adjetivos por vezes atribuídos a ele. Além de Nunes<sup>24</sup>, a referência ao poder dos chefes locais também é encontrada em Queiroz<sup>25</sup> que afirma que a lei “era determinada ou derivada da vontade do chefe no momento e sua vinculação era menor com o Direito que com a força, a qual se media, em muitos casos, pela capacidade de aliciar e comandar cabras ou jagunços e, evidentemente, pelo poder econômico”<sup>26</sup>. Assim, remeter ao título de coronel ostentado por Gil Martins simbolizava trazer para o primeiro plano o seu papel enquanto um dos mandatários da cena republicana naqueles anos e sua capacidade de comandar votos.

---

<sup>19</sup> NUNES, M. C. S. de. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

<sup>20</sup> PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

<sup>21</sup> LEAL, 1997.

<sup>22</sup> NUNES, 2016.

<sup>23</sup> NUNES, 2016, p. 63.

<sup>24</sup> NUNES, 2016.

<sup>25</sup> QUEIROZ, T. J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a.

<sup>26</sup> QUEIROZ, 2006a, p. 101.

Ao longo desse período, a imprensa reiterou a desaprovação do governador no tocante ao uso de violência e de fraude nas eleições, inclusive ameaçando demitir eventuais correligionários em decorrência de abusos de autoridade empregados por estas pessoas através da função pública que ocupavam. Nesse sentido, a imprensa declara que o “[...] governo espera que os amigos saibam cumprir o seu dever e lealmente corresponder às suas vistas na observância rigorosa das instruções expedidas”<sup>27</sup>. Da mesma forma, os jornais também continuam a reforçar o apoio recebido dos homens que comandavam os rumos da política estadual, tais como “o coronel Leocadio Santos, barão de Castello Branco, Dr. Marcos de Araujo, coronel Gil Martins, Drs. Antonino, vice-governador, Abdias Neves e outros”<sup>28</sup>, de maneira que se construía a imagem de que o governador tinha o controle da situação política no estado. Além disso, Nunes<sup>29</sup> aponta que o uso reiterado do nome dos correligionários, sobretudo coronéis, remete também ao poder das famílias e das relações pessoais no processo de construção da base de eleitores para tentar garantir a vitória nas eleições, mostrando-se prática corrente ao longo do território nacional.

Essa elite política se mantinha fortalecida a partir de uma rede de relações de poder que era reforçada também por laços de solidariedade e sociabilidade. Tratava-se, portanto, de pessoas que desfrutavam dos mesmos locais de lazer e cujas famílias se entrelaçavam muitas vezes a partir de interesses comuns de ampliação e perpetuação nos espaços de poder. Assim, se no plano das relações comerciais a *Associação Commercial do Piauhý* representava um lugar de congregação dos homens de elite da cidade e do estado para construção de sociabilidades que favoreciam os arranjos comerciais estabelecidos, como apresentamos anteriormente, no plano político as reuniões nos palácios, os momentos de lazer nos clubes, os jantares de confraternização, desempenhavam um papel importantíssimo de fortalecimento dos laços que os uniam.

Ramos<sup>30</sup> aponta para o entendimento de que a reunião dessas pessoas por meio dessas agremiações tratava-se da expressão de uma nova forma de lidar com o tempo, uma vez que a emergência da modernidade e dos desejos de progresso implicavam na mudança de comportamento dos sujeitos. Assim, vemos na formação desses grupos uma estratégia para ocupação do tempo destinado ao ócio, assumindo um formato de atividades que fossem consideradas apropriadas àquele agrupamento social.

---

<sup>27</sup> POLITICA DO PIAUHY. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXV, n. 20, p. 3, 21 jan. 1909.

<sup>28</sup> POLITICA DO PIAUHY. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXV, n. 20, p. 3, 21 jan. 1909.

<sup>29</sup> NUNES, 2016.

<sup>30</sup> RAMOS, 2000.

Essa organização em clubes, associações ou círculos burgueses é algo que Agulhon<sup>31</sup> enfatiza como um elemento que marca a formação de sociabilidades políticas na Europa do século XX, os quais podemos encontrar paralelos no caso brasileiro e no Piauí. Gil Martins parece ter usado dessa estratégia de organização de maneira expressiva, tanto por participar de organizações diretamente relacionadas a seus negócios, conforme discutimos anteriormente, mas também como forma de se manter politicamente articulado no conjunto da elite piauiense. Essa característica pode ser percebida em grupos de elite de outras regiões do Brasil, como aqueles estudados por Ramos<sup>32</sup>, na medida em que a autora indica que as sociabilidades permitiam momentos nos quais forjavam-se laços políticos e não apenas de lazer.

Usando de seu espaço de homem bem visto entre os membros daquela elite social, Gil Martins trazia para seu palacete jantares e reuniões que congregavam essa parcela seleta da sociedade piauiense, como o fez no caso da posse do prefeito de Teresina eleito no ano de 1910<sup>33</sup> ou se fazia presente em reuniões dessa natureza que aconteciam na residência de outros coronéis e homens importantes do cenário piauiense, como o Club Monteverde. A respeito das atividades do clube, o jornal *Pacotilha*, publicado em São Luís, publicou que a organização “com o costumado brilhantismo realizou o seu septimo concerto, em a noite de 1 deste mez, [...]. A agradável serata, que se effectuou na residência do commerciante Gil Martins, foi comemorativa do segundo anniversario da elegante sociedade, decorrido naquelle dia”<sup>34</sup>. Castelo Branco<sup>35</sup> descreve essas festividades como expressões do lazer da elite em Teresina, encontrando lugar especial nas casas das famílias mais tradicionais, reforçando o caráter seleta do público que as frequentavam.

A elegância e, assim, o caráter de festas seletas eram uma característica destes encontros que contavam com a participação de Gil Martins. Em Teresina, por ocasião de um dos concertos promovidos pelo Club Monteverde, um dos dois clubes musicais mais importantes da cidade ao lado do Clube Lítero-Musical<sup>36</sup>, encontramos uma publicação que nos permite compreender melhor o cenário de requinte dessas ocasiões. O jornal *O Monitor* assim descreve:

---

<sup>31</sup> AGULHON, M. *El círculo burgués*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

<sup>32</sup> RAMOS, 2000.

<sup>33</sup> O NOVO PREFEITO DE THEREZINA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 996, p. 1, 13 set. 1910.

<sup>34</sup> PIAUHY. *Pacotilha*, São Luis, anno XXIX, n. 123, p. 2, 26 maio 1909.

<sup>35</sup> CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>36</sup> QUEIROZ, 1994.; CASTELO BRANCO, 2005.

Club Monteverde. Realizou em a noite de terça-feira ultima o seu 5 concerto musical o apreciado Club Monteverde. Accedendo ao gentil convite que nos foi endereçado, comparecemos á bella vivenda do coronel João Rosa, onde teve logar a serata. *Elegante e artística, a ornamentação das diversas salas. Magnifico o effeito da profusa illuminação a acetyleno sobre as musicas de folhagem, distribuidas com apurado gosto. O trato ameno dos donos da casa a todos los captivou. A festa era uma homenagem de reconhecimento que o Club fazia ao seu socio benemerito dr. R. Fontenelle da Silva, que relevantes serviços prestou áquella sociedade. Selecta foi a concorrência, sendo nos dado notar a presença de medicos, bachareis, jornalistas, commerciantes, militares, funcionarios publicos, muitas exmas. familias, etc. A execução do programma estece correcta e mereceu calorosos applausos. Todos os números agradaram geralmente, o que nos põe na dificuldade de destacar este ou aquelle.* Não podemos todavia nos furtar ao dever de consignar aqui a optima impressão produzida no auditorio pelos solos de d. Durcilla Baptista, que executou ao bandolim uma lindissima fantasia da *Tosca*, da senhorita Alzira Gomes, que tirou de seu violino arreatadores accordes numa fantasia do *Fausto*. Os acompanhamentos feitos ao piano pela senhorita Lindoca Tote estiveram irreprehensíveis. Mandamos ás distinctas directoras do *Monteverde* as nossas felicitações e os nossos agradecimentos, pela magnifica tertulia *smart* que tivemos o prazer de apreciar.<sup>37</sup>

Os requintes de fineza e as marcas do luxo presentes nessas ocasiões são elementos que o narrador faz questão de destacar. Iniciando pela decoração, passando pela atenção despendida pelos donos da casa, identificando o caráter seletivo do público ali reunido e chegando às apresentações musicais de senhoras e senhoritas, o jornalista nos apresenta um cenário preparado especialmente para impressionar os que ali estavam. Em certa medida, a fonte jornalística também direciona para um ideal de coesão no grupo de elite frequentador do clube enquanto sujeitos abastados economicamente, tais como os comerciantes, médicos, bacharéis e demais sujeitos a quem o jornal se remete.

Não encontramos evidências que nos permitam discordar de quão luxuosos eram estes encontros, mas ponderamos que os mesmos não eram realizados apenas para impressionar os olhos de jornalistas ou causar inveja naqueles que ali não estavam. Como afirmou Queiroz o acesso à música e a esses clubes “significava cultura, civilidade, refinamento, elitização”<sup>38</sup>. Essas reuniões congregavam os membros da elite que comandavam o estado, sendo um espaço útil para serem fortalecidos os laços fraternos, políticos e econômicos construídos outrora.

A residência de Gil Martins também era local para jantares de cunho político mais evidente, os quais também encontraram lugar na imprensa local e em jornais do Rio de

<sup>37</sup> CLUB MONTEVERDE. *O Monitor*, Teresina, anno III, n. 109, p. 2, 1908, grifo nosso.

<sup>38</sup> QUEIROZ, 1994, p. 45.

Janeiro que reproduziam fatos relacionados à política dos estados. Nesse caso, entendemos como mais evidente fazer noticiar as tratativas políticas discutidas, sobretudo impondo um tom narrativo que buscava defender junto aos leitores a ideia de que o governo permanecia unido. Trata-se do segundo ano de mandato de Anizio Auto de Abreu, momento que nos deparamos com a seguinte nota:

FELIX PACHECO. Recebemos o seguinte telegrama sobre o banquete que, em Therezina, foi oferecido ao governador do Piauí, dr. Anísio de Abreu, em nome do nosso collega da imprensa Felix Pacheco, recentemente eleito deputado federal por aquelle Estado. THERESINA, 10. (*Retardado*) – Realizou se hontem, no palacete do importante industrial e commerciante coronel Gil Martins, o grande banquete de cem talheres oferecido por Felix Pacheco ao governador do Estado, dr. Anísio Abreu. A festa revestiu-se de extraordinaria imponencia, comparecendo o que Therezina tem de mais distincto na politica, administração publica, commercio, letras e industria. O logar do centro da mesa foi occupado pelo Governador, ladeado pelo vice-governador, coronel Leocadio Santos, barão Castello Branco, tendo em frente o dr. Antonio Martins, representante de Felix Pacheco, ladeado dos secretarios do governo, drs. Mathias Olympio, Francisco Corrêa e coronel João Rosa e conselheiros municipaes, coronel Benjamin Martins, coronel Manuel da Paz, presidente do Congresso do Estado. Os outros logares de honra foram occupados pelo commandante da força federal e delegado Fiscal, dr. Arlindo Nogueira<sup>39</sup>.

Essa mesma matéria jornalística foi publicada em vários jornais, inclusive no Rio de Janeiro<sup>40</sup>. Há ali uma forte ênfase no caráter luxuoso do jantar oferecido na residência de Gil Martins, de forma que o jornalista faz questão de caracterizar sua casa como palacete, possivelmente para reforçar o lugar social de homem de elite ocupado por ele, como que lhe conferindo o *status* necessário para se tornar digno de oferecer tamanho jantar e de receber os membros mais importantes da elite estadual em sua casa. Não queremos dizer com isso que Gil Martins precisasse se afirmar perante aqueles que recebia em sua casa, mas considerando a intencionalidade de fazer a notícia chegar até a capital, esse tipo de descrição era importante porque transmitia uma imagem positiva a seu respeito junto àqueles que moravam na capital do país, para onde viajava e buscava manter laços.

<sup>39</sup> FELIX PACHECO. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno IV, n. 936, p. 1-2, 11 set. 1909.

<sup>40</sup> AVULSOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIX, n. 255, p. 15, 12 set. 1909.; INTERIOR. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXV, n. 9108, p. 2, 11 set. 1909.; VARIAS NOTICIAS. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXV, n. 254, p. 3, 11 set. 1909.

A matéria enfatiza os nomes de sujeitos importantes no cenário político e econômico local, muitos deles já descritos ao longo deste trabalho, reforçando o caráter elitista do jantar oferecido. A descrição do jantar, assim continua:

Ao *dessert*, em nome de Felix Pacheco, ofereceu o banquete ao dr. Anisio Abreu o dr. Antonio Martins, que em importante discurso fez o historico da vida politica e dos notaveis serviços do homenageado, lembrando as relações de intimidade e absoluta solidariedade com Theodoro Pacheco e Gabriel Ferreira, dois grandes vultos da politica piauihyense a quem sempre confessou Anisio de Abreu o exito de sua carreira politica, alongando-se em outra ordem de considerações. Commentou o expressivo telegramma que Felix Pacheco lhe dirigiu, no qual agradecia o concurso espontaneo de todos os elementos que concorreram para a sua eleição, concitando ao mesmo tempo a quem dessem todo o seu apoio á politica honesta de congraçamento, de justiça e de tolerancia, que o dr. Anisio está realizando em bem da felicidade e do progresso da terá piauihyense. A este brinde respondeu immediatamente, em importante discurso, o dr. Anisio de Abreu, traçando o perfil moral, politico e intellectual de Felix Pacheco, alliando a uma intelligencia valida, uma vontade férrea e um caracter inquebrantavel. Affirmou a importancia dos serviços que, com rara dedicação, lealdade e firmeza, tem Felix Pacheco prestado á situação dominante do Estado. Depois de muitas outras considerações, terminou declarando que seu programma politico era justamente aquella a que Felix Pacheco se referiu, com grande felicidade, em seu telegramma de congratulações – de paz, justiça e aproveitamento de todos os bons elementos, em bem commum do progresso e da prosperidade do Estado. A politica, disse o dr. Anisio de Abreu, está feita e firmada no apoio de todas as forças vivas da politica piauihyense. O que era precisa era fazer administração. Fallaram ainda, em nome de Felix Pacheco, o dr. Valdevino Tito, saudando os chefes locais, pelo fervoroso entusiasmo com que acceitaram a candidatura do jovem piauihyense, o dr. Hygino Cunha, saudando a representação federal, o dr. José Pires Rebello, a imprensa amiga e imparcial, o dr. Abdias Neves, a Felix Pacheco. Encerrou o banquete o dr. Anisio de Abreu, levantando o brinde de honra ao Presidente da Republica, de cuja administração fez longa e calorosa apologia, salientando sua alta preocupação de attender de preferencia ás condições economicas e financeiras dos Estados, sem preocupações regionaes, a todos attendendo, na justa medida de suas necessidades. Ao banquete, começado ás 7 horas e terminado ás 9 da noite, seguiu-se animado baile, que se prolongou até tarde. – Redacção do *Piauihy*<sup>41</sup>

A fonte transcrita busca ainda reforçar o caráter de congraçamento, de união, que parecia estar firmado entre os membros da elite política do estado. Assim, à medida em que jantares como este serviam ao desfrute do lazer, também eram utilizados como estratégia de propagação de ideais políticos por meio da publicização das alianças firmadas. A imprensa, sempre presente nestes momentos, servia aos interesses desses grupos de elite à medida em

---

<sup>41</sup> FELIX PACHECO. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno IV, n. 936, p. 1-2, 11 set. 1909.

que dava visibilidade para estes acordos e corroborava para a construção de um clima de pretensa harmonia.

Os inúmeros discursos e brindes propostos ao longo do jantar permitiam que os sujeitos presentes expressassem diretamente aos seus interlocutores os elogiosos comentários, as expectativas com o cenário político e os compromissos assumidos. Analisando esse contexto, percebemos que os jantares dados por Gil Martins ou que contavam com sua participação estão situados na lógica apontada por Queiroz<sup>42</sup> quando afirma que os “jantares familiares e sociais e os banquetes políticos, [...] destacavam-se pelo número infindável de brindes e discursos, pela existência e o interesse do sereno e pelo fato de, em geral, constituir forma de homenagem a pessoa ou pessoas, em caráter particular ou político”<sup>43</sup>.

Anteriormente já vínhamos apontando como estas ocasiões eram importantes para o fortalecimento dos laços políticos e, neste caso, isso fica claramente explícito. O jantar foi dado em homenagem ao governador Anizio Auto de Abreu, em nome de José Félix Alves Pachêco<sup>44</sup>, que havia sido eleito para o cargo de deputado federal. Tendo sido o jantar oferecido pelo governador do estado compreendemos que o elemento que estava em jogo era a reafirmação das alianças políticas forjadas por ocasião do pleito eleitoral que havia ocorrido.

Portanto, além de um momento de confraternização, as sociabilidades vivenciadas pela elite nestas ocasiões corroboravam para tentar manter coesos os laços de reciprocidade política. Na imagem a seguir, *Figura 17: Banquete realizado em homenagem a Anizio Auto de Abreu*, podemos visualizar o registro fotográfico daquele momento.

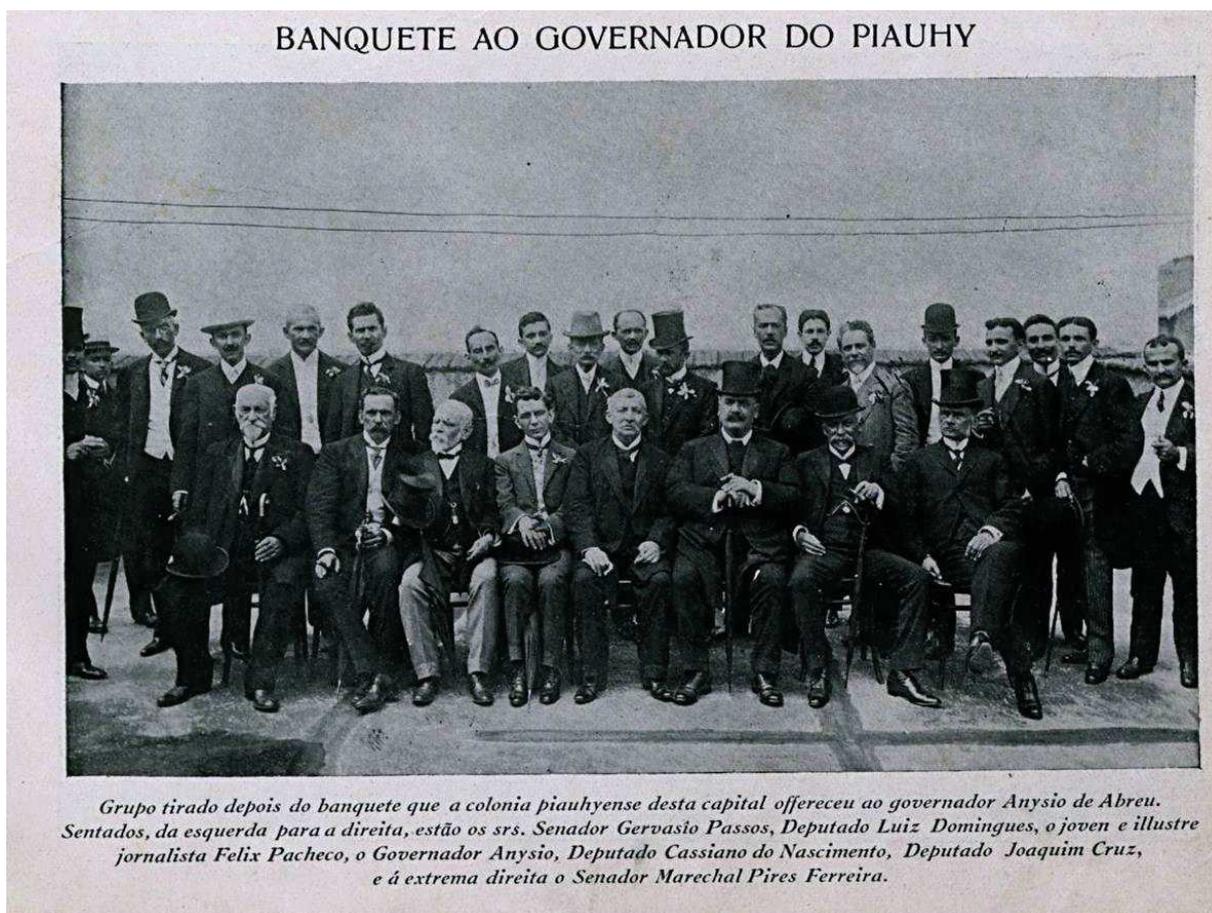
---

<sup>42</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>43</sup> QUEIROZ, 1994, p. 48.

<sup>44</sup> Nasceu em 2 de agosto de 1879 e faleceu em 6 de dezembro de 1935. Foi político, jornalista e poeta. Ostenta o título de ter sido o primeiro piauiense a ingressar na Academia Brasileira de Letras em 1912. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi deputado federal de 1909 a 1920, senador de 1921 a 1929, ministro das Relações Exteriores de 1922 a 1926 e ministro interino da Justiça em 1924. Recebeu 12 condecorações estrangeiras de países como a Bélgica, Dinamarca, Vaticano, Peru, Espanha, Portugal, Bolívia, Venezuela. Sua produção bibliográfica alcança cerca de 200 trabalhos publicados. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

Figura 17: Banquete realizado em homenagem a Anizio Auto de Abreu.



Fonte: Careta, 1909<sup>45</sup>.

Essa fotografia curiosamente não foi encontrada por nós em jornais de circulação no Piauí, mas em periódico da capital do país, Rio de Janeiro. Isso denota a intencionalidade de fazer ressoar no centro de poder político do país o resultado das alianças organizadas no estado. Tendo sido realizado na casa de Gil Martins, seria natural que o anfitrião estivesse presente nesse registro, o qual podemos identificar de chapéu, ao centro, acima de Félix Pacheco e Anizio Auto de Abreu, ocupando o espaço principal da fotografia e ladeado pelas principais lideranças políticas do estado. Assim, a própria fotografia, os cargos que estas pessoas ocupam, e até mesmo as vestimentas que os homens estão utilizando, são elementos identificadores do lugar social de elite que este grupo de pessoas ocupava, enquanto homens que estavam bem posicionados nas estruturas do mandonismo. Isso implica dizer,

<sup>45</sup> BANQUETE ao governador do Piauí. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 13, 9 jan. 1909.

concordando com Codato<sup>46</sup>, que estes sujeitos de elite são responsáveis pelo comando das forças armadas, do estado e das empresas capitalistas.

De fato, acreditamos que a fotografia é capaz de transmitir uma mensagem no presente em que é produzida, mas também tem o potencial de transmitir para o futuro traços de um passado outrora deixado para trás. Essa perspectiva é apresentada por Cardoso e Mauad<sup>47</sup>, para os quais a fotografia é uma mensagem “que se processa através do tempo como imagem/documento quanto como imagem/monumento”<sup>48</sup>. Enquanto documento, esta fotografia revela traços característicos da vida material destes sujeitos, reforçando seu lugar de elite. Por outro lado, enquanto monumento, somos levados a ir além da pura descrição da imagem, buscando perceber o processo de criação que estava ali envolvido, neste caso identificado por nós como a propagação da ideia de que as diferentes facções políticas estavam agrupadas em torno de objetivos comuns.

Eventualmente essa elite política entrava em confronto, envolviam-se em desavenças, que por vezes vinham a ser noticiadas. O mesmo José Pires Rebello<sup>49</sup> que outrora confraternizara na casa de Gil Martins ao lado dos homens poderosos da capital, parece ter protagonizado uma desavença com outro membro da elite local, a qual teve início no Mercado Público da cidade, um dos espaços públicos onde mais transitavam pessoas naquele período, convertendo-se em espaço de construção de sociabilidades no cotidiano de Teresina. Na nota a seguir apresentamos o relato que circulou nas páginas dos jornais:

SOLICITADAS. Ao Dr. José Pires Rebello, intendente desta Capital. Não posso ficar calado. Sem o Sr. ficar primeiro. Pois quem começa por ultimo. É quem se cala derradeiro. Depois de ter mostrado uma carne em mas condições que se achava exposta no mercado desta capital a diversas pessoas, entre estas o Coronel Manoel da Paz, Governador, Coronel Benjamim Martins, presidente do conselho municipal, ás redacções do <<Monitor>>, da <<Gazeta>>, d' <<Alvorada>> e do <<Apostolo>>, sendo bem recebido por todas ellas, e mostrando por ultimo ao Sr. Intendente, teve este de me receber com palavras pouco cortezes, usando desta expressão muito impropria para um cidadão: <<não seja besta>>(!), em presença do Major Adão Soares, vice-intendente e do Dr. Thesandro Paz, na casa do Coronel Gil Martins, não respeitando, assim, nem a casa alheia. Não devolvi

<sup>46</sup> CODATO, 2015.

<sup>47</sup> CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-418.

<sup>48</sup> CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 406.

<sup>49</sup> Nasceu em 1877 e morreu em 1947. Foi engenheiro civil e político. Ocupou o cargo de intendente em Teresina de 1909 a 1910. Foi eleito deputado federal para o período de 1918 a 1920 e 1921 a 1923. Foi senador de 1923 a 1929 e de 1935 a 1937. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

as expressões, não porque o julgasse altamente collocado e tão pouco fosse um homem para outro, mas, sim, porque achei mais conveniente que ellas lhe ficassem legadas *ad usum proprium*. Até hoje estou no proposito de trata-lo bem do principio ao fim de norsa arenga [...] *Antonio Sant'Anna Castello Branco. (Dondon)*.<sup>50</sup>

A queixa de Antonio Sant'Anna Castello Branco<sup>51</sup> é a de ter sido tratado com palavras rudes por José Pires Rebello, então intendente da capital naquele momento, motivo que fez com que ele levasse a discussão para as páginas da imprensa. Ao que parece Gil Martins foi citado pelo fato ter ocorrido em sua casa, mas não estava envolvido diretamente na discussão e nem há indicativo que tenha presenciado. Por outro lado, o ocorrido e a menção de sua residência colocam em evidência que sua casa continuava sendo um local frequentado por membros importantes do cenário político local.

De um lado a matéria deixa entrever a questão sanitária que entrava em debate nas cidades brasileiras no início do século XX, chamando a atenção para a carne em má estado à venda no mercado público. Por outro, remete à ofensa contra a honra do queixoso que, não respondendo o intendente na ocasião em que se sentiu ofendido, o fez por meio das páginas do jornal, tentando atingir o intendente por meio da publicização das palavras nada corteses que lhe foram dirigidas.

O fato aqui analisado teve início no Mercado Público de Teresina que pode ser visto na *Figura 18: Mercado Público de Teresina, início do século XX*:

---

<sup>50</sup> SOLICITADAS. *O Apostolo*, Teresina, anno III, n. 141, p. 4, 20 fev. 1910.

<sup>51</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

Figura 18: Mercado Público de Teresina, início do século XX.



Fonte: TEIXEIRA, CORREIA, 2018<sup>52</sup>.

O cenário da urbe de Teresina no início do século XX conta com a construção de prédios públicos, os quais muitas vezes eram palco de querelas entre os membros dessa elite. Na imagem acima, onde apresentamos o mercado público, podemos ver como o prédio guardava certa grandiosidade se comparado ao seu entorno. Nesse espaço transitava a elite piauiense que, como vimos apresentando, se organizava em jogo de disputa pelo poder. A construção desse tipo de representação imagética visava, a nosso ver, retratar uma cidade que envidava esforços para se mostrar moderna à medida em que investia na construção de prédios públicos e na urbanização dos espaços, como discutiremos com maior profundidade no capítulo seguinte. Nessa altura da narrativa interessa perceber que esses espaços eram palco privilegiado de disputas de diferentes ordens, inclusive políticas, ao passo que mesmo pequenas querelas podiam assumir grandes projeções, como o caso relatado, que ganhou notoriedade na imprensa. A esse respeito cabe retomar as palavras de Vendrame<sup>53</sup> ao ressaltar

<sup>52</sup> TEIXEIRA, M. L. G.; CORREIA, T. B. Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920). *Labor & Engenho*, v. 12, n. 3, p. 359-377, jul./set. 2018. p. 373.

<sup>53</sup> VENDRAME, M. I. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

que “através das relações sociais e tensões pode ser desvelada as disputas de poder e as nuances da política local”<sup>54</sup>, o que nos parece ser um exemplo disso o caso em questão.

A ocorrência de jantares, bailes e demais reuniões festivas se mostraram muito recorrentes ao longo da Primeira República, sobretudo como símbolo de apaziguamento das disputas pelo poder, mas o período de tempo aqui analisado também foi muito marcado por tensões e rupturas no seio desta mesma elite que por vezes buscava se mostrar harmonizada. Daremos continuidade a esta discussão no capítulo que segue, de forma que se possa perceber a emergência dos conflitos em que Gil Martins esteve envolvido.

---

<sup>54</sup> VENDRAME, 2013, p. 23.

## 6 ALIANÇAS E CONFLITOS NA POLÍTICA PIAUIENSE

À medida que vamos acompanhando os rastros de Gil Martins na política piauiense, percebemos que ele jogava com as estruturas de poder, se situando politicamente em polos diferentes conforme lhe parecia conveniente. Isso garantiu, em muitos momentos de agitação política, que Gil Martins se mantivesse em posição privilegiada, ainda que nem sempre estivesse do lado vencedor. Vargas<sup>1</sup> destaca que esse comportamento é manifestado pelas elites, uma vez que a ocupação de cargos significava a manutenção ou mesmo ampliação das relações de poder, permitindo a troca de favores comuns ao cenário político dos anos finais do império, mas que também são facilmente identificados durante os anos da Primeira República. Dessa forma, encontramos no Piauí elementos que são próprios do teatro das oligarquias encenado na Primeira República, para lembrar aqui a metáfora que dá nome ao trabalho de Viscardi<sup>2</sup>.

Viscardi argumenta no sentido de desconstruir uma visão de que a Primeira República se sustentou naquilo que a historiografia convencionou chamar de “política do café com leite”, que atribuía a São Paulo e Minas Gerais a liderança do jogo político e a sustentação do regime republicano. Para a autora há outros elementos envolvidos, inclusive a atuação interna das elites locais na eleição de deputados e senadores alinhados com o projeto de governo do presidente eleito para garantir governabilidade. Napolitano<sup>3</sup> argumenta no mesmo sentido de Viscardi<sup>4</sup>, apontando que o jogo político em âmbito nacional era mais complexo, identificando a presença das oligarquias da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro corroborando para a determinação dos resultados alcançados nos pleitos eleitorais.

Em âmbito estadual, os políticos piauienses que representavam o estado na esfera federal trabalhavam no sentido de articular o apoio do governo central, sobretudo a partir da eleição de representantes governistas, como Nunes<sup>5</sup> aponta. Os resultados eleitorais no Piauí ao longo da Primeira República davam maioria de votos para a chapa situacionista nas disputas presidenciais, representando o resultado da mobilização das elites situacionistas em

---

<sup>1</sup> VARGAS, J. M. “Um negócio entre famílias”: a elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, F. M. (Org.). *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 28-55.

<sup>2</sup> VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

<sup>3</sup> NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

<sup>4</sup> VISCARDI, 2011.

<sup>5</sup> NUNES, M. C. S. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

âmbito estadual. Essa articulação, portanto, denota a inserção do Piauí na política dos governadores descrita por Napolitano<sup>6</sup>, na medida em que estas representavam “o apoio automático do governo federal aos grupos que estivessem no governo dos estados, não importando de qual facção fossem, desde que os governadores por sua vez garantissem seu apoio ao Congresso Nacional”<sup>7</sup>.

Queiroz<sup>8</sup> identifica ainda algumas situações em que os vencidos nas eleições estaduais haviam apoiado os vencedores em âmbito federal, possibilitando uma movimentação entre esses grupos na ocupação de cargos em outros estados, por intermédio do governo federal, ou mesmo no Rio de Janeiro. Isso exemplifica, portanto, a complexidade das relações políticas na Primeira República no Brasil e no Piauí, como foi o caso conhecido como Congraçamento em 1898, em que as elites políticas se organizaram formando um único bloco. A autora ainda refere que por ocasião do Congraçamento houve uma “acomodação das oligarquias estaduais, com a inclusão da jovem geração de políticos, representada por Abdias Neves, Miguel Rosa e Antonio Freire”<sup>9</sup>.

Berstein<sup>10</sup> nos ajuda a pensar o conceito de geração ao definir que esta se refere a um conjunto de “homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum”<sup>11</sup>. Tal perspectiva permite que coloquemos Gil Martins e os demais membros dos partidos ao qual pertenceu, como o *Partido Republicano Legalista*, na mesma geração dos jovens políticos apontados por Queiroz<sup>12</sup>, ao passo que esse conjunto de homens não está fechado hermeticamente em faixas etárias, mas possui sujeitos de diferentes idades que viveram o mesmo período e que atuavam politicamente no cenário piauiense, corroborando para a formulação de novos contornos para essa conjuntura.

Assim, os arranjos políticos se davam em contexto de clara exclusão da massa da população do processo eleitoral, uma vez que as regras eleitorais limitavam os votantes à população alfabetizada, permitindo encontrar uma forte presença da estrutura de poder

---

<sup>6</sup> NAPOLITANO, 2016.

<sup>7</sup> NAPOLITANO, 2016, p. 28.

<sup>8</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>9</sup> QUEIROZ, 1994, p. 237.

<sup>10</sup> BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

<sup>11</sup> BERSTETIN, 2003, p. 72.

<sup>12</sup> QUEIROZ, 1994.

coronelista no Piauí. Remetendo a um quadro mais amplo, Carvalho<sup>13</sup> aponta que durante a Primeira República abriu-se “o campo para os arranjos particularistas, para as barganhas pessoais, para o tribofe, para a corrupção”<sup>14</sup>. Em certa medida, a análise das fontes que vimos realizando, bem como aquelas que discutiremos ao longo desta seção, se encaminha para o entendimento de que esta realidade também está presente no Piauí.

O comprometimento de Gil Martins com os arranjos políticos eram colocados na cena pública de forma evidente, como ocorrera no processo de criação do *Partido Republicano Legalista*, do jornal *A Legalidade*, assim como pelo apoio público a candidatos nos pleitos eleitorais. Essa ligação por vezes colocava Gil Martins envolto em eventuais desavenças entre as forças políticas do estado, inclusive em meio aos questionamentos do resultado de eleições, assim como em tentativas de destituição do governador. Um dos casos identificados ocorreu em 1908, quando se questionou se Areolino Antônio de Abreu, vice-governador do estado, assumiria o mandato por motivo de saída do titular. Vejamos o que foi noticiado no *Jornal do Brasil*, de circulação na cidade do Rio de Janeiro, em 08 de janeiro de 1908:

A POLITICA ESTADUAL – AQUARTELAMENTO DA FORÇA – BOLETIM DO “COMMERCIO”. Theresina, 7 (D). – Hontem o Deputado Arlindo Nogueira e hoje o Senador Raymundo Arthur, garantiram não apoiar o Dr. Flavio Mendes e sim o Governo constitucional, representado pelo Dr. Areolino de Abreu. O povo, calmo, commenta a pretensão do Dr. Flavio Mendes. A força publica acha-se aquartelada, afim de evitar manifestações hostis. “O Commercio” afixou boletim á porta garantindo estar tudo calmo, accrescentando que na hypothese de desordens o Governador saberá garantir o lar das familias e os direitos dos cidadãos.<sup>15</sup>

O jornal noticia que havia uma disputa em torno do cargo de governador do estado que, uma vez vacante, deveria ser ocupado pelo vice-governador Areolino Antônio de Abreu. O questionamento, como veremos mais adiante, parte do fato de que o vice-governador estava doente e, portanto, se julgava que não fosse capaz de cuidar da própria saúde e, além disso, das atribuições inerentes ao cargo. O uso da força militar nesses casos por vezes era anunciado, ainda que não se colocasse em prática, como forma de afastar eventuais pretensões golpistas por parte de homens que desejassem assumir o poder. Assim, o aquartelamento da

<sup>13</sup> CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>14</sup> CARVALHO, 1987, p. 38.

<sup>15</sup> ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 8, p. 6, 8 jan. 1908.

força pública indicado no excerto nos parece ser uma estratégia para reforçar que o governo não seria entregue sem resistência.

Na mesma edição, o *Jornal do Brasil* informa que o “Dr. Areolino de Abreu, Vice-Governador, embora doente, communicou ao Sr. Presidente da Republica haver reassumido o Governo, a fim de evitar qualquer conflicto na disputa daquelle cargo”<sup>16</sup>. A nota é clara quanto à tentativa de se evitar disputas pelo cargo, no entanto as fontes jornalísticas deram conta de que a atitude de Areolino de Abreu não impediu que um movimento nesse sentido fosse tomado. O jornal ainda acrescenta que havia boato afirmando que “[...] virão do Engenho de Agua, propriedade da família Cruz situado no Estado do Maranhão, duzentos indivíduos armados provocar desordens nesta capital”<sup>17</sup>. Considerando a divulgação do boato, podemos inferir que o aquartelamento da guarda referido anteriormente pode ter tido como causa propulsora a necessidade de se preparar para um eventual confronto.

Curioso para nós se apresenta a posição de Gil Martins nesse contexto de conflito. A primeira menção de seu nome em face dessa querela aponta claramente a tomada de partido pelo lado de Areolino Antônio de Abreu. Novamente recorremos ao *Jornal do Brasil* que diz:

ADHESÕES POLITICAS. Theresina, 7 (D). – As famílias Sant’Anna e Gil Martins e outros elementos importantes que até agora acompanhavam o Deputado Cruz, acabam de abandonal-o hypothecando ao Dr. Areolino de Abreu, Vice-Governador, incondicional solidariedade.<sup>18</sup>

Notamos, a partir do exposto, que Gil Martins e outros membros da elite piauiense estariam apoiando inicialmente o lado oposicionista, o qual tentava tomar o governo para si, mas em seguida assumiam o lado de Areolino Antônio de Abreu. O deslocamento de seu apoio pode ser entendido como estratégia para se manter alinhado ao governo, permanecendo do lado daquele que iria governar o estado. No entanto, dois dias depois, em 10 de janeiro de 1908, a imprensa noticia a neutralidade de Gil Martins no caso em questão. Assim, nos conta:

INTERIOR – PIAUHY. Theresina, 9 (D). – Hoje os conselheiros municipaes Srs. Viriato Carmo, Raymundo Nonnato, Manuel da Paz, Raymundo de Faria, Sinval de Castro e Benjamin Martins elegeram este último para a vice-presidencia e o Dr. Areolino de Abreu para a presidência do Estado. O Conselheiro Raymundo Nonnato pertencia ao partido do Deputado Joaquim Cruz. A família Gil Martins declara francamente conservar-se neutra em face

<sup>16</sup> ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 8, p. 6, 8 jan. 1908.

<sup>17</sup> ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 8, p. 6, 8 jan. 1908.

<sup>18</sup> ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 8, p. 6, 8 jan. 1908.

dos sucessos que se desenrolam. O partido Joaquim Cruz continua a elevar-se pouco a pouco. Hontem, a noite, houve grande manifestação popular a força publica por haver esta sabido cumprir o seu dever nos últimos acontecimentos. O Dr. Marcos de Araujo, intimo do Deputado Joaquim Cruz, propalou que este contava com o apoio por parte do Senador Raymundo Arthur e Deputado Arlindo Nogueira, do governo do Dr. Flávio Mendes. Affluem do interior protestos de solidariedade ao Dr. Areolino de Abreu. A cidade está em completa tranquilidade.<sup>19</sup>

A pretensa neutralidade de Gil Martins pode estar relacionada ao fato de que as forças oposicionistas a Areolino Antônio de Abreu estavam aparentemente aumentando e passando a contar com o apoio de parlamentares como Arlindo Nogueira e Raymundo Arthur de Vasconcelos. Assim, é provável que o apoio de Gil Martins à causa estivesse em negociação, de forma que este se permitiu ser noticiado como pertencente a um lado, depois outro e depois neutro. As fontes consultadas não indicam que Gil Martins tenha questionado as publicações feitas a respeito de seu nome, em momento delicado da política estadual, talvez justamente porque estas matérias serviam ao propósito de manter certa insegurança no cenário público a um lado e outro quanto a quem ele de fato apoiava, o que seria firmado em momento oportuno e seguro aos seus interesses.

Em menos de duas semanas surgem notícias de que a situação no Piauí estava pacificada, não tendo que ser recorrido à luta armada. Em telegrama dirigido a Affonso Augusto Moreira Penna<sup>20</sup>, então presidente do Brasil, Areolino Antônio de Abreu assim informa:

Tenho a honra de communicar a V. Ex. que reassumi hoje o Governo do Estado, renunciando o resto da licença, em cujo goso me achava. Peço ainda permissão para communicar-vos que fui impellido a assim proceder, com sacrificio de minha saude alterada, afim de evitar lutas prejudiciaes, perturbadoras da ordem, paz e tranquillidade que goza o Piauhy, quer nesta Capital, quer nos municipios de interior. Continuando ás vossas ordens apresento-vos minhas saudações respeitosas.<sup>21</sup>

O governador, assim, busca tranquilizar o presidente da república quanto aos acontecimentos do estado e que vinham sendo noticiados nos jornais da capital, Rio de

<sup>19</sup> ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 10, p. 5, 10 jan. 1908.

<sup>20</sup> Nasceu em 30 de novembro de 1847 e faleceu em 14 de junho de 1909. Foi deputado provincial (1874 a 1878) e geral (1878-1889). Atuou como ministro da Guerra em 1882, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1883 a 1884 e ministro da Justiça em 1885. Foi presidente do Brasil de 1906 a 1909. (BRASIL, 2019).

<sup>21</sup> COUSAS DA POLITICA. *Gutenberg*, Maceió, anno XXVIII, n. 13, p. 2, 21 jan. 1908.

Janeiro. No entanto, o mesmo não nega que assumiu o governo em meio ao seu mal estado de saúde por causa de eventuais lutas pela chefia do poder executivo. A matéria segue indicando mensagens recebidas na capital federal e que dizem respeito ao apoio dado ao governo de Areolino Antônio de Abreu. Vejamos:

Do Barão de Castello Branco, antiga influencia politica no Piauhy, recebeu o senador Anisio de Abreu um longo telegramma, declarando que, em vista dos ultimos acontecimentos volvia á actividade politica para apoiar e manter completa solidariedade com o Governo do dr. Areolino de Abreu. Aos membros da sua numerosa familia na Capital communicou o Sr. Barão de Castello Branco esta sua resolução. Telegramma do Dr. Antonino Freire communica ao senador Anisio de Abreu que tambem a prestigiosa familia Santa Anna, representada pelos coroneis José e Pedro Sant'Anna, desligando-se do grupo dirigido pelo Dr. Joaquim Cruz, declarou-se francamente solidaria com a politica e o Governo do dr. Areolino. Outras noticias por igual, informam que os negociantes e industriaes Coroneis Gil Martins e Adão de Medeiros Soares, que dispõem de fortes elementos no Estado, tiveram a mesma conducta. São tambem francamente solidarias com o Governo e a politica do Dr. Areolino de Abreu as representações federaes do Senado e da Camara dos Deputados, com excepção do Deputado Dr. Joaquim Cruz. No Estado todas as Camaras Municipaes o Superior Tribunal de Justiça, todas as autoridades federaes e estadoaes guardam a mesma attitude em face do novo Governo. Reina completa paz na capital e no interior.<sup>22</sup>

Dentre os muitos apoiadores de Areolino Antônio de Abreu aparecem Gil Martins e Adão Medeiros Soares, que naquele momento geriam a *Uzina Sant'Anna*, pioneira da produção de açúcar em escala industrial no estado. Por fim, Gil Martins termina a querela se aliando ao lado denominado pelos jornais de governo constitucional, mas não duvidamos que seu apoio seria diferente se os opositoristas tivessem logrado êxito. Gil Martins, como é característico na Primeira República, era um coronel envolvido em uma rede de relações clientelistas com o estado, como já indicamos. Na perspectiva de Napolitano<sup>23</sup>, esse movimento é reflexo das permanências nas práticas políticas que se perpetuavam desde os tempos imperiais.

Dentre os fatores que corroboravam para a construção de tais permanências há que se levar em consideração a concentração de terras nas mãos da elite agrária, como já argumentara Leal<sup>24</sup> anteriormente, pensadas aí como fator de manutenção da ordem

<sup>22</sup> COUSAS DA POLITICA. *Gutenberg*, Maceió, anno XXVIII, n. 13, p. 2, 21 jan. 1908.

<sup>23</sup> NAPOLITANO, 2016.

<sup>24</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

coronelistas, na qual imperava o voto de cabresto ligado diretamente à dependência econômica dos que estavam sob a proteção dos coronéis, que se responsabilizavam com seus protegidos desde as despesas básicas, como a vestimenta que seria utilizada no dia da votação. No caso de cidades maiores, como as capitais, o autor afirma que não é possível pensar na figura do coronel como alguém abarcando sob o seu manto todo o município, sendo isso mais provável nos municípios do interior em que imperavam características rurais, mas por outro lado é possível identificar espaços de poder no contexto do município, estando a zona urbana mais tendente a estar sob o poderio de coronéis que também fossem chefes políticos, ao passo que nas zonas rurais a figura do coronel estaria mais associada aos fazendeiros.

Se aplicarmos essa caracterização ao perfil de Gil Martins, percebemos nele uma excepcionalidade, pois tanto era um chefe político tendo sido eleito para ocupar o Conselho Municipal, como era fazendeiro na zona rural de Teresina e no interior do estado do Piauí, sobretudo nas regiões mais ao sul da capital, de onde originara sua família. Desse modo, a operação do poder político de Gil Martins enquanto coronel se dava em mais de uma frente, permitindo que alcançasse diferentes grupos de indivíduos.

Graham<sup>25</sup> argumenta que no Brasil do século XIX o clientelismo dizia respeito à troca de cargos e à proteção de pessoas humildes, o que se entrelaçava nas tramas eleitorais garantindo a vitória de grupos políticos, a formação de oligarquias e sua manutenção no poder. Essa prática, como destaca Mota e Lopez<sup>26</sup> era comum na época do império e representou em certa medida uma permanência histórica que adentrou a Primeira República, ainda que tenha sofrido modificações. Arelado ao clientelismo, chamado por Leal<sup>27</sup> de filhotismo ao fazer referência à ideia de que o coronel representava um protetor para aqueles que a ele se subordinavam, está o mandonismo, manifesto a partir do uso da perseguição aos adversários políticos, inclusive com o uso de violência. A trajetória de Gil Martins, como era de se esperar, não está isenta de episódios como este, sobretudo pelo lugar que ocupava e pelos embates que manteve ao longo dos processos eleitorais no Piauí.

Já no início do século XX, podemos afirmar que o clientelismo apresenta uma outra faceta que é justamente a relação de dependência entre membros da elite e o Estado, seja pela troca de cargos, mas também alcançando as relações comerciais entre esses homens e o Estado. Assim, ter o Estado como cliente gerava uma via de mão dupla de obrigações: de um lado, adquiria-se os bens e serviços que alimentavam as fortunas dos coronéis; de outro, os

---

<sup>25</sup> GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

<sup>26</sup> MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História do Brasil: uma interpretação*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

<sup>27</sup> LEAL, 1997.

coronéis apoiavam a ascensão de determinados sujeitos ao poder para garantir a manutenção das relações comerciais com o poder público e até mesmo sua ampliação. Quando aplicamos esse entendimento ao caso particular de Gil Martins, podemos compreender claramente que a suposta indefinição de sua posição neste cenário de disputas políticas servia aos seus próprios interesses.

Há, portanto, nesse caso a caracterização de um sistema de reciprocidade entre Gil Martins e o poder público, impactando no jogo político estabelecido ao longo da Primeira República e, sobretudo, nos processos eleitorais. Analisando a reciprocidade como característica precípua ao coronelismo, manifesto em diferentes regiões do Brasil e resguardadas as especificidades locais, Leal<sup>28</sup> afirma que “todo o edifício vai assentar na base, que é o ‘coronel’, fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política em seu Estado”<sup>29</sup>.

A matéria jornalística acima citada também é enfática ao informar a quantidade de pessoas importantes no cenário estadual, apontando instituições como o Tribunal de Justiça enquanto apoiadoras do governo de Areolino Antônio de Abreu. Um movimento que pusesse Gil Martins em oposição a todos estes grupos poderia trazer prognósticos negativos aos seus empreendimentos, em um momento em que ele estava ampliando seu campo de atuação para a área da indústria. Manter-se do lado situacionista, portanto, nos parece ter sido a posição considerada adequada por ele naquele momento a fim de evitar retaliações que viessem a impactar em seus negócios. Embora as fontes não apontem claramente para este entendimento acerca das motivações de Gil Martins, acreditamos que esta perspectiva é a mais promissora considerando-se o contexto sobre o qual estamos tratando.

O governador Anizio Auto de Abreu, citado ao longo das últimas páginas como correligionário de Gil Martins, veio a falecer em 6 de dezembro de 1909, tendo ainda o vice-governador Antonino Freire da Silva se afastado do cargo sob o argumento de que sua ocupação seria inconstitucional. Então, Manuel Raimundo da Paz, que presidia o legislativo estadual, assume o cargo de governador até que fosse promovida uma eleição indireta. Uma vez eleito, Antonino Freire da Silva passa a ocupar o cargo até a conclusão do quadriênio iniciado por Anizio Auto de Abreu que findaria em 1912<sup>30</sup>. Essa troca de governantes implica em certo grau de instabilidade na política piauiense, sobretudo com a escolha sucessória não

---

<sup>28</sup> LEAL, 1997.

<sup>29</sup> LEAL 1997, p. 64.

<sup>30</sup> NUNES, 2016; QUEIROZ, 1994.

sendo realizada pelo sufrágio universal que, se de um lado atendia aos interesses de certos grupos oligárquicos, de outro podia convulsionar outras facções na disputa pelo poder.

Com a chegada do ano de 1911, encontramos um indicativo da presença de Gil Martins na composição do *Partido Republicano Conservador* ao lado de outros nomes dentre aqueles que outrora fundaram o *Partido Republicano Legalista* em 1892. Essa composição nos permite compreender que as movimentações desses sujeitos entre os partidos não ocorriam de forma isolada na Primeira República, mas de forma que pudessem manter ou ampliar a rede de relações que corroboravam para a manutenção do poder oligárquico. Nesse contexto, o *Partido Republicano Conservador*, que tinha como presidente nacional Quintino Bocaiúva<sup>31</sup>, se apresenta em 1911 liderado pelo seguinte grupo de pessoas no âmbito do Piauí:

Do Piauí. [...] THEREZINA, 5. A Convenção do Partido Republicano Conservador elegeu a comissão executiva, que se compõe dos Srs.: coroneis Manoel da Paz, Leocadio Santos, Pedro Thomaz de Oliveira, Jovino Ferreira, João Rosa e Gil Martins; dos Drs. Arlindo Nogueira, João Gabriel, Mathias Olympio, Ribeiro Gonçalves e Domingos Monteiro. Os suplentes são os Srs. Drs. Costa Araújo Filho, Pires de Castro e Thessandro Paz e Manuel Lopes; Benjamin Martins, Pedro Melchiades Sinval de Castro, Honorio Parentes, Raymundo de Farias, José Joaquim Moraes e Avelino João Maria Brochado. O secretario geral é o dr. Miguel Rosa. Sabemos que o Dr. Abdias Neves vai apresentar uma moção de confiança e representações estadual e federal.<sup>32</sup>

Esse grupo de sujeitos vem aparecendo em reiteradas fontes aqui citadas, sendo um elemento que reforça o nosso argumento de que as oligarquias piauienses se articulavam para manter o controle da política. Nunes<sup>33</sup> chega a afirmar que os grupos dominantes eram compostos por facções que, embora pudessem estar do mesmo lado em determinadas alianças, tendiam a disputar o poder e, assim, provocar um movimento de reordenação do jogo político ao longo da Primeira República. Seguindo esse entendimento, o Piauí viu a manifestação oligárquica de grupos que, assim como pode ser percebido em outros estados da federação, ao mesmo tempo que aspiravam a uma democracia liberal, agiam no sentido de garantir que a representação política se restringisse àqueles que estavam em sua rede.

---

<sup>31</sup> NUNES, 2016.; Nascido Quintino Antônio Ferreira de Sousa em 4 de dezembro de 1836 e falecido em 11 de julho de 1912, foi ministro das Relações Exteriores de 1889 a 1891, senador pelo Rio de Janeiro de 1890 a 1900 e de 1909 a 1912, presidente do Rio de Janeiro de 1900 a 1903. Ficou conhecido como escritor, jornalista e republicano. (CPDOC, 2019).

<sup>32</sup> DO PIAUHY. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n. 157, p. 4, 6 jun. 1911.

<sup>33</sup> NUNES, 2016.

A presença de Gil Martins nestes conchavos pode ser percebida direta e indiretamente a partir da documentação hemerográfica consultada, aparecendo em alguns momentos tomando partido e assinando telegramas e outras manifestações que demarcam sua posição em relação às atividades políticas do estado, mas também surgindo como um nome citado por terceiros que afirmam conhecer suas posições. A seguir apresentamos um destes telegramas em que se demarca claramente uma tomada de decisão no tocante às questões políticas que se passavam no Piauí:

O coronel Manoel da Paz, presidente da comissão executiva do partido republicano conservador no Estado do Piauí, actualmente aqui entre nós, recebeu daquelle Estado o telegramma seguinte: THEREZINA, 7 – Constando aqui, que pretendentes ao governo do Estado afirmaram ahi contar com a maioria da comissão executiva do partido, podemos declarar aos jornaes e aos chefes da politica nacional, que continuamos a prestar decidido apoio ao governador do Estado, Dr. Antonino Freire, com o qual mantemos inteira solidariedade politica, sendo completamente infundada aquella affirmativa. Saudações coridaes – Leocadio Santos – Josino Ferreira – Raymundo Farias – Dr. Antonio Ribeiro Gonçalves – Domingos Monteiro – João Augusto Rosa – Pedro Melchiades – Mathias Olympio – Arlindo Nogueira – Gil Martins.<sup>34</sup>

Nesse caso em particular, trata-se da negativa de uma informação supostamente passada de que Odylo de Moura Costa<sup>35</sup> teria conseguido apoio de membros da comissão executiva do partido e, assim, se lançaria candidato ao governo do estado. Os periódicos do período em estudo publicavam muitas notas telegráficas, dando publicidade para questões políticas de vários estados quando se tratava de um jornal de circulação no Rio de Janeiro, como se deu no telegrama em análise. Considerando essa característica, somos levados a concordar em grande medida com Nunes<sup>36</sup> quando afirma que os jornais são um importante meio para se conhecer as disputas políticas do Piauí, quer se tratassem daqueles que funcionavam como órgãos oficiais dos partidos e do governo, quer se referissem àqueles de propriedade particular.

Em outro telegrama, a negativa em relação a tal candidatura foi confirmada de forma mais veemente, conforme apresentamos abaixo:

<sup>34</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9802, p. 5, 8 ago. 1911.

<sup>35</sup> Nasceu em 1873 e morreu em 1957. Foi escritor e jornalista. Fundou o jornal *A Cidade de Teresina*. Foi bacharel em direito. No Maranhão, ocupou os cargos de juiz, desembargador, secretário de Fazenda e deputado estadual. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras. (GONÇALVES, 2003; BASTOS, 1994).

<sup>36</sup> NUNES, 2016.

A vida política. Presidencia do Piauí. Do serviço telegráfico da Agencia Americana: THEREZINA, 11 – “A Cidade de Therezina”, jornal de propriedade do dr. Odylo Costa, não levantou a candidatura do mesmo ao cargo de governador do Estado, como se esperava, limitando-se a publicar os telegrammas que recebeu, a respeito da referida candidatura. Confirmamos a noticia que, hontem, telegraphámos, dizendo que alguns membros da comissão executiva do Partido Republicano negára apoio á alludida candidatura. Ao que conseguimos saber, os membros do Partido Republicano, que assim procederam, são os srs. drs. Mathias Olympio e Arlindo Nogueira, e os coroneis Josino Ferreira, Pedro Melchiades e Gil Martins.<sup>37</sup>

Neste nota-se que havia certa expectativa de que o próprio Odylo Costa usa-se de seu jornal privado, *A Cidade de Therezina*, para lançar sua candidatura, mas não o fez. Há, portanto, a probabilidade de que os boatos eram falsos ou ainda de que ele tenha usado de prudência, deixando para se manifestar de forma mais incisiva caso algum apoio fosse manifesto. Os dois telegramas, no entanto, são enfáticos quanto ao apoio da comissão executiva do partido ao governador Antonino Freire da Silva. Este segundo telegrama, por outro lado, é mais incisivo ao indicar quais personalidades do partido haviam negado o apoio, dentre elas Gil Martins.

Esse cenário não encontrou sustentáculo por muito tempo. Pouco meses depois nos deparamos com uma cisão no *Partido Republicano Conservador*, tendo Gil Martins como um dos principais dissidentes. Em 12 de outubro de 1911 se noticiou que no dia 10 daquele mesmo mês e ano havia tido uma reunião convocada por Leocádio Santos para abertura da divisão partidária e, no dia seguinte, haveria uma outra reunião com aqueles que permaneciam em apoio a Antonino Freire da Silva<sup>38</sup>. Poucos dias depois, confirmada a cisão, foi publicada nota pelo *Correio da Manhã*, que conta:

POLITICA PIAUHYENSE. *Therezina*, 15 – (*Americana*) – Foi publicada hoje a chapa do partido civilista clerical, apresentando os seus candidatos aos cargos de deputados estaduaes. A apresentação é assignada pelos coroneis Leocadio Santos, Gil Martins e Manoel Lopes, drs. Cromwell de Carvalho e Elias Martins, monsenhor Joaquim Lopes e coronel Antonio Ferraz.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1329, p. 2, 12 ago. 1911.

<sup>38</sup> INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 285, p. 8, 12 out. 1911.

<sup>39</sup> POLITICA PIAUHYENSE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XI, n. 3742, p. 4, 16 out. 1911.

Nunes<sup>40</sup> aponta Odylo de Moura Costa como deflagrador dessa ruptura, tendo ele sido lançado como candidato, dado que não conseguimos confirmar nas fontes consultadas. Isso não quer dizer que Odylo de Moura Costa não tenha tido participação significativa, mas acreditamos que seu papel de líder desse movimento não se sustenta, sobretudo porque posteriormente encontramos relatos que atribuem a Gil Martins o papel decisivo na divisão partidária. Além disso, ao lado dele assinam a representação noticiada pela imprensa pessoas com quem mantinha laços econômicos e políticos há muitos anos, como é o caso de Leocadio Santos que atuava na navegação a vapor e Elias Martins que usava do espaço do jornal *O Apostolo* para representá-lo como um homem honrado na política, no comércio e no que mais estivesse envolvido.

Conforme apontamos desde a primeira parte desta tese, Gil Martins mantinha laços com os setores ligados à Igreja Católica, não sendo de estranhar que o jornal indicasse que a chapa que contava com o seu apoio era a do *Partido Civilista Clerical*, que se referia a uma frente ampla de apoio ao civil Rui Barbosa<sup>41</sup> quando das eleições presidenciais que elegeram o militar Hermes Rodrigues da Fonseca<sup>42</sup>, este último apoiado pelo grupo situacionista. Dentre os demais apoiadores está um religioso, Monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes<sup>43</sup>, bem como Elias Martins, “porta-voz dos segmentos mais conservadores da população”<sup>44</sup>, o qual assinava como editor do periódico *O Apóstolo*, órgão oficial de comunicação da Igreja Católica no estado, que manterá intenso debate em 1911 com o jornal *O Piauí* durante o processo eleitoral para a escolha do próximo governador do estado.

Coutrot<sup>45</sup> nos ajuda a pensar o papel do jornal católico no contexto eleitoral ao afirmar que a “influência da imprensa confessional é tanto maior na medida em que seus leitores são em geral fiéis, na maioria assinantes, e que o coeficiente de difusão é elevado”<sup>46</sup>. Nesse sentido, o nascimento e circulação do jornal *O Apóstolo* tinha papel significativo na circulação da perspectiva política da Igreja, servindo para outros fins além da propagação da

---

<sup>40</sup> NUNES, 2016.

<sup>41</sup> Nasceu em 5 de novembro de 1849 e faleceu em 1 de março de 1923. Foi deputado geral pela Bahia de 1878 a 1885, ministro da Justiça em 1889, ministro da Fazenda de 1889 a 1891, senador pela Bahia de 1891 a 1923 e candidato a presidente da República em 1910 e 1919. À frente do Ministério da Fazenda criou medidas que visavam estimular a industrialização do país, mas tiveram um resultado negativo e culminaram em uma crise econômica que viria a ser parcialmente sanada na gestão do presidente Campos Sales. (CPDOC, 2019).

<sup>42</sup> NUNES, 2016.

<sup>43</sup> Nasceu em 24 de fevereiro de 1870 e faleceu em 24 de setembro de 1925. Ficou conhecido como sacerdote, professor e jornalista. Foi um dos maiores defensores da criação do bispado no Piauí.

<sup>44</sup> QUEIROZ, 1994, p. 28.

<sup>45</sup> COUTROT, A. Religião e política. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-364.

<sup>46</sup> COUTROT, 2003, p. 348.

doutrina religiosa. A autora afirma ainda que esse tipo de imprensa “é sinal da estruturação de uma corrente de opinião”<sup>47</sup>, o que se materializou na realidade piauiense por meio do jornal em análise.

Essa aproximação entre religião e política não é exclusividade do Piauí ou mesmo do Brasil, tendo sido identificada como uma permanência histórica no caso francês como analisa Rémond<sup>48</sup>. Segundo o autor, de “todas as correlações consideradas e observadas, a mais estável continua sendo entre opiniões políticas e crenças religiosas: se ela não é explicativa, ao menos tem uma virtude vaticinadora”<sup>49</sup>. Em outras palavras, historicamente a moral religiosa costuma ser levantada como bandeira política em diferentes realidades, sendo no caso brasileiro e piauiense ainda resquício, ao menos em parte, do lugar do catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro imperial.

Cabe salientar que a Igreja Católica já vinha buscando alargar sua influência no Brasil por meio da criação de bispados, instituindo uma hierarquia clerical que os ligava diretamente a Roma e não mais ao estado brasileiro, no bojo do processo de separação entre Igreja e Estado no Brasil. Pinheiro<sup>50</sup> aponta que essa estratégia se fez sentir no Piauí a partir da criação do Bispado em 1901 e sua efetiva instalação em 1906, quando da posse do primeiro bispo do estado, D. Joaquim Antonio de Almeida. Esse momento marca também a emergência da independência eclesiástica do Piauí em relação ao Maranhão, de modo que o jornal *O Apóstolo* surge como um importante instrumento de veiculação dos interesses clericais.

Essa ruptura então identificada em 1911 tentou ser evitada, como foi expresso em telegramas publicados na imprensa. Já por ocasião da cisão do partido, as informações chegam na capital nacional e causam uma certa movimentação em busca de uma conciliação, como vemos na publicação do *Jornal do Brasil*, de 16 de outubro de 1911:

SEMANA POLITICA. Escreve-nos o Dr. João Cabral: “Tendo eu recebido do Governador do Piauh, Dr. Antonino Freire, telegramma noticiando a imminencia de uma scisão no Partido Republicano Conservador, respondi imediatamente nos seguintes termos: “Aqui nada consta lamentavel scisão nossos amigos. Talvez intriga. Telegraphei Gil. Confio prudencia patriotismo todos evitarão lutas prejudicialissimas Estado”. Logo telegraphei tambem ao meu amigo e prestigioso chefe Coronel Gil Martins, um dos nomes mais referidos no telegramma do Governador, como

<sup>47</sup> COUTROT, 2003, p. 349.

<sup>48</sup> RÉMOND, 2003.

<sup>49</sup> RÉMOND, 2003, p. 43.

<sup>50</sup> PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

dissidente, o seguinte: “Rogo impedir todo transe scisão partido. Procure Antonino. Confio evitarão lutas prejudiciaes Estado”. Certamente a estes telegrammas, unicos passados por mim, é que se prende a versão menos certa, de onde se abeberou o correspondente do “Jornal do Brasil” para o seu despacho de hontem”.<sup>51</sup>

Aparentemente os políticos piauienses que se encontravam no Rio de Janeiro, a exemplo de João Cabral<sup>52</sup>, foram surpreendidos com a notícia da cisão no partido. O telegrama acima deixa entrever que Antonino Freire da Silva atribui significativa relevância ao papel de Gil Martins no processo de ruptura partidária. Esse fato traz sérias implicações, pois coloca em xeque as alianças outrora realizadas e as modifica para atender aos novos interesses que foram postos. Trata-se de um movimento complexo e que tem alcance para além do estado, pois a mudança na conjuntura estadual poderia ter implicações futuras nos processos eleitorais para as candidatura de deputado federal e senador. Interessante notar que apesar de Gil Martins ter negado apoio a uma possível candidatura de Odylo de Moura Costa para governador, conforme telegrama comentado anteriormente, este se manteve ao lado do coronel após a ruptura partidária.

As implicações dessa nova conjuntura fazem emergir nas páginas de jornais o caráter violento das disputas eleitorais da Primeira República, bem como o contexto de disputa pelo discurso da verdade sobre os fatos no campo da imprensa e da opinião popular. A esse respeito, cabe conferirmos a publicação de *A Imprensa*:

A vida politica. A politica do Piauhy. O sr. deputado Joaquim Cruz recebeu, hontem, o seguinte telegramma, que communicou ao sr. presidente da Republica: THEREZINA, 1 – Coronel Benjamin Martins, que teria de exercer importante papel na junta apuradora, no caracter de presidente do Conselho Municipal, candidato incluído em nossa chapa, solicitado diversas vezes pelo governador Antonino Freire e coronel João Rosa para retirar seu nome da referida chapa com propostas suppostas vantajosas, mas indignas e repellidas sempre, foi alvejado por balas de assassinos. Seu estado é gravíssimo e declarou no inquérito policial, bem como a amigos, ser proposital o crime. É plano politico e candidatura Miguel Rosa começa assim derramando sangue. Appellamos para o presidente da Republica. – Leocadio Santos. – Gil Martins. – Odylo Costa. – Elias Martins.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 289, p. 3, 16 out. 1911.

<sup>52</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>53</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1411, p. 2, 2 nov. 1911.

Segundo a versão dos opositoristas, o coronel Benjamin de Sousa Martins<sup>54</sup> foi alvejado com tiros criminosos que intentavam a sua morte por recusar apoiar o candidato do governador, Miguel de Paiva Rosa. Busca-se, assim, lançar sobre a candidatura situacionista a culpa pelo atentado como forma de denunciar a sua incapacidade para o cargo de governador e a tentativa de mudar os rumos do processo eleitoral por meio da dissidência de Benjamin Martins, o qual seria recompensado posteriormente.

Houve no caso em questão um debate pela versão verdadeira dos fatos como forma de influir na campanha eleitoral. Nestes momentos, era comum que os ânimos ficassem exaltados, sobretudo quando estavam envolvidas situações de violência, mas também pela própria disputa pelo poder em si. Nesse sentido, cabe salientar a posição de Rémond<sup>55</sup>, para o qual as campanhas representam o primeiro ato das eleições, pois não são apenas a “manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos políticos e os movimentos de opinião”<sup>56</sup>. Assim, entendemos que os membros da elite política em disputa naquele pleito entendiam a importância das campanhas eleitorais, para além das estratégias de fraude, como parte do teatro das oligarquias vivido naqueles anos.

Como era de se esperar, essa versão dos fatos tentou ser desmentida, mas os jornais voltaram a reforçar a versão dos opositoristas, conforme podemos conferir no seguinte trecho:

A vida politica. Politica do Piahy. O deputado Joaquim Cruz recebeu da capital do Piahy os seguintes telegrammas: THEREZINA, 9 – Consta fôra endereçado ao marechal Pires Ferreira telegramma nome coronel Benjamin Martins contestando intuitos criminosos dois tiros desfechados em sua pessoa; affirmando tambem solidariedade ao governo coronel Benjamin Martins declarou no inquerito policial e a dezenas de pessoas gradas entre ellas desembargador Helvidio Clementino, dr. Aguiar, sogro do governador Antonino Freire, que tiros foram propositaes. Seu estado é melindroso e suas declarações ainda hoje a amigos fazem acreditar falsidade telegramma marechal Pires Ferreira. Imprensa discutindo incidentes do facto. (Assignados). – Leocadio Santos. – Gil Martins. – Odylo Costa. – Elias Martins.<sup>57</sup>

<sup>54</sup> Nasceu em 1867 e faleceu em 1924. Teve atuação como conselheiro municipal em várias legislaturas ao longo da Primeira República. Foi intendente de Teresina de 1901 a 1904. (GONÇALVES, 2003).

<sup>55</sup> RÉMOND, 2003.

<sup>56</sup> RÉMOND, 2003, p. 49.

<sup>57</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1423, p. 4, 14 nov. 1911.

Neste outro telegrama, os oposicionistas voltam a reforçar que o atentado foi criminoso, bem como que Benjamin Martins jamais autorizou o envio de telegrama afirmando apoiar o candidato do governo, Miguel de Paiva Rosa. Dessa forma, a correspondência recebida pelo marechal Firmino Pires Ferreira<sup>58</sup> seria falsa e não condizia com a verdade, segundo essa versão. Não podemos desconsiderar que esse momento político trata de uma forte disputa entre uma oligarquia que está no poder e nele quer se sustentar e outra oligarquia que, embora antes mantivesse laços de aliança, agora deseja governar.

Nunes<sup>59</sup>, em seus estudos, aponta que a imprensa foi muito utilizada como mecanismo de manipulação da opinião, sobretudo nesse momento de transição na chefia do governo estadual. Em parte, a autora atribui essa instabilidade à dificuldade de Antonino Freire da Silva de gerir as negociações em prol de uma candidatura que conciliasse os interesses dos diferentes grupos, bem como devido à escolha de Miguel de Paiva Rosa como candidato a seu sucessor, tendo desagradado os setores da elite política da capital.

A postura anticlerical do candidato situacionista, caracterizado como maçom e livre-pensador no cenário piauiense conforme descrição de Pinheiro<sup>60</sup>, é um elemento que deve ser levado em consideração, podendo a ruptura aqui relatada no âmbito do grupo que outrora apoiou Anizio Auto de Abreu ser motivada, em parte, por estas questões. Miguel de Paiva Rosa, em episódio analisado pela autora, havia se indisposto em 1909 com muitos membros da elite local ao emitir portaria, quando ocupava o cargo de Diretor da Instrução Pública, proibindo o uso de imagens religiosas nos ambientes escolares. Considerando que muitas aulas particulares se davam nas próprias residências, sendo muitas destas católicas, a portaria repercutiu na imprensa clerical como um ataque à Igreja e uma afronta à “privacidade dos lares, das crenças mais antigas e sagradas”<sup>61</sup>.

Os oposicionistas, assim, buscaram utilizar a imprensa para denunciar eventuais abusos realizados por parte dos situacionistas e continuaram a defender o caráter criminoso do incidente com Benjamin Martins. Odylo de Moura Costa reitera essa defesa em telegrama enviado ao deputado Joaquim Antônio da Cruz<sup>62</sup>:

---

<sup>58</sup> Nasceu em 25 de setembro de 1848 e faleceu em 21 de julho de 1930. Foi marechal do Exército e Político. Foi deputado federal de 1891 a 1893 e senador por quatro mandatos até 1930. (GONÇALVES, 2003).

<sup>59</sup> NUNES, 2016.

<sup>60</sup> PINHEIRO, 2001.

<sup>61</sup> PINHEIRO, 2001, p. 69.

<sup>62</sup> Nasceu em 1846 e faleceu em 19 de outubro de 1912. Foi médico e pertenceu ao corpo de saúde do exército. Foi senador pelo Piauí de 1890 a 1899 e deputado federal de 1906 a 1911. (BASTOS, 1994).

A vida política. Política do Piauí. O deputado Joaquim Cruz recebeu da capital do Piauí os seguintes telegramas: [...] THERESINA, 10 – Visitando hoje coronel Benjamin Martins, que continua em estado grave, afirmou-me espontaneamente perante toda família não passou nem autorizou passar telegrama publicado “Diário Oficial” ao marechal Pires e dr. Raymundo Arthur quanto á sua posição política, declarando ser francamente oposicionista ao dr. Miguel Rosa. Póde dar toda publicidade. (Assignado). – Odylo.<sup>63</sup>

No telegrama acima, o lugar de oposição de Benjamin Martins é reiterado por Odylo Costa, buscando descredibilizar as ações dos governistas, uma vez que seriam portadores de mentiras. As notícias de jornal que vimos apresentando que abordam a questão do incidente em que Benjamin Martins foi baleado dão conta da abertura de um inquérito policial, mas esta documentação não estava disponível nos acervos consultados, de forma que o acesso à informação sobre este caso se deu apenas por meio dos periódicos. Se por um lado fica em aberto a que resultado chegou a investigação ou mesmo se chegou a algum, por outro o caso em questão e o papel noticiador da imprensa permitem perceber o caráter violento que as disputas eleitorais podiam assumir naquela conjuntura.

Apesar dos esforços da oposição, o resultado não lhe foi favorável nas eleições para deputados estaduais nos fins de 1911. Na capital, o resultado oficial indicaria a vitória governista por uma diferença de apenas 38 (trinta e oito) votos<sup>64</sup>, o que mostrava o quão acirrada havia sido a eleição naquele espaço. Nunes<sup>65</sup> atribui esse resultado ao peso da oligarquia Pires Ferreira do lado governista, indicando que isso também afetaria as futuras eleições para governador que ocorreriam em 1912, acrescentando também as divisões na ala oposicionista como indicativo da futura derrota visto que, segundo a autora, a oposição chegaria ao término da eleição apresentando dois candidatos, sendo um o próprio Odylo de Moura Costa, que outrora não havia recebido apoio para tal e, o outro, Coriolano de Carvalho e Silva, que havia governado o estado durante a gestão de Floriano Peixoto na presidência do país.

Assim, embora Queiroz<sup>66</sup> aponte que a oposição abandonou a candidatura de Odylo de Moura Costa para apoiar Coriolano de Carvalho e Silva, não podemos afirmar que isso tenha ocorrido em sua completude, mas que majoritariamente assim ocorreu. Essa afirmação é corroborada pelos resultados eleitorais, onde pudemos constatar uma ampla maioria de votos

<sup>63</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1423, p. 4, 14 nov. 1911.

<sup>64</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1427, p. 2, 18 nov. 1911.

<sup>65</sup> NUNES, 2016.

<sup>66</sup> QUEIROZ, 1994.

da oposição a favor de Coriolano de Carvalho e Silva. Em sua última mensagem governamental, Antonino Freire da Silva remeteu a essa troca de candidatos da oposição, afirmando que “[...] um dos partidos, que entre nós disputam o poder, abandonou o candidato a governador que até então sustentava, substituindo-o pelo referido tenente-coronel Coriolano”<sup>67</sup>.

As eleições para deputados estaduais, nesse contexto, não deram por encerrados os conflitos políticos, tendo a ala oposicionista questionado o resultado alegando que os governistas o haviam manipulado por meio da compra de votos, desvio de dinheiro público, demissão e coação de funcionários públicos, além da baixa de praças para que seus votos fossem desconsiderados na apuração<sup>68</sup>. Na mesma medida, a ala oposicionista utilizou a imprensa para denunciar as ações governistas, atribuindo um caráter de perseguição e vingança contra aqueles que não apoiaram Miguel de Paiva Rosa. Uma das denúncias é a respeito do telegrafista Henrique Vilhena, assim reproduzida na página do jornal carioca *A Imprensa*:

A vida politica. Politica do Piauhy. CAIXAS, 14 – Henrique Vilhena, telegraphista, soffrendo perseguições, accusações injustas, chamado palacio, repelliu imposição governador; está suspenso; tratam sua remoção. (Assignado) – *Leocadio, Gil Martins, Odylo, Tuna.*<sup>69</sup>

A mesma edição do jornal apresenta um segundo caso, este atingindo um número maior de pessoas, como segue:

A vida politica. Politica do Piauhy. THEREZINA, 14 – Demittido Polydoro Saraiva, exemplar chefe familia, demittidos todos empregados cidade Amarante; iminentes muitas outras demissões Força publica promptidão. Dr. Miguel Rosa ameaça pessoalmente eleitorado. Communique imprensa. (Assignados) – *Leocadio Santos, Gil Martins, Odylo Costa, Elias Martins.*<sup>70</sup>

A análise da conjuntura política a partir das fontes consultadas e apresentadas até aqui, permitem inferir que o grupo oposicionista, do qual Gil Martins fazia parte, realmente deve ter passado por retaliações após o resultado eleitoral, tendo sido alvo delas ainda no período

---

<sup>67</sup> PIAUHY. Mensagem apresenta á Camara Legislativa no dia 1 de junho de 1912 pelo Exm Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado. Teresina: Imprensa Oficial, 1914. p. 6.

<sup>68</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1427, p. 2, 18 nov. 1911.

<sup>69</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1427, p. 2, 18 nov. 1911.

<sup>70</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1427, p. 2, 18 nov. 1911.

de campanha, como ocorreu no atentado a Benjamin Martins analisado anteriormente. Dessa maneira, a oposição buscou se articular para ocupar cargos no legislativo federal de forma que pudesse fortalecer a base contrária ao possível governo de Miguel de Paiva Rosa. Para Queiroz<sup>71</sup>, é provável que este governo tenha sido o que mais sofreu oposição, fato que a autora atribui à falta de habilidade política para lidar com a elite local, além do cenário econômico desfavorável com a queda da exportação da borracha de maniçoba, que representava o principal produto de exportação do Piauí<sup>72</sup>.

Outrossim, as notas de jornais publicadas pela oposição serviam para expor Miguel de Paiva Rosa como um sujeito inapto para a condução política do estado, uma vez que o uso da força bruta que a ele era atribuída seria incompatível com o comportamento de um dirigente republicano. A difamação, portanto, era um dos artifícios utilizados pelos grupos políticos na busca de alcançar seus objetivos, não sendo esta estratégia de uso exclusivo do grupo oposicionista como no caso em análise, mas também era um mecanismo utilizado pelos governistas.

Nas páginas do jornal *O Apóstolo*, dirigido por Elias Martins e órgão da Igreja Católica, encontramos longo manifesto a favor dos candidatos da oposição para a eleições legislativas. Reiteramos, assim, a posição de Gil Martins ao lado da ala clerical e conservadora da sociedade piauiense. Dada a relevância desta publicação, a transcrevemos na íntegra, reproduzindo os apelos e argumentos lançados pelo que passou a ser conhecido como *Partido Coligação*:

Illustre amigo e Sr. Approximando-se o dia 30 de Janeiro, quando devem ter lugar as eleições federaes, cumpre-nos levar ao vosso conhecimento a chapa organizada pelos elementos colligados que combatem a situação dominante no Estado. Encarecer esse pleito, pedir para o mesmo toda a vossa comprovada atividade, é uma cousa supérflua ao vosso espirito conhecedor das responsabilidades extraordinarias, que pesam sobre todos os piauienses que ficarem inertes diante da perspectiva que ensombra os destinos de nossa terra. *Não somos, nem seremos jamais, perturbadores da paz e da ordem politicas do nosso Estado, mas, em defeza dos nossos direitos, dos princípios republicanos, das prerogativas do homem livre, havemos de ser, em todos os tempos, luctadores fortes, especialmente, em horas como a actual, quando se nos quer impôr uma candidatura, que não traduz as aspirações, nem tão pouco consulta os interesses dos piauienses. É nosso candidato ao lugar de Senador da republica o eminente piauiense dr. Antonio Coelho Rodrigues, advogado, residente no Rio de Janeiro, um nome que representa altos serviços ao Estado e ao paiz. Tambem recommendamos e indicamos*

---

<sup>71</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>72</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006b.

*para deputados os nomes dos nossos distinctos correligionarios dr. Joaquim Antonio da Cruz, medico, residente no Rio de Janeiro e dr. Antonio Martins de Areia Leão, engenheiro, residente na capital da republica. O primeiro destes é o antigo chefe de prestigio e serviços ao Estado, um dos directores desse movimento reivindicador a que nos abalançamos; o outro, é seu braço forte, tendo grandes e optimas relações no Rio, disposto sempre ao serviço da terra piauiense, que idolatra. Nomeados assim os nossos candidatos, juntamos a esta circular as instrucções para o pleito e ficamos descançados quanto ao resultado do mesmo nessa localidade. Sempre ao vosso dispor, somos com estima. Corr.<sup>os</sup> e amigos attenciosos. Joaquim Antonio da Cruz, Joaquim Ribeiro Gonçalves, (ausentes); Leocadio Santos, Monsenhor Joaquim Lopes, Odylo Costa, Dr. Antonio Ribeiro Gonçalves, Antonio Ferraz, José de Lobã Portellada, Gil Martins, José João dos Santos, Octavio Falcão, Arthur Furtado de A. Cavalcante, Cromwell de Carvalho, Manoel Lopes Correia Lima, Sotero Vaz da Silveira, Antonio de Carvalho Filho, João Santos, Collect Fonseca, Domingos Santos, Leucippo Dantas Avelino, Polydoro Saraiva, Elias Martins.<sup>73</sup>*

O primeiro argumento que chama a atenção é a defesa de que a coligação oposicionista prega a manutenção da ordem e não a sua perturbação. O contexto era grave ao ponto de ambos os lados da querela tentarem vender a imagem de que o outro grupo é que usava da força bruta e não as vias democráticas para sanar suas diferenças. Considerando que esta publicação foi realizada no jornal católico, não é de surpreender que a primeira representação que se tenta construir é a de que o grupo apoiado pela Igreja é honrado, e o é a tal ponto que se coloca na obrigação de combater o candidato governista, pois ele não representa os ideias republicanos que deveriam reinar sobre a sociedade brasileira e a piauiense em particular.

Em relação a essa questão Coutrot<sup>74</sup> aponta para o fato de que a Igreja tem consciência do potencial de coesão do voto do eleitorado católico, ao passo que identificamos no caso em análise uma tentativa dos membros da elite oposicionista de usar a associação com a Igreja como estratégia de convencimento. Essa prática encontra similaridade no caso francês analisado pela autora, onde foi identificado que nos anos iniciais do século XX a Igreja buscava influenciar o voto dos eleitores católicos pela recomendação de “candidatos certos”<sup>75</sup> de forma semelhante ao que vimos ocorrer no Piauí, reforçando os argumentos outrora levantados por Pinheiro<sup>76</sup> e com os quais concordamos.

<sup>73</sup> ILLUSTRE AMIGO E SR. *O Apostolo*, Teresina, anno V, n. 241, p. 3, 7 jan. 1912, grifo nosso.

<sup>74</sup> COUTROT, 2003.

<sup>75</sup> COUTROT, 2003, p. 341.

<sup>76</sup> PINHEIRO, 2001.

Queiroz<sup>77</sup> refere que entre os anos de 1902 e 1914 o Piauí se viu em meio a uma disputa entre membros da elite que assumem posturas clericais e anticlericais, estes últimos em grande parte representados por membros da Maçonaria, os quais desde os anos finais do império questionavam a atuação da Igreja Católica e sua interferência no mundo secular. Há, portanto, a existência de uma parcela da elite defendendo a perda de poder pela Igreja no cenário republicano, o que corrobora com o cenário brasileiro de redefinição do papel da Igreja em relação ao Estado, consubstanciando-se na república pela negação de uma religião oficial. As fontes analisadas junto à imprensa, portanto, demonstram que nesse processo eleitoral há uma permanência da disputa vivida durante a eleição de Miguel de Paiva Rosa em 1911, sendo este um representante da Maçonaria. Os coligados, assim, intentam mais uma vez alcançar expressividade no cenário político em face da derrota sofrida no ano anterior.

Dessa maneira, os coligados apresentam seus candidatos ao senado e à câmara dos deputados, com a característica peculiar de que nenhum deles residia no Piauí à época do pleito. Era muito comum naquele período que os homens de posse mantivessem residência na capital do país, o que lhes conferia certo prestígio, mas ao mesmo tempo os distanciava da realidade vivenciada em seus estados. Assim, conforme o poder das oligarquias que os elegiam, estes passavam a representar o estado, quando muitas vezes já estavam distantes destes há anos. De fato, a eleição desse perfil de candidato falava mais do poder das oligarquias do que de suas aptidões para ocupar os cargos.

No meses iniciais do ano de 1912 há um agravamento desse quadro de conflitos políticos que vimos relatando. Os opositoristas passaram a ser denunciados como conspiradores pelos governistas, a exemplo da nota publicada na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e que aqui transcrevemos:

CONSPIRAÇÃO CONTRA O GOVERNO DO PIAUHY. TENTATIVA DE DEPOSIÇÃO. Sabemos que foi recebido um telegramma do Piauhy, dizendo que a policia da capital daquelle Estado teve denuncia da existencia de uma conspiração com o intuito de depor o governador do Estado, Dr. Antonino Freire. Dizem que o negociante Adão Soares, socio da firma Gil Martins & C., membro do directorio dos colligados, esteve comprando armamento no Ceará, para fazer o movimento. Parece que a conspiração abortou, diante das energicas medidas adoptadas pela policia e das providencias tomadas pelo governo do Estado e da desistencia do tenentecoronel Coriolano de Carvalho. Conforme ficou averiguado, as desordens teriam logar antes da apuração das eleições federaes, afim de impedir a

---

<sup>77</sup> QUEIROZ, 1994.

reunião dos presidentes dos conselhos municipaes, que formam a junta apuradora.<sup>78</sup>

A denúncia realizada diz respeito à tentativa de deposição de Antonino Freire da Silva, de forma que se pudesse evitar a transmissão oficial do cargo de governador a Miguel de Paiva Rosa, haja vista que o cenário indicava a sua possível eleição. A fala acima atribui papel relevante a Gil Martins e seu sócio Adão Soares, pois estes seriam os responsáveis pela aquisição do armamento que seria utilizado na empreitada, sendo este importado do Ceará. Gil Martins possuía relações com este estado que esta pesquisa não conseguiu identificar precisamente de que natureza eram. Em momento anterior de nossa discussão, relatamos uma viagem de Gil Martins ao Ceará, mas as fontes apenas indicam que se tratava de viagem com motivações pessoais<sup>79</sup>.

Não podemos descartar que é possível que as motivações pessoais apontadas tivessem tal natureza, mas a distância temporal entre o relato anterior e este, cerca de 4 (quatro) anos, não permite inferir com segurança que as relações fossem desse tipo. O desenrolar dos acontecimentos, por outro lado, indicam que de fato a situação atingiu tal nível de gravidade que levou os coronéis a utilizarem das armas na disputa pelo governo estadual. Antes de aprofundarmos essa questão, traremos à tona um outro relato que apresenta informações complementares acerca dessa possível aquisição de armas. Ambos os relatos constroem uma representação de efetividade da força policial, tendo trabalhado com competência para prevenir qualquer atentado, mas nesta outra matéria acrescentam-se elementos novos. Vejamos:

O Sr. presidente da Republica recebeu hontem o seguinte telegramma do Piauhy: “Therezina, 14 – Cumpro o dever de communicar a V. Exc. que circulando insistentes boatos de perturbação da ordem publica nesta capital, a policia chegou á evidencia que effectivamente um grupo de politicos exaltados tramava contra as autoridades constituídas do Estado. Recebendo denuncia que o negociante Adão Soares, socio da firma commercial Gil Martins & C., desta praça, estivera na capital do Ceará comprando armamento para promover taes movimentos. o Dr. Secretario de Estado da Policia determinou a apprehensão desse armamento, que constava ter sido embarcado no vapor “João de Castro”, em que viajava o mesmo Adão Soares. O mandado de busca expedido para esse fim foi hontem cumprido, não tendo sido encontrado armamento. A diligencia se effectuou sem nenhum incidente desagradavel e o negociante Adão Soares desembarcou

<sup>78</sup> CONSPIRAÇÃO. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n. 43, p. 2, 12 fev. 1912.

<sup>79</sup> GAZETILHA. *O Piauhy*, Teresina, anno XVIII, n. 984, p. 6, 28 nov. 1908.

hoje livremente nesta capital. A ordem publica não foi absolutamente alterada. Respeitosas saudações – Antonino Freire, governador.”<sup>80</sup>

Matéria semelhante a esta foi publicada em outros jornais da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>81</sup>, indicando que a possibilidade de um golpe no governo do Piauí despertou o interesse da imprensa nacional à medida que a querela aumentava de proporções. Estas publicações, no entanto, indicam que não foram encontradas armas com Adão Soares, frustrando os planos da ala situacionista de efetuar uma prisão em flagrante. É possível que se tenha aberto um inquérito a respeito do caso, mas os acervos consultados não dispõem de processo desse tipo arquivados concernentes a Teresina. O governador Antonino Freire da Silva, mesmo diante da busca frustrada pelo suposto armamento, passa a mensagem de que a ordem pública foi mantida graças aos esforços da força policial, mas esta nada encontrou, corroborando o acontecimento para acirrar os ânimos na capital.

Esse contexto de disputa eleitoral é característico das eleições na Primeira República. Fraude, violência, compra de votos e coações marcavam os pleitos nacionais, inclusive para a presidência da república, de maneira que não seria diferente nos estados<sup>82</sup>. Na aludida situação, em que não se encontrou armas com Adão Soares, acreditamos que a oposição não seria ingênua a ponto de permitir que o armamento possivelmente adquirido fosse transportado na mesma embarcação do adquirente, ainda mais sendo este um homem importante no cenário comercial, político e industrial da cidade, na condição de sócio de Gil Martins. O caráter belicoso que a disputa tomara com a aproximação do pleito permite que afirmemos que de fato houve a aquisição das armas. O uso da força bruta naquela conjuntura não seria uma excepcionalidade, uma vez que a violência era uma constantes nesses processos, como a historiografia há muito vem apontando.

Após o incidente acima relatado a coligação oposicionista se reuniu aprovando a deliberação do nome de Coriolano de Carvalho e Silva. O *Partido Coligação*, então, passou a ser dirigido pelo seguinte diretório:

THEREZINA, 23. Foi reformado o directorio da colligação, que ficou assim composto: presidente honorario, Leocadio dos Santos; presidente effectivo, Dr. Odylo Costa; vice-presidentes, Gil Martins, Dr. Ribeiro Gonçalves,

<sup>80</sup> O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n. 46, p. 2, 15 fev. 1912.

<sup>81</sup> A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno IX, n. 1505, p. 3, 15 fev. 1912.; NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 17441, p. 1, 16 fev. 1912.

<sup>82</sup> FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

Pedro Sant'Anna, Dr. Lucrecio Avelino, Benjamin Martins, Arthur Furtado, Dr. Elias Martins e José Portella; suplentes, Dr. Carvalho Filho, Adão Soares, Cromwell Barbosa, Totó Rodrigues, Gonçalo Cavalcanti, Pedro Mendes, padre Lopes e Dr. Sotero Vaz.<sup>83</sup>

A liderança de Gil Martins no cenário político piauiense torna-se, assim, cada vez mais notável com o passar dos anos, a partir daquele momento então como um dos vice-presidentes do diretório do partido oposicionista, tendo ele mesmo liderado a divisão do *Partido Republicano Conservador* que se encontrava na situação. A composição do diretório reformado vem, nesse ínterim, reforçar os laços com a ala clerical da elite piauiense e a manutenção da aliança oposicionista forjada por ocasião das eleições estaduais nos fins do ano de 1911.

Portanto, acreditamos que a indicação do coronel Coriolano de Carvalho e Silva, sendo ele militar, se dá como resultado direto da influência de Gil Martins, bem como uma tentativa da oposição de demonstrar força, face aos contornos cada vez mais violentos que o pleito eleitoral estava tomando.

Governo do Estado. Therezina – Nome povo piauiense temos honra communicar V. Exc. que hontem noite partido colligação deliberou apresentar tenente coronel exercito Coriolano Carvalho para governador deste Estado. Confiamos V. Exc. que o iniciador libertação norte garras olygarchias approve deliberação povo piauiense para implantar aqui regimen democratico. Respeitosas saudações, (assingnados) – Leocadio Santos, dr. Odylo Costa, Gil Martins, dr. Ribeiro Gonçalves, Pedro Sant'Anna, dr. Lucrecio Avelino, Benjamin Martins, dr. Arthur Furtado, dr. Elias Martins, José Portella, dr. Abdias Neves e Totó Rodrigues. – Em resposta, o general Dantas Barreto passou o seguinte telegramma: << Sr. Leocadio Santos. – Theresina. – Agradeço comunicação escolha candidato governador vosso Estado de cuja suprema direcção politica depende sua prosperidade. Penso que devidamente esclarecido povo por uma propaganda intelligente e activa decidirá seu voto nas urnas contanto que o pleito seja breve e sincero.<sup>84</sup>

O discurso que se constrói em torno da indicação do coronel Coriolano de Carvalho e Silva é o de que ele seria capaz de libertar o estado das garras de uma oligarquia para, então, permitir que o Piauí vivesse um regime democrático. O que vemos, na prática, não é a busca pela libertação de uma oligarquia, mas a substituição de uma por outra. Logo, ao passo que a oposição criticava as práticas adotadas pelos governistas, ela própria usava dos mesmos

<sup>83</sup> THEREZINA. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10002, p. 5, 24 fev. 1912.

<sup>84</sup> GOVERNO DO ESTADO. *Jornal Pequeno*, Recife, anno XIV, n. 41, p. 3, 21 fev. 1912.

artifícios, conforme lhe parecesse conveniente. Nos relatos encontrados ao longo da pesquisa que subsidia este trabalho, vemos a troca de farpas entre situacionistas e oposicionistas, culpabilizando-se uns aos outros por coisas semelhantes utilizando a imprensa como instrumento político.

No relato a seguir, vemos um exemplo das acusações feitas pelos apoiadores de Miguel de Paiva Rosa contra a oposição:

PIAUHY. THEREZINA, 13. Teve lugar hoje, na casa do negociante Gil Martins, uma reunião política oposicionista, ficando assentada a candidatura do coronel Coriolano. Os Srs. Leocadio Santos, Dr. Odylo Costa e José João dos Santos não compareceram. O partido situacionista continúa firme, apoiando a candidatura do Dr. Miguel Rosa. O *Apostolo*, jornal civilista e clerical, censura hoje o chefe do districto telegraphico, por ter recusado transmittir para ahi telegrammas alarmantes, dizendo achar-se a capital cheia de capanhas armados de rifles e pistolas, sendo alguns delles criminosos celebres, ameaçando a opposição, arrombando portas e perturbando o socego das familias. Tudo isto é completamente falso e tem por fim produzir effeito longe. A capital está em plena calma. O correspondente do *Jornal do Brazil* aqui é o Dr. Elias Martins, redactor do *Apostolo*, inimigo pessoal do governador desde a campanha presidencial, quando Elias, civilista exaltado, atacava grosseiramente o marechal Hermes. (Serviço do *Paiz*).<sup>85</sup>

Os governistas acusavam, assim, a oposição de forjar um clima de insegurança que não existia no estado, por meio do envio de telegramas mentirosos a autoridades que estavam fora do estado, a fim de construir uma falsa imagem de perseguição àqueles que ousavam se opor a Antonino Freire da Silva. Vemos aqui uma clara tentativa de desqualificar a oposição, inclusive indicando uma possível dissidência no seio desta pela ausência de Leocadio Santos, Odylo Costa e José João dos Santos em reunião realizada na casa de Gil Martins. Para além disso, o confronto passa a se dar também no plano pessoal, em clara tentativa de afronta à honra de Elias Martins, sendo ele o correspondente que enviava as falsas notícias.

O uso de ofensas pessoais não era, entretanto, privilégio dos apoiadores de Antonino Freire da Silva e Miguel de Paiva Rosa. Em resposta à busca de armas que estariam sendo transportadas por Adão Soares, conforme apresentamos anteriormente, o jornal *O Apostolo* assim rebate buscando ofender diretamente a pessoa de Antonino Freire da Silva:

---

<sup>85</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10021, p. 6, 14 mar. 1912.

Uma de molequinho. Nos últimos jornaes vindos do Rio de Janeiro encontra-se o seguinte telegramma passado por Molequinho ao Marechal Hermes: <<Theresina, 14. Cumpro o dever de communicar a V. exa. que, circulando insistentes boatos de perturbação da ordem publica nesta capital, a policia chegou á evidencia de que, effectivamente, um grupo de politicos exaltados tramava contra as autoridades constituídas do Estado. Recebendo denuncia de que o negociante Adão Soares, socio da firma commercial Gil Martins & C., desta praça, estivera na capital do Ceará comprando armamento para promover taes movimentos, o Dr. Secretario de Policia determinou a apprehensão desse armamento, que constava ter embarcado no vapor <<João de Castro>>, em que viajava o mesmo Adão Soares. O mandado de busca expedido para esse fim foi hontem cumprido, não tendo sido encoutrado armamento. A deligencia se effectuou sem nenhum incidente desagradavel e o negociante Adão Soares desembarcou hoje, livremente, nesta capital. A ordem publica não foi absolutamente alterada. Respeitosas saudações. Antonino Freire, governador>>. Depois disto, diante disto, ninguem mais, nos parece, sustentará que Molequinho tenha vergonha. Tão cynico quanto molequinho conhecemos alguém; mais cynico ninguem.<sup>86</sup>

Portanto, o cenário tendia a se agravar cada vez mais conforme se aproximava o pleito eleitoral. Estando fora do estado naquele momento, o coronel Coriolano de Carvalho e Silva acusa o recebimento de telegrama a seu favor para concorrer à candidatura do governo estadual, em nome da oposição que ora estava organizada, conforme publicação do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro:

Therezina, 20. – Colligação, unanimemente, levantou vossa candidatura governador Estado Piauhy, proximo quatriennio, tendo Dr. Odylo Costa espontanea e gostosamente desistido vosso favor, continuando, porém, candidatura vice-governador Dr. Ribeiro Gonçalves. Contamos nossa resolução será acolhida benignamente, pondo assim mais uma vez em prova vosso acendrado amor á nossa terra. Cordiaes saudações. Coronel Leocadio Santos, Dr. Odylo Costa, Dr. Ribeiro Gonçalves, Gil Martins, Adão Soares, Dr. Ellias Martins, Dr. Cromwell Carvalho, Monsenhor Joaquim Lopes, Totó Rodrigues, Dr. Vaz da Silveira, Dr. João Santos, Major Pedro Mendes, João Climaco Silveira, Dr. Antonio Carvalho Filho, Dr. Valdemiro Tito, Dr. Lurecio Mellino, Dr. Arthur Furtado, Benjamin Martins, pharmaceutico Collecto Fonseca, Firmo Borges, Climaco Filho, Dr. João Virgilio, Francisco Guimarães, Ney Ferraz, Antonio Martins, Dr. Castro Cavalcanti, Coronel José Santos, Leucipo Avelino, Pedro Britto, José Santa Anna, Pedro Sant'Anna, Coronel José Portellada, Joaquim Noronha, Raymundo Furtado.<sup>87</sup>

A mesma edição do jornal apresenta em seguida vários telegramas advindos de diferentes regiões, de norte a sul do Piauí, tais como Parnaíba, Teresina, Regeneração, União,

<sup>86</sup> UMA DE MOLEQUINHO. *O Apostolo*, Teresina, anno V, n. 252, p. 4, 24 mar. 1912.

<sup>87</sup> POLITICA DO PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 86, n. 87, p. 7, 27 mar. 1912.

Amarante, São João do Piauí, Campo Maior, felicitando o coronel Coriolano de Carvalho e Silva pela candidatura. Tratam-se de telegramas publicizados pelo próprio Coriolano indicando sua intenção de mostrar força, prestígio e poder perante os eleitores. A nosso ver a publicização desses telegramas indica a intenção do candidato de mostrar viabilidade de seu nome concorrer, uma vez que teria os apoios necessários.

Odylo de Moura Costa, no entanto, parece não ter gostado da indicação de Coriolano de Carvalho e Silva como nome da candidatura da coligação e buscou apoio tentando indicar Arêa Leão, tal como Nunes<sup>88</sup> também apresenta, mas em telegrama passado por Adão Soares<sup>89</sup>, o sócio de Gil Martins tanto indica a articulação de Odylo de Moura Costa como informa que o mesmo não terá apoio, tendo comparecido apenas 14 (quatorze) pessoas na reunião convocada em sua residência, enquanto que na reunião que consagra o nome de Coriolano de Carvalho e Silva teriam comparecido mais de mil pessoas.

Do vizinho estado do Maranhão, o coronel Coriolano de Carvalho e Silva recebeu congratulações de Caxias e São Luís, os quais também davam conta da ação dos governistas que visavam garantir a vitória do candidato da situação, Miguel de Paiva Rosa. Trata-se de uma guerra discursiva por meio da imprensa, uma vez que ambos os lados publicavam as mensagens de apoio recebidas, buscando solidificar no imaginário social a ideia de que a eleição já estava ganha. Em números seguintes Coriolano de Carvalho e Silva continua a publicizar as correspondências recebidas. Um dia antes da eleição marcada para 7 de abril de 1912, o coronel intenta reforço dizendo que a oposição estava unida em favor de seu nome, como conta no telegrama abaixo transcrito:

THEREZINA, 3. Colligação reunida, cohesa, em torno candidatura Tenente-Coronel Coriolano de Carvalho, distribuiu boletim, telegraphou municipios affirmando unidade de vistas todos nossos elementos. Reina geral enthusiasmo. – Coronel Leocadio Santos, Dr. Tana Ribeiro, Coronel Portellada, Dr. Elias Martins, Coronel Sant'anna, Dr. Lucrecio Avelino, Coronel João Climaco, Coronel Benjamin Martins, Dr. Sotero Vaz, Coronel Manoel Lopes, Gil Martins, Major Pedro Mendes.<sup>90</sup>

Ao passo que Coriolano de Carvalho e Silva mantinha a estratégia de publicar os telegramas recebidos, cujos remetentes eram nomes importantes da coligação de oposição, tais como Gil Martins, Leocadio Santos, entre outros, Elias Martins publicava na edição do

---

<sup>88</sup> NUNES, 2016.

<sup>89</sup> POLITICA DO PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 86, n. 87, p. 7, 27 mar. 1912.

<sup>90</sup> POLITICA DO PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 86, n. 97, p. 6, 6 abr. 1912.

dia da eleição longo manifesto nas páginas de *O Apostolo* pedindo o apoio dos eleitores. Reproduzimos a seguir, parte do documento:

A Colligação Piauihyense ao Corpo Eleitoral. A Colligação Piauihyense, tendo em vista altos ideais de progresso e liberdade, tomou, em reunião solenne, a deliberação de pugnar pela candidatura do Tenente-Coronel Dr. Coriolano de Carvalho e Silva ao cargo de governador do Estado, no proximo quadriennio. Conscia dos direitos inalienaveis que assistem ao Povo, cujos interesses representa e defende, a nossa aggremação partidaria pensa que o distincto cidadão corporifica, em todos os sentidos, as necessidades do momento, realizando assim as aspirações que todos collimam. *Filho desta terra, cujos destinos já guiou, num periodo accidentado da sua vida politica, revelando grande tino administrativo, é de prever que agora, sobretudo, mais experimentado, promoverá o seu engrandecimento, com garantias de exito indiscutíveis. Militar brioso, com um passado nobilitante, é o nosso candidato um homem cujo nome é por si só bastante para despertar as sympathias dos nossos conterraneos, que o escolhendo para arbitro dos seus destinos, poderão ficar ao mesmo tempo orgulhosos e tranquilos por ter cumprido assim o seu dever civico. Lançamos mais uma vez solemnemente, essa candidatura, confiando que o Povo saberá honrar as suas tradições de character e independencia e patriotismo, sagrando nas urnas o nome do benemerito piauihyense, certo de que será elle o nosso governador, custe o que custar.* É esta a nossa chapa: para governador – Tenente-coronel dr. Coriolano de Carvalho e Silva, engenheiro militar, residente no Rio de Janeiro. Para vice-governador – Dr. Antonio Ribeiro Gonçalves, medico, residente em Therezina. Ás urnas, Piauihyenses! VIVA A REPUBLICA! Leocadio A. dos Santos – Odylo Costa – José João dos Santos – José de Lobão Portellada – Gil Martins – José Pires Rebello – Mons. Lopes – Dr. Antonio Ribeiro Gonçalves – G. de Castro Cavalcanti – Cromwell Barbosa de Carvalho – Pedro José de Santanna – Arthur Furtado – Lucrecio Avellino – João Santos – José Rocha – M. Lopes C. Lima – Dr. João Virgilio – Joaquim Virgilio – Antonio Carvalho Filho – Padre Francisco Ernesto de Vasconcellos – Padre Cicero Nunes – Pedro Britto – Adão Soares – João de Castro Lima – João Climaco da Silveira – Pedro Augusto de Souza Mendes – Benjamim de Souza Martins – Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira – Leucippo Dantas Avellino – João Climaco da S. Filho – Domingos Santos – Raymundo Gil da Silva Santos – Polydoro Saraiva – Francellino Fernandes Campos – João de Deus Fonseca – Antonio Martins – Jose Antonio de Santanna – Raymundo Furtado – Antonio Castello Branco da Rocha – Leonidas Caldas – Tótó Rodrigues – Collect Fonseca – Firmo Borges – Antonio G. Portellada Sobrinho – Ney Ferraz – Jesuino José Rodrigues de Carvalho – A. J. Lima e Almeida – Elias Martins.<sup>91</sup>

A defesa do manifesto busca na imagem pessoal de Coriolano de Carvalho e Silva, na história de sua trajetória pessoal como militar e ex-governador do estado, as raízes das motivações que o levariam a ser a melhor opção para governar o Piauí naquele momento.

<sup>91</sup> A COLLIGAÇÃO PIAUIHYENSE AO CORPO ELEITORA. *O Apostolo*, Teresina, anno V, n. 254, p. 1, 7 abr. 1912, grifo nosso.

Percebe-se clara intenção da oposição de usar do passado, aproximando aqui nossa análise dos escritos de Hobsbawn<sup>92</sup>, para justificar as motivações que levaram à formação da oposição a Antonino Freire da Silva e Miguel de Paiva Rosa, bem como a escolha de seu candidato.

O fim do manifesto, por outro lado, assume certo tom de ameaça e deixa de lado a estratégia de convencimento, quando diz claramente que Coriolano de Carvalho e Silva seria o governador custasse o que custasse. Acreditamos que Elias Martins, ao redigir esse manifesto, já previa que o candidato oposicionista iria perder as eleições e já se preparava para um possível conflito armado. De fato, nem mesmo o apoio dos homens citados no manifesto e a rede de articulação de cada um foi suficiente para trazer a vitória para a oposição.

Os relatos de jornais indicam que o uso da violência no pleito se confirmou, segundo analisaremos nas próximas páginas. No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* publicara 3 (três) dias após a eleição que o uso de capangas pelos governistas havia se dado ainda na noite que antecedia as eleições:

A política do Piauí. Recebemos o seguinte telegramma: CAXIAS, 6 (retardado). – Ha muito que a imprensa local e os chefes da opposição reclamam contra o governo, por haver reunido na capital seiscentos cangaceiros do interior, além da força policial dobrada, no intuito visível de agredir a opposição. Esta noite começou a execução do plano sinistro, concertado entre o governador e o candidato Miguel Rosa. Á noite crescido numero de soldados embarcados a casa do dr. Elias Martins; outros cercaram a casa do Olydo Costa. Antes, á tarde, agrediram a revolver um filho do dr. Hevidio Aguiar, defendido pelo dr. Francisco Falcão, irmão de Odylo. Ainda á noite o major da policia Greson, dois officiaes e trinta soldados espancaram e feriram o mesmo dr. Falcão e os drs. Corrêa Lima e Luiz Rego. A cidade está alarmada. Receia se grande morticinio. A eleição é amanhã. Urge que o governo da União mande força federal para garantir a vida dos opposicionistas. O commandante da companhia isolada filiado ao governador. – Leocadio Santos, Odylo Costa, Elias Martins, Gil Martins, José Portella, Pedro Mendes, Manoel Lopes, Cronwell de Carvalho, Pedro Sant' Anna e Lucrecio Avelino.<sup>93</sup>

O jornal carioca dá conta que 600 (seiscentos) cangaceiros estavam na capital na noite que antecedia a eleição intimidando os membros da oposição. O telegrama reproduzido pelo jornal reforça que a oposição já vinha denunciando a possível articulação entre Miguel de

<sup>92</sup> HOBBSAWN, E. J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

<sup>93</sup> A POLITICA DO PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno VI, n. 1731, p. 1, 8 abr. 1912.

Paiva Rosa, candidato da situação, e o então governador Antonino Freire da Silva a fim de impor sua vontade sobre o resultado do pleito e não romper com a estrutura oligárquica de poder que vinha conduzindo o governo estadual.

O telegrama foi endereçado a Coriolano de Carvalho e Silva<sup>94</sup>, candidato oposicionista, informando ainda que líderes da oposição, dentre eles Odylo de Moura Costa que também era candidato, Elias Martins que era conhecido pelas notas agressivas contra o governo nos jornais, haviam tido suas casas cercadas em uma demonstração de força bruta por parte dos governistas. Não há registro de que a residência de Gil Martins tenha sofrido algum ataque, mas como um dos principais membros da coligação de oposição seu nome aparece assinando o telegrama, o que para nós é uma tentativa de dar maior confiabilidade às informações que estavam sendo repassadas, uma vez que estas não diriam respeito à uma visão particular, mas de um conjunto de indivíduos que se consideravam vítimas.

Assim como espalhavam-se notícias de perseguição, também se reproduziram telegramas que indicavam uma pretensa vitória de Coriolano de Carvalho e Silva, como a que transcrevemos abaixo, encontrada nas páginas do jornal *O Seculo*, publicado no Rio de Janeiro:

A politica do Piauhly. Recebemos o seguinte telegramma: THEREZINA, 7 – Pleito correu renhidissimo. Tenente coronel Coriolano alcançou maioria quatrocentos e vinte e dois votos capital, tendo comparecido mil setecentos e oitenta e oito eleitores. Mesas governistas não consentiram que votassem eleitores ultima revisão. Protestamos, tendo em nosso poder recibo do competente eleitorado que foi recusado. Afim de evitar desordens, votam perante tabellião, deixando títulos cartorico. Após eleição governistas exaltados, passaram por tres vezes defronte casa dr. Elias Martins, onde se achava grande massa nossos amigos, atirando insultos, provocações. Repellidos, houve tiros revólver, rifles, sem derramamento de sangue. Consta novas aggressões se preparam contra nossos amigos. Officiaes policia, muitos soldados armados ameaçando eleitores dentro das secções. Povo percorreu ruas aclamando delirantemente nome Coriolano, presidente Republica, Ezercito nacional. Noticias interior municípios, conhecidos, dão grande maioria Coriolano. Governistas cidade Amarante, despeitados, não compareceram pleito, atacando casa coronel João Ribeiro, chefe colligação. Travou-se tiroteio, havendo derramamento sangue. – Coronel Leocadio Santos, dr. Idylio Costa, dr. Ribeiro Gonçalves, Gil Martins, dr. Elias Martins, coronel José Portellada, dr. Lucrecio Avelino, major Pedro Mendes, dr. Arthur Furtado.<sup>95</sup>

<sup>94</sup> ELEIÇÕES DO PIAUHY. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XI, n. 3918, p. 1, 10 abr. 1912.

<sup>95</sup> A POLITICA DO PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno VI, n. 1732, p. 2, 10 abr. 1912.

Em outro telegrama endereçado a Coriolano de Carvalho e Silva, Gil Martins e outros membros da oposição denunciavam as tentativas de viciar o processo eleitoral, por meio do impedimento de eleitores de realizar a votação, tendo estes que votar perante tabeliões de cartório. Percebemos, então, que à medida que avançamos na análise das fontes vemos como a eleição para governador em 1912 deixou Teresina em situação alarmante, assim como também ocorreu em algumas regiões do interior, a exemplo da cidade de Amarante citada no telegrama.

O derramamento de sangue era, então, algo que se esperava a qualquer momento. O telegrama em questão noticia um confronto entre as duas facções políticas, informando que houve tiros, mas que não houve feridos. Vemos a partir desse caso que a posse de armas era uma realidade entre os membros da cidade, inflamando os momentos de confronto. Assim, se de um lado se noticiava que os governistas estavam utilizando da força bruta para atacar os opositoristas, estes também estavam dispostos a usar de seu poderio de fogo. É justamente este cenário que nos faz crer que, embora Adão Soares não tenha sido encontrado com armas na operação que tentou prendê-lo em flagrante, é provável que de fato sua viagem tenha tido esta intenção e que as armas tenham chegado a Teresina por outras vias. Os relatos nos direcionam, portanto, para a afirmativa de que esta elite política utilizava de modelos tradicionais de disputa de poder, configurando estes como uma permanência histórica herdada dos tempos do império.

A vitória de Coriolano de Carvalho e Silva, aclamada no telegrama dos opositoristas não se confirmou, tendo Miguel de Paiva Rosa atingido expressiva votação no resultado da eleição. Nunes<sup>96</sup> nos apresenta esses números, os quais organizamos na *Tabela 11: Resultado da eleição para governador do estado (1912)* a seguir:

---

<sup>96</sup> NUNES, 2016.

Tabela 11: Resultado da eleição para governador do estado (1912).

CARGO	CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
Governador	Miguel de Paiva Rosa	13.362
	Coriolano de Carvalho e Silva	1.258
	Odylo de Moura Costa	043
	Arêa Leão	106
	Josino Ferreira	001
Vice-governador	Raimundo Borges	13.337
	Ribeiro Gonçalves	1.438

Fonte: NUNES, 2016.<sup>97</sup>

Como vemos, a vitória de Miguel de Paiva Rosa e do candidato a vice-governador que o apoiava, Raimundo Borges, se deu com uma votação expressivamente mais alta que os opositoristas, segundos os dados oficiais identificados por Nunes<sup>98</sup>. Não descartamos a possibilidade de fraude nas eleições, tal como os opositoristas denunciavam, mas os números nos levam a crer que Miguel de Paiva Rosa ganharia mesmo não fazendo uso desta prática. O término das eleições com a vitória dos situacionistas acirrou ainda mais os ânimos, fazendo surgir ameaças de deposição de Antonino Freire da Silva a fim de evitar que Miguel de Paiva Rosa tomasse posse. O *Jornal do Brasil* nos conta:

PIAUHY. A SITUAÇÃO POLITICA – AMEAÇAS DOS OPPOSICIONISTAS – O GOVERNO DO ESTADO – OFFERECIMENTOS AO BATALHÃO PATRIÓTICO DE PARNAHYBA. Therezina, 1 (E). – Retardado – Os colligados aproveitaram a partida do Coronel Coriolano de Carvalho para publicar um boletim, insultando o Governador do Estado, a quem ameaçam de depôr. O cidadão Gil Martins, um dos mais entusiastas corolanistas, confessou ao Coronel Pedro Melchiades que o Dr. Antonino Freire não dará posse ao seu sucessor, porque antes um seu substituto assumirá o Governo do Estado. Entretanto, o Governador, prestigiado pela população em geral, está disposto a manter a ordem e o principio de autoridade, para o que conta com as classes conservadoras. O commercio da cidade de Parnahyba acaba de quotisar a quantia de varios contos, como auxilio ao batalhão patriotico alli creado para defesa da autonomia do Piauhy. Além dessa importancia, forneceu mais cem rifles e munições. Do interior chegam inúmeros offerecimentos ao Governo, de toda sorte.<sup>99</sup>

A expressividade e a força de Gil Martins é reforçada na publicação quando a ele se refere como um dos mais entusiastas apoiadores de Coriolano de Carvalho e Silva, tendo feito

<sup>97</sup> NUNES, 2016.

<sup>98</sup> NUNES, 2016.

<sup>99</sup> PIAUHY. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXII, n. 124, p. 8, 3 maio 1912.

tratativas a respeito de uma tentativa de tomar o governo. Nesse cenário, Antonino Freire da Silva logo começa a arregimentar valores e munições vindos do interior do estado com o objetivo de garantir condições para defender sua permanência no cargo até a posse de Miguel de Paiva Rosa. Na versão do governador, após a troca de candidato realizada pelos oposicionistas, o “tempo era demasiado curto para uma propaganda seria junto ao eleitorado e, talvez por isso, os partidários desse candidato, e elle próprio, abandonaram o terreno das urnas, para se precipitarem no caminho da revolução”<sup>100</sup>, conforme expressa em mensagem enviada para a Câmara Legislativa nas proximidades do fim de seu mandato. Portanto, em sua visão, os oposicionistas não travaram a disputa política de forma honesta, desrespeitando o resultado do pleito eleitoral quando se intentam em uma revolução.

Em outra publicação de jornal da época nos são apresentados fatos novos acerca do ocorrido, conforme reproduzimos a seguir:

PIAUHY. THEREZINA, 1. – Por telegramma do senador Ribeiro Gonçalves, soube-se hoje aqui do embarque do tenente-coronel Coriolano de Carvalho. Os coligados, mais exaltados, queimaram foguetes, mas não conseguiram despertar interesse popular. O boletim da Cidade, dando o telegramma do senador Ribeiro, ameaça e insulta o governador. O Comerciante Gil Martins, chefe dos opposicionistas, em conversa com o coronel Pedro Melchades e com o filho do senador Gervasio Passos, declarou que o Dr. Antonino Freire não conseguirá sequer passar a administração ao seu substituto legal, porque, antes de terminar o seu governo, este irá parar ás mãos de um dos vice-governadores, que o transmitirá ao tenente-coronel Coriolano. Confirma-se assim o plano de simular a deposição do Dr. Antonino Freire na vespera de terminar o mandato, para que o presidente do Tribunal de Justiça, opposicionista decidido, assumo o governo e passe-o ao coronel Coriolano, perante a duplicata da assembleá.<sup>101</sup>

Nesta outra publicação Gil Martins é adjetivado como chefe dos oposicionistas e, sendo assim, um dos membros que planejavam o golpe então articulado. Ser chefe significava ter o reconhecimento como articulador do movimento que estava sendo planejado para a tomada do poder, demonstrado que Gil Martins possuía o capital político necessário para impor sua vontade nesses momentos de crise.

Aqui podemos perceber como a articulação se deu no sentido de garantir que o governo passasse às mãos de um correligionário de Coriolano de Carvalho e Silva, de forma

<sup>100</sup> PIAUHY. *Mensagem apresenta á Camara Legislativa no dia 1 de junho de 1912 pelo Exm Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado*. Teresina: Imprensa Oficial, 1914. p. 6.

<sup>101</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10071, p. 4, 3 maio 1912.

que se tivesse certeza que o governo lhe seria posteriormente entregue. Os boatos continuaram a se espalhar pelos jornais, tendo *O Paiz*<sup>102</sup> publicado que um sobrinho e sócio de Gil Martins, Joaquim Gomes Ferreira, havia confirmado que Coriolano de Carvalho e Silva encabeçaria o golpe a que chamavam de revolução com o apoio de membros da elite que havia composto a oposição a Miguel de Paiva Rosa. Esta matéria ainda explicita um auxílio pecuniário que seria recebido oriundo da cidade de Fortaleza, estado do Ceará, o que para nós se coaduna com outros relatos encontrados, já analisados ao longo deste trabalho, quanto às relações com esse estado vizinho as quais tinham como pauta a aquisição de armas para serem utilizadas nesse momento conflituoso.

Os boatos da chamada revolução mostraram-se verdadeiros, de tal forma que à medida que os governistas publicizavam informações de auxílio financeiro, armas e provimento de homens para a defesa do mandato de Antonino Freire da Silva, o mesmo era feito pelos defensores de Coriolano de Carvalho e Silva. Vejamos essa nota:

PIAUHY. THEREZINA, 16 (retardado). Aqui foi feita uma subscrição para as despesas da revolução, assignando o Dr. Demosthenes Avelino, juiz seccional, 5:000\$, bem como o Sr. Gil Martins, da fiação e fundição, e o padre Lopes. O governo acaba de augmentar o batalhão de policia para o effectivo de 600 praças. Amanhã embarcará para esta capital, em Floriano, o batalhão patriotico Delenda Coriolano, com 160 homens. Brevemente são esperados aqui os batalhões patrioticos de Amarante, Jaicós, S. João, Alta Longa, perfazendo um effectivo de 600 praças. Os individuos que o coronel Coriolano traz do Ceará são capangas cedidos pelos rabellistas.<sup>103</sup>

A ameaça de deposição, portanto, era real. A matéria jornalística busca trazer confiabilidade ao seu discurso na medida em que se mostra bastante detalhista no que concerne ao financiamento dado à revolução por Gil Martins, pelo juiz Demosthenes Avelino<sup>104</sup> e pelo padre Lopes, este último sendo pessoa importante no cenário clerical na medida em que era reconhecido como um forte defensor da instalação do bispado no Piauí. Acreditamos que a enumeração desses nomes parte da intenção de demonstrar como a oposição se articulava em meio a setores importantes da sociedade local, sendo Gil Martins um representante da classe industrial, pois nota-se que a fonte chama a atenção para sua atuação como membro da fiação, mas também da fundição pertencente à *Companhia de*

<sup>102</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10078, p. 6, 10 maio 1912.

<sup>103</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10086, p. 5, 18 maio 1912.

<sup>104</sup> Nasceu em 1847 e faleceu em 10 de novembro de 1914. Foi bacharel em Direito, promotor público, juiz em Oeiras, Jaicós e Teresina. Foi deputado provincial. (BASTOS, 1994).

*Navegação a Vapor no Rio Parnaíba*; Demosthenes Avelino, enquanto juiz, representava as articulações junto a membros do judiciários e o padre Lopes, por sua vez, apontava a interlocução com a Igreja Católica na tentativa de interferir nos rumos da política estadual.

O governo, ao passo que se prepara para o possível confronto armado, como é demonstrado pela busca de reforços vindos do interior para encorpar o corpo de praças em sua defesa, tenta diminuir o tamanho do problema na imprensa e assim reforçar que a paz estava garantida. Uma dessas tentativas foi assim apresentada:

PIAUHY. THEREZINA, 18. Obedecendo á nova direcção, hontem as esposas dos coroneis José João Santos e Gil Martins e majores Pedro Mendes e Polydoro Saraiva procuraram o commandante da 1ª companhia de caçadores, pedindo-lhe que garantisse com soldados o desembarque do coronel Coriolano. Aquelle official respondeu estar a cidade em plena paz e acreditar na lealdade das declarações do governo. Nesse sentido, ponderado ser uma comissão puramente militar, que nada tem de commum com a politica. A resposta do capitão desbaratou completamente os planos dos coligados. Sem contarem com os soldados do exercito e diante das medidas de intransigente e resoluta energia do governo do Estado, póde-se considerar afastadas todas as hypotheses de perturbação da ordem publica, mesmo porque a policia possui seguros elementos para subjugal-o no mesmo instante em que se der.<sup>105</sup>

A notícia tenta claramente transmitir a ideia de que os planos do golpe para destituir Antonio Freire da Silva estavam desbaratados, fato que não se sustentava na realidade daquele momento. Suspeitamos ainda que as esposas dos coronéis e majores citados não tenham sido utilizadas para tentar o diálogo com o oficial, sobretudo porque estamos considerando que o contexto social do Piauí, extremamente conservador naquele momento, não coaduna com a informação apresentada de que teria sido deixada essa incumbência àquelas mulheres. É mais provável que os próprios encabeçadores do golpe tenham procurado esse apoio, tendo o jornal reproduzido o discurso dos situacionistas e utilizado da figura de suas companheiras para tentar mostrar certa covardia por parte dos oposicionistas. Temos em mente que se trata de um jornal carioca, o qual provavelmente apenas repetia informações vindas do Piauí conforme estas chegavam ao Rio de Janeiro.

Os dias passam e logo as informações de que o golpe estava desorganizado são desmentidas pelo próprio *O Paiz*. Em notícia publicada apenas dois dias depois, o periódico afirma:

---

<sup>105</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10087, p. 4, 19 maio 1912.

PIAUHY. THEREZINA, 20. [...] o coronel Coriolano embarcou hoje, pelas 10 horas, a bordo do vapor *Igarassú*, comboiado pelo vapor *Piauhy*, ambos couraçados com sacco de algodão. *O coronel Coriolano traz grande numero de capangas, armados de rifles e espera grandes reforços de outros portos de escala. Ao chegar hontem á Parnahyba o vapor Santa Cruz, conduzindo o 2º tenente do exército Benedicto Passos de Carvalho, commissionado pelo commandante da guarnição para abrir inquerito sobre as occurencias em que, dizem os opposicionistas, tomaram parte soldados do tiro de Parnahyba e uma força de policia, commandada pelo tenente Antonio Mello. Os capangas do coronel Coriolano quizeram, de bordo dos referidos vapores, fazer fogo contra o Santa Cruz, dirigindo insulto á força. O coronel Coriolano, desrespeitando a ordem do marechal Hermes, vem promover desordens aqui. Não é crível que elle não tenha recebido em Parnahyba a ordem de regressar ao Rio. Discursando em Parnahyba, elle garantiu vir mesmo contra a ordem expressa do presidente da Republica, como já disse no telegramma anterior.* O governo do Estado tem força sufficiente para abafar qualquer sedição, mas era desejo de todos os amigos da situação que não corresse uma gota de sangue piauiense. Os jornaes atacam violentamente o coronel Coriolano, por vir com o dinheiro e capangas cearenses com o proposito deliberado de perturbar a ordem publica, até agora completamente calma, apesar da grande agitação politica. Tão é certo o plano da colligação de promover desordens a chegada do coronel Coriolano, que o padre Lopes Manoel, Lopes Leocadio, José João dos Santos e Gil Martins, que trabalham pela sedição, retiram as suas familias da capital.<sup>106</sup>

Ao que parece Coriolano de Carvalho e Silva havia recebido ordens de Hermes da Fonseca, então presidente do Brasil, de não regressar ao Piauí e desistir da tentativa de golpe. No entanto, ele desembarca no litoral piauiense, na cidade de Parnaíba, onde teve os primeiros embates entre as duas facções políticas. Para tanto, usa da estrutura da navegação a vapor no rio Parnaíba e embarca junto com seus homens em dois vapores em sentido a Teresina. Nesse momento, o tom da imprensa muda já dando como certo o movimento em curso em prol da deposição de Antonino Freire da Silva, fato que se confirma com a retirada da família dos coronéis oposicionistas da capital com o objetivo de se protegerem e não serem alvos dos governistas.

Não é de se admirar que Coriolano de Carvalho e Silva tenha usado dos mecanismos da navegação para chegar a Teresina a fim de cumprir o intento revolucionário dos oposicionistas. Como discutimos antes, Gil Martins era um dos sócios da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*, ao lado de outros correligionários como Leocadio Santos e José João dos Santos, sendo esta empresa responsável pela ampliação da rede comercial que ligava o litoral ao interior, ao passo que o rio Parnaíba era a via mais rápida

---

<sup>106</sup> PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10089, p. 4, 21 maio 1912, grifo nosso.

para chegar à capital vindo da cidade de Parnaíba. Assim, seria esperado que as embarcações fossem colocadas à disposição dessa tentativa de golpe.

Antonino Freire da Silva se referiu à chegada de Coriolano de Carvalho e Silva em Parnaíba como um momento de perturbação da ordem, ao passo que “os preparativos revolucionarios passaram a se fazer abertamente, sem o minimo respeito aos poderes publicos, cuja destruição era pregada abertamente”<sup>107</sup>. Com isso, o governador reitera o discurso de que os opositoristas eram desordeiros e que seus interesses nada mais eram que promover, em suas palavras, “o terror por onde ia passando”<sup>108</sup>.

No decurso do movimento, o jornal carioca *A Noite* publica a versão das duas facções envolvidas nos embates. Começaremos apresentando a versão governista. Vejamos:

A POLITICA. O PIAUHY CONTINUA EM FOCO. A situação, segundo as duas facções. A versão governista. THEREZINA, 28. (A. A.). – *Os jornaes do Partido Conservador estranham que o senador Ribeiro Gonçalves apresentasse um projecto de intervenção no Estado, depois de terem abortado os planos de alteração da ordem publica, que, segundo se diz, foram por elle animados, pondo á frente das duplicatas um seu sobrinho.* Acrescentam que o Estado está em plena paz, preparando-se para festejar a posse do novo governador, legalmente eleito e legitimamente reconhecido pela Assembléa do Estado, que está em relações officiaes com o presidente da Republica, com os ministros, governadores e todas as autoridades do Estado, menos o juiz federal e o presidente do Tribunal de Justiça. *Descrevem a attitude assumida pelo senador Ribeiro Gonçalves, em relação á politica geral piauhyense e lamentam que o mesmo senador empreste a responsabilidade do seu nome a um acto contra o poder constituido, tanto mais censurável, quando se trata de implantar uma oligarchia sua, representada na pessoa do seu já mencionado sobrinho.* Felicitam-se, em todo o caso, vendo a questão affecta ao poder legislativo, que certamente irá triumphar a verdade republicana, condemnando a duplicata que o senador Ribeiro Gonçalves patrocina. Lembram o <<habeas-corpus>>, concedido pelo Supremo Tribunal Federal, aos verdadeiros deputados estadoaes, que são aquelles que se reúnem em edificio proprio e perante os quaes, o governador leu a sua mensagem e que já foram reconhecidos pelos presidente da Republica, pelos ministros e governadores dos Estados. Concluem, dizendo estarem tranquillos quanto á decisão do Congresso Federal.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> PIAUHY. *Mensagem apresenta á Camara Legislativa no dia 1 de junho de 1912 pelo Exm Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado.* Teresina: Imprensa Oficial, 1914. p. 6.

<sup>108</sup> PIAUHY. *Mensagem apresenta á Camara Legislativa no dia 1 de junho de 1912 pelo Exm Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado.* Teresina: Imprensa Oficial, 1914. p. 6.

<sup>109</sup> A POLITICA. *A Noite*, Rio de Janeiro, anno II, n. 298, p. 2, 28 jun. 1912, grifo nosso.

Os líderes da situação fazem duras críticas ao senador Joaquim Ribeiro Gonçalves<sup>110</sup> por ter este tomado partido pelos oposicionistas, inclusive concorrendo a vice-governador em nome deste grupo político. Ribeiro Gonçalves é acusado de tentar impor uma oligarquia ao estado, mas o que percebemos é que há ali uma disputa de oligarcas, entre aqueles que desejam manter o controle do poder e aqueles que querem o poder para si. Se bem refletirmos, podemos mesmo afirmar que a disputa não é exatamente pela alternância do poder, mas por um novo lugar de poder no quadro das relações ali estabelecidas, uma vez que identificamos que houve uma ruptura nas alianças forjadas em momentos anteriores. De um lado e outro vemos homens que compunham a mesma elite disputando efetivamente o controle sobre a máquina administrativa do Estado.

A crítica destaca ainda que a tentativa de deposição de Antonino Freire da Silva e o impedimento da posse de Miguel de Paiva Rosa seria uma expressão de rejeição dos ideais republicanos por aqueles homens oposicionistas, pois buscavam driblar o legítimo processo eleitoral realizado. Ribeiro Gonçalves, no entanto, parecia não ver dessa forma, uma vez que a fonte indica que ele tentou junto ao congresso a aprovação de uma intervenção federal no estado, indicando acreditar que poderia atribuir ares republicanos e de legalidade ao movimento que tentava impedir a posse de Miguel de Paiva Rosa. Não obtendo sucesso nessa empreitada, o movimento dos oposicionistas perde força, como indicado na matéria, contando Antonino Freire da Silva e Miguel de Paiva Rosa com o apoio de várias autoridades políticas.

A versão dos homens coligados em oposição, por outro lado, continua a denunciar casos de violência e ameaças, buscando trazer para si um maior apoio ao projeto que tentava dar posse como governador a Coriolano de Carvalho e Silva. A reportagem continua, da seguinte maneira:

A versão oposicionista. O sr. senador Ribeiro Gonçalves recebeu o seguinte telegramma: CAXIAS, 26. – Governador mandou distribuir cartas anonymas por intermedio dos officiaes e sargentos do 2º corpo policial, quasi constituido de cangaceiros e assassinos, cartas assim concebidas, entregues a mim e outros destinatarios pessoalmente: <<A liga contra a anarchia avisa vossa senhoria de que sua vida responderá pela do Dr. Miguel Rosa, ameaçada pela colligação de que vossa senhoria é chefe.>> Como vê, governistas se fazem victimas, sendo algozes; justificam violencias, crimes. Cidade em pé de guerra. Familias foragidas em Flores e Caxias. *b*

---

<sup>110</sup> Nasceu em 27 de outubro de 1855 e faleceu em 24 de junho de 1919. Foi juiz em São Bento (MA), Barras (PI) e Amarante (PI). Atuou como procurador geral do estado de 1891 a 1896. Foi vice-governador do Piauí de 1892 a 1895. Foi eleito deputado estadual e senador pelo Piauí ao mesmo tempo, tendo optado pelo cargo de senador para o período de 1909 a 1919. (BASTOS, 1994).

Telegraphei marechal Hermes communicando occurrencias. – Dr. Ribeiro Gonçalves, vice-governador eleito e proclamado.<sup>111</sup>

Essa outra versão tenta criminalizar os governistas, reproduzindo supostas ameaças que os oposicionistas vinham sofrendo. Considerando a proporção que a disputa tomou, é bem provável que essas ameaças tivessem fundamento, pois precisamos considerar que o uso da violência e o cometimento de crime nos processos eleitorais na Primeira República não era uma particularidade piauiense, mas algo que ocorria e que vinha sendo denunciado em diversos estados. Pela análise que vimos realizando, penso que está claro que na busca de apoio para o sucesso de suas aspirações, ambas as facções políticas cometiam excessos.

Ainda segundo os coligados, nos referindo como fez o jornal ao grupo de oposição, este grupo encontrava no medo da agressão a justificativa para empunharem armas e facas em defesa própria, tendo inclusive que manter suas famílias foragidas. Deste lado, a ausência das famílias era uma reação que buscava evitar que os familiares próximos se ferissem, mas para os governistas as famílias deixaram a cidade sem terem ocorrido tais ameaças, sendo a fuga apenas uma das etapas de execução do planejamento do golpe. Os coligados ainda se queixavam da dificuldade de enviar telegramas, pois haveria uma decisão de isolar suas vias de comunicação, bem como de fechar a cidade para entrada e saída de pessoas, dadas as proporções que um possível confronto armado poderia tomar.

Instado a se defender das acusações de perturbador da ordem, o coronel Coriolano de Carvalho e Silva também se manifestou, buscando defender sua posição. O jornal *A Noite* acrescenta:

O coronel Coriolano dirige um boletim ao Exercito. O sr. coronel Coriolano de Carvalho fez imprimir e distribuir um boletim, dirigido ao Exercito Nacional e cuja primeira parte é a seguinte: <<Venho hoje dar conhecimento aos meus camaradas do Exercito que no Estado do Piauhy existem dous batalhões patrioticos, compostos na sua grande maioria de assassinos, criminosos e assalariados. Esses batalhões fazem ali exercicios militares. desfilam depois em passeios pelas ruas de Therezina e Parnahyba e servem-se das armas que o governo federal mandou fornecer ás sociedades de tiro ali existentes. Os estandartes desses dous corpos contêm as seguintes inscrições: em um delles – <<viva o Dr. Miguel Rosa, – em letras vermelhas e, em letras pretas – <<desappareça Coriolano>>; e no outro: <<Delenda Coriolano.>> Dando conhecimento ao Exercito desse facto gravissimo, o faço somente em respeito ao art. 14 da Constituição da Republica, que diz o seguinte: <<Art. 14. As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas á defesa da patria no exterior

<sup>111</sup> A POLITICA. *A Noite*, Rio de Janeiro, anno II, n. 298, p. 2, 28 jun. 1912, grifo nosso.

e á manutenção das leis do interior.>> *Tenente-Coronel Coriolano de C. e Silva, Governador eleito e reconhecido do Piauí*>>. Seguem-se transcrições dos jornais piauíenses <<Rebate>> e <<Piauí>> sobre a organização dos referidos batalhões patrióticos.<sup>112</sup>

Notamos que Coriolano de Carvalho e Silva assina o documento como “governador eleito e reconhecido do Piauí”<sup>113</sup>, portanto, não se vê como golpista, mas como um defensor do republicanismo. O uso do título se mostra como estratégia para defender sua posição junto ao exército para que não fosse visto como um criminoso e sim como um defensor da ordem que ele julgava ter se rompido com a eleição de Miguel de Paiva Rosa, cujo resultado em seu favor seria uma fraude. É nesse sentido que Coriolano de Carvalho e Silva cita a constituição para fundamentar sua ação, pois se via na condição de defensor das leis.

O coronel defende-se ainda acusando os governistas de terem organizado os batalhões utilizando para fins impróprios as armas enviadas pelo governo federal. Apesar dos esforços de Coriolano de Carvalho e Silva e da oposição, a posse de Miguel de Paiva Rosa não foi evitada. Consta que o coronel sequer chegou a Teresina, pois teria avançado no rio Parnaíba apenas até a cidade de União<sup>114</sup>, graças à intervenção do presidente da república<sup>115</sup>. A posse do governador confirma, desse modo, a vitória da luta de Antonino Freire da Silva para manutenção do poder nas mãos do grupo oligárquico ao qual pertencia<sup>116</sup>.

Apesar dos planos frustrados, os oposicionistas não se dissolveram e firmaram resistência contra o governo, tendo mantido a organização partidária que em 1913 passa a contar com o seguinte diretório:

De Therezina, Piauí, recebemos a comunicação de que em reunião de 6 de maio passado, a colligação dos partidos políticos em opposição naquele estado reorganizou o seu directorio, ficando assim constituído: Directorio: Presidente honorario, Leocadio Alves dos Santos; presidente effectivo, Odylo de Moura Costa; 1.º vice-presidente, Elias Firmino de Souza Martins; 2.º vice-presidente, dr. Antonio Ribeiro Gonçalves; 1.º secretario, Lucrecio Dantas Avelino; 2.º secretario, G. de Castro Cavalcanti; tesoureiro, Pedro José de Sant’Anna. Membros effectivos: Odylo de Moura Costa, Elias Firmino de Souza Martins, dr. Antonio Ribeiro Gonçalves, monsenhor Joaquim de Oliveira Lopes, Benjamin de Souza Martins, José João dos Santos, Gil Martins Gomes Ferreira, Manoel Lopes Correia Lima, Pedro

<sup>112</sup> A POLITICA. *A Noite*, Rio de Janeiro, anno II, n. 298, p. 2, 28 jun. 1912, grifo nosso.

<sup>113</sup> A POLITICA. *A Noite*, Rio de Janeiro, anno II, n. 298, p. 2, 28 jun. 1912.

<sup>114</sup> PIAUÍ. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

<sup>115</sup> PIAUHY. *Mensagens apresentadas à Câmara Legislativa no dia 1 de junho de 1912 pelo Exm Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado*. Teresina: Imprensa Oficial, 1914. p. 7.

<sup>116</sup> NUNES, 2016.

José de Santa Anna, José Pires Rebello, Lucrecio Dantas Avelino, dr. João Virgílio dos Santos e dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira. Suplentes respectivos: Antonio Carvalho Filho, João Climaco da Silveira, G. de Castro Cavalcanti, Collect Antonio da Fonseca, major Pedro Augusto de Souza Mendes, Raymundo Gil da Silva Santos, Adão de Medeiros Santos, Domingos José dos Santos, José Antonio de Sant'Anna, Firmo Borges da Silva, Leucippo Dantas Avelino, Joaquim Antonio de Noronha e Polydoro Antonio Saraiva.<sup>117</sup>

Como pode ser notado, os membros da oposição se mantiveram, tendo Odylo de Moura Costa e Elias Firmino de Souza Martins assumido a liderança da organização partidária a partir daquele ano. Gil Martins, então, permanece como membro da oposição, mas não ocupa cargo na administração do diretório o que, a nosso ver, não implica em diminuição de seu poder junto aos demais. Acreditamos que o presidente e o primeiro vice-presidente assumiram essas funções em meio ao seu próprio histórico de ocuparem posições estratégicas na imprensa e utilizarem desse espaço para alçar maior voz ao partido. Odylo de Moura Costa fundou seu próprio jornal para se opor ao governo de Antonino Freire da Silva e havia concorrido nas eleições deixando claro suas aspirações políticas, por outro lado Elias Firmino de Souza Martins ocupava o cargo estratégico de editor do jornal *O Apostolo*, órgão oficial da Igreja Católica. Assim, penso que a escolha destes dois nomes para a liderança partidária era também uma resposta em reconhecimento ao papel que desempenharam na construção do discurso oposicionista.

Com essa nova estrutura e a aproximação das eleições presidenciais que ocorreriam no ano seguinte, a oposição no Piauí se manifesta em favor das candidaturas encabeçadas pela chapa de Ruy Barbosa. A informação é transmitida por Ribeiro Gonçalves ao jornal *O Imparcial*, do Rio de Janeiro, apresentando telegrama assinado por membros importantes deste, tais como Elias Firmino de Souza Martins, Leocadio Santos, Gil Martins, dentre outros. Dessa forma, a oposição tentava manter seu lugar demarcado não apenas na política estadual, mas também no âmbito nacional<sup>118</sup>.

O avançar da pesquisa para além da década de 1910 esbarrou na ausência de fontes acerca da atuação de Gil Martins no cenário político, sobretudo porque o acervo que se mostrou mais útil para essa discussão foram os jornais publicados no período, não se encontrando disponíveis exemplares publicados no Piauí que circularam na segunda metade da referida década. Assim, uma análise de conjunto em torno do acervo documental

<sup>117</sup> DE THEREZINA. *A Província*, Recife, anno XXXVI, n. 189, p. 4, 13 jul. 1913.

<sup>118</sup> AS CANDIDATURAS LIBERAES NO PIAUHY. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, anno II, n. 240, p. 3, 1 ago. 1913.

pesquisado e do cenário político da época permite afirmar que Gil Martins tenha continuado atuante, sobretudo construindo as bases para, na década de 1920, passar a se fazer presente como candidato e não mais apenas como apoiador e financiador de outros candidatos.

Em 1920, encontramos uma primeira menção a seu nome concorrendo ao cargo eletivo de membro do Conselho Municipal de Teresina. Vejamos:

As ELEIÇÕES MUMICIPAES DE THEREZINA. THEREZINA, 4 – As chapas municipaes que estão sendo confeccionadas, obedecendo ao criterio da não reeleição, compõem-se dos seguintes cidadãos: para intendente, capitão Manoel da Paz Filho; vice, o coronel Luiz Ferraz; para conselheiros municipaes: Gil Martins, Joaquim Noronha, Aphrodisio Oliveira, Anizio de Brito, os drs. Sotero Vaz, Artur Ribeiro e Benedicto Sá, e os srs. João da Cruz Monteiro e Antonio Cavour. Consta que serão intendentes no interior os seguintes cidadãos: Euripedes Aguiar, da Parnahyba, e Costa Araujo, actual intendente desta capital, de Campo Maior.<sup>119</sup>

Essa mudança de movimentação de Gil Martins no jogo político nos parece ter se consolidado como estratégia de manter suas relações de poder no cenário da capital, tendo reiteradas vezes composto o referido conselho. Os dados que localizamos referente às eleições estaduais de 1912 indicam que a vitória de Miguel de Paiva Rosa se consolidou com os votos do interior, não tendo alcançado maioria na capital. Em parte, isso pode ser explicado pelo apoio de coronéis como o próprio candidato a vice-governador dos governistas, coronel Raimundo Borges, cujas redes de poder e influência cobriam parte significativa do sul do estado. Esse cenário é um indicativo do prestígio político de Gil Martins e dos demais opositoristas em Teresina, corroborando para justificar o lançamento de sua candidatura.

Situação semelhante vimos ocorrer anteriormente. Lima e Fontineles Filho<sup>120</sup> relatam que Gil Martins fazia parte do grupo de oposição ao governador do estado Raimundo Arthur de Vasconcelos, tendo sido eleito membro do Conselho Municipal nas eleições de 31 de outubro de 1896. A eleição foi fruto de disputas em torno de sua legitimidade, tendo o governador pleiteado a nulidade do pleito junto ao poder judiciário, mas não alcançando sucesso no seu pedido. Essa movimentação retardou a posse dos eleitos, que só viria a ocorrer no início de 1897, após a resolução da querela. A disputa ocasionou ainda o retardamento da posse dos membros eleitos para o Senado e para a Câmara dos Deputados, uma vez que os diplomas destes seriam assinados pelos eleitos para o Conselho Municipal da capital. Assim,

<sup>119</sup> AS ELEIÇÕES MUMICIPAES DE THEREZINA. *Diario de S. Luiz*, São Luis, anno I, n. 17, p. 2, 5 nov. 1920.

<sup>120</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

até que a questão da representação do Conselho Municipal de Teresina fosse resolvida, retardava-se a posse dos eleitos para a representação do estado no legislativo federal. Ocupar acento no Conselho Municipal de Teresina era um feito importante para as aspirações de Gil Martins, uma vez que este órgão tinha a responsabilidade de atuar na administração da cidade por meio da elaboração de leis, revisão dos alistamentos de eleitores, aprovação das contas do intendente, de forma que os conselhos se construíssem em espaço estratégico para operar a máquina pública a favor dos interesses de seus mandatários.

Lima e Fontineles<sup>121</sup> apontam que as eleições no Piauí eram realizadas “a bico de pena”<sup>122</sup>, utilizando de uma expressão conhecida por refletir as fraudes eleitorais na Primeira República. Segundo Leal<sup>123</sup>, a expressão se refere ao fato de membros das mesas eleitorais fraudarem a lista de votantes ao inventar nomes, duplicar votos e registrar o voto de ausentes como forma de garantir a eleição de pessoas ligadas às facções da oligarquia dominante no período. O autor ainda aponta a “degola” como outra estratégia utilizada para garantir a eleição de candidatos governistas, constituindo-se do não reconhecimento da eleição de candidatos oposicionistas pelas câmaras legislativas de reconhecimento de poderes, o que impedia sua diplomação e posse.

Somos levados a concordar com esse posicionamento, compartilhado também por Nunes<sup>124</sup>, uma vez que a declaração de que as eleições haviam sido legais não afasta por si só a possibilidade de uso de mecanismos que intentavam a alteração do resultado, tendo sido essa prática comum a grupos de situação e oposição ao longo dos vários pleitos eleitorais durante a Primeira República. São ainda apontadas evidências de que houve fraude nesse pleito eleitoral sobretudo com a eleição de mesas eleitorais de forma ilegal, a falsificação de assinaturas de eleitores na capital e no interior quando estes não estavam no município, indicando como no Piauí vemos se repetir práticas fraudulentas<sup>125</sup> comuns a outros estados da federação na Primeira República.

Apesar disso, como já discutimos, o inquérito aberto considerou válida a eleição e assim impôs derrota ao governo estadual que viu a oposição se eleger para o controle administrativo da capital. Dessa forma, é válido afirmar que dentre as estratégias utilizadas para o controle do poder político, estavam “a violência, que se consubstancia no terror policial, a repressão, que corre via degola, ‘habeas-corpus’ demissões, a fraude eleitoral, [...] a

---

<sup>121</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010.

<sup>122</sup> LIMA; FONTINELES FILHO, 2010, p. 134.

<sup>123</sup> LEAL, 1997.

<sup>124</sup> NUNES, 2016.

<sup>125</sup> CARVALHO, 1987.

corrupção, que se viabiliza por conchavos e clientelismo, sem dizer da força do prestígio político gerada nas relações pessoais ou de família”<sup>126</sup>. Essa perspectiva também é levantada por Queiroz<sup>127</sup> e Leal<sup>128</sup> na medida em que apontam que a emergência do uso de fraudes e demais tipos possíveis de corrupção no processo eleitoral acabava por ser uma prática comum aos diferentes grupos oligárquicos, independente se compunham a situação ou a oposição. Tais práticas são entendidas por Napolitano<sup>129</sup> como resultado da fraude eleitoral institucionalizada a partir da política dos governadores, incentivando que os grupos oligárquicos que estivessem no poder utilizassem de diferentes meios para se perpetuarem no poder.

Anos mais tarde, a eleição de Gil Martins para o Conselho Municipal também se mostrou bem sucedida, tendo o *Correio da Manhã* informado que “[...] para presidente do conselho foi eleito por seus pares um outro militar, o capitão Arthur Ribeiro e para vice-presidente o dr. Gil Martins”<sup>130</sup>, para o quadriênio 1921-1924. Tal posição de vice-presidente do Conselho Municipal se conservou até 1929, conforme apresentamos a seguir na *Tabela 12: Composição da Administração Municipal de Teresina (1923-1929)*:

---

<sup>126</sup> NUNES, 2016, p. 125.

<sup>127</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>128</sup> LEAL, 1997.

<sup>129</sup> NAPOLITANO, 2016.

<sup>130</sup> O NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XX, n. 7979, p. 5, 4 jan. 1921.

Tabela 12: Composição da Administração Municipal de Teresina (1923-1929).

ANO	INTENDÊNCIA	CONSELHO MUNICIPAL
1923	Manoel Raymundo da Paz Filho, intendente	Capitão Artur Ribeiro, presidente Coronel Gil Martins Gomes Ferreira, vice-presidente Joaquim Antonio de Noronha, membro Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, membro
	Coronel Luiz Ferraz, vice- intendente	Antonio Carmo de Miranda, membro Anisio de Britto Mello, membro João C. Monteiro, membro Firmino Borges da Silva, membro Aphrodizio Thomaz de Oliveira, membro
1924	Manoel Raymundo da Paz Filho, intendente	Capitão Artur Ribeiro, presidente Coronel Gil Martins Gomes Ferreira, vice-presidente Joaquim Antonio de Noronha, membro Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, membro
	Coronel Luiz Ferraz, vice- intendente	Antonio Carmo de Miranda, membro Anisio de Britto Mello, membro João C. Monteiro, membro Firmino Borges da Silva, membro Aphrodizio Thomaz de Oliveira, membro
1925	Manoel Raymundo da Paz Filho, intendente	Capitão Artur Ribeiro, presidente Coronel Gil Martins Gomes Ferreira, vice-presidente Joaquim Antonio de Noronha, membro Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, membro
	Coronel Luiz Ferraz, vice- intendente	Antonio Carmo de Miranda, membro Anisio de Britto Mello, membro João C. Monteiro, membro Firmino Borges da Silva, membro Aphrodizio Thomaz de Oliveira, membro
1926	Dr. João Luiz Ferreira, intendente	Capitão Artur Ribeiro, presidente Coronel Gil Martins Gomes Ferreira, vice-presidente Joaquim Antonio de Noronha, membro Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, membro
	Dr. Anfrísio de Lobão Vêras, vice-intendente	Antonio Carmo de Miranda, membro Anisio de Britto Mello, membro João C. Monteiro, membro Firmino Borges da Silva, membro Aphrodizio Thomaz de Oliveira, membro Zeferino Fernandes Vieira, membro
1928	Cargo vago, intendente	Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, presidente Coronel Gil Martins Gomes Ferreira, vice-presidente Joaquim Antonio de Noronha, membro Antonio Carmo de Miranda, membro
	Dr. Anfrísio de Lobão Vêras, vice-intendente	Anisio de Britto Mello, membro João C. Monteiro, membro Firmino Borges da Silva, membro
1929	Major Domingos Monteiro, intendente	Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, presidente Julio César Nogueira, vice-presidente Dr. Leonidas Mello, membro Alvaro Freire, membro Gil Martins Gomes Ferreira, membro Felicíssimo de Moura Rios, membro Antonio Costa Vaz, membro Antonio Francisco de Almeida, membro

Fonte: Almanak Laemmert, 1924-1930.<sup>131</sup>

<sup>131</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 86, p. 909, 1930.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de

Como se vê, Gil Martins permanece como conselheiro durante quase toda a década de 1920, implicando na manutenção e na ampliação das relações de poder político estabelecidas, demonstrando como eram também fortes no contexto da capital. Em 1923, o *Jornal do Commercio*, de Manaus, chega inclusive a chamar Gil Martins de prefeito municipal<sup>132</sup> por ocasião das festividades ocorridas durante o carnaval no Clube do Diários e em sua própria residência, prática comum durante as comemorações carnavalescas em Teresina<sup>133</sup>. Essa informação aparece no contexto do mandato de Manuel Raimundo da Paz Filho<sup>134</sup>, que foi intendente até o ano de 1924. Tratou-se de um período de muitos desentendimentos políticos, sendo em quase todo o período a intendência dirigida pelo vice-intendente Anfrísio de Lobão Veras<sup>135</sup>. Gil Martins realmente assumiu a intendência por breve espaço de tempo no ano de 1923<sup>136</sup>, na ausência do intendente, do vice-intendente e do presidente do Conselho Municipal, motivo pelo qual o jornal amazonense se referiu a ele como prefeito municipal.

Em 1927, quando Gil Martins ainda se encontrava como vice-presidente do Conselho Municipal começa uma movimentação no estado em torno das eleições para o cargo de governador que assumiria a liderança do executivo estadual em 1 de julho de 1928. Cerca de pouco mais de um ano antes da eleição, já circulavam nos jornais notícias de possíveis apoiadores do governo e da oposição, representada pelo *Partido Coligação*, o mesmo que havia sido composto desde o pleito de 1912 quando Miguel de Paiva Rosa foi eleito governador e deflagrou-se uma tentativa de golpe para evitar sua posse. Aqui novamente vemos Gil Martins aparecer nas páginas da imprensa em meio a boatos em torno do pleito eleitoral que ocorreria em breve, como apresentamos abaixo:

Politica do Piauhy. THERESINA, 11 – Continuum as adhesões á Colligação. O coronel Gil Martins, cujo nome figurava entre os signatarios da circular, recommendando a chapa do governo, sem autorização sua, adheriu ao movimento opposicionista. Causaram assombro aqui os telegrammas

---

Janeiro, n. 85, p. 971, 1929.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 83, p. 1043-1044, 1927.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 82, p. 1216, 1926.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 81, p. 1211, 1925.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 80, p. 3987, 1924.

<sup>132</sup> OS ESTADOS. PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Manaus, anno XX, n. 6766, p. 1, 18 mar. 1923.

<sup>133</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>134</sup> Foi militar e político. Foi intendente de Teresina de 1921 a 1925. Marcaram a sua gestão a criação da biblioteca municipal e a instalação de uma agência bancária do Banco do Brasil. (GONÇALVES, 2003).

<sup>135</sup> Nasceu em 1 de agosto de 1891 e faleceu em 2 de julho de 1954. Foi médico e político. Ocupou o cargo de intendente de Teresina na ausência do titular. Foi presidente da Liga Eleitoral Católica em 1932, deputado estadual de 1935 a 1937. (GONÇALVES, 2003).

<sup>136</sup> GONÇALVES, W. C. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: Halley S. A., 2003. p. 165.

publicados pelo Jornal do Commercio, do Rio, como procedentes daqui, dando a candidatura do sr. Felix Pacheco como imposição de seus amigos, quando se saber ter sido uma imposição sua, sendo isso o unico obstaculo para a reconciliação. O apello que o ex-chancellor fizera ao governo no sentido de que o pleito corra na maxima liberdade, tem merecido pouco credito, pois a opinião publica desmente tão alevantados propositos. Os politicos colligados affirmam já não serem dissidentes pois contam com a maioria do eleitorado do Estado.<sup>137</sup>

Nessa ocasião, como já se esperava, Gil Martins nega apoio à chapa que se formaria pelo lado governista, tendo inclusive circulado uma informação falsa de que ele apoiaria o governo. Essas ações faziam parte do jogo político da Primeira República, não sendo estranhas ao contexto histórico em que aconteceram. Se de um lado, os governistas eram acusados de utilizarem do artifício de notícias falsas, da mesma ação eram acusados os opositoristas. Chama a atenção a intriga levantada também em torno da candidatura de Félix Pachêco, tendo o jornal se expressado deixando entrever que sua candidatura era fruto de seu desejo pessoal, além de estar contribuindo para a cisão das forças políticas do estado. O uso da imprensa para esses fins foi uma constante ao longo do período de tempo que analisamos neste trabalho.

Um exemplo disso nos é apresentado pelo jornal *Pacotilha*, publicado no vizinho estado do Maranhão:

PIAUHY. Política do Piauhy. THERESINA, 24 – Consta, por despachos vindos do Rio, que tendo o marechal Pires Ferreira procurado o sr. Carlos de Campos para solicitar o seu apoio á dissidencia do Piauhy, este recusou sequer tratar sobre o assumpto, declarando a sua solidariedade ao governo piauhyense. Dahi, talvez, o evidente desanino que empolda os dissidentes, accrescido com a perda dos elementos com que julgavam contar e a recusa do apoio de outros elementos. Deante desses fracassos, o dr. Antonino Freire tem inundado o Piauhy de despachos inveridicos. Para Picos, por exemplo, o dr. Antonino Freire communicou a demissão do sr. Josino Ferreira do cargo de director da Escola de Aprendizizes Artifices, facto sem a menor procedencia; para S. Raymundo participou que o senador Pires Rebello e o deputado Ribeiro Gonçalves não têm interesse pelo proximo pleito federal, quando, pelo contrario, o segundo é candidato do governo e o primeito tem o mais absoluto interesse pela victoria do situacionismo. Explora tambem nomes respeitaveis chegando a annunciar que o cel. Gil Martins é dissidente. Taes processos vão produzindo effeito negativo, pelo descredito em que ficam considerados os seus auctores.<sup>138</sup>

<sup>137</sup> POLITICA DO PIAUHY. *Pacotilha*, São Luis, ano XLVII, n. 9, p. 1, 12 jan. 1927.

<sup>138</sup> PIAUHY. *Pacotilha*, São Luis, ano XLVII, n. 20, p. 1, 25 jan. 1927.

Nesta ocasião, Antonino Freire da Silva é acusado de espalhar falsas notícias pelo estado, estando ele agora integrando a oposição e não mais o governo. Pouco depois de assumir o governo em 1912, Miguel de Paiva Rosa rompe com seu antecessor e defensor na querela com Coriolano de Carvalho e Silva, Antonino Freire da Silva<sup>139</sup>. Especula-se que as razões tenham sido pessoais e não políticas, pois ao que se sabe o pai do governador era desafeto de Miguel de Paiva Rosa. Desde então, Antonino Freire da Silva se manteve mais inclinado a compor o grupo oposicionista tendo chegado ao final da década de 1920 do mesmo lado político de Gil Martins.

Em 1927, Félix Pachêco ganha as eleições para o senado, como nos conta Nunes<sup>140</sup>, mas não foi diplomado tendo em vista o deferimento de recurso impetrado pela oposição, que o acusou de inelegibilidade. Ações como essa eram muito comuns no período, constituindo-se em um mecanismo para diplomar pessoas ligadas ao presidente, como reflexo ainda da política dos governadores, em detrimento de membros oposicionistas. Em decorrência dessa derrota, o político publica um manifesto em que aponta que não mais concorreria para cargos eletivos, ao passo que critica as práticas adotadas pela política brasileira, as mesmas que durante uma década o mantiveram no poder. Esse momento, no entender de Nunes, sela o fim do “pachequismo” e a retomada da oligarquia da família Pires Ferreira no estado.

Esse contexto permite compreender como na eleição para o cargo de governador, oposição e situação parecem ter chegado a um acordo. Em nota publicada no jornal *A Imprensa*, publicada em Teresina em 24 de março de 1928, conta-se o seguinte:

Theresina, 23 de março de 1928. [...] As diversas correntes politicas do Piauhy, unidas no pensamento de evitar os tropeços de uma luta partidária, accordaram em indicar os suffragios do povo piauhyense, para aquella alta investidura, os nomes illustres dos nossos minentes conterraneos dr. João de Deus Pires Leal, para governador e commandante Humberto de Arêa Leão, para vice-governador. Piauhyenses dignos pelas suas tradições de honradez e de civismo, animados ambos, do ardente desejo de promoverem a felicidade da terra natal merecem por todos os titulos, os votos do eleitorado de nossa terra. Recommendamo-os, pois, aos nossos amigos e correligionarios desobrigamo-nos de um alto dever civico e ficamos certos de que todos elles accorrerão ás urnas a 7 de abril, para sagrarem seus eleitos aquelles dois eminentes piauhyenses. Com a maior consideração, somos correligionarios e amigos. Marechal F. Pires Ferreira. Dr. Euripides de Aguiar. Antonino Freire. Pedro Borges. Dr. Joaquim de L. Pires Ferreira. Joao Motta. Thomaz de Arêa Leão. Dr. João Cabral. Heito Castello Branco. Antonio José da Costa. Antonio da Costa Araujo Filho. Enéas Carvalho.

---

<sup>139</sup> PIAUÍ, 1993.

<sup>140</sup> NUNES, 2016.

Simplicio Mendes. Gil Martins Gomes Ferreira. Arthur Furtado. Ney Ferraz. Domingos Monteiro. Wladimir Abreu. Julio Nogueira. João Maria Broxado. J. J. de Moraes Avellino. Americo Celestino F. de Sá.<sup>141</sup>

Assim, a última eleição para governador no Piauí antes da ascensão de Getúlio Vargas<sup>142</sup> com o processo de ruptura conhecido como Revolução de 1930 se dá com ares de tranquilidade, bem como a última eleição de Gil Martins para o Conselho Municipal<sup>143</sup>, tendo permanecido no cargo até a ruptura política então ocorrida. Queiroz<sup>144</sup> remete que a Revolução de 1930 provocará o rearranjo das forças políticas do estado, não sendo possível que façamos uma avaliação clara do papel que Gil Martins assumiu a partir daquele momento. Há indícios de que tenha continuado a ocupar, pelo menos nos anos iniciais do governo varguista, uma posição de destaque no cenário da industrialização piauiense, mas seria necessário uma pesquisa aprofundada a esse respeito que não pudemos fazer, sobretudo por não se enquadrar nos objetivos traçados para este trabalho que se detém à sua trajetória durante a Primeira República.

Como pode ser percebido ao longo da segunda parte desta tese, o jogo político realizado por Gil Martins nos abre os olhos para concebê-lo como um sujeito que muito se projetou no sentido de mais controlar quem governava do que governar com as próprias mãos, utilizando seu poderio financeiro para atingir esse propósito. Ao longo dos anos da Primeira República, Gil Martins pouco ocupou cargos eletivos, mas se mostrou continuamente ligado aos processos decisórios que levavam às escolhas dos representantes do estado no executivo e no legislativo. Atribuímos essa tomada de posição como uma estratégia que o permitia conciliar suas atividades comerciais e seus interesses políticos as suas intenções de atuar como industrial no estado, ação que necessitava de sua atenção pessoal e direta, bem como de recursos financeiros de grande vulto.

---

<sup>141</sup> THERESINA. *A Imprensa*, Teresina, anno III, n. 368, p. 1, 24 mar. 1928.

<sup>142</sup> Nasceu em 19 de abril de 1883 em São Borja, no Rio Grande do Sul, e faleceu em 24 de agosto de 1954. Foi deputado estadual no período de 1909 a 1912, 1917 a 1921. Foi deputado federal de 1922 a 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luis. Foi eleito presidente do Rio Grande do Sul em 1928. Formou a Aliança Liberal e concorreu às eleições presidenciais de 1930, tendo perdido para Júlio Prestes. Organizou o movimento de deposição de Washington Luís, assumindo como chefe do governo provisório, com o aval das Forças Armadas. Em 1934, outorga uma nova constituição e permanece no cargo de presidente, eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte. Em 1937 dissolveu o congresso nacional e impôs uma nova Constituição, iniciando um novo período de governo conhecido como Estado Novo, uma ditadura que perdurou até 1945. Em outubro de 1945 foi deposto por um golpe militar. Em 1946 foi eleito senador e em 1950 foi eleito novamente presidente da república. Permaneceu no cargo de 1951 até seu suicídio, em agosto de 1954. (BRASIL, 2019).

<sup>143</sup> A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE THEREZINA E A CHAPA DO SITUACIONISMO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10638, p. 7, 24 out. 1928.

<sup>144</sup> QUEIROZ, 1994.

Percebe-se, assim, que Gil Martins tinha plena consciência do espaço de poder que ocupava na sociedade piauiense, atuando no jogo político partidário conforme seus interesses e daqueles que se mantinham em seu círculo mais próximo. Considerando as fontes a que tivemos acesso é possível afirmar que as insurgências deste homem no mundo da política tiveram maior sucesso na capital, Teresina, não conseguindo o mesmo quando se colocou como oposição das oligarquias que ocupavam os postos de mando no executivo estadual. Uma análise de conjunto aponta para o fato que sua posição enquanto opositorista se dava quando esta elite não chegava a um consenso sobre os sujeitos que seriam indicados como sucessores políticos, estando ele normalmente ao lado de grupos que desejavam ampliar seu poder pela ocupação de postos ligados ao executivo e que se afirmavam como libertadores do povo piauiense quando, na prática, suas ações indicavam a troca de uma oligarquia por outra.

Por outro lado, é preciso reconhecer a força política que Gil Martins era capaz de congrega, sendo ele um dos líderes opositoristas de crises de grande proporção naquela conjuntura, a exemplo da querela em torno da eleição de Miguel de Paiva Rosa. Dessa maneira, acreditamos que sua posição política cambiante, entre a situação e a oposição, era uma estratégia para garantir que suas ações progressistas não sofressem intervenções de possíveis opositores. Por meio da construção e reconstrução dessas alianças, Gil Martins se consolida como homem forte do comércio, com condições de interferir na ordem política e, como discutiremos na terceira parte deste trabalho, um sujeito industrial no contexto do Piauí da Primeira República.

**PARTE III**  
**POR UM PROGRESSO IMPORTADO:**  
**GIL MARTINS E A INDUSTRIALIZAÇÃO DE TERESINA NO**  
**INÍCIO DO SÉCULO XX**

## **Preâmbulo**

*Fazemos tão justos appellos, porque somos piauihyenses, porque amamos a nossa terra, e desejamos vel-a marchando na vanguarda dos demais estados progressistas de nosso paiz.<sup>1</sup>*

Marchar na vanguarda do progresso parece ter sido um desejo constante defendido nas páginas dos jornais piauienses durante as primeiras décadas da implantação da república no Brasil, fazendo surgir pronunciamentos como de R. Fernandes e Silva<sup>2</sup> defendendo que sua terra natal se espelhasse em outros estados em busca do seu desenvolvimento. Como uma batida que se repete, já apontamos esse aspecto nos capítulos anteriores deste trabalho, seja discutindo comércio ou política, tendo a figura de Gil Martins como personagem central de tramas e articulações que propagavam a necessidade do estado desenvolver-se em vários sentidos.

Isso nos faz compreender porque durante muitos anos e em muitas produções a historiografia piauiense reforçou a imagem do Piauí como um estado pobre e atrasado. No conjunto desses trabalhos encontramos uma forte produção acerca da Primeira República Brasileira (1889-1930), com uma concentração ainda mais específica nas duas primeiras décadas do século XX. Apesar disso, não podemos considerar que a pesquisa sobre esse recorte se esgotou. À medida que uma nova geração de historiadores vai se formando, novas questões surgem sobre temas já discutidos, ao mesmo tempo em que novos objetos são vislumbrados fazendo com que a construção do conhecimento histórico continue a caminhar.

É pensando nisso que defendemos que é preciso retirar o Piauí das análises simplistas do atraso, da miséria, da pobreza, não negando que estas existissem e ainda existam, mas compreendendo que essa perspectiva parte de um olhar comparativo entre o Piauí e outros estados que estavam em um contexto diferente, sobretudo se pensarmos que seu território foi efetivamente ocupado a partir do século XVIII. Portanto, com uma distância temporal de mais de 200 anos em relação a estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, dentre outros.

---

<sup>1</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauihy. *Diario do Piauihy*, anno III, n. 195, p. 1, 30 ago. 1913.

<sup>2</sup> Segundo o próprio Raimundo Fernandes e Silva (1913), era piauiense e atuou em nome da Superintendência da Defesa da Borracha, tendo sido enviado para o Piauí a fim de tratar dos assuntos referentes à borracha. É autor de “A maniçoba piauiense”, publicado em 1913 no Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. (QUEIROZ, 1994).

Nossa defesa, nesse ínterim, é o da compreensão do Piauí no seu contexto histórico e espacial, sobretudo evitando rótulos que foram construídos desde o passado aqui analisado a partir do discurso de sujeitos que viam nas maiores cidades e estados do país um modelo a ser seguido e sob o qual o Piauí precisava se subjugar. Ao problematizar acerca dos modelos interpretativos utilizados pela intelectualidade brasileira na Primeira República, Napolitano<sup>3</sup> conta que estes “não conseguiam enxergar os germes de nada parecido com uma civilização na sociedade brasileira”<sup>4</sup>. Pensar o Piauí decorre, assim, de não se deixar levar pelas expectativas de um padrão homogêneo de desenvolvimento para o Brasil naqueles anos. Compreendo o contexto piauiense, portanto, a partir de sua própria trajetória e como expressão da heterogeneidade das manifestações dos ideais de modernização que foram ventilados no país naquele período.

Nesse sentido, esta discussão revisita os estudos sobre a cidade de Teresina na Primeira República, a partir de um sujeito histórico que não aparece nas narrativas já produzidas pelos historiadores. Trata-se de Gil Martins, a partir desse momento visto mais como industrial do que como coronel, conforme aparece nos capítulos anteriores. A partir das leituras realizadas, percebeu-se que o surgimento de um aparato industrial na capital é um assunto recorrente nos estudos sobre o período, mas ele aparece como segundo plano em pesquisas cujos objetivos são alcançar outros processos e sujeitos.

Gil Martins, como é comumente citado nas fontes apresentadas ao longo desta tese, nos aparece como um sujeito plural que atuava em diferentes esferas, tendo ocupado importantes postos no âmbito do comércio e da política nos anos finais do império brasileiro e durante a Primeira República. A sua permanência no poder é, no mínimo, indicativa do lugar social ocupado por ele no conjunto das relações estabelecidas na capital piauiense, tendo sido o responsável pela implantação da produção açucareira no estado em escala industrial através de um de seus empreendimentos, a *Uzina Sant'Anna*. Nas palavras de Moreira<sup>5</sup>, “Gil Martins foi um exemplo de arrojo empresarial na história do Piauí”<sup>6</sup>, o que pode ser confirmado a partir da grande quantidade de empreendimentos que contaram com sua participação financeira e/ou administrativa, conforme apontamos ao longo deste trabalho. Se de um lado a fala de Moreira<sup>7</sup> pode ser questionada pelos laços familiares que possui, de outro não

---

<sup>3</sup> NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

<sup>4</sup> NAPOLITANO, 2016, p. 43.

<sup>5</sup> MOREIRA, N. B. *Landri Sales – Piauí: 200 anos de história 1810/2010*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

<sup>6</sup> MOREIRA, 2010, p. 26.

<sup>7</sup> MOREIRA, 2010.

podemos negar que Gil Martins foi um sujeito que conseguiu inovar, ainda que para isso tenha usado de estratégias tradicionais de controle do poder.

Pensar na industrialização piauiense é um passo importante para colocar em prática a construção de uma narrativa sobre o Piauí a partir de seu contexto histórico, espacial e econômico, entendendo as especificidades desse processo e não esperando que este tenha se desenvolvido na mesma pujança vivida por outros estados brasileiros naqueles anos, a exemplo de São Paulo ou Rio de Janeiro. No entanto, ainda que a indústria piauiense não movimentasse os mesmos montantes monetários que vimos ter acontecido no centro do país, sua existência em si é carregada de importância e significações, na medida em que a compreendemos a partir daquilo que ela pode proporcionar para o Piauí e sua população no bojo de um processo de modernização que buscava aproximar cada vez mais o progresso e o desenvolvimento.

A partir de uma pesquisa que leva em consideração o uso de diferentes fontes, tais como jornais, almanaques, cartas, imagens, dentre outras, buscou-se reconstituir a trajetória de Gil Martins durante a Primeira República Brasileira em sua faceta industrial. Ao discutir sua atuação no comércio e no mundo da política partidária nos capítulos anteriores, realizamos uma aproximação com a micro-história italiana, sobretudo a partir dos pressupostos de que a pesquisa histórica nos leva a indícios tal como proposto por Ginzburg<sup>8</sup>, culminando no descortinar de Gil Martins em mais uma de suas múltiplas atuações: o mundo da industrialização.

Em um estudo sobre a natureza da biografia na produção de historiadores, Del Priore<sup>9</sup> já apontava a contribuição da abordagem italiana para essas produções, de forma que a trajetória que vimos desenvolvendo tentou não perder a micro-história como fio inspirador. Em entrevista conhecida, Levi<sup>10</sup> afirmou que a micro-história “é olhar com o microscópio [para] algum objeto da história em que generalizações podem ser feitas. Não é a exaltação do indivíduo, mas a recuperação da complexidade”<sup>11</sup>. Dessa maneira, ao balizarmos esta produção no terreno da micro-história queremos dizer que nos inspiramos nesta perspectiva

<sup>8</sup> GIZNBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.; GIZNBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>9</sup> DEL PRIORE, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 9, p. 7-16, jul./dez. 2009.

<sup>10</sup> ENTREVISTA con Giovanni Levi. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*. v. 19, n. 17, p. 483-499, 1999.

<sup>11</sup> ENTREVISTA con Giovanni Levi. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*. v. 19, n. 17, p. 483-499, 1999. p. 490. Conforme original: “consiste en mirar con microscopio algún objeto de la historia sobre el que se puedan hacer generalizaciones. No es la exaltación de lo individual sino la recuperación de la complejidad”.

na intencionalidade de tomar um sujeito histórico para discutir questões que são mais amplas e comuns às demais pessoas que viveram na sociedade piauiense e brasileira durante o recorte temporal analisado, sobretudo aquelas do mesmo agrupamento social, nesse caso, a elite.

Revel<sup>12</sup> aponta que os sujeitos em diferentes épocas dispõem de um conjunto de recursos, variável conforme a configuração social em análise, que permitem que estes interfiram em sua própria realidade, o que não os torna donos absolutos de seu próprio destino, ao mesmo tempo que não estão engessados em mecanismos estruturais que os impeçam de agir segundo o próprio querer. Assim, Gil Martins mobilizou-se no sentido de garantir a manutenção e ampliação dos espaços que ocupava nos quadros da elite local, ao passo que ampliava seu patrimônio, sendo a industrialização da cidade um dos caminhos por ele adotados.

Dessa maneira, ao pensar o universo de Gil Martins e os avanços da indústria piauiense durante a Primeira República, organizamos esta parte em dois capítulos que versam sobre a ação deste personagem histórico no processo de industrialização e modernização da cidade, bem como sua contribuição para que o açúcar piauiense deixasse o cenário artesanal para ingressar no industrial. Podemos dizer que o progresso piauiense vem de longe, no tocante à industrialização, pois de um lado vemos uma sociedade que almeja o desenvolvimento propagado pelos estados longínquos situados no centro do país e, de outro, nos deparamos com Gil Martins buscando no exterior, junto à Inglaterra – naquele momento o grande centro da industrialização mundial, a aquisição do maquinário necessário para colocar o açúcar piauiense num outro patamar. De fato, este sujeito se consolida como um agente capaz de interferir no cenário da urbe, ou seja, de Teresina, sobretudo a partir dos investimentos que fez na industrialização. É essa história que construímos nas páginas que seguem e que convidamos à leitura.

---

<sup>12</sup> REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, ago./set. 2010.

## 7 A INDÚSTRIA E A MODERNIZAÇÃO DA URBE DE TERESINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Para pensar o processo de modernização da cidade de Teresina na Primeira República, partimos dos estudos de Berman<sup>1</sup> para quem isso pode se dar por meio das descobertas científicas, pela industrialização da produção, pelo crescimento demográfico e urbano, pelos novos meios de comunicação, por estados nacionais mais fortes ou mesmo através dos movimentos sociais organizados. Em suma, Berman<sup>2</sup> retrata uma modernização como uma possibilidade num contexto de mudança, de dinamicidade da realidade que cerca os indivíduos.

Pensando o século XIX como uma era de transformações modernas, podemos afirmar que no Brasil a instalação da república se deu justamente com a promessa de trazer modernidade, como diria Mello<sup>3</sup>, em oposição a um estado de atraso que a monarquia parecia representar. No Piauí, como vimos discutindo ao longo deste trabalho, viu-se na possibilidade de mudar a localização da capital como uma estratégia de modernização, no sentido de que essa ação foi vista como necessária para que os ares do progresso alcançassem essas terras.

Dessa maneira, a feição urbana de Teresina nas primeiras décadas do século XX estava em construção. Tendo sido fundada em 1852, a cidade foi planejada para ser a capital do Piauí, de forma que seu território foi progressivamente ocupado a partir de uma planta pensada em formato de xadrez, com ruas paralelas e perpendiculares a partir do centro. Assim, com a transferência da capital para uma localização mais ao norte do estado, em relação à antiga capital, vimos mudar também o fluxo das relações comerciais, que a partir daquele momento passaram a concorrer mais diretamente com os comerciantes oriundos da cidade de Caxias, estado do Maranhão, ao mesmo tempo em que atraíram para a capital o epicentro das operações comerciais realizadas pelos piauienses de forma a progressivamente reduzir a influência dos vizinhos maranhenses<sup>4</sup>.

Durante a segunda metade do século XIX, a família de Gil Martins realizou intenso comércio de açúcar com Teresina, utilizando as vias da navegação como já apontamos na primeira parte desta tese. Dessa forma, a mudança da capital de Oeiras, mais ao sul do Estado,

---

<sup>1</sup> BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

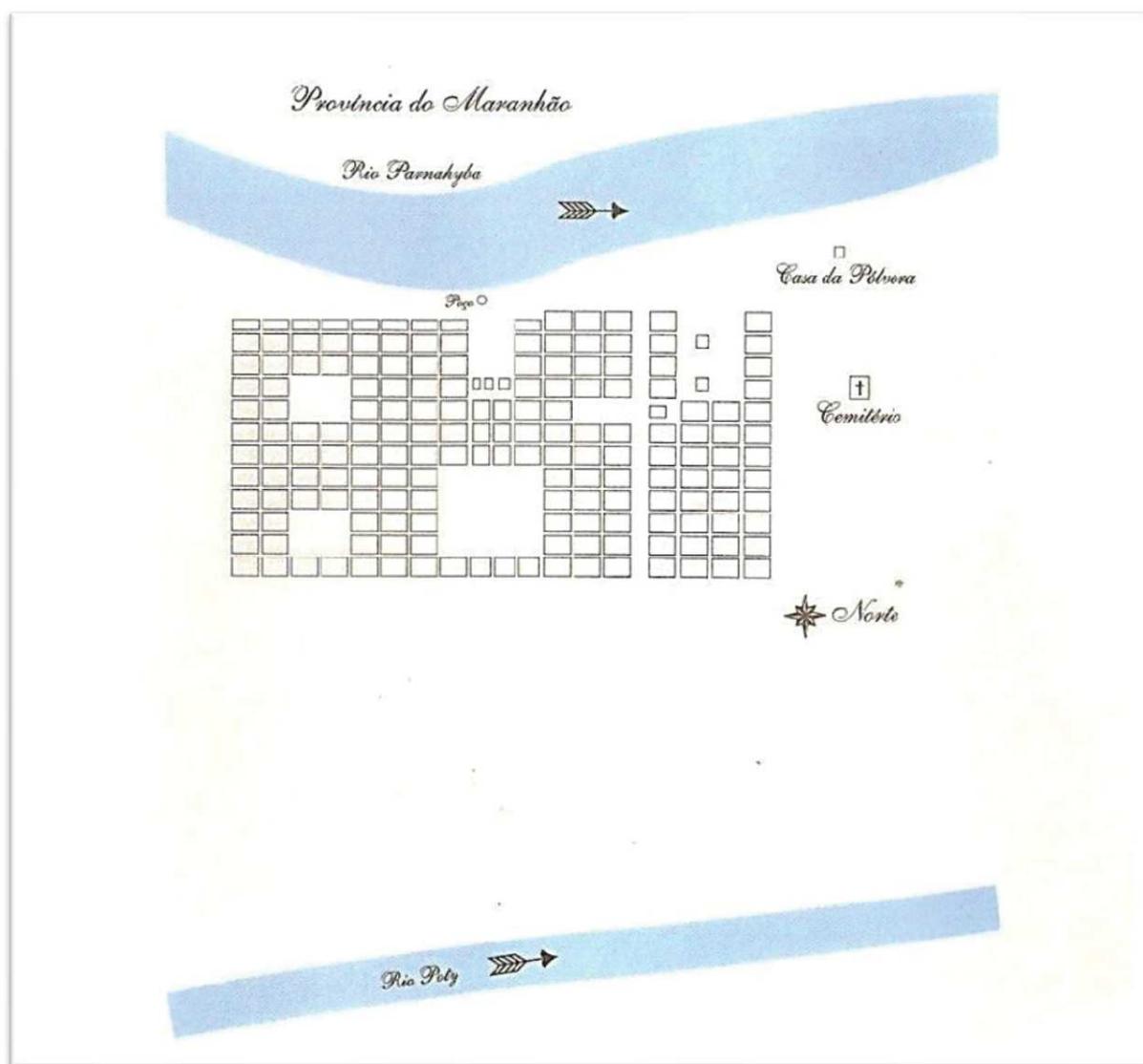
<sup>2</sup> BERMAN, 2007.

<sup>3</sup> MELLO, M. T. C. A modernidade republicana. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

<sup>4</sup> GANDARA, G. S. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.; GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

para Teresina, mais ao centro, nos parece ter sido um dos elementos que possibilitou o crescimento comercial do açúcar vindo das terras que hoje compõem o município de Landri Sales, anteriormente pertencentes a Jerumenha. Do ponto de vista de seu planejamento, a cidade de Teresina carrega o título de ter sido a primeira capital brasileira planejada, sob a forma de tabuleiro de xadrez, como a historiografia local reiteradamente enfatiza e como vemos na *Figura 19: Miniatura do Plano de Teresina (1852)* a seguir:

Figura 19: Miniatura do Plano de Teresina (1852).



Fonte: Adaptado de ABREU; LIMA, 2000.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> ABREU, I. G. de; LIMA, I. M. de M. F. Igreja do Amparo: o marco zero de Teresina. *Cadernos de Teresina*, ano XII, n. 32, p. 20-25, out. 2000.

O traçado da cidade revela o princípio de ordenação que se colocou ao espaço, contrastando com as vias tortas comuns às cidades piauienses de origem colonial. Nas palavras de Gandara, “o processo de mudança empreendido pelo presidente Saraiva trazia em seu âmago uma concepção inovadora dos surgimentos das cidades brasileiras, o planejamento do traçado urbano”<sup>6</sup>. Como sinônimo do novo, Teresina abre o segundo quinquênio do século como um dos grandes feitos em prol do progresso do Piauí. As falas dos presidentes da Província reiteradamente reforçam o discurso, talvez até de acordo com a realidade do estado miserável em que se encontrava a maioria da população, sendo necessário tomar medidas para diminuir tais estatísticas.

No bojo desses argumentos sobressaía o discurso de atraso, pensado em comparação com as províncias mais prósperas, enquanto esquecia-se da juventude do Piauí em relação às demais, com a instalação do seu governo próprio apenas no século XVIII. Não defendemos aqui que o Piauí se equiparasse às demais regiões do Brasil, nem que a pobreza fosse pouca ou não existisse, mas que a análise de sua conjuntura econômica seja realizada levando em consideração seu próprio movimento no processo histórico e não em uma escala evolutiva, ainda que não explicitamente revelada, onde o estado vinha falhando na tarefa de alcançar níveis superiores nesse processo.

Nesse cenário, a segunda metade do século XIX e o início do século XX é um momento de estruturação da cidade e de formação de um aparato urbano, como se esperava de cidades que carregavam o título de serem o centro do poder político de seus estados. Essa necessidade se fazia cada vez mais urgente, sobretudo tendo em vista o aumento populacional. Queiroz<sup>7</sup> aponta que durante a Primeira República a população piauiense se adensou nas regiões mais próximas ao rio Parnaíba, acompanhando um movimento que favoreceu Teresina pela sua localização, ao mesmo tempo em que por essa via fluvial interligavam-se as diferentes regiões do Piauí. O contato com outras regiões e até mesmo com outros estados foi incrementado ainda nos últimos anos do império, a partir de 1884, tendo sido ampliado com o advento da república, de norte a sul.

Data de 1902 uma tentativa de incrementar o abastecimento de água na cidade, como vemos na informação a seguir:

---

<sup>6</sup> GANDARA, 2011, p. 104.

<sup>7</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

De acordo com a lei municipal, trata-se na Therezina, capital do Piauí, de facilitar a aquisição de água para ser distribuída facilmente pela população. Será o abastecimento feito por meio de carroças, que irão suprir se em 5 depósitos abertos na cidade, por meio de canalização. As 5 fontes serão na Praça Saraiva, rua onde mora o sr. Gil Martins, Praça Deodoro, S. Benedito e Campo de Marte. Tomou a si o serviço o sr. Francisco de Paula Rocha. O capital da empresa será de 50 contos podendo elevar se a mil para exploração de luz elétrica, esgotos e viação ferro carril.<sup>8</sup>

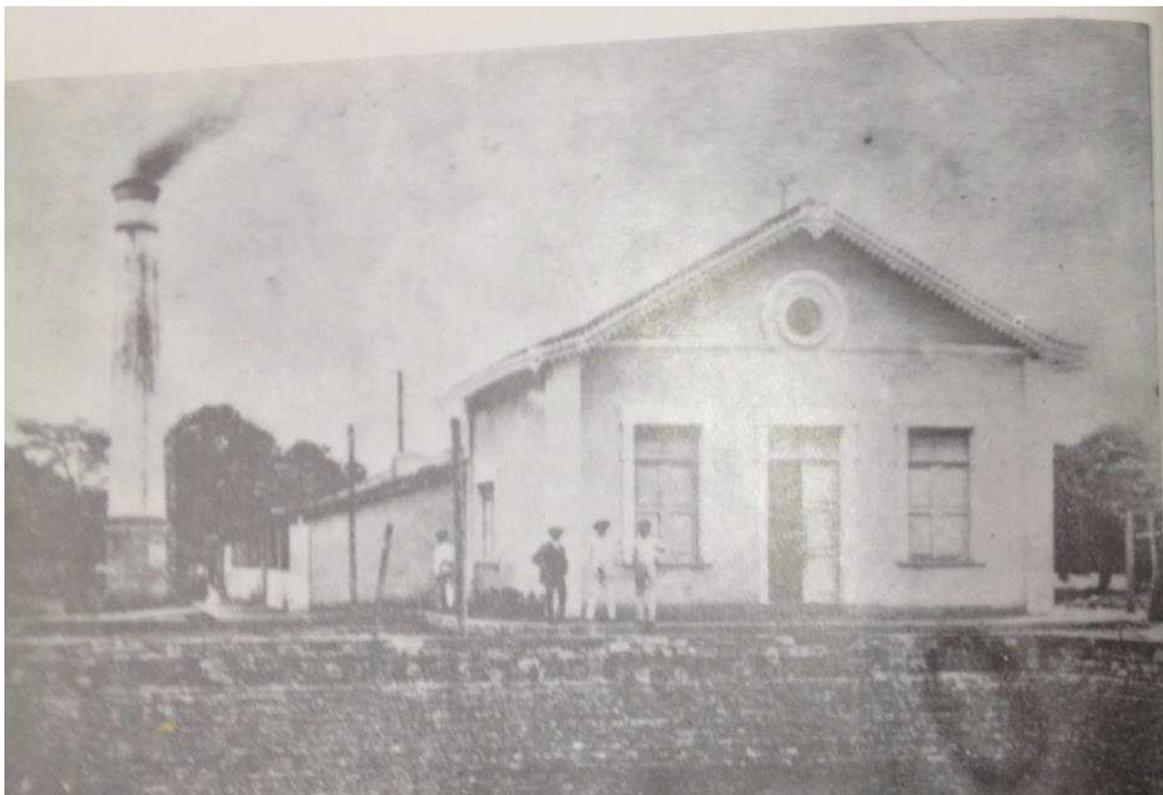
Assim, na virada do século XIX para o XX a cidade ainda não possuía um sistema de abastecimento de água que desse conta de suas necessidades. Notamos que uma das fontes de água previstas sairia da rua onde morava Gil Martins, o que nos faz pensar que estas primeiras medidas acabavam por ser direcionadas para o atendimento da população abastada da cidade, já que os mais pobres moravam em outras áreas. Leal<sup>9</sup> aponta que uma estratégia muito comum no cenário coronelista daquele período é a utilização de obras públicas como forma de retribuir favores a membros dos grupos oligárquicos que interessavam ao poder estabelecido, o que parece ser o caso em questão. Na *Figura 20: Usina Elevatória das Águas (1910)* apresentamos uma imagem das instalações do empreendimento.

---

<sup>8</sup> NOTÍCIAS. *Diário do Maranhão*, São Luís, ano XXXIII, n. 8583, p. 2, 31 mar. 1902.

<sup>9</sup> LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

Figura 20: Usina Elevatória das Águas (1910).



Fonte: FOLGUEIRA, 1910.<sup>10</sup>

A imagem acima nos permite analisar o contraste entre o discurso de modernidade que chegava a Teresina e as condições de urbanização que a cidade apresentava, mas também nos leva a problematizar os esforços realizados para elevar a qualidade das condições de urbanização ali presentes. De um lado, as características arquitetônicas do prédio e a boa vestimenta dos homens, e de outro, a rua de areia, sem calçamento, que o registro também captura. Desse modo, podemos depreender que a cidade enfrentou o desafio de se aparelhar para o progresso que almejava, inclusive no tocante à infraestrutura mínima o que, ao final do Império, ainda não desfrutava.

Cardoso e Mauad<sup>11</sup> referem que “a fotografia atua como importante meio através do qual se podem reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos”<sup>12</sup>. É, portanto, significativo o registro fotográfico acima apresentado, na medida em que representa os ideais

<sup>10</sup> FOLGUEIRA, M. R. *Album Artístico Commercial do Estado do Piauí*. Teresina: [s. n.], 1910.

<sup>11</sup> CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-418.

<sup>12</sup> CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 411-412.

de progresso e modernização que circulavam por Teresina, sobretudo por meio do aparelhamento técnico da cidade que se deu a partir da chegada da República e dos novos serviços públicos oferecidos. No caso do Rio de Janeiro, tomado muitas vezes como exemplo pelos piauienses que defendiam os investimentos no progresso, Napolitano<sup>13</sup> conta que as intervenções na malha urbana visavam um esforço civilizatório, sobretudo sob a égide do higienismo propagado pelos intelectuais que cultuavam a ciência como mecanismo de melhoramento da realidade brasileira. Em certa medida, podemos mesmo afirmar que o traçado da planta de Teresina já carregava consigo influência desse modelo higienista<sup>14</sup>.

Sobre o discurso de modernidade presente na sociedade piauiense, Costa Filho<sup>15</sup> nos conta que é notória “a preocupação das elites e da intelectualidade teresinense, no sentido de modernizar a cidade, entretanto não passa de civilidade das aparências, tão propalada pelas elites brasileiras no final do século XIX”<sup>16</sup>. Em outras palavras, os intelectuais piauienses do século XIX propagavam ideais de modernidade, em especial através da imprensa e da literatura, mas que não se materializaram por meio da efetiva modernização da cidade, que só será sentida no início do século XX. Um desses elementos é a implantação da primeira tipografia teresinense em 1906, a Libro-Papelaria Veras que, no entender de Queiroz<sup>17</sup> e nosso também, contribuiu para facilitar a circulação de ideias para além da imprensa.

Dessa forma, os ideais de progresso no Piauí não são exclusividade do período republicano, sendo uma reivindicação há muito defendida. Esse reclame pode ser compreendido à luz da perspectiva de modernidade trazida por Berman<sup>18</sup> enquanto uma experiência compartilhada, na medida em que percebemos nestes discursos um desejo coletivo de “autotransformação e transformação das coisas ao redor”<sup>19</sup>. Em sentido semelhante, Gandara conta que Teresina “nos fornece traços de um projeto moderno em sua morfologia, capazes de expressar os anseios explicitados nos discursos do progresso”<sup>20</sup>. Na *Figura 21: Evolução do Perímetro Urbano de Teresina* é possível perceber o avanço do processo de urbanização nessa cidade.

---

<sup>13</sup> NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

<sup>14</sup> TEIXEIRA, M. L. G.; CORREIA, T. B. Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920). *Labor & Engenho*, v. 12, n. 3, p. 359-377, jul./set. 2018.

<sup>15</sup> COSTA FILHO, A. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

<sup>16</sup> COSTA FILHO, 2006, p. 46.

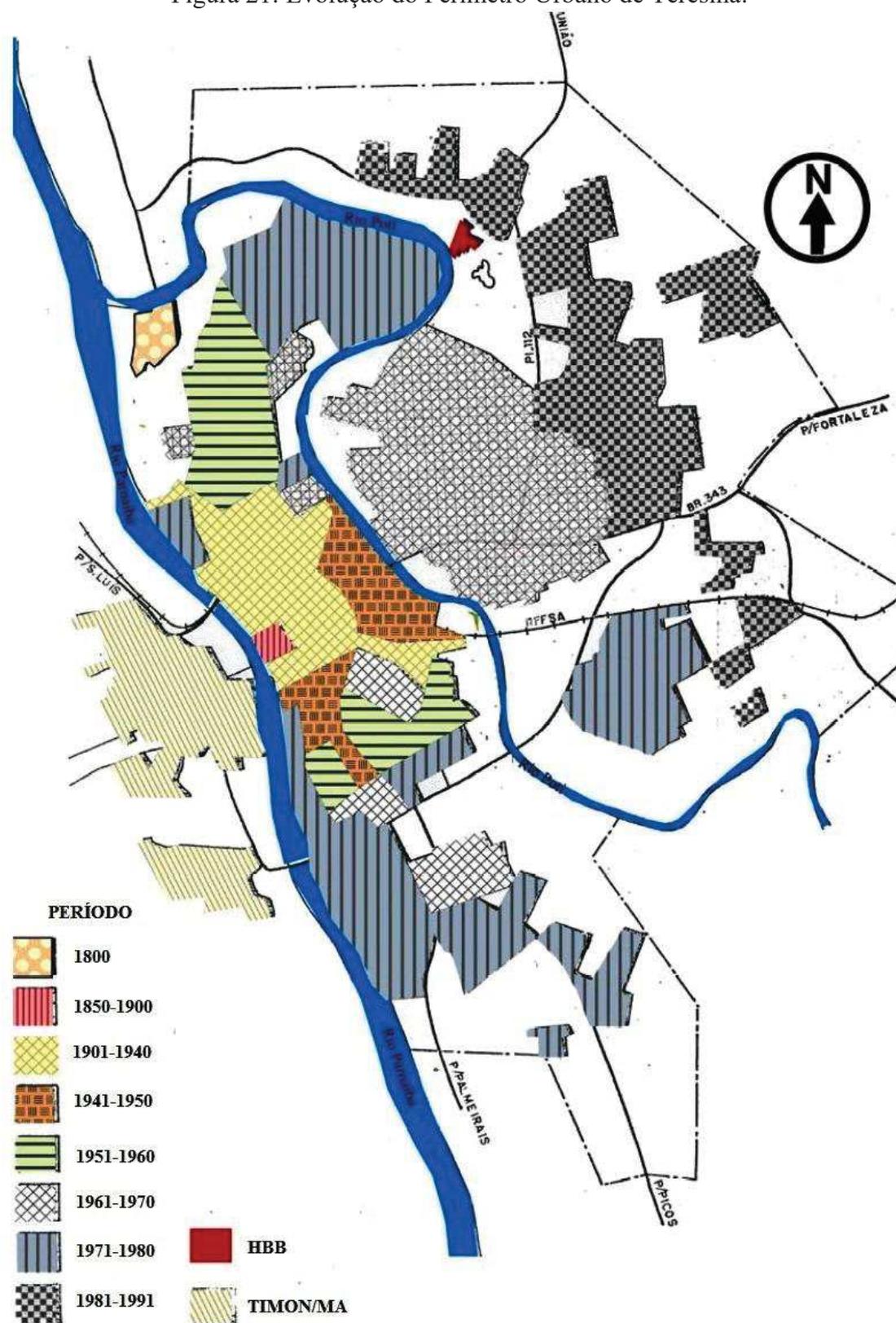
<sup>17</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>18</sup> BERMAN, 2007.

<sup>19</sup> BERMAN, 2007, p. 24.

<sup>20</sup> GANDARA, 2011, p. 110.

Figura 21: Evolução do Perímetro Urbano de Teresina.



Fonte: Adaptado de LOPES, 2011<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> LOPES, W. G. R. et. al. A Paisagem Urbana e o Sistema de Espaços Livres da Cidade de Teresina, Piauí. *Anais. VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL*, 2011, São Paulo, 2011. v. 1. p. 1-15.

Analisando o mapa a partir da coloração identificada pelas legendas, notamos que a malha urbana de Teresina permaneceu inalterada quanto ao seu perímetro durante a segunda metade do século XIX, passando por uma expansão significativa durante a primeira metade do XX. Queiroz<sup>22</sup> afirma que “se tentavam criar condições que favorecessem a modernização da cidade, o disciplinamento do seu espaço e, por extensão, o controle sobre seus cidadãos”<sup>23</sup>. Assim, viu-se emergir na cidade naquele período a atuação do poder público para garantir melhorias de caráter urbanístico, mas também a emergência de instituições privadas erigidas a partir dos ideais de progresso.

É assim que vimos nascer a *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* em 1889, muito próximo do momento de ruptura política que o Brasil viveu com a queda do império. Durante a pesquisa hemerográfica realizada, tivemos acesso à ata de fundação da companhia, apontando para a presença de Gil Martins em seu quadro societário e dirigente desde seu nascedouro:

Acta da reunião dos accionistas da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense. As 11 horas do dia 27 do mez de janeiro de 1889, nesta cidade de Therezina, capital do Piaui e no escriptorio da companhia de navegação a vapor no rio Parnahyba, assumio a presidencia da meza provisória na qualidade de um dos incorporadores da empreza o sr. coronel João da Cruz e Santos e convidou para servirem de secretarios os accionistas José de C. Lima e Arthur Pedreira na ordem em que se acham seos nomes collocados, depois do que mandou fazer a chamada de todos os accionistas a qual foi respondida pelos seguintes: [...] Domingos Rodrigues d’Azevedo & Companhia representado pelo sócio Gil. M. G. Ferreira, [...] todos representando 2.348 acções com 445 votos. Havendo comparecido numero legal de accionistas o sr. presidente abriu a sessão e mandou fazer a leitura dos estatutos e do recibo da decima parte da quantia de 230 contos, correspondente a 2.500 acções de cem mil reis cada uma. Feito isto e estando satisfeitas as formalidades exigidas pela leis das sociedades anonymas; o sr. presidente declarou estar constituída a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, e procedeu a eleição da meza da assembleia geral de accionistas a deitar na urna sua cédula a proporção que era chamado seu nome; convidando para escrutadores os srs. Manoel Lopes Correia Lima e Coriolano de Castro Lima que tomarão lugar na meza. Corrida a votação e verificando-se que havia na urna 73 cedulas para presidente e vice-presidente e 73 para secretarios correspondentes ao n.º de accionistas presentes fez a appuração de 72 daquellas, deixando de ser appurada uma por estar defeituosa dando assim o seguinte resultado: [...] *Em vista deste resultado o sr. presidente declarou eleitos: - presidente João de Castro L e Almeida; vice-presidente dr. Candido; 1º Secretário Manoel Lopes e 2º Benjamim Teixeira e convidou-os a tomar posse dos seus respectivos lugares. Empossada a meza declarou o presidente que ia proceder a eleição*

<sup>22</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>23</sup> QUEIROZ, 1994, p. 23.

*para directores e chamou para escrutadores os srs. Arthur Pedreira e Coriolano de Castro Lima. [...] pelo que o presidente declarou eleitos directores os cinco mais votados: - Coronel João da Cruz e Santos; commerciante, morador a rua Belia, casa n. 48, Antonio Gonçalves Pedreira Portellada, commerciante, morador a rua Grande casa n. 22, Mariano Gil Castello Branco, proprietario, morador a praça da Constituição n. 4, Raimundo Antonio Lopes, proprietario, morador a rua do Payssandú n. 24, e Gil Martins Gomes Ferreira commerciante, morador a rua Grande casa n. 28.<sup>24</sup>*

Gil Martins, assim, consta como sócio fundador e membro do primeiro corpo diretor da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense*, o que não só é um feito representativo do espaço de poder econômico que ocupava, como reforça nossa tese de que ele era um agente de destaque no processo de modernização de Teresina, ao lado de outros sujeitos que estavam liderando o processo de diversificação produtiva a partir do incremento industrial. Enfatizamos, assim, que Gil Martins não era o único a acreditar que a indústria pudesse ser implantada no Piauí, como pudemos perceber na ata de assembleia transcrita acima. Nesta, consta a presença de outros nomes dentre os membros da elite piauiense, indicando que esse era um ideal compartilhado, sobretudo pelas chances de ampliar o patrimônio financeiro desse grupo social.

A implantação de uma fábrica como essa traria impacto no aparato urbano da capital, não apenas porque demandaria infraestrutura, mas também porque ela própria serviria de propulsora de um aparato próprio que desse conta de suas necessidades. Em publicação realizada no Recife, consta “que a mesma directoria já escolheu o terreno, em que deve ser assentada e collocada a fabrica, e trata de providenciar acerca de outros actos necessários á fundação de tão util empreza industrial”<sup>25</sup>. Assim, a interferência a que nos referimos parte até mesmo da escolha do local de implantação, pois exigiria condições locacionais que garantissem o desenvolvimento do empreendimento. Em trabalho anterior<sup>26</sup>, baseando-nos em estudos sobre a urbanização em Teresina, apontamos o uso da terra como um elemento chave no processo de industrialização da cidade. Dessa maneira, seja no presente ou no passado, resguardando-se as devidas proporções, não podemos perder de vista que o surgimento de um aparato industrial tem o potencial de mudar significativamente as feições locais, de um lado

<sup>24</sup> ACTA da reunião dos accionistas da Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense. *A Imprensa*, anno XXIV, n. 1059, p. 4, 9 fev. 1889, grifo nosso.

<sup>25</sup> PROVINCIAS. *Jornal de Recife*, Recife, ano XXXII, n. 52, p. 1, 5 mar. 1889.

<sup>26</sup> SILVEIRA, T. C. *Desvelando os caminhos do Santana: história e memória de um processo de rurbanização em Teresina* – PI. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

pela própria criação do empreendimento e, de outro, pelo fluxo intenso de pessoas e mercadorias que passam a fazer parte das condições dessas regiões.

Nesse período, Queiroz<sup>27</sup> conta que o ideal de progresso e modernização que chegava a Teresina tomava muito como referência o maquinismo, o que remete às instâncias do desenvolvimento tecnológico como características desse processo, como já havia sido apontado anteriormente por Berman<sup>28</sup>. Para exemplificar essa questão, Queiroz<sup>29</sup> parte da ideia de que com a chegada do cinema chamava-se mais atenção para o aparelho que permitia a exibição do que para os atores e atrizes, os quais só posteriormente passaram a ser alvo das notícias e ganharam maior relevo na análise e crítica das exibições. Assim, ao pensarmos na criação da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* e no seu impacto para a sociedade piauiense, tomamos em conta que não apenas a ideia de uma fábrica e a emergência de novos postos de trabalho para contratação de mão de obra animava o fluxo de ideias e discursos acerca do progresso de Teresina, mas a própria existência do maquinário tornava-se um símbolo de que as brisas do progresso, para utilizar da expressão de Medeiros<sup>30</sup>, chegavam a Teresina na passagem do século XIX para o século XX.

Poucos anos após o anúncio da criação da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, no mesmo período que Gil Martins se comprometia com a fundação do *Partido Republicano Legalista*, vemos a publicação de suas intenções de ampliar os investimentos na área da industrialização. Inicialmente o periódico nos apresenta o cenário do sistema fabril do Piauí em 1892. Vejamos:

Piauihy. É grande o ardor pela industria actualmente nesse Estado. Alem de duas fabricas de sabão; uma fabrica que já trabalha com 50 teaes e cujas açções sobem a 160\$000 cada uma (valor real 100\$000 a inaugurar se em Janeiro próximo; uma companhia de seguros que está com bom pé de prosperidade attestado pelos bons dividendos que tem dado, estão em projecto mais tres companhias importantes: a de abastecimento d'agua, uma de navegação no alto Parnahyba e outra de morins, sobre esta assim fala o *Piauihy*: <<Levados pelo patriotico desejo de promover e acelerar o adiantamento e bem-estar do Piauihy, alguns dos commerciantes e capitalistas desta praça projectam levantar uma empresa de fiação e tecelagem de algodão para o fabrico das fazendas, commumente chamadas – morim, madapolão ou madrasto – de que toda a população faz grande e geral consumo. As vantagens da empreza são palpaveis. Todo mundo veste,

---

<sup>27</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>28</sup> BERMAN, 2007.

<sup>29</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>30</sup> MEDEIROS, J. B. *Brisas do progresso: faces e contornos da Primeira República Unionense*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

entre nós, fazenda branca, lisa e consistente; e desde que produzimos e exportamos a materia prima, – o algodão, – de que ella se faz, convirá mais, certamente, aos piauihyenses frabrical a aqui, do que importal-a do estrangeiro, ou de outros Estados, com o accrescimo de despesas, delongas e trabalhos que o fabrico interno evitará. Accresce que taes estabelecimentos fabris fornecem trabalho remunera lo a muitos braços, que vivem entre nós desocupados, e educam o povo no regimen da applicação intelligente e pacifica de sua actividade, – alimentam e moralizam. O custo da producção que nós pagamos ao estrangeiro no proço por quante lhe compramos os artefactos, ficará mesmo entre nós; a venda da materia prima será mais fácil ao lavrador, porque aqui mesmo ella é convertida em tecidos de uso geral. Finalmente a commodidade do preço e a excellencia do producto são consequencias naturaes do desenvolvimento de iguaes officinas em nossa terra. Todo piauihyense , pois, tem muito e muito a lucrar com a realização da projectada associação a cuja frente se acham, entre outros, os nossos patricios Gil Martins e Honorio Parentes, e para a qual precisão do concurso de todas as classes sociaes. A empresa deve pertencer a uma sociedade anonyma, ter de capital cerca de 500 a 600 contos de reis, levantado em açções de valor nominal de cem mil reais, começando a funcionar com o numero de teares que as suas forças comportarem, attentas as despesas com a compra de terreno, construcção de edificio, aquisição e transporte dos machinismos, montagem, e remuneração de pessoal technico. Já se acham tomadas 3.600 açções, e no escriptorio da companhia de seguros, desta cidade, está aberta a subscripção, a que devem os piauihyenses, amigos do progresso real de sua patria, prestar o concurso compativel com os seus recursos.>><sup>31</sup>

A nota publicada no *Jornal do Recife* conta que no início da década de 1890 o Piauí apresenta um quadro de desenvolvimento incipiente no tocante à indústria, possuindo duas fábricas de sabão, uma de tecido e projetando outras três. Notório, do nosso ponto de vista, é a presença de Gil Martins na empreitada de criação de uma fábrica de morins, tecido de algodão branco e fino, já sendo o mesmo pertencente ao quadro de sócios e diretor da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense*. Esse fato aponta para o fato de que Gil Martins, que já vinha experimentando investir nesse ramo, via na criação de indústria uma forma de ampliar seu patrimônio ao mesmo tempo que contribuía para o processo de modernização da cidade. Imagens como aquela apresentada na *Figura 20: Usina Elevatória de Águas (1910)* nos faz problematizar que modernização era essa. Certamente não era a mesma vivida nos grandes centros do país, mas que no cenário de Teresina tinha significativo impacto na vida das pessoas que a habitavam.

A industrialização que o Brasil vivenciou na Primeira República teve esse potencial modernizador manifestado nos grandes centros, com a criação de vilas operárias e com a expansão dos limites urbanos das cidades. Movimento semelhante alcançou a cidade de

<sup>31</sup> PIAUHY. *Jornal de Recife*, Recife, ano XXXV, n. 247, p. 3, 30 out. 1892.

Teresina, tendo Gil Martins sido presença marcante como liderança que acreditava no potencial de desenvolvimento do estado a partir da indústria. Nesse período, de acordo com Teixeira e Correia<sup>32</sup>, a indústria piauiense alcançou certo nível de diversificação, mesmo sendo considerada de pequeno porte. As autoras indicam que entre o final do século XIX e a terceira década do século XX, a indústria incluía “fábricas de sabão, tecidos, bebidas, calçados, charutos, cigarros, gelo e vinagre, laticínios, cerâmicas, usinas de açúcar e indústrias de beneficiamento de algodão e arroz”<sup>33</sup>.

Considerando, portanto, o cenário industrial delineado não é à toa que Gil Martins tenha ocupado cargos estratégicos ao longo desse período de tempo. Nos capítulos anteriores, apontamos sua presença em postos importantes da navegação, bem como no cenário político-partidário estadual, tendo o mesmo ocorrido no tocante à industrialização. Dessa maneira, compreendemos a presença de Gil Martins na composição do primeiro quadro de diretores da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* como lugar estratégico de atuação no tocante ao espaço como industrial que ele queria alcançar. Mais tarde, nos anos 1910<sup>34</sup>, Gil Martins retoma esse posto, como apresentamos na tabela a seguir:

Tabela 13: Composição do quadro gestor da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense.

ANO	DIRETORES	GERENTE	GUARDA-LIVROS
1910	Antonio Gonçalves P. Portellada C. Antonio da Fonseca Gil Martins Gomes Ferreira Leocadio Alves dos Santos	José João dos Santos	Antonio Joaquim de Almeida
1911	Dr. Elias de Sousa Martins C. Antonio da Fonseca Gil Martins Gomes Ferreira Leocadio Alves dos Santos	José João dos Santos	Antonio Joaquim de Almeida
1913	Dr. Elias de Sousa Martins C. Antonio da Fonseca Gil Martins Gomes Ferreira Leocadio Alves dos Santos	José João dos Santos	Antonio Joaquim de Almeida
1914	Dr. Elias de Sousa Martins C. Antonio da Fonseca Gil Martins Gomes Ferreira Leocadio Alves dos Santos	José João dos Santos	Antonio Joaquim de Almeida

Fonte: Almanak Laemmert, 1910-1914<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

<sup>33</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018, p. 361.

<sup>34</sup> ACTA da sessão ordinária da assembléa geral de accionistas da companhia de fiação e tecidos piauiense. *Diario do Piauihy*, Teresina, anno I, n. 13, p. 3, 1911.

<sup>35</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 70, p. 3856-3857, 1914.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 69, p. 3572-3573, 1913.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo,

Neste período em que Gil Martins estava no corpo diretor da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, o mesmo esteve envolvido nos conflitos políticos em torno da sucessão no executivo estadual. Além disso, estava em funcionamento desde 1906 um outro empreendimento ligado diretamente ao seu nome: a *Uzina Sant'Anna*, que tinha como objetivo a industrialização do açúcar. Gil Martins se colocava, assim, atuando em várias frentes e trazendo para si a representação de industrial no contexto do processo de modernização da capital, mas ao mesmo tempo pugnava pela presença de pessoas politicamente alinhadas com as ideias de seu grupo para ocupar os postos do executivo estadual. Fica evidente, portanto, como este sujeito usava de seu prestígio oriundo do comércio e da industrialização, para reforçar seu campo de poder político entre os membros da elite local.

Um aspecto importante no conjunto dessas relações de prestígio e poder é o uso da família estendida como instrumento de ocupação de postos estratégicos na cena comercial e industrial, ao lado de seus correligionários políticos. Analisando a composição do quadro gestor da companhia apresentado na *Tabela 13: Composição do quadro gestor da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, nos deparamos com a presença de Colect Antonio da Fonseca, que atuou ao lado de Gil Martins na diretoria da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*<sup>36</sup>. Ele era cunhado de Antonio João Gomes Ferreira, irmão e sócio de Gil Martins na *Uzina Sant'Anna*. Também aparece o nome de Elias Martins, cujo papel como força política ao lado de Gil Martins, se salientava sobretudo no jornal *O Apostolo*. Também destacamos a figura de Leocadio Santos, um nome forte do cenário da navegação a vapor e que em muitos anos compôs a diretoria da referida companhia ao lado de Gil Martins.

Estes sujeitos não apenas atuaram juntos nestes empreendimentos, como o fizeram ao mesmo tempo, como podemos perceber ao comparar a *Tabela 13: Composição do quadro gestor da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* e a *Tabela 05: Composição da diretoria da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba*. Isso demonstra, no mínimo, o interesse destes homens em ocupar os postos de liderança das mais importantes empresas da cidade, o que naquele cenário poderia significar o controle da massa de eleitores por meio da concessão de empregos, mas indica também a capacidade de arregimentar votos dentre a própria classe comerciante e industrial, uma vez que a ocupação desses cargos se

---

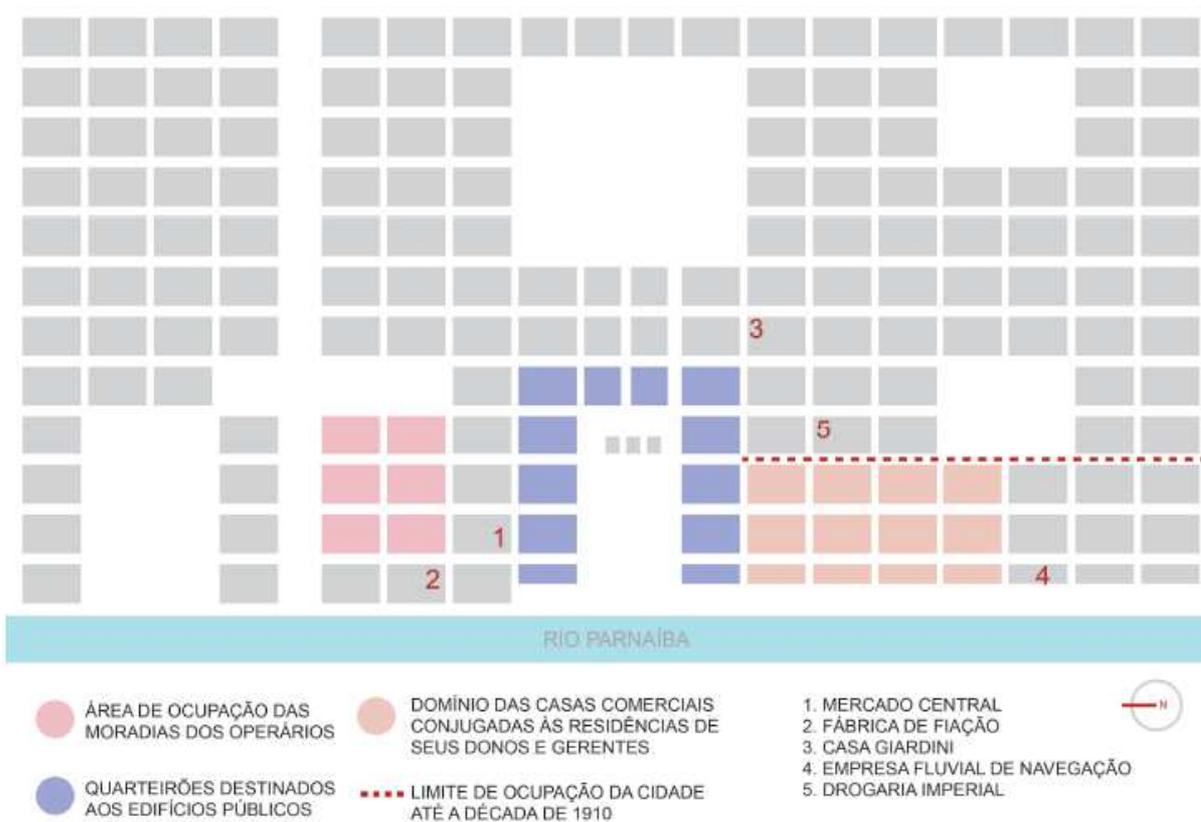
Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 67, p. 3668-3669, 1910.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 67, p. 7-8, 1910.

<sup>36</sup> Ver Tabela 05: Composição da diretoria da Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnahyba.

dava por meio de votações em assembleias de associados. O lugar ocupado advinha, seguramente, das condições econômicas que possuíam.

A localização da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense* era no centro urbano da capital, estando ligada ao algodão<sup>37</sup>, que por sua vez representava uma das bases econômicas do estado durante a Primeira República. Na *Figura 22: Reprodução da ocupação de Teresina até a década de 1910*, podemos conferir sua localização no centro do núcleo urbano de Teresina.

Figura 22: Reprodução da ocupação de Teresina até a década de 1910.



Fonte: TEIXEIRA; CORREIA, 2018<sup>38</sup>.

A projeção da ocupação do território da capital foi produzida por Teixeira e Correia<sup>39</sup> a partir dos escritos de pesquisadores locais, indicando assim que o traçado da cidade originalmente planejada havia sido pouco ocupado mesmo tendo se passado cerca de sessenta

<sup>37</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

<sup>38</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018, p. 361.

<sup>39</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

anos desde a sua fundação. Esse dado reforça o nosso entendimento de que a indústria local era carregada de especificidades, ao mesmo tempo em que contribuiu para um maior aparelhamento da urbe de Teresina em um processo de modernização que se inicia nas primeiras décadas do século XX. A ocupação do espaço urbano guarda ainda familiaridade com o que ocorria em outros centros, onde os operários habitavam as proximidades das indústrias. No caso da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, nota-se que a mesma estava localizada às margens do rio Parnaíba e, nas quadras que se seguiam, estava a morada de seus operários em uma área da cidade ocupada por eles, não tendo contado com o apoio ou subsídio da empresa para a construção dessas residências.

Na *Figura 23: Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense (1918)*, podemos visualizar o prédio que abrigava a companhia, em imagem datada de 1918.

Figura 23: Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense (1918).



Fonte: TEIXEIRA, CORREIA, 2018<sup>40</sup>.

Teixeira e Correia<sup>41</sup> apresentam a *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* como o empreendimento que mais impactou o cenário urbano de Teresina, o que se deve à sua localização no centro da cidade e à ocupação pelas quadras que saíam da beira do rio Parnaíba em direção ao interior pelos seus operários, mudando a feição urbana da cidade. A fábrica, por outro lado, guarda uma peculiaridade em relação ao período que é a de não ter construído uma vila operária nem ter doado moradias para seus empregados, tendo essa ocupação se dado sem o apoio que os empreendimentos deste tipo costumavam destinar a seus funcionários.

<sup>40</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018, p. 371.

<sup>41</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

Dessa forma, partindo das discussões de Berman<sup>42</sup>, podemos afirmar que esta é uma das facetas que a modernização traz consigo. Na medida em que de um lado são criados postos de trabalho que atende, ainda que parcialmente, às necessidades da população pobre em busca de renda, de outro vemos que com a industrialização do espaço urbano costumam aparecer o crescimento desordenado e um crescimento populacional para o qual a infraestrutura da cidade não estava preparada.

A imagem revela a intencionalidade de mostrar a grandiosidade da fábrica, com detalhe para a arquitetura que reforça este aspecto. Outro elemento que chama atenção é o número significativo de pessoas enfileiradas ao redor do prédio, possivelmente representando o potencial de empregabilidade que a empresa tinha, sendo responsável pela absorção de mão de obra significativa, sobretudo dos segmentos pobres, com destaque para a contratação de mulheres como uma alternativa a outros trabalhos considerados indignos. Castelo Branco<sup>43</sup> nos conta que estas mulheres e em alguns casos, jovens meninas, ficaram conhecidas pelo apelido de pipiras, que as diferenciava das mulheres que se dedicavam a trabalhos domésticos, mas também segundo Albuquerque<sup>44</sup> por “andarem tagarelando pela cidade nas suas idas e vindas ao trabalho”<sup>45</sup>.

Segundo Chaves<sup>46</sup>, houve uma primeira tentativa de implantação da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* em 1874 que não vingou, tendo o projeto de criação de uma indústria nesse ramo vindo a ser executado apenas em 1889, conforme apresentamos anteriormente. Naqueles anos, tínhamos no Brasil uma forte influência de projetos elaborados por técnicos ingleses para a implantação de indústrias, tendo sido esse o caso da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense* inaugurada em Teresina. Teixeira e Correia<sup>47</sup> apresentam indícios que a companhia foi construída a partir de um projeto recebido da Inglaterra, por intermédio da *Henry Rogers & Co.*, inclusive existindo uma marcação da empresa nos pilares do prédio da empresa que existem ainda hoje em Teresina. A partir dessa informação, nos parece coerente que Gil Martins mais tarde tenha procurado na Inglaterra o maquinário para a instalação da *Uzina Sant’Anna* como discutiremos na próxima seção deste trabalho.

---

<sup>42</sup> BERMAN, 2007.

<sup>43</sup> CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Recife: Bagaço, 2005.

<sup>44</sup> ALBUQUERQUE, S. F. *Entre poses e imagens: a moda da elite feminina em Teresina na primeira metade do século XX*. 2016. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

<sup>45</sup> ALBUQUERQUE, 2016, p. 27.

<sup>46</sup> CHAVES, M. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

<sup>47</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

As autoras analisam ainda que *Henry Rogers & Co.* eram uma das principais empresas responsáveis pelo fornecimento de maquinários aos industriais brasileiros, incluindo as “indústrias têxteis e açucareira, instrumentos para a lavoura e diversos equipamentos para as ferrovias”<sup>48</sup>. Dessa maneira, percebemos que os industriais piauienses, incluindo Gil Martins, não estavam alheios ao processo de industrialização que chegava ao Brasil. As constantes viagens tendo como destino a capital do país, Rio de Janeiro, e o intercâmbio de notícias por meio da imprensa podem ser apontados como elementos que facilitavam o acesso à informação necessária para que se fizessem os investimentos no Piauí. Para Berman<sup>49</sup>, esse conjunto de relações possíveis a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação representam uma das formas de manifestação da modernização, que passa a “abarcando virtualmente o mundo todo”<sup>50</sup>.

Em estudo sobre a Primeira República, Queiroz<sup>51</sup> referencia que os ideais de modernidade tinham a Europa como símbolo de modernização e modernidade, seja no tocante ao aparelhamento tecnológico ou aos costumes e padrões de comportamentos que lá eram adotados e propagados pelo mundo com o avanço dos meios de comunicação. É muito simbólico, portanto, a busca de tecnologia inglesa para a instalação de fábricas no Piauí, como se deu no caso em tela.

Significativo ainda é a informação de que a pedra fundamental da fábrica recebeu a bênção do cônego Honório Saraiva, conforme apontam Teixeira e Correia<sup>52</sup>, simbolizando a relação entre seus sócios e a Igreja Católica no Piauí. Como já analisamos anteriormente, havia um grupo no seio da elite piauiense alinhado aos interesses da Igreja Católica de intervir nas questões seculares, sendo Gil Martins um desses membros, que buscavam no apoio clerical a legitimação de suas ações. Nesse sentido, acreditamos que para além das formalidades próprias do período, a bênção do padre reforça também o lugar de poder e a posição católica dos membros da elite que participavam do empreendimento, denotando o alinhamento destas bases.

A bênção se repetiu posteriormente marcando a inauguração oficial da fábrica em janeiro de 1893, tendo a mesma iniciado suas atividades em 1892, três anos após a instalação dos equipamentos necessários e terminada a construção da chaminé, de acordo com as informações apresentadas pelas autoras, dessa vez com o ato religioso se dando sobre o

---

<sup>48</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018, p. 366.

<sup>49</sup> BERMAN, 2007.

<sup>50</sup> BERMAN, 2007, p. 26.

<sup>51</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>52</sup> TEIXEIRA; CORREIA, 2018.

maquinário. Nesse mesmo período, Gil Martins aparece como acionista da *Companhia Fábrica de Chumbo*, no estado do Maranhão<sup>53</sup>, indicando que ele já via na indústria um mecanismo de enriquecimento não se limitando a atuar na praça de Teresina.

Além da fábrica de tecidos, a urbe de Teresina contou com a existência de outras empresas que se apresentavam como pertencentes ao ramo da indústria, como apresentamos na *Figura 24: Tabacaria Condor* e na *Figura 25: Fábrica Estrella*.

Figura 24: Tabacaria Condor, início do século XX.



Fonte: Portal Piracuruca, 2019<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> ACTA da 6ª sessão da assemblea geral da Companhia Fabrica de Chumbo em 16 de fevereiro de 1899. *Diario do Maranhão*, anno XXX, n. 7645, p. 2, 24 fev. 1899.

<sup>54</sup> PORTAL PIRACURUCA. *Tabacaria Condor*. Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/propagandas-anuncios-e-empresas-antigas/a-antiga-fabrica-de-cigarros-condor-em-teresina/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Figura 25: Fábrica Estrella, início do século XX.



Fonte: Portal Piracuruca<sup>55</sup>.

Embora de pequeno porte, estas fábricas ajudaram a povoar o cenário industrial de Teresina. A *Tabacaria Condor* foi fundada em 1905<sup>56</sup> para atuar no ramo da produção de cigarros, enquanto que a *Fábrica Estrella* atuava no ramo de bebidas. Por meio de um anúncio de jornal<sup>57</sup>, identificou-se que esta empresa comercializava vinhos tintos e brancos, vinagres, aguardente de maçã e hortelã e cervejas, inclusive importadas. Dessa forma, dedicava-se tanto à produção de itens próprios como à venda de artigos vindos de outras regiões, como o Pernambuco. Embora não haja indícios da atuação de Gil Martins junto a estas empresas, julgamos pertinente apresentá-las na medida em que permitem perceber como o processo de industrialização acerca do qual estamos tratando não seu deu isoladamente por meio dos seus empreendimentos, muito embora estes ocupassem o maior destaque e interferissem de maneira mais forte na cidade.

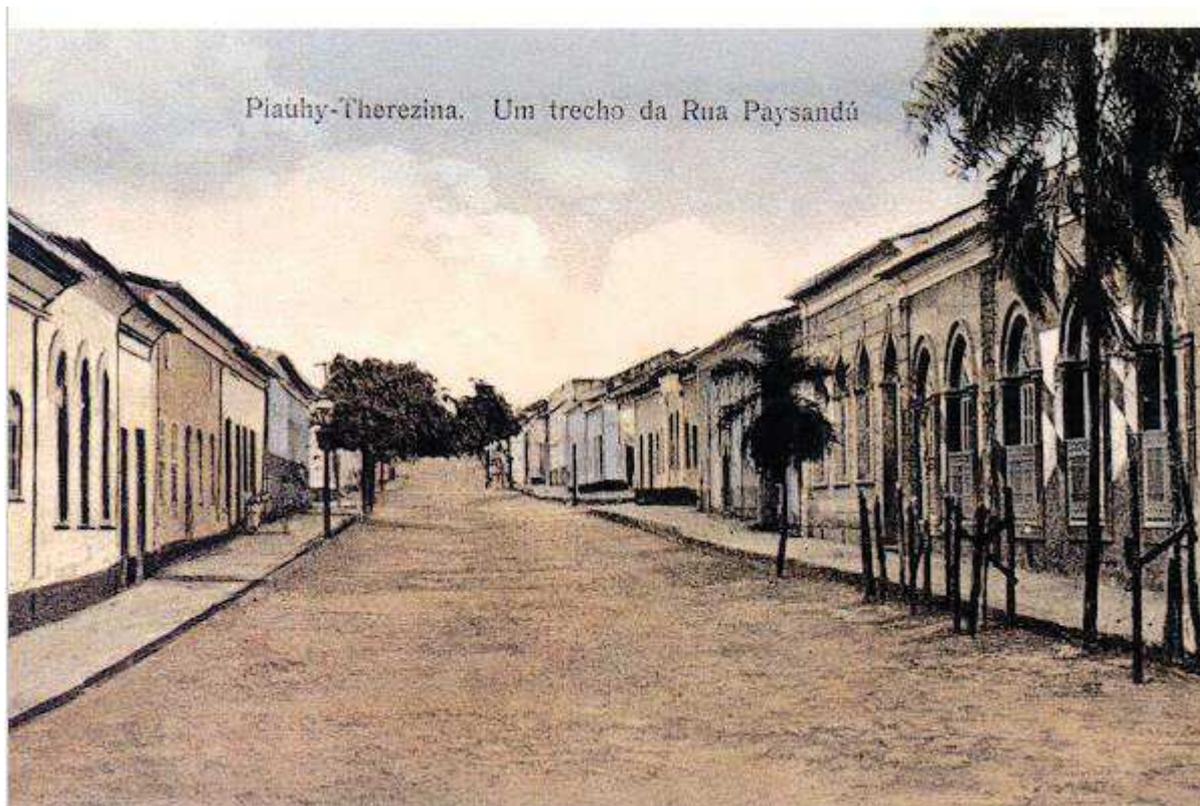
<sup>55</sup> PORTAL PIRACURUCA. *Fábrica Estrella*. Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/category/propagandas-anuncios-e-empresas-antigas/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>56</sup> FOLGUEIRA, 1910.

<sup>57</sup> FABRICA ESTRELLA. *Gazeta*, anno IV, n. 131, p. 3, 29 jan. 1908.

Sobre o cenário da capital piauiense, certamente alterado como já apontamos pelo presença da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, apresentamos a *Figura 26: Rua Paysandú (1910)* que reproduz um cartão postal da cidade:

Figura 26: Rua Paysandú (1910).



Fonte: GERODETTI; CARNEIRO, 2004<sup>58</sup>.

Como podemos perceber, as ruas do centro da cidade de Teresina eram largas e refletiam o modelo pensado a partir de sua planta original. Após a mudança da capital de Oeiras para Teresina em 1852 foram envidados esforços para dar à cidade ares de capital. Apesar da lentidão desse processo na segunda metade do século XIX, o início do século XX sob a égide do republicanismo chega trazendo um maior aparelhamento urbanístico para a cidade. Isso nos leva a tratar da chegada da modernização à medida em que a urbe passa a ter novas feições. Tais mudanças se fazem sentir também na capital do país, como conta Napolitano<sup>59</sup>, indicando que o Rio de Janeiro passou por uma série de melhoramentos urbanísticos no início da República, tomando Paris como modelo. No caso do Piauí, sua

<sup>58</sup> GERODETTI, J. M.; CORNEJO, C. *Greetings from Brazil: Brazilian state capitals in postcards and souvenir albums*. São Paulo: Solaris Cultural, 2004. p. 213.

<sup>59</sup> NAPOLITANO, 2016.

capital também se inspirará nesses modelos importados de modernização, de outros países ou de outros estados. Um exemplo disso foi a instalação da *Usina Elevatória de Águas* e da *Usina Electrica*, que apresentamos na *Figura 27: Usina Electrica (1914)*.

Figura 27: Usina Electrica (1914).



Usina Electrica, Teresina—Piauhy—Brasil

Fonte: GERODETTI; CARNEIRO, 2004,<sup>60</sup>.

A implantação da eletricidade na cidade de Teresina terá impacto significativo não apenas na vida cotidiana das pessoas, mas também no comércio e em maior grau na indústria uma vez que possibilitará o uso de novos recursos tecnológicos para a ampliação da produção. Além do serviço de água que data de 1906 e do abastecimento elétrico que data de 1914, podemos ainda citar a chegada do telefone em 1907 e do bonde com motor de explosão em 1927, ao lado da presença de automóveis por volta de 1920 como elementos que marcaram a cidade durante a Primeira República e possibilitaram que Teresina ganhasse feições mais modernas<sup>61</sup>. Água e eletricidade, como sabemos, são fundamentais para o desenvolvimento

<sup>60</sup> GERODETTI; CORNEJO, 2004, p. 213.

<sup>61</sup> NASCIMENTO, F. A. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.; QUEIROZ, 1994.

industrial e a modernização das cidades. Nestes quesitos, portanto, Teresina estava acompanhando o compasso de outras cidades brasileiras.

Assim, uma das facetas da modernidade então propagada era a preocupação com a constituição de espaços de lazer e sociabilidade que fossem apropriados aos novos hábitos que se queriam construir, eram também importantes remetendo para o fato de que as relações sociais também passavam por transformações naquele período<sup>62</sup>. Nesse sentido, o *Theatro 4 de Setembro* cumpria bem esse papel. A seguir, apresentamos uma imagem que remete a este espaço na *Figura 28: Theatro 4 de Setembro, início do século XX*.

Figura 28: Theatro 4 de Setembro, início do século XX.



Fonte: PIAUÍ, 2019<sup>63</sup>.

A Praça Pedro II onde estava situado o *Theatro 4 de Setembro*, quando esta ainda era denominada de Praça da Independência, se tornou um dos principais centros de sociabilidade, à medida que sua localização privilegiada abrigava um dos símbolos de modernidade da cidade, bem como frequentadores provenientes das famílias mais abastadas da cidade. A localização da praça se dava em uma área da cidade marcada pela residência dos membros da

<sup>62</sup> MELLO, 2009.

<sup>63</sup> PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Theatro 4 de setembro*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

elite, muito próxima do local demarcado para se iniciar a ocupação da cidade quando de sua transferência, o que indica o grupo populacional que se esperava atender com a instalação do teatro naquele local.

A *Figura 29: Praça da Independência, atual Praça Pedro II (1925)* evidencia, por um lado, certa preocupação com o verde presente na praça ao lado das estruturas de sua construção, mas também o prédio ao fundo que servia para abrigar um quartel.

Figura 29: Praça da Independência, atual Praça Pedro II (1925).



Fonte: GERODETTI; CARNEIRO, 2004<sup>64</sup>.

O *Theatro 4 de Setembro* durante muitos anos, cerca de duas décadas, abrigou as exibições de cinema que se faziam em Teresina, como afirma Queiroz<sup>65</sup>. Desse modo, a praça recebia um fluxo regular de visitantes que vinham em busca de diversão e lazer, seja em seu próprio espaço, ou no teatro que já atraía a elite da capital mesmo antes da chegada do cinema em 1901. A autora aponta que frequentar as exibições no teatro, de peças ou do cinema, era algo revestido de *status*, além do fato de que os preços cobrados nas entradas inviabilizavam um maior alcance de público na plateia. A exceção dentre estas formas de lazer seria o cinema

<sup>64</sup> GERODETTI; CORNEJO, 2004, p. 210.

<sup>65</sup> QUEIROZ, 1994.

que, conforme Castelo Branco<sup>66</sup>, apresentava preços mais baixos ocasionando uma mescla de pessoas de diferentes classes sociais na assistência às apresentações.

Não sem razão, portanto, os jornais da época denunciavam a presença de penetras que incomodavam a elite ali presente. Segundo Queiroz<sup>67</sup>, penetras de “todas as classes entravam no teatro sem comprar bilhetes, assim como já ‘penetravam’ nas festas particulares”<sup>68</sup>. Contra essa molecada, “os redatores bradavam [...] e contra as platéias insubordinadas ao projeto civilizador de que eram os arautos, lançando mão da pena impotente e poucas vezes eficaz”<sup>69</sup>. Castelo Branco<sup>70</sup> nos informa que o Teatro 4 de Setembro foi criado a pedido de um grupo de senhoras junto ao presidente da província em setembro de 1889, de forma que podemos identificar as raízes elitistas presentes naquele espaço desde as projeções de sua existência. Isso explica, em parte, a resistências dessa elite em aceitar a presença de pessoas consideradas impróprias para frequentar aquele ambiente.

A frequência ao teatro para participação das apresentações artísticas, peças, conferências, dentre outras exibições exigiam vestimentas consideradas adequadas, de forma que Castelo Branco<sup>71</sup> argumenta que as pessoas que frequentavam o teatro constituíam uma atração à parte para aqueles que iam até a praça apenas para admirar as vestes e o modo de se apresentar destes membros de elite, mas estavam impossibilitados de adentrar no interior daquele local. Próximo da praça Pedro II veio a ser construída também a Igreja de São Benedito que, muito embora não ostentasse o título de ser a igreja matriz, foi construída ostentando duas torres que podiam ser vistas de vários pontos da cidade. Duas imagens dessa igreja podem ser vistas a seguir na *Figura 30: Visão lateral da Igreja de São Benedito* e *Figura 31: Igreja de São Benedito, início do século XX*.

---

<sup>66</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

<sup>67</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>68</sup> QUEIROZ, 1994, p. 31.

<sup>69</sup> QUEIROZ, 1994, p. 31.

<sup>70</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

<sup>71</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

Figura 30: Visão lateral da Igreja de São Benedito.



Fonte: Arquivo Público do Piauí.

Figura 31: Igreja de São Benedito, início do século XX.



Fonte: PIAUÍ, 2019<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Igreja de São Benedito*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

A Igreja de São Benedito foi construída na segunda metade do século XIX em uma posição cujas portas da frente ficassem viradas em sentido à Praça Pedro II, onde estava localizado o *Theatro 4 de Setembro*. Posteriormente, o caminho que é percorrido pelos homens na imagem veio a ser conhecida pelo nome de Avenida Antonino Freire, em homenagem ao ex-governador do estado. Situada no alto, de sua porta frontal os transeuntes podiam visualizar boa parte da cidade edificada até então e, seguindo pelo caminho que parece ser percorrido pelos homens da imagem chegaremos ao rio Parnaíba, nas proximidades da praça Rio Branco.

De acordo com Chaves<sup>73</sup>, esta edificação foi construída a partir do apoio do povo, não tendo recebido subvenções governamentais. É muito provável que os homens de elite, a exemplo de Gil Martins, que demarcavam suas imagens públicas como católicos e conservadores tenham sido financiadores desse tipo de obra, embora seja razoável crer que o povo menos abastado financeiramente deva ter contribuído também. Ainda segundo Chaves<sup>74</sup>, as obras da igreja se iniciaram com o lançamento de sua pedra fundamental em 1874, com sua sagração ocorrendo em 3 de julho de 1886.

Na *Figura 32: Praça Rio Branco (1925)* apresentamos o cenário da Praça Rio Branco, localizada nas proximidades da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, e identificado como um local importante de efervescência das sociabilidades urbanas na cidade durante a Primeira República, em especial a partir da década de 1910.

---

<sup>73</sup> CHAVES, 2013.

<sup>74</sup> CHAVES, 2013.

Figura 32: Praça Rio Branco (1925).



Fonte: GERODETTI; CARNEIRO, 2004<sup>75</sup>.

A imagem retrata, dentre outros aspectos, a existência de luz elétrica na cidade e a presença de transeuntes bem vestidos pelas ruas largas, ao mesmo tempo símbolos da modernidade e do planejamento da edificação da capital. Os arredores da praça se tornariam a zona chique de Teresina com o avançar do século XX, tendo abrigado na década de 1920 o *Pálace Cinema* e o *Bar Americano*. Assim, é com razão que Queiroz<sup>76</sup> afirma que o jardim da Praça Rio Branco, “[...] urbanizado e modernizado, a partir de 1914 passara a ser o local de encontro da juventude da cidade, costume que persiste pelas décadas seguintes, com o estabelecimento de bares, cafés, restaurantes, cinemas e casas de diversão nos seus arredores”<sup>77</sup>. Essa informação é ratificada por Castelo Branco<sup>78</sup>, acrescentando que os estabelecimentos instalados naquela parte da cidade pretendiam atender a um público mais conservador, enfatizando em seus anúncios que o ambiente era de caráter familiar. Assim, podemos afirmar que certamente não era como símbolo de pobreza e miséria que se queria que Teresina fosse notada. Pelo contrário, os investimentos na industrialização feitos por Gil

<sup>75</sup> GERODETTI; CORNEJO, 2004, p. 210.

<sup>76</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>77</sup> QUEIROZ, 1994, p. 47.

<sup>78</sup> CASTELO BRANCO, 2005.

Martins e outros membros da elite local, bem como os melhoramentos de ordem urbanística tinham por premissa a modernização da cidade e a construção de sua imagem como um lugar de progresso.

Ao fundo, entre as árvores, vemos o que parece ser a torre de uma igreja encoberta pelo verde representado. De fato, trata-se de uma das torres da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a primeira a ser edificada na capital. Na *Figura 32: Praça Rio Branco (1925)*, apresentamos uma imagem em que se podem ver alguns elementos da modernização da cidade, acompanhando a lateral da praça. A seguir, apresentamos uma imagem onde aparecem o espaço do Largo do Palácio, onde viria ser instalada a Praça da Constituição (atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca, também conhecida como Praça da Bandeira), e da referida igreja em uma temporalidade anterior, conforme expresso na *Figura 33: Largo do Palácio, segunda metade do século XIX*.

Figura 33: Largo do Palácio, segunda metade do século XIX.



Fonte: PIAUÍ, 2019<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Largo do Palácio*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Ao fundo e à direita da *Figura 33: Largo do Palácio, segunda metade do século XIX*, podemos ver a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, matriz da cidade, ainda sem suas torres. Segundo Chaves<sup>80</sup>, esta igreja foi inaugurada na missa de natal de 1852, dois anos após o lançamento de sua pedra fundamental. É relevante notar que a posição geográfica da igreja atende ao perfil de organização das cidades do período em que, ao lado redor de um espaço como o Largo do Palácio ou Largo do Amparo como também era conhecido, se instalavam também os prédios públicos, como o Mercado Municipal, identificado como o primeiro edifício do lado esquerdo da imagem.

Em outra imagem mais recente, também de datação aproximada da segunda metade do século XIX é possível observar a igreja ao lado da Secretaria da Fazenda, conforme apresentamos na *Figura 34: Secretaria da Fazenda, início do século XX*.

Figura 34: Secretaria da Fazenda, início do século XX.



Fonte: PIAUÍ, 2019<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> CHAVES, 2013.

<sup>81</sup> PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. Secretaria da Fazenda. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Como podemos perceber, a construção da igreja seu deu à medida em que a cidade ia se desenvolvendo. Na *Figura 34: Secretaria da Fazenda, início do século XX*, encontramos uma igreja ao fundo ainda sem suas torres e, em primeiro plano, o prédio ocupado pela Secretaria da Fazenda. Um dos motivos para o alongamento da construção talvez fosse o fato da igreja ter sido construída a partir de subscrições populares, como aponta Chaves<sup>82</sup>, diferente da Igreja de Nossa Senhora das Dores que foi construída entre 1865 e 1867 no Largo do Saraiva, vindo posteriormente a se tornar a sede do bispado do Piauí em 1906. A fotografia põe em evidência, ainda, um dos elementos da modernização que é a existência de luz elétrica na cidade, permitindo também apontar para a datação aproximada da imagem.

Embora a fotografia apresentada na *Figura 35: Igreja de Nossa Senhora do Amparo nos dias atuais* não possua datação, mas certamente sendo de um recorte temporal posterior àquele definido para este trabalho, julgamos pertinente apresentá-la de modo que se possa conhecer o edifício completo com suas torres.

Figura 35: Igreja de Nossa Senhora do Amparo



Fonte: PIAUÍ, 2019<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> CHAVES, 2013.

<sup>83</sup> PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Igreja de Nossa Senhora do Amparo*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo passou por sucessivas reformas, inclusive após a queda de uma de suas torres, vindo a ser finalizada na década de 1950<sup>84</sup>. Considerando que Chaves<sup>85</sup> aponta que sua construção se deu por meio de doações, é possível admitir, tal como pressupomos no caso da Igreja de São Benedito, que a obra tenha contado com subvenções oriundas dos bolsos dos homens de elite e católicos conservadores, a exemplo de Gil Martins, uma vez que tais edificações contribuíam para a ampliação da ideia de que os ares da modernidade chegavam em Teresina, sendo as grandes obras de construção um dos símbolos de que a cidade estava crescendo.

Foi nesse contexto que em 1906, Gil Martins fundou a *Uzina Sant'Anna* em um espaço eminentemente rural, que só viria a ganhar ares de zona urbana no final do século XX, mas que naquele momento era o espaço ideal para a implantação de uma indústria com os objetivos a que se propunha. A *Uzina Sant'Anna* foi instalada no espaço que o mapa presente na *Figura 21: Evolução do Perímetro Urbano de Teresina* indica como zona urbana no período 1971-1980, à margem direita do Rio Poti. Em trabalho anterior<sup>86</sup> já defendíamos que a localização da empresa, distando de 14 a 16 km do centro da cidade de Teresina, se adequava à quantidade de terra necessária para a plantação de cana de açúcar, matéria-prima do açúcar produzido ali.

Ao destacar o processo de modernização que Teresina passou nas primeiras décadas do século XX, Santana<sup>87</sup> traz à tona um conjunto de elementos que marcaram esse movimento, incluindo as realizações de Gil Martins, nesse caso a usina de açúcar, como elemento característico da presença da modernidade na cidade. Assim, o autor aponta que antes “[...] do final do século [XIX], a cidade de Saraiva já era a maior e mais importante comunidade piauiense, o orgulho de toda província. Com a República, vieram o cinema, a luz elétrica, a Usina Santana com seu primoroso açúcar [...]”<sup>88</sup>. O açúcar produzido pela usina atendia à demanda local e dava emprego e moradia a uma mão de obra significativa.

Diante desses aspectos, reconhecemos o lugar de Gil Martins com um nome de destaque no seio da elite, uma vez que seus empreendimentos, seu poderio comercial, sua influência política e, a partir de um certo ponto, seu poderio industrial garantiam a preservação de um espaço de poder em meio às relações sociais que se forjavam naquela

---

<sup>84</sup> PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Igreja de Nossa Senhora do Amparo*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>85</sup> CHAVES, 2013.

<sup>86</sup> SILVEIRA, 2013.

<sup>87</sup> SANTANA, R. N. M. de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.

<sup>88</sup> SANTANA, 1995, p. 29.

configuração histórica. De acordo com Fontineles Filho<sup>89</sup>, as cidades são movimento, perspectiva esta que se coaduna com o cenário que vislumbramos ao longo das análises que vimos empreendendo. Ainda que em seu compasso próprio, considerado lento por aqueles que insistem em comparar Teresina a cidades como o Rio de Janeiro e que a relegam aos estereótipos do atraso por não acompanhar o ritmo de desenvolvimento desta última, a cidade se movimentava, a cada ação que visava inseri-la nas ondas do progresso.

A atuação de Gil Martins põe em relevo uma Teresina que se queria moderna, ao passo que o industrial se constitui como um indivíduo que joga e interfere na dinâmica social da cidade, buscando modelá-la ao mesmo tempo que é moldado. Esse lugar só podia ser ocupado por pessoas de elite, dentre os homens vistos como capazes de liderar tal movimento. O jornal *O Apóstolo*, reiteradas vezes felicita Gil Martins em seu aniversário e não deixa de frisar suas características de sujeito atuante no processo de modernização quando diz que ele é “honrado, operoso e distinto lutador pelo progresso do Piauí, e nosso particular amigo”<sup>90</sup>. Sabemos que esse elogio não é despretensioso e nem gratuito, uma vez que Elias Martins, redator do jornal, marcou território ao lado de Gil Martins nas conturbações políticas em que este esteve envolvido, o que não invalida que no meio da elite ele fosse visto como esse homem capaz de atuar pela chegada do progresso.

Destarte, como lembra Pesavento<sup>91</sup>, a cidade é uma obra coletiva, ligada intrinsecamente à noção de ser humano como um ente que vive em sociedade e nela constrói relações, bem com o próprio espaço em um continuum ao longo de gerações. A cidade é, portanto, o lugar onde habita esse homem plural, que se renova cotidianamente nas teias das relações sociais, que ela se torna foco das análises de pesquisadores de diferentes áreas, com diferentes percepções, mas que não precisam ser excludentes.

A representação de Gil Martins como coronel vai se modificando ao longo do tempo, assumindo a figura de industrial, tendo marco determinante desse processo a implantação da *Uzina Sant’Anna*. Esta empresa, assim como os seus demais empreendimentos, assumem o papel de entes afirmadores da modernização de Teresina nas décadas iniciais do século XX. A partir da leitura de Berman<sup>92</sup>, somos levados a concordar que a modernização está ligada às

---

<sup>89</sup> FONTINELES FILHO, P. P. *Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

<sup>90</sup> SEM TÍTULO. *O Apóstolo*, Teresina, ano II, n. 51, p. 3, 19 maio 1908.

<sup>91</sup> PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, Teresina, n. 53, v. 27, p. 11-23, 2007.

<sup>92</sup> BERMAN, 2007.

mudanças na paisagem e, a nosso ver, sobretudo a partir do incremento do aparelhamento urbanístico, como percebemos ter ocorrido em Teresina. Tais mudanças podem advir do poder público, mas também podem aparecer sob a mão do poder privado que, de posse do capital econômico, interfere no ordenamento do espaço urbano.

No contexto da história do Piauí, Gil Martins se mostra como homem de elite que buscou se inserir em diferentes espaços de poder, utilizando de diferentes estratégias para a consolidação do seu lugar social. Como pode ser percebido nas discussões ao longo das páginas anteriores, a sua atuação como comerciante e suas relações no cenário político possibilitaram que ele se afirmasse como industrial, constituindo uma autoimagem de um homem lutador pelo progresso do Piauí e, assim, trazendo maior estabilidade aos seus negócios.

Desse modo, ao passo que discutimos aqui as primeiras experiências de Gil Martins como industrial a partir da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense* no contexto do processo de modernização de Teresina, no capítulo seguinte deste trabalho discutiremos com maior profundidade a trajetória de Gil Martins como industrial no tocante à produção de açúcar no estado, uma vez que a *Uzina Sant'Anna* foi o seu maior empreendimento no ramo da indústria e que contribuiu significativamente para a afirmação de seu lugar na história do Piauí como o *industrial Gil Martins*.

## 8 A UZINA SANT'ANNA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO AÇÚCAR NO PIAUÍ

A *Uzina Sant'Anna* é um dos símbolos da modernização que começa a ser sentida na cidade de Teresina no início do século XX. Trata-se de um período em que vimos oscilar fases de conciliação e conflito entre os homens que compunham a classe política do estado, mas também encontramos ali um cenário em que se ampliam as possibilidades comerciais como já apontamos, inclusive de investimentos por parte de homens de elite como Gil Martins no processo de industrialização da cidade. A emergência do Piauí no cenário das exportações e a construção de relações comerciais com o exterior irá garantir a circulação de capital no estado, favorecendo o fortalecimento do patrimônio econômico de Gil Martins e, assim, dando-lhe condições para alçar investimentos mais vultuosos em torno do projeto de industrialização do açúcar no Piauí.

De fato, podemos dizer que a chegada da república no Brasil se reflete no Piauí como a busca pela mudança do ponto de vista econômico, mas sobretudo de permanência de disputas pelo poder entre a elite política, conforme já apontara Chaves<sup>1</sup>. Abordando o cenário de modernização da cidade de Recife, estado do Pernambuco, Rezende<sup>2</sup> aponta que o espaço das cidades é o palco da modernização que se propagava naquele período sendo, no caso do Piauí, a cidade de Teresina a que melhor representa esse processo.

Gil Martins, enquanto industrial, atuou no palco-cidade Teresina para ampliar as possibilidades industriais para além dos limites até aquele momento alcançados, utilizando para isso um produto que há muito sua família conhecia, produzia e comercializava: açúcar. Assim, ele eleva o açúcar para um nível de produção industrial que o Piauí não conhecera antes, uma vez que seu processo de colonização não se deu em função da implantação de grandes zonas açucareiras como aconteceu em outras regiões do nordeste brasileiro.

A instalação da *Uzina Sant'Anna* é o resultado de seu esforço, mas também de seus sócio-familiares, ampliando seu poderio econômico e construindo uma autoimagem de homem industrial. Ao lado de Gil Martins, também eram donos da usina<sup>3</sup> o seu irmão e sogro Antônio João Gomes Ferreira, e Adão Medeiros Soares, cunhado daquele e genro deste. Nesse sentido, podemos dizer que a emergência deste empreendimento se dá por meio do uso de estratégias tradicionais, muito embora ela representasse um símbolo de modernização, nos

---

<sup>1</sup> CHAVES, M. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

<sup>2</sup> REZENDE, A. P. de M. *(Des) Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

<sup>3</sup> MOREIRA, N. B. *Landri Sales – Piauí: 200 anos de história 1810/2010*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

termos daquilo que é apontado por Berman<sup>4</sup> e Rezende<sup>5</sup>. Isso chama atenção para o cuidado de não projetarmos esse processo de modernização como homogêneo e sinônimo de ruptura absoluta com os modelos pregressos, mas como um processo dinâmico que vai se dando na sociedade e, no caso em questão, nos meios produtivos.

A empresa, nesse contexto, foi implantada atendendo aos ideais de modernização que circulavam na capital, ampliando ainda mais as redes de poder de Gil Martins, sendo ele o líder do empreendimento, pois ao passo que a usina atendia às necessidades de consumo demandadas pelo comércio, ela também se mostrava como emblema dos avanços desejados. A proeminência de Gil Martins no empreendimento é por nós enfatizada, pois em 1912 foi noticiado que os irmãos Joaquim Martins Gomes e Antônio João Gomes Ferreira haviam deixado a firma *Gil Martins & C.*<sup>6</sup>.

Nos relatos encontrados sobre a usina, em nenhum momento se faz menção de Joaquim Gomes Ferreira como tendo participação na constituição da *Uzina Sant'Anna*. É possível que isso indique que o mesmo ocupasse uma posição menos relevante que os demais sócios, uma vez que tanto a *Uzina Sant'Anna* representava um negócio que demandava significativo esforço financeiro, mas também tinha o potencial de ser um negócio de sucesso, como de fato se mostrou ao longo do tempo. Considerando a ausência de fontes que expliquem de forma mais segura a respeito dessa situação, não nos permitimos perder de vista que Joaquim Martins Gomes fosse mais cauteloso e tenha decidido espontaneamente não participar do negócio. Os seus bens inventariados<sup>7</sup> mostram que ele havia fixado residência em Floriano-PI, possuindo algumas posses de terra nas proximidades de Jerumenha, mas não tendo deixado heranças de grande soma, o que pode ser um indício de que de fato ele tivesse uma participação secundária na sociedade.

É provável que a saída de Antônio João Gomes Ferreira da sociedade naquele ano se desse por outros motivos. Tendo participação ativa na empresa e se colocando como um dos fundadores da *Uzina Sant'Anna*, ele teria um papel mais importante nos negócios da família e, conseqüentemente, teria mais a perder com sua retirada. Aparentemente, no entanto, sua saída e de Joaquim Martins Gomes se deu de forma tranquila, tendo ambos sido pagos integralmente na parte que lhes cabia. Levantamos ainda a possibilidade de que este tenha

---

<sup>4</sup> BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>5</sup> REZENDE, 1997.

<sup>6</sup> EDITAES. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 19, p. 3, 24 jan. 1912.

<sup>7</sup> FLORIANO (PI). Comarca de Floriano. *Inventário de Joaquim Martins Gomes, falecido em 7 de dezembro de 1902*. Registro em: 14 ago. 1903.

sido um momento em que Gil Martins tenha investido no sentido de tornar os negócios mais seus que de familiares.

Gil Martins, assim, ocupava um lugar de destaque frente aos seus sócios, indicando o papel central que exercia como industrial. Apesar da existência destes outros sócios na *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, é através dele que se elogiam os demais integrantes da sociedade. O pouco destaque dado aos demais sócios se dá, em parte, pelo fato de muitos relatos se referirem à companhia que leva seu nome, mas também por ser ele o sócio majoritário a partir do que se pode perceber, bem como pela proeminência de Gil Martins no cenário político e comercial, como já apontamos. A usina em si, enquanto empresa, aparecia pouco nos jornais se compararmos com as publicações acerca de casas comerciais. Isso provavelmente ocorria devido ao fato de que seu produto não chegava diretamente ao consumidor final, mas a comerciantes que dela adquiriam o açúcar para revender nos seus estabelecimentos.

Apesar dessas questões, a organização da administração da usina mostra como no Piauí se mantém o caráter familiar dos negócios, indicando uma estratégia para manter os negócios sob os olhos de pessoas de confiança, inclusive daquelas que também eram detentoras da posse do patrimônio ali investido. Teixeira e Correia<sup>8</sup> nos contam que esta é uma característica comum do período, inclusive se estendendo aos empreendimentos que atuavam sob a égide das sociedades anônimas.

Sua instalação se deu na zona rural da cidade, onde ali se podia contar com as terras necessárias para atender ao empreendimento, inclusive no tocante ao fornecimento de espaço de morada para os trabalhadores que para ali se deslocaram. A terra urbana, nos termos trazidos por Corrêa<sup>9</sup>, tem o papel de atender como suporte físico e de expressar os requisitos locacionais demandados pelos empresários. Essa perspectiva, em certa medida, pode ser aplicada ao mundo rural uma vez que o uso da terra sofre interferência direta daqueles que nela operam. Assim, entendemos que a escolha do local de implantação da empresa parte justamente do atendimento às necessidades do processo de sua implantação.

O *Perfil da Zona Rural de Teresina*<sup>10</sup> informa que o acesso à usina pela estrada que hoje é conhecida como TER 120, estando a uma distância de cerca de 18 km do centro de Teresina. Essa informação é útil para percebermos como sua implantação se deu em um espaço rural e distante do centro urbano de Teresina nos anos iniciais do século XX. Assim,

<sup>8</sup> TEIXEIRA, M. L. G.; CORREIA, T. B. Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920). *Labor & Engenho*, v. 12, n. 3, p. 359-377, jul./set. 2018.

<sup>9</sup> CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

<sup>10</sup> TERESINA. *Perfil da Zona Rural de Teresina*. Teresina: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 1995.

ao passo que Gil Martins se colocava como agente modernizador por meio de intervenções no plano da industrialização, no centro da cidade, o mesmo se dava também pela emergência de um aparato industrial para além desses limites.

O documento ainda acrescenta que a “1ª Usina de Açúcar do Piauí, construída no início do século [era] baseada em projetos de técnicos ingleses”<sup>11</sup>, elemento que reforçava o prestígio do empreendimento, tendo em vista o lugar de destaque que os ingleses ocupam no contexto da história da industrialização no mundo. Podemos dizer que, de certa forma, a referência aos ingleses nesse caso traz um aspecto diferencial, talvez possamos chamar mesmo de *glamour*, para o feito realizado.

Em uma edição do *Jornal do Brasil*, datada de 1904, se faz menção de que o ministro da fazenda designou um engenheiro para acompanhar Gil Martins na vistoria do maquinário que havia chegado do exterior<sup>12</sup>, de modo que a ideia apresentada que a usina era um projeto de técnicos ingleses não quer dizer que a mesma foi idealizada por estrangeiros, mas que seu maquinário foi importado daquelas origens.

Segundo Moreira, “em 1922, numa feira internacional no Rio de Janeiro, nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, [Gil Martins] ganhou medalha de ouro pelo melhor açúcar”<sup>13</sup>. Ainda no contexto nacional identificamos que em 1909 a usina também foi premiada com medalha de ouro, tendo como expositor Gil Martins e como produto vencedor o açúcar<sup>14</sup>. Em âmbito local, na *Primeira Exposição Estadual do Piauí*<sup>15</sup>, realizada em 24 de janeiro de 1923, a usina aparece como vencedora conquistando a medalha de ouro, com a exposição de Gil Martins dos frutos produzidos pela empresa, tendo a documentação se referido expressamente a seu nome como expositor<sup>16</sup>. Dessa forma, o espaço de poder ocupado por Gil Martins na sociedade piauiense se firma também a partir do reconhecimento valorativo atribuído aos seus empreendimentos, ao passo que percebemos neste caso também uma preocupação com a construção de sua imagem como industrial. Sua medalha de ouro, por outro lado, nos parece ser algo esperado, uma vez que a *Usina Sant’Anna* era o único estabelecimento de seu tipo no estado, abrindo larga vantagem em

---

<sup>11</sup> TERESINA, 1995, p. 81.

<sup>12</sup> NOTICIÁRIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIV, n. 351, p. 1, 16 dez. 1904.

<sup>13</sup> MOREIRA, 2010, p. 26.

<sup>14</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, n. 66, p. 2369, 1909.

<sup>15</sup> PIAHUY. *Primeira Exposição Estadual do Piauí*. Teresina: 1923.

<sup>16</sup> PIAHUY, 1923, s.p.

relação aos produtos dos engenhos artesanais de açúcar que existiam no período, em Teresina ou em outras regiões do estado.

Bastos nos conta<sup>17</sup> que em 1914 a usina já estava produzindo cerca de 4000 sacos de 60kg de açúcar e que chegou nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas após o golpe dado em 1930, a produzir álcool-motor ainda sob a gerência de Gil Martins. Não se pode negar, portanto, que a usina se constitui como símbolo do progresso para a cidade de Teresina, em momento em que a mesma estava embebida de um ideal de modernização vindo dos grandes centros industrializados do país<sup>18</sup>.

Assim, acreditamos que o Piauí não esteve alheio ao processo de modernização pelo qual passou o Brasil, como os eventos de exposição buscavam mostrar. Novas práticas foram construídas sob a égide de um ideal de progresso que já se manifestava desde a segunda metade do século XIX<sup>19</sup>, mas que ganhou materialidade com as transformações do cenário urbano durante os anos da Primeira República Brasileira. A queda da monarquia e a emergência de um governo republicano colocaram em pauta o desejo de desenvolver o país a partir da industrialização, diversificando sua economia que durante séculos esteve atrelada à produção monocultora. Concederam-se financiamentos e incentivou-se o investimento em indústrias, sobretudo pela substituição de importações, mudando significativamente o perfil das cidades brasileiras.<sup>20</sup>

No contexto de Teresina, a *Uzina Sant'Anna*, inaugurada em 22 de novembro de 1906<sup>21</sup>, de propriedade de Gil Martins, é o empreendimento que melhor representa esse esforço, mostrando que mesmo nas regiões mais distantes do centro político e econômico do país a implantação de indústrias também era possível. Apesar de Gil Martins já atuar no ramo da industrialização desde a experiência com a *Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense*, é a *Uzina Sant'Anna* que permitirá sua consolidação como sujeito industrial, tendo a mesma se mostrado um negócio de maior estabilidade ao longo de quase todo o século XX, só vindo a fechar suas portas na década de 1980, estando em sua propriedade até por volta da década de 1950, quando foi vendida e se tornou uma sociedade anônima.

---

<sup>17</sup> BASTOS, C. de A. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1994.

<sup>18</sup> FONTINELES FILHO, P. P. *Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

<sup>19</sup> COSTA FILHO, A. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.; QUEIROZ, 1994.

<sup>20</sup> SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>21</sup> UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

Consultando o *Almanak Laemmert*, mapeamos as menções à usina ao longo da Primeira República, conforme apresentamos na *Tabela 14: Uzina Sant'Anna, seus proprietários e itens produzidos*. Para facilitar a compreensão, organizamos as informações em três colunas apresentando na primeira o ano que se refere à publicação do almanaque, na segunda indicamos o responsável listado no documento e na terceira informamos como o documento se refere ao que era produzido sob a categoria generalista de engenho, tal como o documento original adotava.

Tabela 14: Uzina Sant'Anna, seus proprietários e itens produzidos.

<b>ANO</b>	<b>PROPRIETÁRIO</b>	<b>ENGENHO</b>
1905	Antonio João Gomes Ferreira	Sant'Anna (á vapor) - Assucar, aguardente e alcool
1906	Antonio João Gomes Ferreira	Sant'Anna (á vapor) - Assucar, aguardente e alcool
1907	Antonio João Gomes Ferreira	Sant'Anna (á vapor) - Assucar, aguardente e alcool
1908	Antonio João Gomes Ferreira	Sant'Anna (á vapor) - Assucar, aguardente e alcool
1909	Antonio João Gomes Ferreira	Sant'Anna (á vapor) - Assucar, aguardente e alcool
1910	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1911	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1913	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1914	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1915	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1916	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1917	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1918	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1919	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1921	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1922	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1924	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1925	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1926	Antonio Gomes Ferreira	Assucar, aguardente e alcool
1927	Gil Martins Gomes Ferreira	Fabrica de bebidas, aguardente e assucar
1929	Gil Martins Gomes Ferreira	Fabrica de bebidas, aguardente e assucar
1930	Gil Martins Gomes Ferreira	Engenho de aguardente
1930	Gil Martins Gomes	Engenho e usina de assucar
1931	Gil Martins Gomes Ferreira	Engenho de aguardente
1931	Gil Martins Gomes Ferreira	Engenho e usina de assucar

Fonte: Almanak Laemmert, 1905-1931.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 87, p. 936, 1931.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 87, p. 935, 1931.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 86, p. 912, 1930.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*:

Como podemos perceber, de 1905 a 1926 o documento apresenta Antonio João Gomes Ferreira como o responsável pela usina, muito embora cite Gil Martins em 1909 como expositor em evento nacional, conforme já apontamos antes. Atribuímos isto ao fato de que Gil Martins, tendo muitos empreendimentos, não se dedicava exclusivamente à administração da usina, o que nos parece que era o caso de seu sogro, passando a falsa impressão pela leitura do documento que Gil Martins estava em segundo plano no que concerne à usina e Adão Medeiros, um terceiro sócio apontado por Moreira, como mais distante ainda. As menções no documento a Antonio João Gomes Ferreira podem indicar ainda que ele não deixou de atuar na *Uzina Sant'Anna*, mesmo após a sua saída da *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*, talvez ocupando um cargo de gerência, ou mesmo indicando um erro no documento uma vez que os almanaques publicavam as informações conforme as atualizações lhes eram enviadas, de forma que na ausência destas, as informações era repetidas a partir do número anterior publicado.

Embora saibamos que a usina só foi inaugurada em 1906, a empresa aparece desde 1905 no almanaque, o que entendemos ser em decorrência de que desde 1904 se registrava o seu processo de implantação, com a chegada do maquinário vindo do exterior, bem como pelo fato de que no local onde a *Uzina Sant'Anna* foi instalada já havia produção de açúcar em engenhos artesanais. Já no final da década de 1920, Gil Martins passa a figurar como proprietário, o que provavelmente está relacionado à saída de seu sogro dos negócios em

---

Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 86, p. 911, 1930.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 85, p. 972, 1929.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 83, p. 1044, 1927.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 82, p. 1217, 1926.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 81, p. 1212, 1925.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 80, p. 3988, 1924.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 78-79, p. 3893, 1922.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 77-78, p. 3893, 1921.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 76, p. 3524, 1919.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 74, p. 3524, 1918.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 73, p. 3524, 1917.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 72, p. 3738, 1916.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 71, p. 3734, 1915.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 70, p. 3855, 1914.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 69, p. 3571, 1913.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 68, p. 3667, 1911.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 67, p. 7, 1910.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 66, p. 6, 1909.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 65, p. 613, 1908.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 64, p. 2067, 1907.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 63, p. 1713, 1906.; ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 62, p. 1910, 1905.

1912, quando já se aproximavam seus setenta anos de idade, mas também pode indicar a saída de Adão de Medeiros Soares da firma *Gil Martins & C.<sup>a</sup>*. Os registros da morte deste sócio indicam que ele faleceu em São Paulo, em 30 de setembro de 1922<sup>23</sup>, onde atuava como comerciante. Assim, acreditamos que sua mudança para aquele pode ter sido realizada no contexto de sua saída da sociedade com Gil Martins para atuar naquela praça. Mais à frente retomaremos esta discussão para esclarecer como se deu, de forma mais detalhada, a divisão dos trabalhos que possibilitaram a implantação da usina. Ao longo dos anos apresentados, vimos como a produção da empresa se manteve estável no que diz respeito à diversificação dos itens produzidos, se restringindo a produzir açúcar, aguardente e álcool.

Foi no exterior que Gil Martins e seus sócios buscaram o maquinário, mais especificamente na Inglaterra. É nesse sentido que dizemos que a *Uzina Sant'Anna* representava um progresso importado. Londres, Paris, Nova Iorque, Rio de Janeiro, Recife são algumas das cidades que, dentro e fora do país, parecem ter representado modelos que inspiraram uma (re)organização das cidades brasileiras. Teresina não estava fora desse processo, de modo que o desenvolvimento modernizante se torna um discurso corrente, percebido não somente a partir das fontes hemerográficas, mas indo além deste, transformando-se em uma materialidade sentida pelos diferentes sujeitos que viviam na cidade.

Nesse sentido, intentamos a construção de uma história do processo de modernização em Teresina, utilizando Gil Martins e a *Uzina Sant'Anna* como ponto de partida para uma discussão que abarca a cidade como uma totalidade que envolve suas áreas urbana e rural em intenso diálogo. Como demonstrado nos capítulos anteriores, Gil Martins foi um homem atuante no comércio e na política, tendo utilizado destas plataformas para se inserir no segmento industrial. Em certa medida, é possível afirmar que este foi um indivíduo visionário que ousou colocar o açúcar piauiense no cenário industrial nacional.

Estado marcado por uma colonização tardia do ponto de vista da ocupação portuguesa, o Piauí se constituiu principalmente a partir da criação de fazendas de gado e não de engenhos de açúcar. Tal característica não quer dizer que o açúcar não fosse produzido nestas terras, mas que o mesmo não alcançava um mercado exterior aos limites do Piauí. Nesse quadro, o feito de Gil Martins está em apostar na potencialidade da industrialização do açúcar como mecanismo de desenvolvimento de seu próprio patrimônio e de sua família, ao mesmo tempo em que isto levava diretamente ao crescimento do nascente pátio industrial piauiense. A partir

---

<sup>23</sup> CORONEL ADÃO SOARES. *O Aviso*, anno XI, n. 138, p. 3, 30 set. 1922.

das fontes consultadas percebemos que a experiência de Gil Martins com a lida do açúcar está diretamente relacionada aos engenhos artesanais que sua família possuía no sul do estado desde o século XIX, como apresentamos na primeira parte deste trabalho ao tratar da família Martins Gomes Ferreira.

Dos registros encontrados, relata-se que a produção de cana no Vale do Solidão foi levada a frente pelos irmãos Antonio João Gomes Ferreira e Gil Martins Gomes Ferreira, gerando rapadura e açúcar mascavo para comercialização. Foi desta produção inicial de açúcar que os irmãos intentaram produzi-lo em escala industrial, fato que levou à fundação da *Uzina Sant'Anna*, nome escolhido em homenagem a avó, Maria Magdalena de Sant'Anna, o que reforça o caráter familiar do empreendimento, ainda que com o passar dos anos Gil Martins tenha se mantido à frente do empreendimento enquanto seus sócios-familiares deixaram a sociedade. Segundo Moreira<sup>24</sup>:

A lida com a cana e a produção exaustiva de açúcar mascavo, no **Vale do Solidão**, foi o embrião necessário para o grande salto de produção que inspirou **Antonio João** e **Gil Martins** na sociedade com o genro e cunhado **Adão Medeiros Soares**, que não entendia do assunto. O projeto foi coberto de sucesso e por muitos anos a **Usina Santana** reinou única nos arredores de Teresina. O nome **Santana** foi a forma que encontraram, **Antônio João** e **Gil Martins**, para homenagear sua querida avó, **Maria Magdalena de Sant'Anna**.<sup>25</sup>

No Vale do Solidão encontramos, portanto, o embrião do empreendimento que fez Gil Martins ser conhecido pelo título de industrial, a *Uzina Sant'Anna*. Landri Sales fica próxima do Rio Parnaíba – fronteira natural entre o Piauí e o Maranhão. Foi através deste rio que o açúcar produzido artesanalmente na segunda metade do século XIX era transportado até Teresina para comercialização. Durante o período em que sua navegabilidade era viável, o rio Parnaíba serviu como um dos principais meios de comunicação e troca de mercadorias entre o interior e o litoral do Estado.<sup>26</sup> Acreditamos ser este comércio uma das principais fontes de renda que permitiram a implantação da *Uzina Sant'Anna* em Teresina.

Ao decidir pela implantação de uma usina de açúcar, Gil Martins e seus sócios fizeram contato com a empresa *The Geo. L. Squier Mfg. Co.*, situada em Buffalo, Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, para que se procedesse a uma cotação do maquinário. À

---

<sup>24</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>25</sup> MOREIRA, 2010, p. 39, grifos do autor.

<sup>26</sup> GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... Cidades-beira: 1850-1959*. Teresina: EDUFPI, 2010.

época essa empresa comercializava máquinas para produção de açúcar, café e arroz. Em resposta, a empresa responde:

Temos a honra de accusar recepção de sua mui attenta carta de Abril 14, pela qual ficamos scientes que V. Sas. querem que lhes cotemos os aparelhos necessarios para fazerem 2500 kilos de assucar de 10 a 12 horas de trabalho. Cumprendo com sua estimada petição adjunta lhes remettemos uma estimativa das machinas que requerem, temos cotado o preço de cada machina assim como seu peso d'embarque approximativo.<sup>27</sup>

Nota-se que o orçamento solicitado data de cerca de dois anos antes da inauguração da *Uzina Sant'Anna*. O curto período de dois anos entre a cotação do maquinário e a inauguração da usina denota como Gil Martins estava decidido quanto à sua implantação, empreendendo esforços para que a mesma logo começasse a produzir. Consideramos curto esse período de tempo, dada a operação logística que se devia proceder para que o maquinário chegasse até Teresina, tendo em vista que o Piauí não possuía porto marítimo para o recebimento do maquinário e, assim, se fazendo necessário que os equipamentos percorressem longos trechos de estradas até a cidade.

Esta carta resposta põe em evidência, ainda, o potencial produtivo que se esperava que a usina tivesse. Pelo que consta a expectativa seria de uma produção de 2500 quilos de açúcar a cada intervalo de 10 a 12 horas de trabalho. Assumindo que essa quantidade de horas fosse de fato o parâmetro de produção, presume-se que ao final de um mês tivessem sido produzidas por volta de 70 toneladas de açúcar. Em outro trecho, o documento em análise questiona o tipo de maquinário que foi solicitado por Gil Martins. Assim conta:

Não ha muita ventagem em ter dois moendas de tres rolos cada uno em vez de uma com cinco rolos, pois a experiencia tem nos demonstrado que com a moenda de cinco rolos se obtem um por cento de extracção mais grande, desde logo nós recommendamos uma moenda de cinco rolos em vez das moendas com tres rolos. [...] Temos de dizer-lhes que não fazemos o Triplice Efeito bastante pequeno para trabalhar em conexão com tacho a vácuo de 4-1/2', este é o tamanho que requerem, assim lhe cotamos um dobre Efeito de 3' que é o tamanho do aparelho conveniente para funcionar em conexão com o Tacho de vazio que cotamos em nossa estimativa.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> THE GEO. L. SQUIER MFG. CO. *Carta enviada a Gil Martins & Cia.* Buffalo, Estados Unidos da América, 13 jun. 1904.

<sup>28</sup> THE GEO. L. SQUIER MFG. CO. *Carta enviada a Gil Martins & Cia.* Buffalo, Estados Unidos da América, 13 jun. 1904.

Portanto, a empresa americana não dispunha do maquinário que havia sido solicitado por Gil Martins e seus sócios. De um lado, a empresa tenta fechar o negócio apresentando uma alternativa que tornasse a produção mais lucrativa, enviando junto da carta um livrinho de máquinas para conhecimento dos possíveis compradores. Provavelmente tenha sido este impasse, entre o que foi solicitado e o que foi orçado, que fez com que a compra fosse fechada com uma empresa inglesa e não a americana. Fica evidente ainda que Gil Martins sabia exatamente o que desejava adquirir, o que permite afirmar que estudos foram realizados para possibilitar que a *Uzina Sant'Anna* se tornasse uma realidade no cenário piauiense.

O uso da correspondência postal por Gil Martins se insere no contexto de ampliação das comunicações no estado, conforme referido por Queiroz<sup>29</sup>, mas também a um cenário mais amplo analisado por Malatian<sup>30</sup> em que o uso progressivo de navios a vapor e trens possibilitaram um encurtamento das distâncias. No caso do Piauí, acreditamos que navegação a vapor tenha possibilitado um maior alcance e celeridade no tocante à comunicação por meio de cartas, sendo este um importante mecanismo adotado por Gil Martins no processo de busca e negociação da compra do maquinário da usina.

A busca pelo maquinário no exterior reflete, possivelmente, a falta de alternativas no mercado nacional, tendo em vista o baixo índice de industrialização do país. Não encontraríamos no Brasil, portanto, uma empresa que produzisse as máquinas que se faziam necessárias para a implantação do empreendimento. Por outro lado, trazer o maquinário de tão longe serviu ainda como estratégia para construir o ideal de que o progresso chegaria a Teresina a qualquer custo e, para isso, era necessário que homens como Gil Martins se dispusessem a fazê-lo. O discurso de modernização que vimos na cidade vai enaltecer e supervalorizar o papel desses homens, mostrando apenas uma faceta desse processo ao associar a atuação desses agentes e de algumas famílias tradicionais no Piauí com o progresso desejado e alcançado, ou seja, enfatizando apenas o caráter positivo dessas mudanças e negando eventuais efeitos negativos que surgissem em decorrência dessas ações.

Ainda em 1904 chega ao Brasil o maquinário comprado para a instalação da usina, adquirido da empresa inglesa *George Fletcher Co.* Assim, para “examinar e certificar o material importado pela firma commercial do Piauhy Gil Martins A C.; para o engenho

---

<sup>29</sup> QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

<sup>30</sup> MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-222.

Sant'Anna, o sr. ministro da fazenda designou o engenheiro José Lopes de Castro Junior”.<sup>31</sup> Em 29 de março de 1906 a empresa fez contato via carta com Gil Martins de forma a orientar a montagem do maquinário. No documento relata-se:

Pelo S. S. “Autor”, que vai de Liverpool no dia 7 de Abril, envio-lhe um pacote contendo um desenho completo da Fábrica Sant'Anna. Este desenho mostra tudo completo, e sem dúvida será de utilidade para você para fins de referência. É um traçado de papel e, portanto, requer um manuseio cuidadoso. Eu sugiro que ele seja montado em uma placa, protegido por vidro, e pendurado em seu escritório.<sup>32</sup>

A narrativa nos leva a entender que Gil Martins manteve contato com a *George Fletcher Co.* durante o processo de montagem da *Uzina Sant'Anna*. A carta se refere ao envio da planta da Usina, ao mesmo tempo em que orientava para que a mesma fosse enquadrada sob uma superfície de vidro e pendurada no escritório do industrial. Nota-se uma preocupação por parte do remetente em relação à preservação do documento enviado, em uma clara intenção de orientar o comportamento do destinatário. Malatian<sup>33</sup> entende que as cartas são providas de um propósito, sobretudo no caso de construções autobiográficas, mas não desconsidera esse elemento quando se trata de comunicação com fins comerciais e que fogem ao mundo privado.

Nesse sentido, a autora entende que as cartas são “testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos”<sup>34</sup>, servindo ainda para “mapear, nas correspondências trocadas, as redes de sociabilidades nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes”<sup>35</sup>. Se, por um lado, as cartas a que tivemos acesso não permitem um mapeamento amplo das redes de relações de Gil Martins, por outro, permite compreendermos ao menos como estas redes possibilitaram contatos comerciais que se estendiam para fora do país.

É bem possível que a experiência de Gil Martins junto à *Companhia de Fiação e Tecidos Piauhense* tenha possibilitado uma primeira experiência com esse tipo de

<sup>31</sup> NOTICIARIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIV, n. 351, p. 1, 16 dez. 1904.

<sup>32</sup> GEORGE FLETCHER CO. *Carta enviada a Gil Martins & Cia.* Derby, Inglaterra, 19 mar. 1906. Conforme original: “By the S. S. “Author” sailing from Liverpool on the 7th April I am sending you a package containing a complete drawing of the Sant'Anna Factory. This drawing shows everything complete, and will no doubt be of use to you for reference purposes. It is a paper tracing and will therefore require carefull handling. I would suggest that it should be mounted on a board, protected by glass, and hung up in your office”.

<sup>33</sup> MALATIAN, 2013.

<sup>34</sup> MALATIAN, 2013, p. 203.

<sup>35</sup> MALATIAN, 2013, p. 203.

negociação realizada, uma vez que aquela indústria também contou com maquinário inglês. Embora se saiba da existência de negociantes estrangeiros no país, a troca de correspondência indica uma tendência de Gil Martins, como comerciante experiente que era, de evitar o uso de intermediários nas negociações ao passo que está suficientemente claro na documentação as informações trocadas diretamente com as empresas estrangeiras.

Hoje a planta da usina se encontra de fato emoldurada sob uma superfície de vidro, pendurada nas paredes da Fundação Valter Alencar, instituição administrada por um membro da família de Gil Martins, mas não há indícios de que o mesmo tenha seguido esta recomendação por ocasião do recebimento do material. A posição do quadro, em um corredor estreito da fundação, impossibilita que seja tirada uma fotografia de qualidade, para que pudéssemos reproduzi-la aqui. No canto inferior direito da planta apresenta-se a inscrição: “Fábrica de Açúcar para moer 25 toneladas de cana por dia de 14 horas, escala 4’ – 1 pé”<sup>36</sup>. Assim, percebe-se que Gil Martins de fato estava interessado em um maquinário que desse conta de uma larga produção e açúcar. Para a montagem da usina, foi necessário buscar um engenheiro mecânico em outro estado. O *Jornal Pequeno*, de Recife, anunciava que “Á bordo do paquete Beberibe, embarcará hoje, acompanhado de sua família, com destino ao Piauí, o engenheiro mechanico Bartholomeu Ferreira Escobar, que vai á Therezina, capital daquelle Estado, montar uma usina pertencente á firma Gil Martins & C.”<sup>37</sup>.

Em 22 de novembro de 1906 a *Uzina Sant’Anna* foi inaugurada, tendo sido aberta para visitação, conforme nos é relatado no Livro de Visitantes, disponibilizado pela Fundação Valter Alencar<sup>38</sup>. Os registros deste documento são valiosos no sentido de percebermos como a usina atendia aos interesses daqueles que almejavam ver Teresina modernizada. A empresa aparece ali como um elemento que caracterizou o processo de modernização tão defendido por aqueles que almejavam uma cidade desenvolvida.

Pesavento<sup>39</sup> nos lembra que a “cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significação estabelecidos na temporalidade; ela é têm também um momento no espaço, pois expõe um tempo materializado em uma superfície datada”<sup>40</sup>. Nesse sentido, compreendemos a usina com um marco na temporalidade da cidade,

<sup>36</sup> GEORGE FLETCHER CO. *Planta da Uzina Sant’Anna enviada a Gil Martins & Cia.* Derby, Inglaterra, 19 mar. 1906. Conforme original: “Sugar Factory to crush 25 tons of cane per day of 14 hours, scale 4’ – 1 foot”.

<sup>37</sup>   BORDO DO PAQUETE BEBERIBE. *Jornal Pequeno*, Recife, anno VII, n. 292, p. 1, 28 dez. 1905.

<sup>38</sup> UZINA SANT’ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

<sup>39</sup> PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

<sup>40</sup> PESAVENTO, 2007, p. 15.

interferindo na natureza, ao passo que produz uma (re)modelação do espaço, rural ou urbano, como resultado dos referenciais que expressam a materialidade do tempo.

No ano seguinte, em 1907, o mesmo engenheiro regressaria ao Piauí para trabalhar na *Uzina Sant'Anna*, mas dessa vez com novos propósitos:

Regressa amanhã, a bordo do vapor *Beberibe*, para o Estado do Piauhy, o engenheiro mechanico Bartholomeu Escobar, que veio a esta capital em visita á sua familia. O digno moço que ultimamente montou naquelle Estado a importante usina Sant'Anna, de propriedade da firma Gil Martins & C.<sup>a</sup>, de Therezina, vae trabalhar na exploração de terrenos para a construção da estrada de ferro daquella fabrica. Desejamos-lhe boa viagem.<sup>41</sup>

A informação apresentada nos permite inferir que a produção de açúcar da usina estava crescendo em ritmo acelerado e em pouco tempo, o que justificaria a implantação de uma estrada de ferro, certamente pensada para facilitar o escoamento da produção. Cerca de seis meses depois o engenheiro Bartholomeu Ferreira Escobar<sup>42</sup> retorna ao Recife<sup>43</sup>, mas não há informações que indique se o resultado de seu trabalho levou à construção de uma estrada de ferro que ligasse a usina a seu mercado consumidor. Moreira<sup>44</sup> refere-se à existência dessa estrada de ferro, bem como outra menção é referida em uma edição de jornal não identificada afixada nas paredes das Fundação Valter Alencar, mas não é possível afirmar com certeza a sua finalidade a partir destes relatos. A existência dessa estrada de ferro, acredita-se, estava condicionada ao uso interno no território da própria usina, considerando o contexto ferroviário piauiense na Primeira República.

A instalação da usina nos fins de 1906 foi ainda motivo de notícia na imprensa piauiense, como apresentamos abaixo:

PIAUHY. Nova usina de assucar – Inauguração festiva. THERESINA, 24 – Foi inaugurada hontem, a distancia de quatro leguas desta capital, a importante usina de Sant'Anna para fabrico de assucar e de propriedade de Gil Martins & C. Muitas pessoas gradas foram assistir ao acto, que se revestiu de todo o brilhantismo. A usina está dotada de machinismos aperfeiçoadíssimos.<sup>45</sup>

<sup>41</sup> REGRESSA. *Jornal Pequeno*, Recife, anno IX, n. 46, p. 2, 26 fev. 1907.

<sup>42</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>43</sup> ACOMPANHADO. *Jornal Pequeno*, Recife, anno IX, n. 177, p. 1, 7 ago. 1907.

<sup>44</sup> MOREIRA, 2010.

<sup>45</sup> PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno I, n. 84, p. 2, 24 nov. 1906.

Dada a importância que o momento da inauguração da usina teve, foram convidados membros da elite piauiense para testemunhar o início de suas atividades, contando ainda com a presença do Bispo do Piauí, que assina a redação da primeira ata do Livro de Visitantes. Assim conta o documento:

Honra ao Merito. Tendo sido convidado pelo distinto C<sup>el</sup>. Gil Martins para vir a sua casa de campo sita na propriedade «Sant'Anna» distante da Capital cinco leguas, a mesma dita Casa viemos com o fim de benzermos a «Uzina Sant'Anna» que deveria ser inaugurada aos 22 de novembro do corrente anno. Assim succedeu. Pela manhã do dito dia e mez, depois de celebrarmos o Santo Sacrificio da Missa que foi assistido por todos os presentes, incorporados os distintos membros da Exm<sup>a</sup>. Familia do Senhor C<sup>el</sup>. Gil Martins aos seus bons amigos e diversas Exmas Familias da elite da Capital que haviaio attendido ao honroso convite do mesmo Senhor C<sup>el</sup>. Gil, partimos para o grande edificio da Uzina que deveria receber a benção.<sup>46</sup>

Como pode ser lido acima, a ata começa com uma expressão elogiosa ao feito de Gil Martins pela implantação da usina. Por um lado, é de se esperar que a empresa fosse elogiada, sobretudo por se tratar da ata de sua inauguração, mas não podemos menosprezar o fato de que a implantação da usina não só dependeu de um alto investimento financeiro, como também do esforço de seu idealizadores no sentido de constituir as condições necessárias para a implantação da mesma. Vemos os elogios presentes no documento, para além do momento festivo que ali estava representado, como uma forma daquele que registra reforçar os laços mantidos com Gil Martins, dada o constante apoio que vemos entre este e os setores clericais ao longo da Primeira República.

Gil Martins aparece nesse momento ainda sob o título de coronel que, como já apontamos antes, provavelmente está relacionado a sua atuação como membro da Guarda Nacional, e que neste contexto expressa o respeito prestado a ele enquanto um homem ligado à produção agrícola, ao comércio, à política e à industrialização. Este elemento remete ao fato, outrora discutido por nós neste trabalho, de que ser coronel representava ser reconhecido como liderança política e comando de votos não apenas como símbolo de poder econômico ou de força, expressando os avanços que o discurso de modernização trazia e que se materializavam na *Uzina Sant'Anna* por meio de vias tradicionais de manutenção do poder.

A análise da fonte permite perceber que membros da elite da capital estavam presentes na solenidade de inauguração da usina, fato que demonstra apoio à iniciativa de Gil Martins

---

<sup>46</sup> UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

como também demarca o espaço de poder e as relações de dependência que circundavam em torno de si. À medida que mergulhamos nas fontes vamos percebendo como este sujeito histórico se construiu em torno da figura de homem progressista, utilizando das relações que tinha alcance para manutenção de seu espaço de poder.

O próprio ato de solicitar a presença do Bispo do Piauí para benzer a usina no contexto de uma sociedade conservadora como a que encontramos no Piauí nos tempos da Primeira República, bem como o pronto atendimento da solicitação, denotam como Gil Martins estava alinhado às forças que comandavam o Estado naquele momento. É também bastante simbólico o ato do próprio Bispo redigir a ata de inauguração da empresa, não apenas como mais uma expressão das bênçãos almejadas, mas também como estratégia de filiar a autoridade da Igreja à imagem positiva que se esperava construir em torno do empreendimento de Gil Martins.

Como apontamos em discussões anteriores, Gil Martins manteve-se fiel ao lado dos membros da elite que defendiam posturas clericais, tomando partido ao lado da Igreja nas questões políticas do estado. O ano de 1906 para a Igreja é bastante simbólico, pois trata-se do período de efetiva instalação do bispado do Piauí sob a administração do bispo D. Joaquim Antônio de Almeida, embora o bispado já estivesse criado legalmente desde 1901<sup>47</sup>, como já vimos apontando. Assim, a presença do bispo na inauguração da *Uzina Sant'Anna* e como redator da ata de inauguração, mais do que demonstrar a religiosidade de Gil Martins, serve para reforçar os laços políticos e as posições já defendidas.

Oportuno ainda ressaltar que uma das ligações muito fortes entre Gil Martins e os membros da elite ligados a ala clerical, é sua aproximação com Elias Martins, nos momentos de disputa pelo poder no executivo estadual, especialmente, na década de 1910. Dessa forma, os relatos da inauguração da usina nos permitem reforçar o argumento de que tais relações já vinham sendo construídas ao longo dos anos anteriores. O documento segue narrando os acontecimentos após a missa que foi celebrada. Afirma:

Terminada a benção geral a todas as machinas e seus pertences em todos os compartimentos do Edificio, attenciosa e silenciosamente todos ouviram as palavras que o Illustrado Senhor Dr. Antonino Freire dirigiu a todos e de um modo particular aos dignos proprietarios da empresa, frisando bem o ponto da união a santificação do trabalho pela Religião Catholica Apostolica Romana. As palavras do digno Engenheiro das Obras Publicas deste Estado,

---

<sup>47</sup> PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

foram penetrantes e convincentes não somente porque estavam revestidas de argumentos, mas tbem porque sahiram de um coração que ama o trabalho e o progresso de nosso povo.<sup>48</sup>

A presença de Antonino Freire da Silva naquele momento é significativa para o mapeamento das redes de poder estabelecidas por Gil Martins. Em 1906, Antonino Freire da Silva ocupava o posto de Engenheiro das Obras Públicas, cargo de destaque no contexto da capital naquele momento, sendo eleito vice-governador do Estado do Piauí em 1908 e governador em 1910. Portanto, Gil Martins estava situado no centro da elite estadual. A presença destes homens de elite na inauguração da usina serviram, assim, para ratificar a figura de sujeito modernizador que Gil Martins assumiria dali em diante.

O discurso de Antonino Freire da Silva nos parece, por conseguinte, bastante oportuno para alguém que logo viria a ocupar os mais altos postos do poder executivo estadual. Era uma oportunidade para construir bases de apoio para as eleições que logo viriam, especialmente junto aos coronéis cujas forças mostravam-se determinantes no contexto do processo eleitoral na Primeira República. Ao mesmo tempo reiteravam-se os elos com a Igreja Católica, ao passo que as relações de trabalho e progresso aparecem associadas e como insígnias da dignificação da existência humana. A fala elogiosa do Bispo quanto à figura de Antonino Freire da Silva reforça nosso argumento acerca da relação entre as redes de poder e o processo de modernização da capital, tomando a *Uzina Sant'Anna* como símbolo deste movimento.

Reforçando o feito de Gil Martins e seus sócios, o documento finaliza com as seguintes palavras:

Foi um dia de verdadeiro prazer para todos nós que vimos e assistimos o resultado de tantos esforços de tão bons Piauhyenses que podem servir de exemplo para os amantes da agricultura. Não podemos descrever o modo porque tantas finesas são distribuidas a todos os convidas (*sic*) e amigos, por que nenhuma palavra poderia dizel-o; entretanto aqui deixamos estas palavras que traduzirão a nossa gratidão eterna aos Ilustres Senhores C<sup>eis</sup>. Gil Martins, Antônio João, Adão Soares, Dr. Fernando Paz e a sua Exm.<sup>a</sup> Família das quais – Honra ao Merito. Uzina Sant'Anna, 22 de novembro de 1906. Joaquim, Bispo do Piauhy.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

<sup>49</sup> UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

Enfatiza-se, portanto, a imagem de bons piauienses de Gil Martins e seus sócios, reproduzindo o discurso, muito presente nas mensagens governamentais do período, de que se deveria seguir o exemplo daqueles homens que operavam pelo progresso do Piauí. Percebe-se ainda uma forte intencionalidade no sentido de reforçar o lugar social de elite ocupado por Gil Martins e pelos demais presentes. Em outro relato do dia da inauguração, o Padre Alfredo Pezado de Castro<sup>50</sup>, que também estava presente naquele momento, acrescenta:

Com satisfação deixo aqui registrada a muita agradável impressão que ficou n'alma visitando a bem montada "Uzina Sant'anna" benta no início de seu funcionamento, por S. Ex.<sup>cia</sup> Rv.<sup>mo</sup> Sr. Bispo Diocesano. É a Uzina Sant'Anna um estabelecimento importante, de grande valor, uma lisongeira esperança para o porvir da indústria do Piauí, e deixa ver a vontade tenaz, a força do querer, o labor improbus que levaram os digníssimos proprietários de tão bom empreendimento, a dar um impulso urgente á Agricultura, com a fundação de tão excelente assucareiro no Estado do Piauí. Não casou me sem impressão, e falo bem alto na minha apreciação, o cunho que teve a festa que assistiu Sant'Anna: os seus digníssimos proprietários collocaram como um pallio protector sobre o resultado de seus trabalhos, a benção do Ex.<sup>mo</sup> Rv.<sup>mo</sup> Sr. Bispo Diocesano. A Igreja abençoa o trabalho. Sant'Anna, 22 de novembro de 1906. Pe. Alfredo Pezado de Castro.<sup>51</sup>

Novamente se reforça a ideia de que usina é fruto do trabalho dos seus proprietários, ou seja, enfatiza-se a ideia do trabalho como algo que dignifique as ações dos coronéis. Considerando as marcas do conservadorismo presentes na sociedade piauiense naquele momento, entendemos ser essa uma forma de construir a imagem de que os coronéis eram pessoas respeitáveis, as quais os demais sujeitos sociais deviam obediência. Sendo o redator do relato um padre, não nos parece estranho que ele retome os ideais religiosos já apontados no registro anterior, ratificando a benção da Igreja sobre o empreendimento.

Além disso, cabe ressaltar que os dois primeiros registros do livro de visitantes da *Uzina Sant'Anna* aqui analisados são de autoria de membros da Igreja Católica, denotando também o prestígio conferido aos membros do clero, em meio aos demais relatos que seguem. Outro apontamento relevante para esta discussão é assinado pelo marechal d'Almeida Barreto<sup>52</sup>, escrito nos seguintes termos:

<sup>50</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>51</sup> UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

<sup>52</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

– Posteridade – Eis aqui um vocabulo que sintetiza tudo que se poderia dizer de mais eloquente, de mais expressivo e de mais tradutor, se falando da solennidade que se effectuou hoje por occasião de inaugurar-se a primeira usina n’este Estado tão esperançoso. Esperançoso, digo eu, olhando estatico ao contemplar os immensos terrenos uberrimos e fertilissimos; esperançoso assinadamente repito, apreciando a coregem, o [?], a actividade e energia de uma porção de homens affeitos a [?], esses sejam os Srs. C.<sup>el</sup> Gil Martins, C.<sup>el</sup> João Antonio e C.<sup>el</sup> Adão de Medeiros Soares. São estes os proto-martyres da industria agricola, pois, se sacrificam, reluctanto contra as intemperis dos tempos para que um dia vejam os filhos de nossa terra os exemplos dos antepassados, dos primeiros donos da primeira usina piauihyense. Que se multipliquem as usinas e outros ramos da polycultura é o brado eloquente que deve insurgir de todos nossos peitos. Intesitati: á posteridade se transmitam os exemplos dos fundadores da industria assucareira no Piauihy. Congratulu-me com a solennidade e prestigio dos grandes homens desta impresa. Sant’Anna, 22 de Novembro de 1906. Memorista – M.<sup>el</sup> d’Almeida Barreto<sup>53</sup>.

O relato transcrito carrega um tom poético desde suas primeiras linhas. Sob o título de “Posteridade” e guiado por esse ideal se tecem as linhas seguintes, em que o marechal d’Almeida Barreto faz emergir seu deslumbramento com os feitos dos coronéis Gil Martins, Antônio João Gomes Ferreira e Adão Medeiros Soares. Na fala do marechal transparecem os ideais de progresso e modernização que estavam presentes em Teresina, ao passo que já vislumbra a usina como um empreendimento que fará com que seus donos fiquem registrados na memória piauiense como os grandes propulsores da indústria no estado.

Os elogios tecidos em torno da figura dos coronéis fundadores, ao passo que respondem ao lugar social e de destaque que ocupavam na elite piauiense, remontam também à ausência de outros grandes investimentos, por parte destes ou de outros membros da elite, no processo de industrialização da cidade. Talvez justamente resida aí o motivo da coragem ser uma característica muito reforçada no conjunto do relato, como um mecanismo discursivo que busca diferenciar Gil Martins e seus sócios dentre os demais membros da elite a qual faziam parte.

Embora Teresina já contasse com outros investimentos no ramo da indústria, a exemplo da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauihyense*, que inclusive teve Gil Martins como sócio e diretor, acreditamos que a fala do marechal d’Almeida Barreto ao insinuar a ausência de outros aparatos se dê em torno da magnitude da *Uzina Sant’Anna* diante das outras empresas existentes na cidade. Além de ser a única a produzir o açúcar industrializado,

---

<sup>53</sup> UZINA SANT’ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

possuía toda uma infraestrutura com a qual as demais fábricas não tinham condição de competir.

De fato, acreditamos que a *Uzina Sant'Anna* gerou certo deslumbramento entre aqueles que estavam presentes na cerimônia de inauguração. Aqui encontramos as bases para que os donos da usina fossem identificados como exemplos a serem seguidos pela posteridade, pelas gerações seguintes, mas também pelos seus contemporâneos, sobretudo porque havia naqueles anos um forte desejo de desenvolver o estado, como é reiteradamente argumentado pela historiografia, de forma que o investimento de capital era condição necessária para que isso ocorresse. Esse registro, portanto, nos parece mais do que a tentativa de passar uma mensagem para a posteridade, remetendo mesmo para que ações fossem tomadas nesse sentido, fosse pelo governo estadual que estava representado na cerimônia ou pelos outros homens ricos de elite do estado.

Ainda nos chama atenção a autodeclaração do marechal como um “memorista”, remetendo à intencionalidade de sua escrita no sentido de construir um registro que ficaria disponível para a posteridade, como ele mesmo intitulara sua declaração. Reforça, assim, expectativas de que a *Uzina Sant'Anna*, enquanto empreendimento industrial, perdurasse por longos anos no cenário econômico piauiense.

A condição financeira do governo, como aponta Queiroz<sup>54</sup>, era muito dependente do extrativismo da maniçoba, assim como posteriormente o será da cera de carnaúba e da amêndoa de babaçu, se fazendo necessário que o Piauí encontrasse outros mecanismos de produzir riquezas, as quais gerariam impostos a recolher e permitiriam um melhor aparelhamento do estado naqueles anos iniciais da república. No caso específico da maniçoba, ganha relevo o consumo de borracha dessa natureza na segunda metade do século XIX e início do século XX por conta da demanda de países com a Inglaterra, cujo processo de industrialização impunha tal consumo.

A industrialização piauiense no início do século XX era extremamente tímida ou quase inexistente, se comparada aos grandes centros, perspectiva muito utilizada por aqueles que argumentavam em torno do progresso piauiense<sup>55</sup>. Disso decorre o fato do padre Alfredo Castro e do marechal d'Almeida Barreto verem na usina uma esperança para o futuro da industrialização do Estado, ao passo que a empresa também contribuiu para impulsionar a

---

<sup>54</sup> QUEIROZ, T. J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a.; QUEIROZ, T. J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006b.

<sup>55</sup> QUEIROZ, 2006a.

agricultura, pois além de se utilizar da cana de açúcar cultivada em sua propriedade, estimulou a produção desta nas proximidades de Teresina para atender a demanda de produção de açúcar. A informação colhida na planta do empreendimento é de que a produção estava prevista para vinte e cinco toneladas de açúcar a cada quatorze horas de trabalho, necessitando de significativa quantidade de cana para atingir tal índice de produção.

Nesse quadro, compreendemos que a significação da usina acabou por não se restringir apenas às questões econômicas que sua existência despertava. Na cidade de Teresina, a empresa se constituiu como símbolo do processo de modernização desejado pela sociedade e muito defendido na imprensa local, mudando também a forma como Gil Martins era encarado no conjunto das relações sociais mantidas, ao passo que paulatinamente passou a ser representado como industrial e não mais como coronel.

Gil Martins utilizou a imprensa como estratégia de construir uma boa imagem da usina enviando amostras do açúcar e pedindo que fossem emitidas opiniões a respeito, inclusive na capital do país, Rio de Janeiro, como o fez junto ao jornal *O Seculo*<sup>56</sup> e ao *Jornal do Brasil*<sup>57</sup>. Neste último, se emite uma nota afirmando que o açúcar honra a indústria do norte, sendo exemplo de produto de primeira qualidade. Além disso, a presença nas exposições foi um mecanismo frequentemente adotado. Tendo ganhado medalha de ouro nas exposições de 1908 e 1922, como já referimos, a primeira medalha que a produção da usina ganhou parece ter sido em 1907, mas esta era referente à produção de aguardente, tendo alcançado a medalha de bronze<sup>58</sup>. De fato, a produção industrial promovida por Gil Martins se mostrou relevante e foi ganhando cada vez mais espaço como símbolo do progresso piauiense e como exemplo a ser seguido.

A esse respeito, julgamos pertinente apresentar o que diz Antonino Freire, então governador do Piauí, na mensagem governamental encaminhada ao legislativo em 1 de junho de 1911, a respeito da industrialização no Piauí, conforme segue:

[...] Aos favores que aconselhei, linhas atrás, para desenvolver o plantio da maniçoba, devemos juntar os que venham fomentar novas culturas e dar uma outra base ao nosso orçamento. Entre taes culturas sobresaem, além da do algodão, a que já me referi, a da canna de assucar, pela excelencia e abundancia de terrenos que possuímos para desenvolvê-la. Os municipios de Amarante e de Regeneração, sem falar nos de Bom Jesus, Valença, Itamaraty e outros, onde as difficuldades de transportes difficultam a criação

<sup>56</sup> GAZETINHA. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno II, n. 407, p. 1, 16 dez. 1907.

<sup>57</sup> SEM TÍTULO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVII, n. 320, p. 5, 16. nov. 1907.

<sup>58</sup> PREMIOS na exposição nacional. *Diario do Maranhão*, São Luis, ano XL, n. 10645, p. 1, 5 jan. 1909.

regular de industrias, offerecem optimas condições para serem fundadas usinas assucareiras, capazes de suprir as necessidades de todos os nossos mercados interiores. Estou convencido de que, com a concessão de alguns favores, por parte do Estado, será fácil de obter capitalistas que queirão, fundar usinas naquelles municipios, me parecem os mais proprios para centro da nossa industria assucareira. No município de Therezina existe já uma importante usina de assucar, no sitio Sant'Anna, de propriedade dos Srs. Gil Martins & C.<sup>a</sup> a cuja pertinência e perseverança deve-se o prospero desenvolvimento que o estabelecimento está tendo, sem que, até agora, o Estado tenha lhe concedido o minimo auxilio. No município de Amarante existe tambem uma usina de menores dimensões, de propriedade do industrial Francisco de Castro Lyra, que tambem vae prosperando, graças exclusivamente aos esforços de seu proprietário. É de toda conveniencia que o Piauhy proteja tão promissora industria, creando nella mais uma base para a estabilidade da sua situação economica.<sup>59</sup>

A mensagem governamental refere que é preciso investir na produção de cana-de-açúcar, pois julga que o estado possui terras férteis para o seu cultivo. O governador vê no açúcar o potencial para incrementar o crescimento do estado, comparando a sua produção à da borracha de maniçoba cujo volume adquiriu relativa relevância na economia piauiense, segundo Queiroz<sup>60</sup>, entre os anos de 1897 e 1913. Tomava-se, assim, o exemplo de Gil Martins e a prosperidade de seu negócio como um elemento incentivador para que medidas semelhante alcançassem outras regiões do Piauí. Essa afirmação reforça nossa tese de que o não desenvolvimento da produção de açúcar em escala industrial nos tempos coloniais não estava relacionado à qualidade da terra para o cultivo da cana, mas a questões outras como a logística e os recursos financeiros necessários para levar à frente um empreendimento dessa natureza em uma província sem porto e sob o jugo das províncias vizinhas.

O governador indica, ainda, a possibilidade do estado fornecer auxílio para a produção que ele estava defendendo, ao passo que informa que Gil Martins estava desenvolvendo seu negócio sem nenhum auxílio do estado. De fato, não encontramos registro de que Gil Martins tenha se beneficiado de alguma ação específica por parte do poder público para a implantação da *Uzina Sant'Anna* ou mesmo para a sua manutenção nos anos iniciais, mas não podemos esquecer que ele mantinha relações comerciais com o estado de forma que, ainda que indiretamente, Gil Martins desfrutava de dinheiro público que chegava as suas mãos através das redes de comércio estabelecidas, como demonstramos no segundo e terceiro capítulo deste trabalho.

---

<sup>59</sup> PIAUHY. *Mensagem apresentada á Camara dos Deputados pelo Exm.º Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1911*. Therezina: Imprensa Official, 1911. p. 59.

<sup>60</sup> QUEIROZ, 2006a.; QUEIROZ, 2006b.

A situação do Piauí no que diz respeito ao incremento da produção industrial reverberava na imprensa do Rio de Janeiro. *O Paiz* publicou uma matéria referente a este assunto em 1 de setembro de 1911, em parte reproduzindo ideias semelhantes às aquelas apresentadas por Antonino Freire da Silva em sua mensagem governamental. Vejamos a reprodução abaixo:

RIQUEZAS DO NORTE. ESTADO DO PIAUHY. [...] *Por um lado, é razoável e até desculpável que assim seja. É lá crível que esses brasileiros, que tiveram a desdita de nascer e permanecer em Estado como o Piauí, desprotegido, abandonado e até parece que execrado da sorte, que nem sequer os seus representantes têm a necessária coragem para um impulso coeso, forte e decidido, exigir aquilo a que tem justo, invejável, incontestável direito, qual a vigésima parte da distribuição dos carinhos e desvelos que os demais Estados têm; é possível, repetimos, que esses brasileiros possam viver de brisa, tenham animo de aperfeiçoar aquilo que, por sua natureza e fins a que está destinado, não lhe dá senão um pequeníssimo e modesto meio de lutar com sua desditosa sorte?! Não. Uma terra a que está votada a indiferença dos governos, só impõe a sua completa abstenção de todas as coisas do progresso. Cai nesse regimen de verdadeira apathia. Há bem indícios de que o nortista ama o progresso; bem que elle se esforça para tentar alguma coisa, mas, em vão: sem um impulso maior nada adiantar. [...] Há muito que Piauí reclama uma estrada de ferro, já por intermedio de algum dos senhores governadores, já mesmo por promessas do governo federal, lembradas em occasiões que se vão e nunca se cumprem. [...] Não sabemos até – e admiramos a energia de seus instituidores – como [...] leguas de Therezina existe uma usina de assucar (Piauí também é rico na produção da canna), usina essa de Gil Martins & C., montada, de modo a fazer inveja ás usinas mais modernas que possa haver e a de Francisco José de Lyra, em Amarante, denominada Santa Rosa. Que de sacrificios e de trabalho para montarem-se taes estabelecimentos! Assim, pois, a apparencia industrial que o Estado do Piauí tem, não obstante toda especie de difficuldades com que vive, deve a essa meia duzia de homens que não desanimam, na esperanza de melhores dias, convictos de que elles também anseiam o progresso, o bem estar de seu Estado, tão digno como qualquer outro e que só querem que a justiça seja uma só e que a divisão dos beneficios seja equitativa e imparcial. [...] R. DE OLIVEIRA.<sup>61</sup>*

A fala acima representa de uma forma clara e direta o discurso de estado pobre e abandonado que se tinha sobre o Piauí. Não negamos que a realidade do estado naqueles anos fosse dura, mas também entendemos que ele é fruto de uma configuração histórica particular deixando-o em desvantagem no tocante ao ritmo de desenvolvimento esperados nos anos

---

<sup>61</sup> RIQUEZAS DO NORTE. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9826, p. 6, 1 set. 1911, grifo nosso.

iniciais da república. R. de Oliveira<sup>62</sup>, dessa forma, constrói todo um discurso em torno dessa realidade levantando as bases para trazer para o primeiro plano a figura personalista daqueles que ele identifica como amantes do progresso. Essa estratégia personalista é comum nos periódicos do período, em uma tentativa de vangloriar os feitos de sujeitos como Gil Martins que se apresentavam como portadores do progresso e, na condição de coronel, também da ordem.

Há no texto uma menção expressa da falta de liderança dos governos, deixando os estados, mais especificamente, em um estado de apatia frente à impossibilidade de promover mudanças significativas. Assim, reforçando o que a mensagem de Antonino Freire da Silva já dizia, o autor reitera a figura de Gil Martins e seus sócios como liderança que atuam na mudança da paisagem do Piauí por meio da implantação da *Uzina Sant'Anna*.

Significativo ainda é a informação de que há anos o Piauí pleiteava a construção da estrada de ferro que, segundo Ferreira<sup>63</sup>, tem sua construção iniciada ainda na década de 1910 em Amarração, no litoral, mas só chegando a Teresina na década de 1950. Tal informação reforça nosso entendimento de que os estudos desenvolvidos pelo engenheiro Bartholomeu Ferreira Escobar não se tratavam, de fato, da implantação de uma estrada de ferro para o escoamento da produção ao seu mercado consumidor. Essa perspectiva coaduna com as afirmações de Queiroz<sup>64</sup>, de que a *Associação Commercial do Piauí*, em 1903, havia envidado esforços para que os representantes do Piauí no congresso nacional buscassem apoio para implantação de uma estrada de ferro em Teresina, fato que refletia um quadro de otimismo quanto aos avanços comerciais do estado, como também a preocupação de garantir outros modais além do rio Parnaíba para a entrada e saída de produtos do estado.

Seguindo uma linha discursiva bastante elogiosa aos feitos dos industriais, tal como vimos na publicação anterior, encontramos uma matéria assinada por R. Fernandes e Silva nas páginas do *Diário do Piauí*, órgão oficial do estado, que se inicia dizendo o seguinte:

*A industria assucareira no Estado do Piauí. A industria assucareira é um problema de alta e significativa importancia cuja solução traria, certamente, para o Piauí o seu desenvolvimento, o seu progresso e a sua independencia. Estado verdadeiramente rico, possuidor de uma vasta superficie de terra adaptavel a exploração agricola, é assim o Piauí, esse*

---

<sup>62</sup> Não foram localizadas informações biográficas sobre este sujeito.

<sup>63</sup> FERREIRA, J. A. I. *Trilhando novos caminhos: a cidade de Piripiri e as mudanças proporcionadas pela chegada da ferrovia – 1930-1950*. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

<sup>64</sup> QUEIROZ, 1994.

*immenso pedaço do Brazil. As estatísticas publicadas pelos centros agricolas da Europa e America do Norte é que demonstram a producção extraordinaria que têm de borracha, cacau, canna e outros productos que são tambem nossos, e a immensa quantidade de fabricas existentes e em vias de installação, é a prova mais convincente de que estes povos não se dedicam tão somente como nós, á politica sem methodo e sem principio e sim ao cultivo do solo e ao desenvolvimento de suas industrias e commercio, porque, como sabemos só a agricultura pode victalizar um povo fraco e sem energia para o trabalho e levantar uma paiz da mendicidade. O nosso sertão é immensamente grande e tem bastante espaço para a installação de estabellcimentos rurais e para uma crescida colonisação estrangeira. Dispomos de todos os recursos para nossa independencia mas infelizmente a falta de gosto e de trabalho, principalmente nos nacionaes, é a origem exclusiva do mal que vae se arraigando entre nós. Si de um lado temos letrados e os doutores que se dedicam exclusivamente aos empregos publicos, com boas remunerações do governo e que neste caso passam a ser parasitas que não produzem, de outro lado, temos os homens (embora em pequeno numero) que trabalham e produzem. Pela colonisação, viação e educação, disse um illustre agronomo, <muda-se a face da terra>.<sup>65</sup>*

O autor defende, à luz da experiência de Gil Martins, como veremos mais à frente, que a indústria açucareira seria um caminho viável para o desenvolvimento do estado, sendo a agricultura um caminho para se alcançar o progresso dada as dimensões territoriais do Piauí. Para tanto, faz-se uma argumentação comparando a produção de cana e de outros bens agrícolas na Europa e na América do Norte àquilo que é produzido no Piauí, indicando a necessidade de se dar atenção aos potenciais produtivos do meio sertanejo.

Em nosso entendimento, a fala de R. Fernandes e Silva está perpassada por preconceitos que eram constantemente defendidos nos periódicos por muitos lugares do Brasil. Nesse sentido, alguns mitos eram reforçados, como os que afirmam que havia no Piauí um grupo de “preguiçosos” e uma minoria trabalhadora. Por outro lado, reafirmava que os homens letrados “viviam às custas do serviço público como parasitas”. E, em terceiro lugar, vangloria os sujeitos que, donos de um capital financeiro significativo, investiam na ampliação do comércio, na produção industrial e no crescimento agrícola. Assim, para destacar o que é positivo na economia piauiense, R. Fernandes da Silva sublinha aspectos preconceituosos da população em geral. A nosso ver, o autor está dirigindo sua fala, de forma ampla, às pessoas brancas e letradas que teriam acesso as suas palavras publicadas no periódico e deixa de lado a grande massa iletrada da sociedade piauiense, cuja força de trabalho era utilizada nos empreendimentos empresariais.

---

<sup>65</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913, grifo nosso.

Essa crítica contundente na verdade seria a base da sua defesa para que se trouxesse para o Piauí a colonização estrangeira, reiterando, desse modo, que para que o desenvolvimento chegasse nessa região seria necessário seguir o exemplo dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, recebendo imigrantes ao invés de investir na mão de obra local. Vemos aí que R. Fernandes e Silva está imbuído dos ideais propagados desde o período da monarquia de que os imigrantes seriam uma opção melhor que a mão de obra brasileira para suprir a demanda de trabalho com a diminuição do uso de escravos desde a segunda metade do século XIX, como aponta Mota e Lopez<sup>66</sup>.

Discordamos, por outro lado, dessa visão de que o piauiense era preguiçoso. Considerando o conjunto do *corpus* documental que viemos analisando, cremos que se tratava da falta de oportunidades e da forte presença das oligarquias a quem não interessava que o povo fosse ativo o suficiente a ponto de vir a questionar a ordem estabelecida. R. Fernandes e Silva segue em seu relato nos contando:

Transformemos, pois, o nosso Piauhy, em um estado poderoso, onde o trabalho e o alfabeto tenham altar ou culto. Passemos, portanto, ao estudo das diversas usinas e engenhos existentes entre nós. É certo que não conhecemos todos os estabelecimentos assucareiros do nosso estado, porque ha bastantes annos estavamos auzentes da terra natal, mas, dirigimos circulares aos srs. intendentés dos municipios deste estado e pedino informações a respeito e estamos certos de que assim poderemos pôr em execução este desprezioso trabalho. Commisionados pelo governo federal para o serviço de protecção e defeza ás arvores productoras de borracha em o nosso estado, não deveríamos nos occupar de outros assumptos que não fossem aquelles que se prendem directa ou indirectamente ao da nossa commissão, já porque nos falta tempo, já finalmente porque o estado possui uma inspectoría agricola que de direito cumpre resolver tudo que diz respeito ao magno problema agro-pecuario do piauhyense. Mas, para que não venham mais tarde dizer que nos esquivamos de auxiliar aos honrados e laboriosos conterraneos que se dedicam com amor ao cultivo do solo e creação dos animaes domésticos, resolvemos dedicar as horas que dispomos para descanso ao estudo destas questões, contando de já com a valiosa cooperação dos piauhyenses bem intencionados.<sup>67</sup>

Os argumentos são construídos na narrativa em nome do progresso piauiense. Tendo o autor retornado ao Piauí para cuidar do plantio da maniçoba, que servia para produção de látex, o mesmo se coloca como um colaborador que intenciona ajudar no desenvolvimento de sua terra natal. R. Fernandes e Silva admite que estava há muitos anos longe do Piauí e talvez

<sup>66</sup> MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História do Brasil: uma interpretação*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

<sup>67</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913.

justamente por isso alimentasse uma visão em certa medida preconceituosa a respeito dos trabalhadores da terra. Considerando que as terras da usina também eram utilizadas para o plantio de maniçoba, vislumbramos que sua decidida visita àquele lugar não serviu apenas para conhecer a indústria do açúcar, mas acreditamos que a intenção primeira, embora não relevado na escrita acima, era conhecer esse cultivo, tendo o autor se maravilhado com a produção do açúcar que ali se dava.

A comparação com a produção da maniçoba nos parece oportuna, uma vez que sua produção estava em evidência na economia piauiense naquele período, como afirma Queiroz<sup>68</sup>, trazendo maior evidência momentânea para a região sul e sudeste do estado que logo voltaria para o centro e norte do Piauí. A pesquisa desenvolvida pela autora aponta para a Inglaterra, Estados Unidos e França como os principais países consumidores da maniçoba piauiense por conta da demanda oriunda da industrialização que lá se desenvolvia, sendo possível que o Piauí tenha “contribuído com uma média anual de 38,1% da exportação brasileira”<sup>69</sup> de maniçoba, ao passo que isso se refletia positivamente nas finanças estaduais por meio do recolhimento do imposto sobre a exportação, estimada em cerca 20% da receita pública.

Não podemos esquecer, ainda, que R. Fernandes e Silva fala a partir de seu lugar social, que também é um lugar de elite, inclusive o mesmo daqueles que ele denomina de parasitas. Devemos a ele, no entanto, a descrição mais completa registrada da *Uzina Sant’Anna*, sendo esta de tamanha profundidade que a publicação foi dividida em duas edições do jornal. Assim nos conta:

Iniciamos o nosso trabalho pel estudo da uzina Sant’Anna. Sejam as nossas primeiras palavras de gratidão aos proprietarios deste estabellecimento pelo modo carinhoso e delicado com que nos acolheram e pelas innumeradas e claras informações que nos deram sobre esta importante propriedade agricola. *Por diversas vezes ouvimos fallar da uzina Sant’Anna e do seu progresso mas confessamos que nunca demos valor ás informações que nos prestavam por que julgavamos que se tratasse de um velho estabelecimento, semelhante ao dos tempos coloniaes, onde predominasse a rotina e a ignorancia.* Era esta a idéa que nos vinha sempre á mente, todas as occasiões que nos tratavam desta uzina, motivo por que jamais procuramos informações seguras sobre o seu actual desenvolvimento. Qual não foi, porém, a surpresa de que ficámos possuidos, quando, ha poucos dias, tivemos o prazer de visital-o. Em logar de um velho teleiro com engenhoca

---

<sup>68</sup> QUEIROZ, 1994; QUEIROZ, 2006a; QUEIROZ, 2006b.

<sup>69</sup> QUEIROZ, 2006b, p. 36.

para o fabrico de rapaduras e serpentinas para o fabrico de aguardente, como esperavamos encontrar, avistamos, com agradável surpresa a colossal chaminé da fabrica que parecia surgir da terra. Os actuaes proprietarios deste poderoso centro de atividade humana, escolheram para installação de tão importante estabellecimento uma depressão encravada entre duas gigantescas montanhas. *Anciosos, aproximamo-nos de tão util propriedade, que se eleva altaneira nas terras de Sant'Anna, annunciando uma nova era de progresso e de independencia para o nosso futuroso Piauhy. Como estavamos enganados! Em logar de um grande telheiro em ruinas achamos-nos á frente de um vasto e bem edificado estabellecimento, subdividido em 10 espaçozas secções, em as quaes se executam as mais aperfeiçoadas operações, tendentes á industria assucareira. Ficámos verdadeiramente maravilhados, pois, jamais nos passou pela mente de que no esquecido Estado do Piauhy podessemos encontrar empresas tão bem organizadas.* E a quem devemos tudo isso? A uma trindade de piauhyenses benemeritos e patrioticos representada pelos respeitaveis coroneis *Antonio João Ferreira, Adão de Medeiros Soares e Gil Martins Gomes Ferreira.* O primeiro se encarregou dos trabalhos inherentes ao campo e em pouco tempo tornou-se um intelligente agricultor; o segundo, espirito forte e incançavel, assumiu a direcção dos trabalhos industriaes e o terceiro e ultimo coube a resolução das grandes e perigosas questões commerciaes e financeiras. Eis, pois, o alicerce solido e indestructivel sobre o qual se ergue triumphante, annunciando uma epoca de prosperidade e independencia a importante Usina Sant'Anna. E não podia ser senão assim, desde que se assenta sobre base segura, com o apoio das trez mais poderosas alavancas do progresso – a agricultura, a industria e o commercio. Deixemos por um momento os seus reformadores, que souberam nos captivar pelo saber e pelo coração, e vejamos o que foi e o que é actualmente a Usina Sant'Anna do Estado do Piauhy.<sup>70</sup>

É interessante que a descrição de R. Fernandes e Silva se inicie com sua declaração de que ele não dava valor às notícias sobre a modernidade da usina. Isso, para nós, confirma o ponto de partida *a priori* negativo que o autor já relevara em outros momentos de seu relato. Desse modo, o autor do relato se surpreende com as instalações ali encontradas, ao passo que agradece o acolhimento dos proprietários. O discurso de progresso e modernização é fortemente levantado neste trecho do documento, referindo o autor que a indústria açucareira traria uma nova era de progresso para o Piauí. Assim como vimos com R. de Oliveira ao tratar das riquezas do norte, percebemos em R. Fernandes e Silva uma ideia fortemente estabelecida de que a industrialização era o caminho para o desenvolvimento, para a modernização, o que podia estar atrelado ao modelo que se buscava nas nações estrangeiras como a Inglaterra. Esse ideal remete àquilo que Berman<sup>71</sup> aponta como efeito da conexão global que o mundo passa a ter com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com a propaganda sobre os avanços

<sup>70</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913, grifo nosso.

<sup>71</sup> BERMAN, 2007.

tecnológicos, fazendo emergir um sentimento de modernidade e um desejo de concretizá-la desde aqueles que viviam nos grandes centros àqueles que viviam em estados mais afastados como o Piauí.

Outro elemento significativo para nossa análise, no entanto, é a descrição que o autor faz acerca de como os esforços para a implantação da usina foram divididos entre os sócios a fim de possibilitar sua existência. Antônio João Ferreira cuidava do que era referente ao cultivo da cana, Adão Medeiros Soares era o administrador da produção industrial, enquanto Gil Martins era encarregado de resolver as questões financeiras e do comércio da produção fabril. A descrição de R. Fernandes e Silva equaliza a importância de cada um dos três sócios, o que seria de se esperar haja vista que do contrário ele poderia se envolver em certo desconforto com aqueles que ele afirma tê-lo tão bem recebido, mas ao mesmo tempo confirma nosso entendimento que foi o capital financeiro levantado por Gil Martins a partir do comércio desde a segunda metade do século XIX que possibilitou os investimentos necessários à implantação da *Usina Sant'Anna*. A descrição continua nos seguintes termos:

PRIMEIRA PARTE. *Historico*. – Não pretendemos nos estender sobre o passado da Usina Sant'Anna, porque melhor nos interessa encarar o seu presente e o seu futuro. Entretanto, em resumo, podemos afirmar que a Usina Sant'Anna, em tempos remotos pertencia aos herdeiros do major Raymundo Silva de Vasconcelos e constava, tão somente de um pequeno engenho de ferro, movido a tração animal e limitava-se ao fabrico de aguardente e rapadura. Assim, pois, acanhava-se a Usina Sant'Anna quando os seus actuaes proprietarios resolveram adquiril-a, para transformal-a em uma industria digna de nome. Pertence actualmente este importante estabelecimento á firma Gil Martins & C., da qual fazem parte os trez dignos conterraneos que vimos citar. O fundo de capital empregado é de 600:000\$000. *Superficie*. – A propriedade agricola cuja referencia acabamos de fazer, tem uma superficie de duas leguas, com partes cercadas a arame e madeira de lei. Possui excellentes plantações de canna que regula 34 quadras de cem braças. *Limites*. Está situada na posse denominada Formosa e divide com terras de Santa Izabel e Rio Puty. A Usina fica situada á margem direita do rio Puty (descendo), distante, mais ou menos, 4 leguas da capital.<sup>72</sup>

A partir da descrição apresentada vimos que Gil Martins e seus sócios compraram uma propriedade onde já se cultivava a cana e outros produtos como rapadura e aguardente, de forma que a localização geográfica aponta para uma região de solo fértil e apropriado para o cultivo da cana em larga escala, situada às margens do rio Poti de onde provinha o

<sup>72</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913.

abastecimento de água. A descrição apresentada coaduna-se com nosso argumento anteriormente levantado de que a escolha do local partiu dos requisitos locacionais da terra.

A área já contava com um extenso território coberto de plantação constituindo o canavial, apontado por R. Fernandes e Silva como de 34 quadras de cem braças. De forma mais clara, entenda-se que uma braça equivale a 2,2m, de modo que 34 braças é o equivalente a 74,8m e 34 quadras de braça equivale a 5,595m<sup>2</sup>. Tamanha área de produção demandava, conseqüentemente, um número significativo de trabalhadores. A esse respeito, o autor acrescenta:

*População.* – Compõe-se de 400 á 450 pessoas, que são brancos, pretos e mestiços, todos nacionaes. *Habitações.* Consta do edificio da Usina, casa de morada dos proprietarios, armazem, casas destinadas ás cooperativas, e casas para operarios que são, mais ou menos, em n. de 80. *Aspecto e clima.* A condição topographica do local, é excellente, pois, encontramos alli regiões altas e baixas apropriadas á polycultura. O clima é temperado e salubre, donde se infere que os habitantes do logar, são sadios, fortes e robustos. *Producção.* - <Reino Mineral> Não se há feito nenhuma exploração neste sentido, mas é possível que se encontre alli minerios de valor. <Reino Vegetal> A exuberante vegetação que cobre os seus terrenos, dão indícios de solos fertes e esta fertilidade já ficou evidentemente provada pelas culturas experimentaes alli feitas. Presta-se perfeitamente para cultura de ceriaes, fumo, maniçoba e principalmente para a da canna, cuja exploração é feita em grande escala e com melhores resultados. Há em abundancia excellente madeira de lei para construção e grande numero de plantas medicinaes. Possui ainda um pomar onde se encontra uma infinidade de arvores fructiferas de variadas espécies, taes como manguieiras em numero de 800, mais ou menos jaqueiras, saptizeiros, laranjeiras, etc. *Reino Animal.* – Consta do gado vacum, cavalari, caprino e suíno & Nos rebanhos de gado vaccum encontramos animaes, indigenos, cruzados e de puro sangue. *Industria agricola.* – Consiste na cultura em grande escala da canna do assucar, e do milho, feijão mandioca, etc. em pequena escala, pelos aggregados. *Industria fabril.* – Consta da fabricação do assucar e da aguardente. *Industria extractiva.* – Consiste na extracção da seiva da maniçoba, cuja plantação é avaliada em 25 mil pés. *Vias de comunicação.* – Não ha estradas de rodagens nem caminhos de ferro que ligue a fabrica dos mercados de consumo, mas existem caminhos estreitos e regulares que vão ter a Therezina e que se prestam com pequenas modificações á uma excelente estrada de rodagem. *Rios, Fontes etc.* – Passa a um kilometro de distancia o rio Puty; e, mais ou menos, a 50 metros, encontra-se uma abundante vertente natural que fornece agua necessária para todos os mysteres da fabrica e usos domésticos (Continúa). R. Fernandes e Silva.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913.

Como percebemos a usina gerou um certo fluxo migratório da cidade para o campo naquele período, a fim de constituir sua massa de trabalhadores, sobretudo aqueles que viriam a operar os equipamentos no pátio industrial. O número apresentado de 400 (quatrocentos) a 450 (quatrocentos e cinquenta) trabalhadores é expressivo, considerando a realidade de Teresina nas primeiras décadas do século XX, reforçando a magnitude que aquele empreendimento simbolizava para a cidade e para a população que dele dependia.

Em certa medida, podemos afirmar que a *Uzina Sant'Anna* representava, no âmbito do processo de modernização de Teresina, um elemento que foge à regra do que a cidade vivia até então. A partir das experiências anteriores de industrialização analisadas ao longo desta parte tese é perceptível que estas se deram no plano da zona urbana da cidade, normalmente localizadas no centro ou nos limites daquele zoneamento, como foi o caso da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauíense*, levando a um conjunto de obras que possibilitassem a sua existência ao passo que modificavam o ordenamento urbano. De acordo com Chaves<sup>74</sup>, para a instalação da fábrica de tecidos foi necessário que se secasse uma lagoa, dando uma nova feição para aquela região da cidade. Por outro lado, ao investir na industrialização do açúcar Gil Martins leva o processo de modernização para o espaço rural, congregando nas terras da usina uma grande quantidade de pessoas que viriam a impactar no ordenamento espacial da região.

Em pesquisa anteriormente realizada por nós<sup>75</sup> já apontávamos que Gil Martins permitiu que os trabalhadores estabelecessem residências em seu entorno. Essa ocupação, entretanto, não foi regularizada como doação, criando-se uma situação de irregularidade fundiária que chegou aos dias atuais, tendo se formado um bairro nos entornos da *Uzina Sant'Anna* cuja documentação de propriedade das casas nunca foi concedida. As 80 moradias referidas na matéria, portanto, constituíam uma espécie de vila operária da usina, permitindo que os moradores ali residissem enquanto permanecessem como empregados na empresa. O difícil acesso, não contando sequer com uma estrada de rodagem, nos permite compreender o porquê de tamanha população ter se estabelecido na região. As condições materiais não viabilizavam, pela distância e falta de transportes, que deslocamentos diários fossem feitos pelos trabalhadores que desejasse morar na parte urbana de Teresina.

---

<sup>74</sup> CHAVES, 2013.

<sup>75</sup> SILVEIRA, T. C. *Desvelando os caminhos do Santana: história e memória de um processo de rurbanização em Teresina-PI*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

A emergência da usina naquele espaço fez com que se quebrasse com uma visão tradicional do mundo rural que, segundo Williams<sup>76</sup>, remete ao marasmo e à tranquilidade dos homens que buscam na agricultura o sustento familiar, em oposição ao fluxo de agitado dos processos urbanos que costumam caracterizar os espaços citadinos. Ao pensar em Gil Martins alterando a ordem esperando para o processo de modernização, trazemos para o debate que a usina representava a chegada do processo de modernização na zona rural da cidade. Nesse sentido, não adotamos neste trabalho o binarismo que opõe campo e cidade ou ainda que os toma como sinônimos de rural e urbano. Entendemos, assim, que a *Uzina Sant'Anna* permitiu uma aproximação entre esses dois mundos de Teresina, acenando para as potencialidades da integração entre estes já naqueles anos.

Embora não referido na fonte, é muito provável que ali tenha se constituído o sistema de barracão já nesses anos iniciais, de propriedade também dos donos da usina. Quando anteriormente pesquisamos o bairro que se originou a partir daquele empreendimento<sup>77</sup>, os moradores referiram-se à existência de um barracão para o fornecimento de alimentos. Considerando, então, a questão da localização das terras da usina, a dificuldade de deslocamentos e a quantidade de moradias já existentes naquele ano, temos motivos para acreditar que o barracão já estava instalado desde a chegada dos trabalhadores e ocupação das residências.

Queiroz<sup>78</sup> refere que o “sistema de barracão e as formas de endividamento que lhe são características comunicaram-se posteriormente à extração da cera de carnaúba e do babaçu. Sua origem parece estar ligada às velhas práticas comerciais vindas da fase colonial”<sup>79</sup>. Portanto, não é difícil crer que o sistema também tenha sido utilizado na produção de açúcar, ainda mais se pensarmos que esta se dava no mesmo espaço que contava com a produção de maniçoba.

Analisando a questão geral do uso dos barracões na extração do látex da maniçoba, Queiroz<sup>80</sup> aponta que nem sempre o barraquista era o dono da propriedade, podendo ser um terceiro que explorava a ocorrência de maniçobais naturais e que, ao término do processo de extração, pagaria valores referentes ao arrendamento ao fazendeiro. No caso de Gil Martins, que analisamos, acreditamos que o barracão tenha sido utilizado como estratégia adicional de aferição de lucros e exploração da mão-de-obra utilizada tanto no cultivo da maniçoba, como

---

<sup>76</sup> WILLIAMS, R. *The country and the city*. New York: Oxford University Press, 1973.

<sup>77</sup> SILVEIRA, 2013.

<sup>78</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>79</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>80</sup> QUEIROZ, 2006a.

no cultivo da cana e na produção de açúcar. Considerando que Gil Martins era comerciante na cidade de Teresina, o mais provável é que o barracão fosse de propriedade sua e de seus sócios do que de uma pessoa externa aos negócios da família. Nesse caso específico, aqui analisado, a cadeia de endividamento referida por Queiroz<sup>81</sup> no processo de extração da maniçoba era mais restrita aos trabalhadores o que, em certa medida, explica o porquê desses sujeitos terem fixado residência ali, passando as residências aos herdeiros ainda que não detivessem a regularização fundiária da terra, como acontece até os dias atuais.

As terras serviam para o cultivo e plantação de maniçoba em medida considerável, chegando a 25 mil pés, e para a criação de gado, o que já apontávamos desde o início desta narrativa, inclusive no tocante à participação de Gil Martins como exportador a partir do ano de 1906. Assim, considerando a quantidade produzida de pés de maniçoba, podemos afirmar que em 1913, quando Queiroz<sup>82</sup> identifica a Gil Martins e C.<sup>a</sup> como exportadora de maniçoba, esta tratava-se de produto oriundo de sua própria produção. É possível ainda que sua casa comercial operasse com a exportação de maniçoba de outros produtores, uma vez que para as casas exportadoras confluíam as produções da própria cidade onde estava instalada, como também a produção de regiões próximas.

Gil Martins era um homem de negócios que diversificou seus investimentos, tendo atuado em diferentes frentes com o intuito de ampliar seu patrimônio. Nos parece, assim, bastante razoável que as terras da usina também servissem a outros propósitos como o da criação. Outro elemento que é necessário chamar atenção é a falta de estrada de ferro, indicando que os trabalhos de Bartholomeu Ferreira Escobar não culminaram na implantação de uma ferrovia que ligasse a usina ao mercado consumidor.

Acerca do cultivo da cana, R. Fernandes e Silva nos relata como este era feito, apresentando a seguinte nota:

A industria assucareira no Estado do Piahy. SEGUNDA PARTE. *Cultura da canna* – Preparo do terreno. O preparo do terreno é feito com o auxilio dos instrumentos agricolas aperfeiçoados, bem como os corpos, colheitas e beneficiamento. A plantação é executada racionalmente, por meio de estacas, nos mezes de abril a dezembro. Não empregam fertilisantes nem correctivos nos terrenos, porque ainda se mostram bastante productivos. Até agora não se constatou a existencia de molestia nas plantações. O transporte dos productos para usina, é feito por meio de uma estrada de ferro de 60 centimetros de bitola com 8 kilometros de extensão. O rendimento da producção da canna regula, mais ou menos, 200 a 250 toneladas por quadra.

---

<sup>81</sup> QUEIROZ, 2006a.

<sup>82</sup> QUEIROZ, 2006a.

As cannas cultivas pertencem ás variedades seguintes: caianna, roxa, listada, mulatinha, etc. A irrigação dos cannaviaes é feita em larga escala, com o auxilio de duas bombas, de 7 pollegadas de diametro, por meio de mangueiras e vallas.<sup>83</sup>

A descrição sobre a cultura da cana mostra o domínio que Gil Martins e seus sócios tinham a respeito do processo de cultivo. Utilizando de racionalidade, como R. Fernandes e Silva enfatiza, os produtores buscaram obter o máximo de produtividade possível, não tendo se furtado do necessário incremento tecnológico para obter sucesso. Assim, foi instalada uma estrada de ferro para levar os produtos da plantação até a usina, cobrindo uma extensão de 8 km, sendo esta a estrada de ferro que Bartholomeu Ferreira Escobar ajudou na implantação a partir do estudos da terra. Ela não servia, como já referimos, ao escoamento da produção, mas para trazer a produção agrícola ao pátio industrial.

Além disso, foi implantada a irrigação mecanizada a partir de duas bombas, que levavam água desde o rio até a plantação, garantindo os índices de produção que giravam em torno de 200 a 250 toneladas de cana. Sobre as espécies de cana, cabe ressaltar que Gil Martins e seus sócios utilizavam de tipos de cana que garantiam a qualidade do açúcar a ser produzido, bem como eram resistentes às pragas como é o caso da cana caiana, sendo esta um segundo tipo introduzido no Brasil sucedendo a cana crioula por tal característica. Os diferentes tipos de cana citados eram possivelmente cultivados conforme o produto a ser gerado que, em adição ao açúcar, era a aguardente e o álcool.

Apesar de produzir para além do açúcar, não se pode negar que este era o principal objetivo a que a fábrica se destinava. Sobre seu processo produtivo, R. Fernandes e Silva relata:

TERCEIRA PARTE. *Usina – Fabricação do assucar.* A Usina Sant’Anna consta de 10 secções, sendo: a primeira, destinada a esteira, que transporta a canna ás moendas; a segunda às caldeiras; a terceira, ao cozimento da garapa; a quarta, ás turbinas e tanques; a quinta, ao ensacoamento; a sexta, á destillação; a sétima, á ferraria; a oitava, a officina do ferreiro, etc; a nona, á deposito de ferragem; a decima, á armazem da distillaria; etc. A esteira, para transporte da canna, tem 130 metros de comprimento; as moendas, que são em numero de treze, 24x42, movem, por hora, 4 tonelladas de canna, sendo o bagaço empregado como combustivel. A machina, que move os engenhos, possui a força de 25 cavallos. Os demais aparelhos existentes, são os seguintes – 1 sulfiltrador; 3 defecadores; 2 darificadores; 4 filtros; 1 triplice effeito; 1 vacuo; 3 turbinas; 1 machina para movimentar as turbinas; 1

<sup>83</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 195, p. 1, 30 ago. 1913.

quebrador e elevador, para massa; 1 pulverizador; 1 bomba de ar, para o vacuo; 4 burros para transporte de garapa e agua ao triplice effeito; 2 tanques grandes para xarope; 2 ditos, para receber a filtração dos defecadores; 2 ditos, para deposito de espumar; 2 ditos, para mel de 2.<sup>a</sup>; 6 canos para ponto de 1.<sup>a</sup>; sobre rodas; 7 ditos, para ponto de 2.<sup>a</sup>; 2 grandes caldeiras multitubular; 2 burros, sendo: 1 para alimentar a caldeira e outro, para transmitir agua a um grande tanque, destinado aos serviços da usina; 1 balão, para receber vapores servidos para o trabalho das turbinas; 1 bomba, para elevação do mel de furo das turbinas aos depósitos, 1 locomotiva com força para 10 mil kilos, 20 carros, para conducção de canna; uma balança, para 5.000 kilos, etc. QUARTA PARTE. *Secção da destillaria.* – A secção da distillaria consta de um alambique aperfeiçoado marca Savalle com capacidade 2.200 litros de aguardente, em 12 horas; 5 grandes cubas americanas, para fermentação; 2 bombas de polegadas de diâmetro, para elevação da garapa e aguas ao tanque da destillaria; 2 grandes depósitos, para aguardente, etc. QUINTA PARTE. *Conclusão.* – A producção do assucar tem regulado mais ou menos 4 mil saccos annuaes, mas a dos proximos annos promette ser muito maior em vista das grandes plantações de canna que foram feitas e que ainda se vão fazer. Os aparelhos da Usina são aperfeiçoados e foram adqueridos na casa Go. Thetchr. & C.<sup>a</sup>, de Deiby, England, e podem produzir durante a safra 10.000 a 20.000 saccos de assucar, de 60 kilos, trabalhando 24 horas. Assim pois se acha a Usina Sant’Anna aparelhada para competir não dizemos na quantidade no producto, mas na qualidade, ás congengeres, existentes no paiz.<sup>84</sup>

O relato apresentado direciona nossa análise para o entendimento de que a produção realizada pela usina estava organizada de forma racional, garantindo a qualidade do açúcar produzido e, assim, colocando-o em condição de competir com outros centros produtivos. Tal racionalidade também era necessária para que se mantivesse o ritmo de produção, uma vez que a organização dos processos fabris nesse cenário de mecanização buscavam produzir mais e em menos tempo. Tanto a produção de açúcar como a de aguardente, descritas acima, indicam que a usina estava caminhando para logo atender ao mercado interno do Piauí e em um futuro próximo poder alcançar a mercados fora das fronteiras estaduais.

Não é à toa, portanto, que Gil Martins tenha ganhado medalha de ouro em diferentes exposições realizadas dentro e fora do Piauí, assim como não é de admirar que as pessoas que visitavam o empreendimento se maravilhavam com este. A *Uzina Sant’Anna* representava o que de mais moderno havia na indústria piauiense, certamente estando à altura dos comentários elogiosos que recebeu, desde os de R. Fernandes e Silva como aqueles das autoridades que estavam presentes quando de sua inauguração.

A retomada das origens do maquinário da Inglaterra atende ao ideal de R. Fernandes e Silva de demonstrar como a usina era um símbolo da modernização que alcançara o Piauí e

---

<sup>84</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 195, p. 1, 30 ago. 1913.

que tinha efetivas condições de potencializar o desenvolvimento do estado. Em face desse cenário, o autor faz um apelo às autoridades do governo, expresso nas seguintes palavras:

Aproveitamos a oportunidade que neste momento se nos offerece, para fazermos um apello aliás justissimo, aos exms. srs. governadores do Estado e do Municipio, director da instrucção publica e inspector agricola, em favor de tão util estabelecimento, que vem, ha annos prestando relevantes serviços ao nosso commercio, e a centenas de operarios que até bem pouco tempo permaneciam na mais extrema miseria. Referimo-nos aqui, primeiramente, á isenção por um determinado espaço de tempo de impostos que lhe são cobrados, como meio de protecção, á exemplo do que fazem outros Estados da federação. Isto que vimos de lembrar, não é uma novidade, nem um absurdo, pois sabemos que todos os paizes manufactureiros, auxiliam, poderosamente, no inicio os trabalhos de suas fabricas, afim de que possam tomar grande desenvolvimento... Agora mesmo o nosso congresso estadual concedeu a uma fabrica de óleos vegetaes, que se pretende fundar nesta capital, a isenção *de todos os impostos estaduaes durante o período de 25 annos!* Louvamos mil vezes, louvamos o acto d'aquella casa de congresso, mas pedimos que não se esqueçam de distribuir estes privilegios ás já existentes e em operações entre nós. Negar-lhe um auxilio desta ordem, é cooperar para os eu estacionamento, em vista do meio em que se acham. Por maior bôa vontade que possuam os seus proprietarios, em prosseguir na luta, é debalde, por que, em vez de defeza e protecção veem, com surpresa, surgir, a cada passo, barreiras insuperaveis, querendo lhes impossibilitar a marcha no progredir.<sup>85</sup>

O apelo do autor é pelo incentivo público ao empreendimento de Gil Martins, isentando-o de impostos para que pudesse reforçar os investimentos ali feitos. Sabemos que o cenário político não era favorável a tal feito, uma vez que estamos tratando do mandato de Miguel de Paiva Rosa como governador, tendo Gil Martins e seus sócios, ao lado de outros homens da elite piauiense, trabalhado fervorosamente para que o mesmo não assumisse o governo, tentando colocar Coriolano de Carvalho e Silva a partir de um movimento com características de golpe que não teve sucesso. Por outro lado, o pedido de R. Fernandes e Silva aponta para uma característica comum daquele período, materializada pelo apoio do poder público para a criação, manutenção e ampliação de empreendimentos industriais. Embora não tenhamos encontrado nenhuma fonte que aponte diretamente para um eventual financiamento do estado em prol da *Uzina Sant'Anna* no recorte de tempo abarcado por este trabalho, não podemos perder de vista que, enquanto comerciante, Gil Martins mantinha relações clientelistas com o governo estadual, sendo um dos seus fornecedores, conforme

---

<sup>85</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhy. *Diario do Piauhy*, anno III, n. 195, p. 1, 30 ago. 1913.

discutimos anteriormente. Assim, assumindo que Gil Martins usou dos lucros do comércio para levantar o capital necessário para a implantação da usina, podemos afirmar que indiretamente os valores recebidos do poder público serviram a este propósito.

De fato, acreditamos que tamanha matéria elogiosa ao empreendimento de Gil Martins talvez só tenha sido possível no *Diário do Piauí*, jornal que servia de órgão oficial do estado, como forma de demonstrar certa imparcialidade ou mesmo que a situação política estava apaziguada. Por outro lado, não seria razoável crer que o pedido de R. Fernandes e Silva fosse atendido. Além da isenção de impostos, o autor ainda solicita que se dê:

[...] a criação, alli, junto a Uzina, de uma pequena escola, mixta para derramar a instrucção no cerebro entenebrecido pela ignorancia, de centenas de creancinhas, que permanecem quasi entregues ao vicio e a ociosidade, quando poderiam ser para o futuro bons cidadãos e bons operarios da civilisação. Indagando aos dignos proprietarios da Usina se o nosso intelligente e distincto collega agronomo Evandro Rocha, Inspector Agricola, já havia derramado naquelle vasto estabelecimento os seus proveitosos ensinamentos agronomicos, fomos surprehendidos, pelos mesmos, com uma resposta negativa que muito nos contristou. Mas estamos certo de que, se o nosso digno collega assim procedeu, foi obrigado pelos multiplos afazeres á seu cargo e pela falta de profissionaes para tão elevado mistir. Esperamos, porem, que logo que se normalisem os seus serviços, não deixará de alli comparecer para incutir no espirito de alguns obscuros agricultores que povoam aquella favorecida e prospera rigião, os salutaes e indispensaveis ensinamentos da sciencia agronomica, com o auxilio dos quaes poderão elles auferir lucros mais compensadores, diminuindo assim, os seus dissabores, causados pela rotina. Fazemos tão justos appellos, porque somos piauihyenses, porque amamos a nossa terra, e desejamos vel-a marchando na vanguarda dos demais estados progressistas de nosso paiz. E assim procedendo estamos certos de que o illustre governador que actualmemye dirige, com amor e sabedoria os altos destinos deste estado, digno de melhor sorte, saberá fazer a justiça que julgar merecida. Terminando, mais uma vez, hypothecamos nossos sinceros votos de agradecimentos aos dignos proprietarios da Usina Sant'Anna, e aqui ficamos, como verdaseiros soldados militantes, em prol da sciencia agronomica promptos para auxiliial-os em tudo quanto estiver ao nosso fraco alcance na disposição de que, jamais deszertaremos da lucta, uma vez começada. Cerrem-se embora as estradas de espinhos, marcharemos, marcharemos sempre altaneiros, deixando, em cada espinho, se preciso for, um pedaço do nosso ser. Fizemo-nos para a agricultura e por ella vivemos e morremos. Th – 18 – 6 – 913. R. Fernandes e Silva.<sup>86</sup>

Ao passo que R. Fernandes e Silva perde a instalação de uma escola, o mesmo questiona os proprietários da usina se o inspetor agrícola já havia comparecido, tendo sido

---

<sup>86</sup> FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauí. *Diario do Piauí*, anno III, n. 195, p. 1, 30 ago. 1913.

dada uma resposta negativa a respeito. Embora o autor suponha uma justificativa honrosa para a ausência daquele servidor público em dar o apoio necessário, entendemos que se trata de uma estratégia de R. Fernandes e Silva para expor o caso e chamar a atenção, da forma mais elegante possível, para a necessidade do poder público se fazer presente como incentivador do progresso piauiense, a despeito das diferenças políticas. Progresso este que foi novamente retomado nas falas finais deste homem, cujo deslumbramento com o empreendimento de Gil Martins permitiu a construção de um rico relato acerca do cenário da *Uzina Sant'Anna* na Primeira República.

A *Uzina Sant'Anna* permitiu que Gil Martins ampliasse suas relações de poder, passando a ser reconhecido cada vez mais como industrial, como homem que investia no desenvolvimento do estado, mesmo diante das dificuldades. Ao longo de quase quarenta anos de periódicos consultados durante esta pesquisa, nos encaminhamos para o término das discussões deste capítulo, apresentando uma das mais significativas expressões do material hemerográfico coletado, talvez a maior delas, pois trata-se de uma entrevista dada por Gil Martins ao periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro, onde se reproduz a sua fala acerca da indústria no Piauí. Apesar de relativamente longo, fizemos a opção de não dividir a entrevista em trechos menores dada a sua significação. Gil Martins, assim, se pronunciou nos seguintes termos:

É verdade que no Piauhy tudo está ainda insipiente e precisando dos favores do governo, mas, felizmente a questão do transporte, que é a principal, está sendo encarada pelo governo da União com muita energia, dando-nos a esperança de vermos fazer-se rapida a reabilitação pelos nossos sertões, cortados por estradas de ferro. Certo, não é esse o unico problema, pois que é necessário o capital, sem o qual não se poderá avançar em nenhum emprehendimento. O Piauhy precisa de estabelecimento de credito para o fomento do seu commercio e de sua industria, e até parece incrível que na capital do meu Estado não opere um só estabelecimento bancario. Não póde avaliar o meu caro jornalista as dificuldades com que luta o commercio piauhyense, pela falta de agencias de banco, mesmo na capital do Estado, como succede actualmente. Muito nos temos batido por essa palpitante necessidade, mas todo esforço tem sido em pura perda. Agora, porém, devo confessar, sinto-me animado por ver que os nossos representantes federaes se empenham, com vontade, para que estes beneficios se tornem em realidade no Piauhy, e a prova de sua acção, nesse sentido, está no que já têm obtido do actual governo. Acredito que uma agencia bancaria em Therezina daria lucros compensadores, como os mais animadores são os resultados da agencia do Banco do Brasil em Parnahyba, ha pouco tempo creada. Operando ella com muito limitado numerario, apresentou, no ultimo semestre do anno findo, um lucro de cerca de cem contos, segundo estou informado. Therezina dispõe de commercio e lavoura regulares, e, além disso, a agencia do banco que lá se estabelecesse, teria a vantagem de

trabalhar com as varias praças vizinhas, como Caxias, cidade industrial do Maranhão, distante apenas quatro horas de trem; Floriano, centro commercial que enfeixa todo o commercio do sul piauihyense; Amarante, União, Campo-maior, etc.<sup>87</sup>

Gil Martins reconhece que a indústria no estado é limitada, mas possui seu valor. De forma articulada, ele trata da questão do capital e do transporte como fatores determinantes para alavancar o processo produtivo das indústrias e da agricultura e, conseqüentemente, o desenvolvimento do estado. Sua abordagem demonstra a clareza de um homem de negócios experiente, que conhecia a fundo essas duas dimensões do contexto econômico do Piauí, reconhecendo de início a necessidade de buscar apoio junto ao poder público para que o comércio e a indústria do estado floresçam. Essa relação clientelista com o estado já foi por nós discutida em outros momentos, mas é importante enfatizar aqui que o próprio Gil Martins era um fornecedor, tendo o estado como seu devedor, de forma que parte de suas rendas advinham dos pagamentos oriundos dos cofres públicos.

A respeito do transporte Gil Martins aponta a construção da estrada de ferro, acreditando que logo ela cortaria os sertões do Piauí e possibilitaria o avanço do escoamento da produção agrícola e industrial com menores custos logísticos. No entanto, Ferreira<sup>88</sup> mostra que a ferrovia só chegaria a Teresina, onde se situavam seus empreendimentos, na década de 1950. Essa questão em particular permite perceber como a modernização desejada não era, em muitos casos, alcançada na brevidade esperada. Ao tratar dessa via de transporte e sua implantação no contexto da Primeira República em outras regiões do país, Mota e Lopez<sup>89</sup> indicam que ao passo que serviam como símbolos da modernização, possibilitavam a integração de diferentes regiões e a ampliação de redes comerciais, além do fluxo de pessoas e ideias que seriam possíveis, o que torna compreensível a demanda pelos investimentos nessa área.

Já quanto ao capital, Gil Martins argumenta a necessidade de implantação de uma agência bancária em Teresina, pois a abertura de crédito permitiria que tanto o comércio como a indústria se desenvolvessem. Para tanto, argumenta que Parnaíba, a cidade litorânea do estado que havia sido cotada para ser capital quando das discussões no século XIX a respeito

---

<sup>87</sup> A AGRICULTURA E AS INDUSTRIAS NO NORTE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, anno II, n. 349, p. 3, 1 jun. 1920.

<sup>88</sup> FERREIRA, 2010.

<sup>89</sup> MOTA; LOPEZ, 2016.

deste assunto<sup>90</sup>, possuía uma agência do Banco do Brasil recentemente instalada e que havia dado lucro significativo, o que certamente também ocorreria se na capital se desse o mesmo. Uma agência ali situada, segundo ele, se beneficiaria ainda do movimento das praças comerciais da cidade piauienses de Floriano, Amarante, União, Campo Maior, dentre outras, e cidades do Maranhão como Caxias. Acrescentamos, ainda, a cidade de Flores, atual Timon, separada de Teresina pelas águas do rio Parnaíba. Dessa forma, Gil Martins reforça a ideia de que Teresina tinha condições de agregar um fluxo interestadual, dada a sua localização geográfica, funcionando como um entreposto comercial, dentre outros motivos, por causa da navegação a vapor desenvolvida no rio Parnaíba que conectava o sul do Maranhão e Piauí ao norte e ao mercado internacional.

Os pedidos de Gil Martins se mostram coerentes com a realidade do estado, ao passo que demonstram que ele reconhecia a necessidade das forças políticas do Piauí se organizarem para possibilitar um maior investimento naquilo que ele considerava que traria o desenvolvimento, inclusive para seu próprio patrimônio. Assim, sua ida ao Rio de Janeiro, mais do que um momento de eventual lazer, nos parece ser encarada como uma oportunidade para congrega a bancada federal em prol de seus objetivos, reconhecendo nesta o poder de articulação com o governo federal para proporcionar maiores investimentos no Piauí.

Queiroz<sup>91</sup> indica que a instalação de agências bancárias no Piauí era um pleito da classe comerciante desde 1903, respaldado no “incremento do comércio exportador e na afluência/circulação de capitais no Estado”<sup>92</sup>. Assim, a autora identifica que em 1917 a cidade de Parnaíba foi agraciada com uma agência do Banco do Brasil e em 1927 foi fundado o Banco do Estado do Piauí, nos últimos anos da Primeira República.

A *Uzina Sant’Anna*, dessa maneira, aparece no cenário de Teresina como símbolo do processo de modernização, representando um verdadeiro impulso à industrialização do estado a partir de sua produção açucareira. Seu idealizador, Gil Martins, apresentou-se como sujeito modernizador na cidade não apenas pela criação deste empreendimento, mas por outras intervenções que seu lugar social o levava a realizar no conjunto da cidade, atuando ainda como homem da política e comerciante, emaranhando-se em redes de poder em diferentes instâncias e com as quais jogava buscando alcançar seus interesses.

---

<sup>90</sup> VILHENA, G. H. R. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

<sup>91</sup> QUEIROZ, 1994.

<sup>92</sup> QUEIROZ, 1994, p. 22.

Ao implantar a usina na zona rural de Teresina, Gil Martins acabou por direcionar o crescimento urbano da cidade para além dos limites até então alcançados. Ao mesmo tempo, a usina serviu para propagar os ideais de progresso e desenvolvimento que acompanhavam o processo de modernização das cidades brasileiras. O fato em si de seu maquinário ter sido importado da Inglaterra já denotava o interesse de construção do ideal de que Teresina também estava na lógica desenvolvimentista que ecoava pelo país durante a Primeira República. Indo além, podemos ainda afirmar que a usina serviu como instrumento de modificação da imagem de Gil Martins, deixando progressivamente de ser reconhecido como coronel e passando a ser visto como industrial. Esse movimento denota o papel central que a usina passou a exercer não só no seu patrimônio familiar, sendo considerado seu principal empreendimento, mas também no cenário da economia piauiense.

Nesse sentido, afirmamos que o progresso vem de longe quando vemos no maquinário importado da Inglaterra e mesmo nesta nação o modelo onde se buscava inspiração para investir no desenvolvimento industrial no Piauí, cientes de que o processo de modernização não se dá apenas pela materialidade artificial da tecnologia, mas pelo uso que os sujeitos fazem desse aparato. Cabe, portanto, questionarmos se Gil Martins se via como um sujeito vanguardista. Uma análise de conjunto do material citado e analisado ao longo deste trabalho nos permite afirmar que ele tinha essa visão sobre si próprio. A exemplo disso, queremos chamar a atenção para a frase de autoria dele, retirada da entrevista ao periódico *O Jornal*<sup>93</sup>, que usamos como epígrafe para este trabalho, pois ela remonta a sua crença de que em poucos anos o Piauí seria um dos estados mais prósperos do norte, crença esta que se materializava nos seus investimentos, mesmo quando a situação parecia não ser favorável sob alguns aspectos, como ressaltou em sua fala ao jornal citado.

Acreditamos que uma premissa básica para um sujeito de vanguarda é que ele seja também otimista, o que vemos transparecer nas palavras de Gil Martins, permitindo que possamos nos referir a ele como um sujeito moderno, no sentido que Berman<sup>94</sup> aponta como sendo um indivíduo que vive uma experiência e um ambiente que “promete aventura, poder, alegria, crescimento”<sup>95</sup>, mas também um sujeito modernizador, de forma que ele não apenas vivia esse sentimento, mas usou dos recursos que tinha à disposição para interferir nas mudanças pelas quais a cidade de Teresina passava.

---

<sup>93</sup> A AGRICULTURA E AS INDUSTRIAS NO NORTE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, anno II, n. 349, p. 3, 1 jun. 1920.

<sup>94</sup> BERMAN, 2007.

<sup>95</sup> BERMAN, 2007, p. 24.

Gil Martins, portanto, representa um exemplo de uso eficiente das estrutura de poder que tinha a seu favor para agir em prol do seu próprio crescimento patrimonial, ao passo que também contribuiu para o crescimento de Teresina e do Piauí, representando uma das múltiplas facetas do processo de industrialização brasileiro na Primeira República que, nem de longe, foi um movimento homogêneo, mas tão diverso como são as diferentes regiões do Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO**

*Essa é a característica da comunicação dos historiadores. Sempre trabalhamos sobre algo que não se pode afirmar inquestionavelmente, que não se pode resolver definitivamente.<sup>1</sup>*

Ao final da escrita dessa tese tinha em mente a proposta que havia feito inicialmente, ou seja, queria compreender a trajetória de Gil Martins como comerciante, político e industrial no Piauí da primeira República. Mais do que isto, eu buscava compreender o homem e suas relações locais, regionais e nacionais. Isso implica dizer que eu busquei alcançá-lo em seu contexto, como homem de sua própria época, sujeito à conjuntura em que vivia e como influenciador desta. Pensá-lo em sua relação comercial implicou tratar da navegação a vapor no rio Parnaíba e do intercâmbio comercial entre a capital e outras regiões do estado. Abordar suas relações no mundo da política resultou em problematizar o contexto coronelista da Primeira República. E, analisá-lo enquanto industrial, nos colocou o desafio de pensar o processo de modernização da cidade de Teresina.

Gil Martins foi um sujeito que viveu imerso em um universo tão plural cuja escrita de sua trajetória, inédita em muitos aspectos e em sua própria concepção em si, tem o potencial de alargar o conhecimento histórico acerca do Piauí e do Brasil, pois permite problematizar os modos pelos quais os coronéis da Primeira República atuaram em prol da ampliação de sua própria riqueza. Isso se deu pela ocupação de cargos políticos e de espaços de poder no cenário partidário, sem perder de vista as mudanças pelas quais a sociedade estava passando, buscando ao mesmo tempo manter suas bases conservadoras e conciliar-se ao processo de modernização almejado. Em resumo, penso que estas linhas põem em síntese a complexidade que este homem representa, ao mesmo tempo em que este era um sujeito normal, um coronel de seu próprio tempo. De fato, penso que é possível enxergar em Gil Martins os atributos do excepcional-normal proposto por Grendi<sup>2</sup>, como já enunciei na introdução deste trabalho.

Assim, para a construção da trajetória de Gil Martins e tendo em vista o propósito que eu havia determinado inicialmente, elenquei três categorias norteadoras para a pesquisa: comércio, política e industrialização. Apesar da insegurança inicial que senti ao fazer esta

---

<sup>1</sup> LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-20, 2014.

<sup>2</sup> GRENDI, E. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, v. 12, n. 35, p. 506-520, maio/ago. 1977.

escolha, o tempo e a escrita do trabalho mostraram que este foi um caminho acertado para atingir os objetivos propostos, bem como para responder às questões que levantei. Ao longo do processo de escrita senti a necessidade de repensar a distribuição dos capítulos até que cheguei a estrutura utilizada, em parte por dois motivos. Primeiro, escrever esta trajetória foi minha primeira grande experiência, no sentido da construção de uma trabalho de fôlego, no estudo acerca da Primeira República. Embora desde os meus primeiros passos na oficina historiográfica eu tenha flertado com esse recorte temporal, demorei anos para amadurecer uma proposta de pesquisa que me levasse a aprofundar os estudos nesse período. Isso fez com que eu tivesse muitas vezes de repensar a análise das fontes, levantar novas perguntas, à medida que fiz o necessário confronto com a historiografia e a teoria, para poder afirmar com segurança algumas das revisões que invariavelmente tive que apontar acerca de clássicos entendimentos sedimentados na produção acerca do Piauí. Em segundo lugar, a aproximação com a micro-história me fez repensar minha própria forma de narrar, impelindo-me a reestruturar seções até que o texto alcançasse o formato que trouxe até aqui. Os anos de construção deste trabalho foram, portanto, um grande período de amadurecimento e fortalecimento da construção de minha identidade como historiador e da autonomia intelectual que se espera conseguir ao término de um curso de doutorado.

Assim, iniciei este trabalho abordando o eixo comércio por acreditar que ele permitiria compreender como Gil Martins se projetou na elite piauiense enquanto homem de elite, sobretudo porque parti da ideia de que sua riqueza era um elemento determinante do seu enquadramento naquele grupo social. Essa escolha me permitiu recuar um pouco no recorte temporal para explicar o contexto da formação familiar de Gil Martins, oriundo do sul do estado do Piauí, de onde também vinha sua experiência com o açúcar desde os tempos da produção artesanal.

Embora não tenha sido de forma intencional, percebo hoje que o açúcar abre e fecha esta tese, discutido em suas formas de produção e contextos temporais diferentes, dada a importância que assumiu na trajetória deste sujeito e no cenário piauiense que invariavelmente alcancei por meio da escrita deste trabalho. Acredito que a economia do açúcar no Piauí ainda carece de um estudo mais aprofundado do que o empreendido aqui, em especial nos períodos históricos anteriores à instalação da república no Brasil, assim como também vislumbramos potencial para uma pesquisa que aborde o recorte temporal posterior à Primeira República.

O trabalho de explorar a base familiar de Gil Martins me conduziu a compreender como se dava a navegação fluvial do rio Parnaíba para fins comerciais, conectando o Piauí de

norte a sul. Pude explorar, assim, a atuação de Gil Martins na *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba* e as relações comerciais com o sul do Maranhão por meio da *Empresa Fluvial Piauiense*. No âmbito da capital, Gil Martins se destacou com um dos maiores comerciantes da cidade, talvez tenha sido mesmo o maior, conforme inferimos a partir do levantamento dos impostos sobre as casas comerciais de Teresina, onde ele aparecia como maior contribuinte. Destaco a variedade de ramos comerciais que foi possível identificar que Gil Martins atuava, bem como sua participação como membro de instituições de destaque no cenário comercial, como a *Associação Commercial do Piauí* e a *Junta Commercial do Piauí*, além das demais discutidas ao longo da tese, lugares que representavam o espaço de poder por ele agenciado a partir de sua figura de grande comerciante e coronel. Esse cenário me permitiu analisar os laços econômicos construídos, o que identificamos como a base das relações políticas desenhadas ao largo da Primeira República.

No tocante à política partidária, destaquei a emergência de Gil Martins na constituição do *Partido Republicano Legalista* em um primeiro momento, de forma que se pudesse compreender que a criação dessa agremiação foi fruto de um processo de rearranjo das forças políticas do estado no nascedouro do regime republicano. De fato, este partido nasceu em um contexto de ruptura política no estado, uma vez que os antigos laços políticos pareciam não responder ao que se esperava para aquele momento de implantação da república, tendo o Piauí passado até aquele momento por sucessivas trocas de governantes. Esse movimento acabou por dificultar o processo de organização da antiga província em estado, ganhando maior estabilidade a partir da ocupação do cargo de governador por Coriolano de Carvalho e Silva, que atuou sob forte oposição por parte do grupo de Gil Martins.

Nesse sentido, entendo que este trabalho traz uma contribuição no plano da história dos partidos piauienses ao abordar a criação do *Partido Republicano Legalista*, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os demais partidos que compunham a cena política do Piauí na Primeira República, caracterizando e analisando suas formas de organização, as estratégias para chegar ao poder e nele permanecer, dentre outros aspectos que tem o potencial de preencher lacunas que a historiografia ainda não abarca.

Considerando a condição de homem de elite de Gil Martins, percebi que sua força política e suas relações de poder também se manifestaram pelo que chamamos de sociabilidades republicanas. Assim, busquei alcançar sua participação em festas, jantares e reuniões em que se noticiou a presença da elite política do estado em momentos de lazer, mas

que remetiam claramente aos enlances políticos organizados por ocasião dos pleitos eleitorais. Nestes momentos, ficava evidente a preocupação em reforçar os apoios firmados, remetendo ao cenário de aparente conciliação que se buscava noticiar. Alguns desses momentos aconteciam na residência de Gil Martins, ainda que ele não aparecesse como o anfitrião da ocasião. Em outros, ele abria as portas da sua casa para o culto republicano, como o fez na ocasião em que apresentou a obra do artista Miguel Archangelo de Deus e Silva para visitaçao, a qual retratava as armas da república. A meu ver, isso denota o potencial agregador que ele tinha na capital, reunindo no espaço privado do seu lar os nomes mais importantes da política local.

Apesar disso, a cena política partidária em que Gil Martins se inseriu foi muito marcada por conflitos, ao longo de toda a Primeira República, o que remete ao porquê de ter me referido às conciliações como aparentes. Uma análise de conjunto das fontes pesquisadas permite que eu afirme que Gil Martins se manteve como situação sempre que as forças políticas chegavam a um consenso sobre os nomes que concorreriam nas eleições. Por outro lado, sempre que havia discordância, Gil Martins e os homens de elite que a ele eram próximos se alinhavam como oposição e levantavam, sobretudo na imprensa, o discurso de que desejavam romper com o domínio das oligarquias no Piauí. Essa característica remete à fragilidade das alianças firmadas, estando frequentemente ameaçadas pelas ambições políticas de outras facções oligárquicas. A meu ver, portanto, não se tratava de acabar com as oligarquias, mas substituir uma por outra.

Esse projeto expresso por Gil Martins e seus correligionários, inclusive os membros do segmento clerical católico, foi marcado por uma sequência de insucessos. O maior deles talvez tenha sido a tentativa de golpe durante o governo de Antonino Freire da Silva, onde o grupo oposicionista da qual fazia parte, arregimentou esforços para instalar um cenário de rebelião em Teresina e impedir que o candidato eleito, Miguel de Paiva Rosa, assumisse o mandato como governador. Eleições marcadas por fraudes, votos a bico de pena, violência, esse era o cenário da Primeira República no Piauí que, com as devidas particularidades, não foge ao padrão do que ocorria em outras regiões do Brasil. Assim, se de um lado Gil Martins e seu grupo político acusavam a situação de usar de meios fraudulentos, o mesmo possivelmente se aplicava para a oposição.

Percebo ainda que pensar a trajetória desse personagem no plano político-partidário me permitiu chegar à conclusão de que sua força eram muito maior na capital, do que no interior. Embora neste estivessem as suas origens, remontando ao Vale do Solidão na antiga Jerumenha-PI, os pleitos eleitorais para cargos estaduais, como o de governador, em que

demandava votos no interior para alcançar seus objetivos como oposição, não alcançaram sucesso. Em Teresina, no entanto, Gil Martins foi eleito em mais de uma legislatura para ocupar assento no Conselho Municipal, apontando para uma maior potencialidade de arregimentar votos na cidade onde ele era coronel, comerciante, político e industrial. Vejo, portanto, que como um coronel da Primeira República, Gil Martins operou no plano político por meio de bases conservadoras que remetem às estratégias operadas desde os tempos do império, indicando uma permanência histórica já percebida pela historiografia brasileira em outras regiões do país.

Não seria justo, no entanto, dizer que Gil Martins se limitou a atuar no plano conservador. Os anos abarcados pela Primeira República são também anos em que se buscou a modernização da cidade de Teresina, de forma que encontro Gil Martins como um homem que operou como um sujeito de vanguarda no que diz respeito aos investimentos da industrialização no Piauí. Como discuti ao longo do trabalho, entendo que o capital econômico que emerge de seu papel como comerciante e o capital político que se sobressai de sua atuação como coronel, possibilitaram as condições efetivas para que Gil Martins fizesse suas investidas na diversificação dos seus negócios.

A meu ver, ele apresentava uma visão estratégica, sabendo aproveitar das relações que construía e dos espaços que ocupava para reunir as condições necessárias para inovar no cenário piauiense, se colocando como partícipe do nascimento da industrialização no estado. Ganhou relevância neste trabalho, a partir desse ponto de vista, a participação de Gil Martins na criação e efetivo funcionamento da *Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense*, uma fábrica que pelas suas dimensões, interferiu no processo de organização do espaço urbano de Teresina. Por esse motivo, abordei no terceiro capítulo deste trabalho como se deu a criação dessa empresa e como a cidade ganhou melhoramentos urbanísticos a fim de atender ao ideal de cidade moderna que se queria. Nesta companhia, já encontro os elementos que dão fundamento à ideia de que esse progresso foi importado. Com seu maquinário trazido da Inglaterra, a companhia fazia reluzir em Teresina um símbolo de progresso oriundo do país que era reconhecido pelo pioneirismo industrial. Dessa forma, não dispondo de empresas no Brasil para aquisição dos bens necessários, foi na Inglaterra que se buscou o modelo de fábrica a ser implantado.

De um lado, encontro a modernização que abarca os espaços, as construções dos prédios públicos, das praças, das igrejas, a pavimentação das ruas, a chegada da luz elétrica, do serviço de abastecimento de água e das fábricas (de tecido, sabão, cigarro, açúcar), enquanto de outro, encontrei a modernidade que alcançava as pessoas no sentido de se

sentirem modernas por verem chegar em Teresina os elementos que pareciam indicar que o atraso estava sendo deixado para trás, como era propagado na imprensa. As praças são ressignificadas como espaço de lazer dessa elite, assim como os cafés, o teatro e o cinema. Posso afirmar, seguramente, que apesar dos ares provincianos, Teresina se pretendia moderna, ainda que essa modernidade não fosse recebida sem críticas pelos segmentos mais conservadores.

Nesse cenário, Gil Martins viu o potencial de investir, pela primeira vez na história do Piauí, na industrialização do açúcar. Ao lado de seu irmão e sogro, Antonio João Gomes Ferreira, e do cunhado, Adão Medeiros Soares, que depois viriam a deixar a sociedade que mantinham, ele envidou os esforços para a criação da *Uzina Sant'Anna*. Essa empresa, inaugurada em 1906, manteve as portas abertas por quase um século, extrapolando em muito o recorte temporal abarcado por esta pesquisa. No momento de sua inauguração, o Piauí vivia uma crescente integração com o mercado internacional a partir da comercialização da maniçoba, sendo muito provável que Gil Martins tenha aproveitado dos lucros deste negócio, além daqueles oriundos dos outros ramos em que atuava, para concentrar esforços em torno do projeto da usina de açúcar. Sabe-se que a *Gil Martins & C.<sup>a</sup>* era uma das poucas casas comerciais que atuavam na venda da maniçoba, indicando que Gil Martins tanto retirava lucros do seu próprio plantio de maniçoba, como lucrava na condição de intermediador entre os produtores e o mercado consumidor externo ao Piauí.

Ao longo da pesquisa, identifiquei vários prêmios que a *Uzina Sant'Anna* alcançou, dentro e fora do estado, sempre fazendo menção da qualidade do açúcar produzido em suas instalações. Embora eu suspeite da parcialidade das fontes, sobretudo quando se tratam de exposições estaduais, reconheço que a qualidade de seu produto pode ser um forte indício que explique o porquê deste empreendimento ter sobrevivido durante tanto tempo. Como símbolo de modernização, a usina teve seu maquinário abençoado pelo Bispo do Piauí, foi elogiada pelas suas dimensões por diferentes segmentos da elite do estado, vendo-se nela a materialidade de um progresso que se acreditava chegar.

Neste empreendimento também vejo as marcas da importação do progresso. Com seu maquinário vindo da Inglaterra, Gil Martins reforçava a imagem de que tinha empreendido grandes esforços para sua implantação, tendo ele mesmo ido ao Rio de Janeiro para inspecionar o recebimento dos equipamentos vindos do exterior. Rejeitando uma proposta comercial de uma empresa dos Estados Unidos da América, Gil Martins repete o feito da fábrica de tecidos, e busca no país símbolo da industrialização o equipamento mais moderno para elevar o açúcar piauiense aos patamares industriais. Importa-se o progresso, não apenas

no sentido tecnológico, mas também remetendo às significações que aquele feito representava para uma região afastada dos grandes centros como é o caso do Piauí.

Instalada longe da zona urbana de Teresina na Primeira República, a usina impulsionou o avanço da ocupação da cidade no sentido sudeste de seu território, extrapolando os limites naturais impostos à malha urbana pelo rio Poti naquele anos. Diferentes das demais fábricas instaladas na cidade, a usina deu condições para que seus trabalhadores morassem em suas terras, o que era necessário devido à sua localização, fazendo surgir ao seu redor um povoação que décadas depois se tornaria um bairro zoneado nos limites urbanos da cidade. Remetendo-me novamente ao período de tempo analisado nesse trabalho, posso afirmar que a usina representava ainda um outro modelo de modernização pela industrialização que Teresina não conhecia, uma indústria que vem do campo, que se instala na zona rural e de lá gera progresso para a cidade. Dessa maneira, demonstramos que este processo era plural e poderia assumir diferentes formas a partir do ímpeto empreendedor daqueles que detinham o capital necessário para impulsioná-lo.

Nesse sentido, vejo Gil Martins como um sujeito modernizador, pois a sua contribuição para a industrialização do estado, que inicia com a *Companhia de Fiação de Tecidos Piauihyense*, e que ganha maior fôlego com a *Uzina Sant'Anna*, representava uma ação consciente em busca de um negócio de sucesso para ampliar seu próprio patrimônio e de sua família, ao passo em que ele também via nesses empreendimentos um caminho que levaria desenvolvimento e progresso para o Piauí. Vejo, portanto, a Primeira República como um momento de transição na imagem pública de Gil Martins, que vai passando de coronel a industrial, mas uma mudança que se consolidará nos anos posteriores a este período de tempo. As pesquisas indicam que a *Uzina Sant'Anna* ampliou sua capacidade produtiva nos governos varguistas, passando a produzir álcool-motor, possivelmente indicando uma maior consolidação dessa indústria. Faz-se necessário, destarte, estudos mais aprofundados sobre esse período não abarcado por este trabalho, em virtude dos objetivos delineados.

Chego ao fim dessa narrativa com o sentimento de que a trajetória de Gil Martins que construí respondeu aos questionamentos que levantei e que nortearam esta pesquisa. Por meio da trajetória desse sujeito, pude analisar o contexto em que ele estava inserindo a fim de mostrar que o processo de modernização que era difundido no Brasil não se tratava de um fenômeno centrado nas grandes cidades, mas alcançava as diferentes regiões da nação em sua singularidade. Gil Martins me possibilitou alcançar esse processo no Piauí, entendido em sua especificidade, longe das análises simplistas do atraso, apontando para as potencialidades de um estado e de uma cidade que se queriam modernos e que, para além do extrativismo,

encontraram no comércio impulsionado pela navegação fluvial e na industrialização, outros caminhos possíveis para a chegada do progresso. Gil Martins representa, assim, uma das múltiplas faces do comércio, da política e da indústria na Primeira República Brasileira.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

AGULHON, M. *El círculo burgués*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

ALBUQUERQUE, S. F. *Entre poses e imagens: a moda da elite feminina em Teresina na primeira metade do século XX*. 2016. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

BASTOS, C. A. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 57-98.

BOEHRER, G. C. A. *Da monarquia à República: história do Partido Republicano no Brasil: 1870-1889*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BLOCH, M. L. B. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, T. M. P. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: UFPI, 1999.

BRANDÃO, T. M. P. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 401-418.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Recife: Bagaço, 2005.

CASTRO, A. B. de. *Ensaio sobre a economia brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

CHARLOT, J. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CHAVES, M. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTO, R.; CODATO, A. (org.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 15-32.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, E. V. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

COSTA FILHO, A. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COUTROT, A. Religião e política. In: : RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 331-364.

CPDOC. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 03 ago. 2019.

DEL PRIORE, M. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 9, p. 7-16, jul./dez. 2009.

ENTREVISTA con Giovanni Levi. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*. v. 19, n. 17, p. 483-499, 1999.

FALCON, F. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-90.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERTIG, A. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio do Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FERREIRA, J. A. I. *Trilhando novos caminhos: a cidade de Piripiri e as mudanças proporcionadas pela chegada da ferrovia – 1930-1950*. 2010. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

FONTINELES FILHO, P. P. *Desafiando o olhar de Medusa: a modernização e os discursos modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

GANDARA, G. S. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. *História*, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

GANDARA, G. S. *Rio Parnaíba... Cidades-beiras: (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

GERODETTI, J. M.; CORNEJO, C. *Greetings from Brazil: Brazilian state capitals in postcards and souvenir albums*. São Paulo: Solaris Cultural, 2004.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIZNBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, A. C. O 15 de novembro. In: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (Coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

GONÇALVES, W. C. *Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado*. Teresina: Halley S. A., 2003.

GRAHAM, R. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRENDI, E. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, v. 12, n. 35, p. 506-520, maio/ago. 1977.

HOBBSBAWN, E. J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KARSBURG, A. O. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 32-52.

KOSSOY, B. *Fotografia & História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEPERA, L. C. Entre la autoridad eclesiástica y el liderazgo local: los curas párrocos de la diócesis de Tucumán durante el primer peronismo. *Quinto Sol*, v. 19, n. 3, p. 1-21, 2015.

LEVI, G. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-29.

LEVI, G. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, M. I.; KARSBURG, A.; WEBER, B.; FARINATTI, L. A. (Org.). *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-261.

LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, v. 20, p. 1-20, 2014.

LEVI, G. Usos da biografia. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

LIMA, H. A. C.; FONTINELES FILHO, P. P. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010.

LIMA, M. R. S. *Aos encantos do lar: amor e companheirismo entre Amélia Beviláqua e Clóvis Beviláqua*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 29-60.

LIMA, S. O. *Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)*. Teresina: EDUFPI, 2016.

LOPES, W. G. R. et. al. A Paisagem Urbana e o Sistema de Espaços Livres da Cidade de Teresina, Piauí. *Anais*. VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL, 2011, São Paulo, 2011. v. 1. p. 1-15.

LORIGA, S. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, C. B. *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-222.

MEDEIROS, J. B. *Brisas do progresso: faces e contornos da Primeira República Unionense*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MELLO, M. T. C. A modernidade republicana. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

MOREIRA, N. B. *Landri Sales – Piauí: 200 anos de história 1810/2010*. Belo Horizonte: FUMARC, 2010.

MOTA, C. G.; LOPEZ, A. *História do Brasil: uma interpretação*. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

NAPOLITANO, M. *História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, F. A. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

NEEDELL, J. D. Definir la élite. In: NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedad y cultura de élite em Río de Janeiro a fines del siglo XIX y principios del XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. p. 367-374.

NUNES, M. C. S. A. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. v. 1.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, Teresina, n. 53, v. 27, p. 11-23, 2007.

PIAUI. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

PINHEIRO, A. P. *As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PINHEIRO FILHO, C. *História da Imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Zodiaco, 1997.

QUEIROZ, T. J. M. *As diversões civilizadas em Teresina: 1888-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, T. J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a.

QUEIROZ, T. J. M. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006b.

QUEIROZ, T. J. M. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

RAMOS, E. H. C. L. *O teatro da sociabilidade: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo. 1850/1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RÉMOND, R. As eleições. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 37-56.

RÉMOND, R. Do político. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-450.

REVEL, J. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, ago./set. 2010.

REZENDE, A. P. de M. *(Des) Encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

SANTANA, R. N. M. de (Org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectiva*. Teresina: Halley, 1995.

SANTOS, P. S. Pela Santa República: política e religião na Primeira República no Estado do Piauí (1891-1924). Simpósio Nacional de História, 29, *Anais*, Universidade de Brasília, 2017.

SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. *História*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 124-144, jan./jul. 2014.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVEIRA, T. C. *Desvelando os caminhos do Santana: história e memória de um processo de urbanização em Teresina-PI*. 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

SOUSA NETO, M. Nos bastidores do poder: política e relações familiares no Piauí do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, ano VII, n. 13, p. 1-15, 2016.

SOUZA, A. B. de.; LOPES, F. H. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. *História da historiografia*, n. 9, p. 26-37, ago. 2012.

STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TEIXEIRA, M. L. G.; CORREIA, T. B. Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920). *Labor & Engenho*, v. 12, n. 3, p. 359-377, jul./set. 2018.

VARGAS, J. M. “Um negócio entre famílias”: a elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, F. M. (Org.). *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011. p. 28-55.

VENDRAME, M. I. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

VILHENA, G. H. R. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

VILHENA, M. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Edição do Autor, 2006.

VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2. ed. Fino Traço, 2011.

WILLIAMS, R. *The country and the city*. New York: Oxford University Press, 1973.

## Fontes

A AGRICULTURA E AS INDUSTRIAS NO NORTE. *O Jornal*, Rio de Janeiro, anno II, n. 349, p. 3, 1 jun. 1920.

Á BORDO DO PAQUETE BEBERIBE. *Jornal Pequeno*, Recife, anno VII, n. 292, p. 1, 28 dez. 1905.

A COLLIGAÇÃO PIAUHYENSE AO CORPO ELEITORA. *O Apostolo*, Teresina, anno V, n. 254, p. 1, 7 abr. 1912.

A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE THEREZINA E A CHAPA DO SITUACIONISMO. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10638, p. 7, 24 out. 1928.

A POLITICA DO PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno VI, n. 1731, p. 1, 8 abr. 1912.

A POLITICA DO PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno VI, n. 1732, p. 2, 10 abr. 1912.

A POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno V, n. 366, p. 2, 10 dez. 1908.

A POLITICA. *A Noite*, Rio de Janeiro, anno II, n. 298, p. 2, 28 jun. 1912.

A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno IX, n. 1505, p. 3, 15 fev. 1912.

A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1329, p. 2, 12 ago. 1911.

A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1411, p. 2, 2 nov. 1911.

A VIDA POLITICA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 1423, p. 4, 14 nov. 1911.

ABREU, I. G. de; LIMA, I. M. de M. F. Igreja do Amparo: o marco zero de Teresina. *Cadernos de Teresina*, ano XII, n. 32, p. 20-25, out. 2000.

ACOMPANHADO. *Jornal Pequeno*, Recife, anno IX, n. 177, p. 1, 7 ago. 1907.

ACTA da 6ª sessão da assemblea geral da Companhia Fabrica de Chumbo em 16 de fevereiro de 1899. *Diario do Maranhão*, ano XXX, n. 7645, p. 2, 24 fev. 1899.

ACTA da reunião dos accionistas da Companhia de Fiação e Tecidos Piauhyense. *A Imprensa*, Teresina, ano XXIV, n. 1059, p. 4, 9 fev. 1889.

ACTA da sessão ordinaria da assembléa geral de accionistas da companhia de fiação e tecidos piauhyense. *Diario do Piauhy*, Teresina, anno I, n. 13, p. 3, 1911.

ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba. *A Imprensa*, Teresina, ano XXIII, n. 1018, p. 4, 28 abr. 1888.

ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba. *A Imprensa*, Teresina, ano XXII, n. 964A, p. 1, 16 abr. 1887.

ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba, em 21 de março de 1886. *A Imprensa*, Teresina, ano XXI, n. 912, p. 4, 10 abr. 1886.

ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba, em 15 de março de 1885. *A Imprensa*, ano XX, n. 861, p. 6, 28 mar. 1885.

ACTA da sessão ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba, em 2 de março de 1884. *A Imprensa*, ano XIX, n. 814b, p. 4, 22 mar. 1884.

ACTA. *A Democracia*, Teresina, anno I, n. 1, p. 2, 03. abr. 1890.

ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 10, p. 5, 10 jan. 1908.

ADHESÕES POLITICAS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVIII, n. 8, p. 6, 8 jan. 1908.

ADMINISTRAÇÃO. *O Piauí*, Teresina, anno VI, n. 264, p. 2, 26 jun. 1896.

ALAGOA NOVA (PB). *Certidão de casamento de Edgard Martins e Marly Mattos de Sá, em 17 de julho de 1931*. Registro em: 13 jul. 1931. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-62F9-MY6?i=131&cc=2015754>. Acesso em: 12 jul. 2019.

ANNIVERSARIOS. *A Imprensa*, anno I, n. 43, p. 3, 26 nov. 1925.

ANNIVERSARIOS. Coronel Gil Martins. *A Imprensa*, anno III, n. 387, p. 3, 10 maio. 1928.

ANNUNCIOS. *A Imprensa*, ano XXII, n. 959, p. 4, 5. mar. 1887.

ANNUNCIOS. *O Commercio*, Teresina, ano II, n. 77, p. 3, 8 dez. 1907.

ARMAS da Republica. *Jornal de Recife*, Recife, anno XLIII, n. 287, p. 2, 18 dez. 1900.

ARVORE genealógica da família Martins Gomes Ferreira. Disponível em:  
[https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833\\_](https://www.geni.com/family-tree/index/6000000069997360894#6000000069997451833_)  
Acesso em: 12 jul. 2019.

ARVORE genealógica da família Martins Gomes Ferreira. Disponível em:  
[https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile\\_](https://www.myheritage.com.br/search-records?action=person&siteId=122595082&indId=1001009&origin=profile_) Acesso em: 12 jul. 2019.

AS ASSOCIAÇÕES. *Pacotilha*, São Luis, ano XLIV, n. 23, p. 4, 28 jan. 1925.

AS CANDIDATURAS LIBERAES NO PIAUHY. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, anno II, n. 240, p. 3, 1 ago. 1913.

AS ELEIÇÕES MUMICIPAES DE THEREZINA. *Diario de S. Luiz*, São Luis, anno I, n. 17, p. 2, 5 nov. 1920.

ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL PIAUHYENSE. *Folha do Povo*, São Luis, anno IV, n. 28, p. 2, 3 fev., 1927.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE MEDICINA. *Gazeta*, ano XXXIII, n. 1450, p. 1, 16 dez. 1943.

AVULSOS. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno V, n. 241, p. 2, 7 ago. 1908.

AVULSOS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno VIII, n. 2580, p. 3, 7 ago. 1908.

AVULSOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIX, n. 20, p. 6, 20 jan. 1909.

AVULSOS. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIX, n. 255, p. 15, 12 set. 1909.

AVULSOS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXIV, n. 8710, p. 4, 8 ago. 1908.

AVULSOS. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9853, p. 5, 28 set. 1911.

BANQUETE ao governador do Piauí. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 13, 9 jan. 1909.

BANQUETE ao governador do Piauí. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 13, 9 jan. 1909.

BRASIL. *Biografia de Affonso Augusto Moreira Penna*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/affonso-penna>. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. *Biografia de Getúlio Dornelles Vargas*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia>. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. *Biografia de Nilo Procópio Peçanha*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/nilo-pecanha/biografia>. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. *Biografia do Marechal Deodoro da Fonseca*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/deodoro-fonseca>. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. *Biografia do Marechal Floriano Vieira Peixoto*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/floriano-peixoto>. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. *Biografia do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/hermes-fonseca/biografia>. Acesso em: 02 ago. 2019.

BRASIL. Decreto Imperial n.º 1.598, de 1 de maio de 1855. Dá regulamento para os Tribunaes do Commercio. *Collecção das Leis do Império do Brasil*, tomo XVIII, parte II, seção 32, p. 349, 1856.

BRASIL. Decreto Imperial n.º 6.384, de 30 de novembro de 1876. Organiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e regula o exercício das respectivas funções. *Collecção das Leis do Império do Brasil*, tomo XXXIX, parte II, v. I, p. 1159, 1876.

BRASIL. *Decreto n.º 596, de 19 de julho de 1890*. Reorganiza as Juntas e Inspectorias Commerciaes e dá-lhes novo regulamento. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-596-19-julho-1890-505086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CLUB MONTEVERDE. *O Monitor*, Teresina, anno III, n. 109, p. 2, 1908.

CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Diario do Piauhhy*, Teresina, anno II, n. 26, p. 2, 3 fev. 1912.

CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Diario do Piauhhy*, Teresina, anno II, n. 24, p. 2-3, 1 fev. 1912.

CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Diario do Piauhhy*, Teresina, anno I, n. 108, p. 2, 9 jul. 1911.

CONSPIRAÇÃO. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n. 43, p. 2, 12 fev. 1912.

CORONEL ADÃO SOARES. *O Aviso*, anno XI, n. 138, . 3, 30 set. 1922.

CORONEL GIL MARTINS. *O Apostolo*, anno V, n. 259, p. 3, 1912.

COUSAS DA POLITICA. *Gutenberg*, Maceió, anno XXVIII, n. 13, p. 2, 21 jan. 1908.

CSCJ. *Colégio Sagrado Coração de Jesus*: Histórico. Disponível em: <http://www.cscj-pi.com.br/cscj/historico.php>. Acesso em: 05 jan. 2019.

DE THEREZINA. *A Provincia*, Recife, anno XXXVI, n. 189, p. 4, 13 jul. 1913.

DO PIAUHY. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n. 157, p. 4, 6 jun. 1911.

EDITAES. *Diario do Piauhhy*, Teresina, anno I, n. 11, p. 3, 8 mar. 1911.

EDITAES. *Diario do Piauhhy*, Teresina, anno I, n. 15, p. 3, 13 mar. 1911.

EDITAES. *Diario do Piauhhy*, Teresina, anno II, n. 19, p. 3, 24 jan. 1912.

ELEIÇÕES DO PIAUHY. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XI, n. 3918, p. 1, 10 abr. 1912.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 87, 1931.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 86, 1930.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 82, 1926.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 81, 1925.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 80, 1924.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 78-79, 1922.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 77-78, 1921.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 76, 1919.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 74, 1918.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 73, 1917.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 72, 1916.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 71, 1915.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 70, 1914.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 69, 1913.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 68, 1911.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 67, 1910.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 66, 1909.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 65, 1908.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 64, 1907.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 63, 1906.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 62, 1905.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 61, 1904.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 60, 1903.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 59, 1902.

ESTADO DO PIAUHY. *Almanak Laemmert*: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, n. 66, p. 2369, 1909.

EXM. Sr. Dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, M. D. Governador do Estado do Maranhão. *Diário do Maranhão*, anno XLII, n. 11281, p. 2, 31 jan. 1911.

FABRICA ESTRELLA. *Gazeta*, Teresina, anno IV, n. 131, p. 3, 29 jan. 1908.

FALLECIMENTO. Outro. *A Imprensa*, Teresina, anno XXI, n. 926, p. 4, 16 jul. 1886.

FELIX PACHECO. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno IV, n. 936, p. 1-2, 11 set. 1909.

FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhý. *Diario do Piauhý*, anno III, n. 195, p. 1, 30 ago. 1913.

FERNANDES E SILVA, R. A industria assucareira no Estado do Piauhý. *Diario do Piauhý*, anno III, n. 181, p. 2, 12 ago. 1913.

FESTA de Nossa Senhora das Dores. *O Apostolo*, Teresina, ano III, n. 115, p. 2, 22 ago. 1909.

FLORIANO (PI). *Certidão de óbito de Lourival Martins Ferreira, em 13 de janeiro de 1997*. Registro em: 6. fev. 1997. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-1DHT?i=496&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FLORIANO (PI). Comarca de Floriano. *Inventário de Joaquim Martins Gomes, falecido em 7 de dezembro de 1902*. Registro em: 14 ago. 1903.

FOLGUEIRA, M. R. *Album Artistico Commercial do Estado do Piauhý*. Teresina: [s. n.], 1910.

GAZETILHA. *O Piauhý*, Teresina, anno XVIII, n. 984, p. 6, 28 nov. 1908.

GAZETINHA. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno II, n. 407, p. 1, 16 dez. 1907.

GEORGE FLETCHER CO. *Carta enviada a Gil Martins & Cia*. Derby, Inglaterra, 19 mar. 1906.

GEORGE FLETCHER CO. *Planta da Uzina Sant'Anna enviada a Gil Martins & Cia*. Derby, Inglaterra, 19 mar. 1906.

GOVERNO DO ESTADO. *Diario do Piauhý*, Teresina, anno I, n. 116, p. 2, 22 jul. 1911.

GOVERNO DO ESTADO. *Diario do Piauíhy*, Teresina, anno I, n. 48, p. 2, 25 abr. 1911.

GOVERNO DO ESTADO. *Diario do Piauíhy*, Teresina, anno III, n. 204, p. 2, 10 set. 1913.

GOVERNO DO ESTADO. *Jornal Pequeno*, Recife, anno XIV, n. 41, p. 3, 21 fev. 1912.

HIDROVIÁVEIS. *Hidrovia do Rio Parnaíba*. Disponível em:  
<http://hidroviaveis.com.br/hidrovia/hidrovia-do-parnaiba/>. Acesso em: 03 jun. 2018.

IBGE. *Mapa de Landri Sales*. 2016. Disponível em:  
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=220560&search=||infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso em: 26 out. 2016.

ILLUSTRE AMIGO E SR. *O Apostolo*, Teresina, anno V, n. 241, p. 3, 7 jan. 1912.

IMPOSTO PREDIAL. *Diario do Piauíhy*, Teresina, anno I, n. 10, p. 2, 7 mar. 1911.

INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 129, p. 8, 9 maio 1911.

INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 285, p. 8, 12 out. 1911.

INTERIOR. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXI, n. 289, p. 3, 16 out. 1911.

INTERIOR. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXV, n. 9108, p. 2, 11 set. 1909.

JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Francelina Carolina da Fonseca, falecida em 14b de maio 1902*. Registro em: 18 ago. 1902.

JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de Jesuíno Martins Gomes Ferreira, falecido em 30 de dezembro de 1890*. Registro em: 7 jun. 1894.

JERUMENHA (PI). Comarca de Jerumenha. *Inventário de José Martins Ferreira, falecido em 13 de dezembro de 1931*. Registro em: 12 jan. 1932.

JUNTA COMMERCIAL DE RECIFE. *Diário de Pernambuco*, Recife, anno LXX, n. 249, p. 3, 31 out. 1894.

JUNTA COMMERCIAL DO RECIFE. *Jornal de Recife*, Recife, anno XL, n. 42, p. 3, 21 fev. 1897.

JUNTA COMMERCIAL DO RECIFE. *Jornal de Recife*, Recife, anno XXXIX, n. 48, p. 4, 28 fev. 1896.

JUNTA COMMERCIAL DO RECIFE. *Jornal de Recife*, Recife, anno XXXVII, n. 227, p. 3, 5 out. 1894.

JUNTA COMMERCIAL. *O Piauí*, Teresina, anno V, n. 221, p. 3, 22 ago. 1895.

LANÇAMENTO DE IMPOSTO. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 36, p. 2, 16 fev. 1912.

LANÇAMENTO DE IMPOSTO. *Diário do Piauí*, Teresina, anno III, n. 32, p. 2, 8 fev. 1913.

LANÇAMENTO DE IMPOSTO. *Diário do Piauí*, Teresina, anno III, n. 31, p. 2, 7 fev. 1913.

LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *Diário do Piauí*, Teresina, anno I, n. 7, p. 2, 3 mar. 1911.

LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 110, p. 3, 29 maio 1912.

LANÇAMENTO DO IMPOSTO. *O Piauí*, Teresina, anno VI, n. 250, p. 1, 14 mar. 1896.

LINHAS de navegação – 1910 a 1912. *Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnahyba*. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/web/index.php/historia/88-historia-da-marinha-mercante-brazileira/262-linhas-de-navegacao-1910-a-1912>. Acesso em: 9 jun. 2018.

LISTA DOS SUBSCRIPTORES. *Diário do Piauí*, Teresina, anno II, n. 121, p. 3, 11 jun. 1912.

MARANHÃO. *Lei n.º 649, de 31 de março de 1913*. Cria a Junta Comercial do Maranhão. Disponível em: <http://www.jucema.ma.gov.br/pagina/?/114/Hist%C3%B3rico>. Acesso em: 06 jan. 2019.

MARQUES, P. *Hidrovia do Rio Parnaíba*. Disponível em: <http://www.proparnaiba.com/redacao/2012/03/18/hidrovia-do-rio-parna-ba-ser-licitada-o-final-deste-m-s.html>. Acesso em: 05 jan. 2019.

NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 16496, p. 1, 11 jul. 1909.

NOTAS. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 17441, p. 1, 16 fev. 1912.

NOTICAS avulsas. Junta Commercial. *Jornal do Brazil*, Rio de Janeiro, anno VI, n. 79, p. 2, 19 mar. 1896.

NOTICIARIO. *Diario do Maranhão*, ano XXIII, n. 5525, p. 2, 5 fev. 1892.

NOTICIARIO. *Diario do Maranhão*, São Luis, ano XXVII, n. 6935, p. 2, 12 out. 1896.

NOTICIARIO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XIV, n. 351, p. 1, 16 dez. 1904.

NOTICIAS. *Diario do Maranhão*, São Luís, ano XXXIII, n. 8583, p. 2, 31 mar. 1902.

NOVA IDEIA. *História de Balsas-MA*: Arquivo Cultural do Município de Balsas. Disponível em: <http://www.novaideia.eco.br/artigos-e-publicacoes/balsas-a-princesinha-do-maranhao>. Acesso em: 05 jan. 2019.

O NOVO “RIACHUELO”. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVI, n. 152, p. 5, 1 jun. 1910.

O NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE THEREZINA. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XX, n. 7979, p. 5, 4 jan. 1921.

O NOVO PREFEITO DE THEREZINA. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 996, p. 1, 13 set. 1910.

O NOVO RIACHUELO. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 889, p. 9, 29 maio 1910.

O NOVO RIACHUELO. *A Imprensa*, Rio de Janeiro, anno VII, n. 891, p. 2, 31 maio 1910.

O SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXVII, n. 46, p. 2, 15 fev. 1912.

OS ESTADOS. *Jornal do Brasil*, edição 121, p. 3, 01 maio 1902.

OS ESTADOS. PIAUHY. *Jornal do Brazil*, Rio de Janeiro, anno II, n. 44, p. 2, 13 fev. 1892.

OS ESTADOS. PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Manaus, anno XX, n. 6766, p. 1, 18 mar. 1923.

OS ESTADOS. PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Manaus, anno XXIV, n. 8125, p. 1, 4 mar. 1927.

PELO SR. MINISTRO. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9829, p. 1, 4 set. 1911.

PIAHUY. *Primeira Exposição Estadual do Piauhy*. Teresina: 1923.

PIAUHY. *Falla que o presidente da Província do Piauhy Dr. Joze Antonio Saraiva dirigio a Assembleia Legislativa Provincial no acto de abertura de sua sessao ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Typographia Saquarema, 1851.

PIAUHY. *Jornal de Recife*, Recife, ano XXXV, n. 247, p. 3, 30 out. 1892.

PIAUHY. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XX, n. 165, p. 6, 14 jun. 1910.

PIAUHY. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XXII, n. 124, p. 8, 3 maio 1912.

PIAUHY. Lei n.º 10, de 21 de julho de 1892. Cria no Estado uma Junta Commercial, com sede na capital. *O Piauhy*, Teresina, anno II, n. 66, p. 2, 13 ago. 1892.

PIAUHY. *Mensagem apresenta á Camara Legislativa no dia 1 de junho de 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado*. Teresina: Imprensa Oficial, 1914.

PIAUHY. *Mensagem apresentada á Camara dos Deputados pelo Exm.º Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado, no dia 1º de junho de 1911*. Therezina: Imprensa Official, 1911.

PIAUHY. *Mensagem apresentada á Camara Legislativa do Estado do Piauhy pelo governador do mesmo estado Dr. Coriolano de Carvalho e Silva em 8 de junho de 1893.* Teresina: Typografia do Piauhy, 1893.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9740, p. 4, 7 jun. 1911.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9789, p. 5, 26 jul. 1911.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9802, p. 5, 8 ago. 1911.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10021, p. 6, 14 mar. 1912.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10071, p. 4, 3 maio 1912.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10078, p. 6, 10 maio 1912.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10086, p. 5, 18 maio 1912.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10087, p. 4, 19 maio 1912.

PIAUHY. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10089, p. 4, 21 maio 1912.

PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno I, n. 84, p. 2, 24 nov. 1906.

PIAUHY. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno IV, n. 1152, p. 2, 25 maio 1910.

PIAUHY. *Pacotilha*, São Luis, anno XXIX, n. 123, p. 2, 26 maio 1909.

PIAUHY. *Pacotilha*, São Luis, ano XLVII, n. 20, p. 1, 25 jan. 1927.

PIAUHY. *Relatorio a Assembleia Legislativa Provincial do Piauhy pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Provincia José Antonio Saraiva na sessão aberta em 1 de julho de 1852.* Caxias: Typographia Independente de Filinto Elysio da Costa, 1852.

PIAUHY. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauhy Dr. Diogo Velho Cavalcanti D'Albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente Coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860*. Therezina: Typographia Constitucional de J. da S. Leite, 1860.

PIAUÍ. Arquivo Público do Piauí. *Registro de Casamento entre Gil Martins Gomes Ferreira e Maria da Fonseca Ferreira, em 6 de fevereiro de 1897*. 2. via, Teresina, 2019.

PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Igreja de Nossa Senhora do Amparo*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Igreja de São Benedito*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Largo do Palácio*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PIAUÍ. Secretaria de Cultura do Piauí. *Theatro 4 de setembro*. Disponível em: <http://crcsecultpiaui.blogspot.com/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

POLITICA DO ESTADO. *Republica*, Teresina, anno XIV, n. 565, p. 1, 23 out. 1908.

POLITICA DO PIAUHY. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXV, n. 20, p. 3, 21 jan. 1909.

POLITICA DO PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 86, n. 87, p. 7, 27 mar. 1912.

POLITICA DO PIAUHY. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 86, n. 97, p. 6, 6 abr. 1912.

POLITICA DO PIAUHY. *Pacotilha*, São Luis, ano XLVII, n. 9, p. 1, 12 jan. 1927.

POLITICA PIAUHYENSE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, anno XI, n. 3742, p. 4, 16 out. 1911.

PORTAL PIRACURUCA. *Fábrica Estrella*. Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/category/propagandas-anuncios-e-empresas-antigas/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PORTAL PIRACURUCA. *Tabacaria Condor*. Disponível em: <https://portalpiracuruca.com/propagandas-anuncios-e-empresas-antigas/a-antiga-fabrica-de-cigarros-condor-em-teresina/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PREMIOS na exposição nacional. *Diario do Maranhão*, São Luis, ano XL, n. 10645, p. 1, 5 jan. 1909.

PREVENÇÃO. *O Piauí*, Teresina, anno XVIII, n. 987, p. 5, 19 dez. 1908.

PROVINCIAS. *Jornal de Recife*, Recife, ano XXXII, n. 52, p. 1, 5 mar. 1889.

REGRESSA. *Jornal Pequeno*, Recife, anno IX, n. 46, p. 2, 26 fev. 1907.

RELAÇÃO DOS DEVEDORES. *Diario do Piauí*, Teresina, anno III, n. 32, p. 2, 8 fev. 1913.

RELAÇÃO DOS DEVEDORES. *Diario do Piauí*, Teresina, anno III, n. 60, p. 4, 13 mar. 1913.

RIQUEZAS DO NORTE. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVII, n. 9826, p. 6, 1 set. 1911.

SECÇÃO MARITIMA. *O Economista*, Lisboa, anno 9, n. 2636, p. 3, 20 jun. 1890.

SEM TÍTULO. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, anno XVII, n. 320, p. 5, 16. nov. 1907.

SEM TÍTULO. *O Apostolo*, Teresina, ano II, n. 100, p. 2, 9 maio 1909.

SEM TÍTULO. *O Apostolo*, Teresina, ano II, n. 51, p. 3, 19 maio 1908.

SERVICO PARTICULAR. *O Seculo*, Rio de Janeiro, anno II, n. 596, p. 1, 6. ago. 1908.

SESSÃO ordinária da Assembléa geral de accionistas da Companhia de Navegação à vapor no rio Parnaíba. *A Imprensa*, Teresina, ano XIX, n. 814, p. 4, 22 mar. 1884.

SOLICITADAS. *O Apostolo*, Teresina, anno III, n. 141, p. 4, 20 fev. 1910.

TELEGRAMMAS. *O Piauhy*, Teresina, anno XVIII, n. 987, p. 6, 19 dez. 1908.

TERESINA (PI). *Certidão de casamento de Francisco Martins Ferreira e Adersina de Miranda Sampaio, em 18 de fevereiro de 1924*. Registro em: 18 fev. 1924. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-V83Y?i=787&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Certidão de casamento de Lourival Martins Ferreira e Guiomar de Jericó Fonseca, em 30 de julho de 1927*. Registro em: 30 jul. 1927. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-ZV4M?i=104&wc=M5XJ-824%3A284768501%2C284764802%2C284775801&cc=2001150>. Acesso em: 13 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Certidão de casamento de Maria do Amparo Ferreira Alencar e Valter Alencar, em 7 de setembro de 1939*. Registro em: 7 set. 1939. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9MQ-T6LL?i=320&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Certidão de óbito de Oswaldo Martins Ferreira, em 17 de janeiro de 1992*. Registro em: 18. jan. 1992. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99NP-RF5S?i=45&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Certidão de óbito de Oswaldo Martins Ferreira, em 17 de janeiro de 1992*. Registro em: 18. jan. 1992. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99NP-RF5S?i=45&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Certidão de óbito de Zilda, em 22 de janeiro de 1907*. Registro em: 22. jan. 1907. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-DWWC?i=191&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Angelo Gil Ferreira de Sampaio, em 18 de janeiro de 1931*. Registro em: 23 jan. 1931. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LKQ-DPF?i=49&cc=1582573>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Francisco Martins da Fonseca, em 27 de novembro de 1897*. Registro em: 30 nov. 1897. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LKQ-DPF?i=49&cc=1582573>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Lourival Martins, em 30 de julho de 1901*. Registro em: 3 ago. 1901. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-46PH?i=34&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Maria do Amparo Ferreira, em 6 de dezembro de 1904*. Registro em: 3 dez. 1904. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LKQ-DPF?i=49&cc=1582573>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA (PI). *Registro de Nascimento de Zilda, em 28 de abril de 1904*. Registro em: 14 maio. 1904. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89MQ-46LB?i=167&cc=2001150>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TERESINA. *Certidão de Óbito de Gil Martins Gomes Ferreira, falecido em 06 de setembro de 1955*. Cartório Joaquim Dias de Santana, Teresina, 29 jan. 1975.

TERESINA. *Perfil da Zona Rural de Teresina*. Teresina: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, 1995.

THE GEO. L. SQUIER MFG. CO. *Carta enviada a Gil Martins & Cia*. Buffalo, Estados Unidos da América, 13 jun. 1904.

THERESINA. *A Imprensa*, Teresina, anno III, n. 368, p. 1, 24 mar. 1928.

THEREZINA. *O Paiz*, Rio de Janeiro, anno XXVIII, n. 10002, p. 5, 24 fev. 1912.

TORRES, J. C. FEO. CARDOZO DE CASTELLOBRANCO. *Memorias contendo a biographia do Vice Almirante Luiza da Motta Feo e Torres, a historia dos governadores e capitaes generaes de Angola, desde 1575 até 1825, e a descripção geographica e politica dos reinos de Angola e de Benguella, offerecidas a S. M. F<sup>ma</sup>. O Senhor D. João VI*. Paris: Fantin Livreiro, 1825.

TRIBUNAL DE CONTAS. *Diario do Piauhy*, Teresina, anno III, n. 114, p. 3, 21 maio 1913.

UMA DE MOLEQUINHO. *O Apostolo*, Teresina, anno V, n. 252, p. 4, 24 mar. 1912.

UZINA SANT'ANNA. *Livro de visitantes*. 22. nov. 1906.

UZINA SANT'ANNA. *O Apostolo*, Teresina, ano I, n. 2, p. 2, 26 maio 1907.

VARIAS NOTICIAS. *Diario do Piauhys*, Teresina, anno I, n. 122, p. 1, 29 jul. 1911.

VARIAS NOTICIAS. *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, anno XXXV, n. 254, p. 3, 11 set. 1909.

VÁRIAS notícias. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, anno 76, n. 352, p. 2, 17 out. 1896.